

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARCELO FONTENELLE E SILVA

***A BESTA-FERA VAI AO PARAÍSO: uma análise da construção da memória e
identidade pública da médica e comunista maranhense Maria Aragão***

São Luís – MA

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARCELO FONTENELLE E SILVA

***A BESTA-FERA VAI AO PARAÍSO: uma análise da construção da memória e
identidade pública da médica e comunista maranhense Maria Aragão***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais

Orientadora: Prof. Dra. Arleth Santos Borges

SÃO LUÍS-MA

2017

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Silva, Marcelo Fontenelle.

A besta fera vai ao paraíso : uma análise da construção da memória e identidade pública da médica e comunista maranhense Maria Aragão / Marcelo Fontenelle Silva. - 2017.

208 f.

Orientador(a): Arleth Santos Borges.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão, 2017.

1. Comunismo. 2. Identidade pública. 3. Maria Aragão. 4. Memória e identidade. I. Borges, Arleth Santos. II. Título.

A *BESTA-FERA* VAI AO PARAÍSO: uma análise da construção da memória e identidade pública da médica e comunista maranhense Maria Aragão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Banca examinadora

Prof^a. Dr^a. Arleth Santos Borges - UFMA

Prof^a. Dr^a. Sandra Maria Nascimento Souza - UFMA

Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida – NCSA/UEA

AGRADECIMENTOS

Diferente do que se poderia imaginar à primeira vista, escrever os agradecimentos desta dissertação não é uma parte fácil. Não só por ter em mente injustificáveis omissões desta parte da monografia, mas por conta de as dificuldades no meio do caminho terem sido tantas e as ajudas recebidas, vindas em igual intensidade, tão valiosas. Começo, assim, pedindo desculpas aos que não foram aqui nominalmente citados.

Gostaria de agradecer, primeiramente, a Arleth Borges, professora e pesquisadora que orientou este trabalho. Agradeço por ter me incentivado sempre, por ter confiado em minha capacidade (acho que, certas vezes, mais do que eu mesmo), por ter me orientado com toda a dedicação possível e por ter feito de tudo para deixar este momento o mais interessante e proveitoso possível. Levarei desta convivência aprendizados que extrapolam – em muito – a vida acadêmica e pelos quais sou e serei sempre grato.

Agradeço às professoras que compuseram as bancas examinadoras: Dra. Martina Ahlert e Dra. Patrícia Portela Nunes, na qualificação; e, igualmente, Dr. Alfredo Wagner e Dra. Sandra Nascimento, na defesa.

Agradeço a todos os membros do Núcleo de Estudos sobre Poder e Política (NEPP): Arleth, Karina, Renata, Adroaldo, Eliane, Dejamin, Mariana, Fábio, Cadu, Raylla, Laércio e os demais que por lá passaram ou passarão.

Agradeço às companheiras e companheiros de turma, que embarcaram comigo nesta missão, no começo de 2015: José Hailton, Dandara, Lia, Luzinelle, Leandro, Paty, Romário e Samário.

A todos vocês, obrigado pelos debates e pelos momentos de descontração nas reuniões, corredores da universidade e/ou nos bares do Reviver.

Também não poderia deixar de agradecer a todos os que concederam entrevistas para esta pesquisa: Simone Macieira, Washington Luiz, Wagner Baldez, Haroldo Saboia e Euclides Moreira. Agradeço também a João Otávio Malheiros, pelas indicações e conversas esclarecedoras; e a Emílio Azevedo, pelos documentos e conversas igualmente esclarecedoras.

Gostaria de agradecer, também, ao meu pai, Pedro. Muito das minhas curiosidades e inquietações intelectuais e políticas vem do que pude ver e viver em sua presença. E também à Léa Márcia, que me adotou (e foi adotada) como membro da família.

Agradeço, igualmente, à minha mãe, Vicemir, que sempre me incentivou e me apoiou a seguir com meus projetos. Sem a sua ajuda e amparo, nada teria sido possível.

Agradeço, igualmente, ao Valdeny, pelas boas conversas aqui em casa e por ter deixado a porta de sua estante de livros sempre aberta.

À minha irmã, Marília, e ao Bruno, pelo carinho e alegria que sempre me trazem.

À minha companheira, Nadia, pelo carinho, pelos momentos de descontração, por ter debatido comigo partes significativas deste trabalho, por ter me acompanhado – e me aturado – mesmo nos momentos mais difíceis.

À vovó e toda a família.

Aos amigos: Clístenes, Simon, Gláucia, Marcos (também por ter me emprestado o livro de sua mãe e pelas divertidas aulas de percussão), Eurico, Kaique, Nairon, Anselmo.

À Andrea, pelas boas conversas e pela ajuda com as xerox, que vem já desde o começo da graduação, em 2010.

À CAPES, pela bolsa.

Enfim, estes dois intensos anos envolveram mais pessoas do que é possível citar aqui. Agradeço a todos, mesmo àqueles que não ajudaram diretamente na produção desta dissertação, mas que compartilharam comigo alguns momentos - de alegria ou de euforia.

Sem estas pessoas este período teria sido menos interessante, e as falhas e inconsistências deste trabalho, bem maiores (por mais que, vale repetir, seja apenas eu o responsável por elas).

Resumo:

Maria Aragão foi alvo de uma série de homenagens e produções biográficas, em especial no final da década de 1980 e após sua morte, em 1991, constituindo-se como uma das consagradas personalidades maranhenses. Tais produções se desenvolveram em torno da afirmação das “grandezas” de Maria, geralmente apontando a sua condição concomitante de médica, “líder comunista” e pessoa com uma série de qualidades tidas como excepcionais. Afastando-se desta postura recorrente entre seus biógrafos, a presente pesquisa toma, como fonte e objeto, parte destas homenagens, produções biográficas e autobiográficas, em especial aquelas produzidas entre 1988 e 1992, com o objetivo de, a partir de tais documentos, analisar a construção da memória e *identidade pública* deste agente. Isto implica, também, em analisar como se desenrolaram as disputas pela (re)construção do passado recente no estado do Maranhão, os processos que possibilitaram que ela ocupasse tais posições de prestígio e parte das disputas que ela e seus biógrafos se envolveram antes e durante a produção de tais documentos. Sendo assim, a presente análise traz à tona considerações sobre a trajetória de Maria Aragão; os acordos, desacordos e tentativas de imposição de visões de mundo próprias aos espaços com os quais é identificada; atentando-se sempre para o caráter relacional destas definições, que variam a depender da posição de cada agente, e como se desenrolaram as trocas simbólicas envolvendo as tentativas de apropriação de seu “legado”.

Palavras-chave: identidade pública; memória e identidade; Maria Aragão; comunismo

Abstrac:

Maria Aragão was the center of a plenty of tributes and bibliografic references, particularly in the end of 1980s and after her death, in 1991, constituting herself as one of acknowledged character of Maranhão. Such productions were developed based on the great achievements of Maria, often mentioning her simultaneous condition as a physician, "communist leader" and a well regarted person. In an attempt of staying away of these usual stance among her biographers, the present research takes, as resources and object, parts of these tributes, biographic and autobiographic references, especially those ones produced between 1988 and 1992, with the aim of analyse the construction of the memory and *public identity* of this figure. It is also concerned in analyse how the dispute for the (re)construction of the past of the Maranhao State were unfolded, the process that alowed her to achieve such a prestigious position and parts of the dispute that she and her biographers envolved themselves before and during the production of such documents. Therefore, the present analyses brings up considerations about trajetory of Maria Aragão; agreements, disagreements and attempts of her own world view imposition to the space in which she was identified, always respecting the relational character of these definitions, that may vary depending on the position of each agent and how are developed the symbolic exchanges involving the attempts of appropriation of her "legacy".

Keywords: public identity; memory and identity; Maria Aragão; communism.

Lista de quadros e figuras:

Quadro 1: Textos constantes na *Revista* e atribuídos à Maria Aragão.....p. 157

Quadro 2: Homenagens constantes na *Revista*.....p. 161

Figura 1: Jornal Tribuna do Povo, de 09/01/1954p. 81

Figura 2: Jornal Tribuna do Povo, de 09/01/1954 e 01/01/1954p. 84

Figura 3: Jornal O Estado do Maranhão, de 21/12/1977p. 109

Figura 4: Capa da *Revista Maria Aragão – 78 anos de vida, 43 de luta*p. 155

Figura 5: “Muitas prisões não intimidam quem acredita na revolução”p. 158

Sumário

Introdução.....	11
1) Disputas políticas e construção da identidade.....	39
1.1 Escrevendo sobre a sua própria vida	
1.2 Características herdadas e “capacidade de superar obstáculos”	
1.3 Encontro com Prestes e a adesão ao “partido desse homem”	
1.4 Crítica, autocrítica e construção da memória	
2) Chegada e afirmação no Maranhão e no Partido Comunista (1945-1963)..	67
2.1 Disputas intrapartidárias e construção de redes de relações pessoais	
2.2. O jornal <i>Tribuna do Povo</i>	
2.3 “Crise”, viagem para a URSS e retorno como “educadora”	
3) A volta como “educadora”, a Ditadura Militar e o trabalho na medicina....	93
3.1. Maria Aragão e o PCB no contexto do Golpe Civil-Militar e Ditadura Militar	
3.2. “Estou demonstrando é como trabalha um médico comunista”	
4) Escalada de consagração – itinerário político e homenagens a Maria Aragão a partir da redemocratização.....	116
4.1. O itinerário político de Maria Aragão no pós-1978	
4.2. Edificação do mito - as homenagens no pós-1978	
5) Maria Aragão e a “batalha da memória” envolvendo a Ditadura Militar.....	137
5.1. A ditadura vista pelo retrovisor	
5.2. Repressão e resistência	
5.3. Atuação institucional e crítica à luta armada	
5.4. Amigos, inimigo(s) e “o mito do bom arenista”	
5.5. Maria Aragão, memória e mitos	
6) Elegias para Maria Aragão.....	153
6.1. A <i>Revista Maria Aragão – 78 anos de vida 43 de luta</i>	
6.2. Elogios fúnebres	
6.3. O “legado” em disputa: espelho, espelho meu, quem é mais Maria Aragão do que eu?	
6.3.1. <i>A razão deste livro</i> , por Antônio Francisco	
6.3.2. <i>Maria e eu</i> , por Euclides Moreira	
Considerações finais.....	179
Referências.....	187
Apêndices.....	195
Anexos.....	209

INTRODUÇÃO

Maria nasceu em fevereiro de 1910, no interior do Maranhão, em um município hoje chamado Pindaré-Mirim, e morreu em julho de 1991. Diplomou-se em Medicina em 1942 e filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1945, sendo reconhecida pela quase totalidade de seus intérpretes pela conjugação do ativismo político e exercício da medicina. Sua vida foi objeto de variadas interpretações e homenagens advindas de agentes diversos e em relevantes posições no meio político e cultural maranhense¹. Sua morte, em 1991, foi anunciada e comentada nos principais jornais do estado, além de ter sido alvo de homenagens oficiais, como o velório realizado na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e o decreto de luto oficial de três dias pela prefeitura de São Luís, a capital do estado.

Ainda hoje, ao se buscar por “Maria Aragão” nos meios virtuais ou questionando significativa parte daqueles que se envolveram politicamente da década de 1940 aos dias atuais, facilmente chega-se a uma série de eventos, documentos e monumentos feitos em sua homenagem ou para “conservar sua memória”. O objetivo deste trabalho, porém, não é se somar a estas consagrações, avaliar se Maria Aragão é merecedora ou não de tais títulos e homenagens, dizer quem “de fato” foi Maria Aragão ou denunciar quem tenha se apropriado indevidamente de seu nome/legado. O que se pretende aqui é analisar, a partir de documentos biográficos e autobiográficos referentes à Maria Aragão, como se desenrolaram as disputas pela definição de quem é/foi Maria Aragão e, paralelamente, pela reconstrução do passado recente no estado do Maranhão – disputas estas, vale frisar, das quais ela também participa. Dito de outra forma, o objetivo é perceber as diversas tentativas de indexação da vida de Maria Aragão (construção de sua identidade pública), o que implica na apreensão de como as disputas em torno da consagração e apropriação da história de vida de um “ícone” da política regional se relacionam com as tentativas, próprias ao universo da política, de imposição de uma forma específica de ver o mundo social.

Conjuntamente a esta análise, tem-se como objetivo examinar como estes relatos biográficos e autobiográficos podem nos ajudar a compreender os processos que possibilitaram que Maria Aragão ocupasse posições de maior prestígio no meio político

¹ Ver apêndice 1.

e cultural maranhense, chegando enfim, principalmente na fase final de sua vida e após sua morte, a se constituir como um dos “vultos” maranhenses².

A análise das tomadas de posições dos diversos agentes que intervieram para definir quem é/foi Maria Aragão e das homenagens a ela prestadas, permite trazer à tona os acordos, desacordos e tentativas de estabelecimento de critérios de hierarquização próprios a estes espaços. Tal análise permite, ainda, perceber o caráter fluido destas classificações e apreender como se desenrolaram tais disputas envolvendo Maria Aragão enquanto um “patrimônio simbólico”.

Assim, entre os fatores que justificam a escolha de Maria Aragão como referente para esta análise destaco, além da significativa quantidade de registros biográficos e hagiográficos, a eficácia dos mesmos em sua consagração e construção da identidade pública. Desta forma, ao mesmo tempo em que tais registros servem de fonte e objeto, atestam o reconhecimento – tanto por ela própria quanto por terceiros – de sua vida como digna de ser contada e recontada – ou seja, da importância de “preservar sua memória”.

Cada um destes documentos é produto, conscientemente ou não, de escolhas, ênfases, silenciamentos. Registram tomadas de posição sobre um personagem específico, sobre o passado e sobre as disputas travadas no presente. Deste modo, a presente análise se orienta no sentido de “mostrar que a experiência do presente sempre é informada por uma experiência do passado que a operação de memória torna presente” e demonstrar, “com base em um exemplo concreto (...), de que modo esta memória trabalha, mas também e sobretudo como ela é manipulada pelos empreendedores da memória” (JEWSIEWICKI, 2010, p. 327).

Pode-se afirmar, assim, que a análise aqui pretendida nos permite perceber como as posições e múltiplas apropriações imputadas à Maria Aragão são frutos de processos sociais complexos, relativamente longos e que envolvem vários agentes interdependentes. Isto nos leva a questionar o fato de aqueles que nos são apresentados como “heróis” – e também outras instituições sociais, como a família, a escola, o Estado – aparecerem a nós como produtos de forças sobre-humanas, de forma reificada, essencializada, semelhantes a seres mitológicos, e não como o produtos de ações humanas (ELIAS, 1999).

² Luiz de Castro Faria, com base em estudo sobre Oliveira Vianna, apresentou um “programa de pesquisas necessários ao estudo do panteão dos autores nacionais” (FARIA, 2002, p. 138); em âmbito regional – estado do Maranhão -, há uma importante pesquisa realizada por Alfredo Wagner Berno de Almeida, em que o autor parte da “crítica aos cânones de reconhecimento oficiosamente instituídos” (ALMEIDA, 2008, p. 11) para analisar as “formas de explicação da situação econômica e social da região, que se cristalizaram na vida intelectual” (ALMEIDA, 2008, p. 19).

Neste sentido, espera-se que as contribuições deste trabalho sejam úteis não apenas aos produtores de ciências humanas, mas também a um público mais amplo, visto que todos os que convivem hoje em sociedade se deparam correntemente com apreensões da vida social que retiram dos agentes sociais a possibilidade de intervir no mundo que os cerca, já que este aparece como produto de forças sobre-humanas e/ou como natural e intocável³.

As fontes priorizadas para este estudo foram: 1) três depoimentos autobiográficos de Maria Aragão, coletados por pessoas diferentes, mas num período próximo (1988-1991); 2) uma revista publicada em 1988, em homenagem ao aniversário de Maria Aragão, contendo depoimentos dela e de outros agentes; 3) relatos sobre Maria Aragão, publicados em conjunto com os depoimentos autobiográficos e nas matérias jornalísticas veiculadas por ocasião da sua morte, em julho de 1991.

Os três documentos contendo relatos autobiográficos de Maria Aragão analisados aqui foram: o livro intitulado *A Razão de uma vida*, contendo depoimentos colhidos por Antônio Francisco entre agosto de 1990 e janeiro de 1991, sendo a publicação em 1992; o livro intitulado *Maria por Maria ou a saga da besta-fera nos porões do cárcere e da ditadura*, contendo depoimentos colhidos por Euclides Moreira Neto no ano de 1988, publicado em forma de livro em 2015; e a revista intitulada *Maria Aragão - 78 anos de vida 43 de luta*, publicada em 1988, por ocasião das comemorações de seu aniversário – doravante denominada apenas por *Revista*⁴. Além dos depoimentos autobiográficos contidos em tais documentos, igual ênfase foi dada para os demais textos presentes (apresentações, prefácios, posfácios, dedicatórias, etc.).

A escolha de documentos produzidos nestes anos (de 1988 a 1992) não se deu de forma aleatória. Neste período, além de ter sido o período final de sua vida, por fatores diversos (e que pretendemos ter demonstrado no capítulo 4), Maria foi alvo de um número cada vez maior de homenagens e provocada a produzir/difundir depoimentos sobre a sua própria vida. Isto não quer dizer, porém, que a produção de documentos referentes a ela tenha iniciado e terminado dentro deste período delimitado. Muito se publicou sobre

³ Esta intenção, porém, não está desligada do conhecimento das advertências feitas por Bourdieu (1988, dentre outros), Elias (1998) e Lahire (2006) quanto aos perigos e dificuldades enfrentados pelos trabalhos sociológicos que almejam atingir um público mais amplo. Para uma defesa da “abertura” da sociologia para públicos mais amplos, ver Burawoy (2009). Para uma discussão que abarca o tema com profundidade – o que, por questão de espaço, é inviável de se fazer nesta introdução –, conferir os quatro trabalhos mencionados.

⁴ Mantive a denominação “revista”, apesar de não se referir a uma publicação periódica, por ser assim que ela é apresentada no próprio documento por seu editor, Aldionor Salgado.

Maria Aragão anteriormente e, principalmente, nos anos posteriores (e certamente muito ainda se publicará).

Vale frisar, assim, que os dois livros aqui trabalhados foram publicados após a morte de Maria, ocorrida em 23 de julho de 1991, sendo que o primeiro foi publicado no ano seguinte à sua morte e, o segundo, 13 anos depois. Apesar de ter sido publicado apenas em 2015, o depoimento que o embasou, gravado em áudio e vídeo, foi divulgado durante o seu velório na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e em dois shows realizados em sua homenagem, em junho de 1991⁵. Já a *Revista*, foi publicada em 1988, por ocasião do seu aniversário de 78 anos, contendo depoimentos da própria Maria, imagens, matérias de jornais e uma série de depoimentos de “celebridades” em homenagem à aniversariante⁶.

A produção e publicação de “memórias” em livros por agentes políticos costuma se constituir como uma “auto apresentação espontânea (não provocada pelo pesquisador) ou negociada com um jornalista-editor que desfruta da confiança e cumplicidade com o narrador” (GRILL, 2012a, P. 12). Isto tem implicações importantes, pois tanto o entrevistador quanto o entrevistado contam com uma cumplicidade/familiaridade que dificilmente poderia haver quando a entrevista é conduzida por um pesquisador acadêmico. O fato de tais produções não serem provocadas pelo pesquisador indicam, também, que tais registros são de pessoas que se sentem autorizadas e são autorizados por outros a dar, registrar e divulgar seus depoimentos (GRILL, 2012a).

Há certas vantagens (e, certamente, também há riscos) em entrevistar pessoas com as quais se tem algum tipo de relação pessoal. Como nos diz Bourdieu, uma certa “familiaridade” assegura:

de um lado (...), garantias contra a ameaça de ver suas razões subjetivas reduzidas a causas objetivas; suas escolhas vividas como livres, reduzidas aos determinismos objetivos revelados pela análise. Por outro lado, encontra-se também assegurado neste caso um acordo imediato e continuamente confirmado sobre os pressupostos concernentes aos conteúdos e às formas de comunicação (BOURDIEU, 1997, p. 697).

Assim, a fim de apreender os pressupostos subjacentes a estas trocas, a análise de tais documentos deve atentar para os sentidos atribuídos tanto pelo entrevistador quanto pelo entrevistado à produção e divulgação de tais relatos.

⁵ Informação obtida a partir de entrevista realizada pelo autor com Euclides Moreira.

⁶ O itinerário dos “entrevistadores”/biógrafos de Maria, bem como a relação entre eles e Maria Aragão e o objetivo declarado da colheita e publicação destes depoimentos, será descrita e analisada no capítulo 6.

Vale frisar, também, que a produção destes documentos se beneficiou, por conta das condições objetivas das relações entre entrevistador e entrevistado, da possibilidade de registro de depoimentos longos – além da *Revista*, de volume significativamente menor, os depoimentos que resultaram no livro publicado por Antônio Francisco somaram cerca de 15 horas de gravação, enquanto os depoimentos que resultaram no livro publicado por Euclides Moreira somaram várias sessões de duas horas de duração, que resultaram em mais de 250 páginas transcritas (ele não menciona o total de horas).

Com a análise de tais documentos, percebeu-se, também, um forte enquadramento das memórias (POLLAK, 1989, 1992) publicadas por e sobre Maria. Ou seja, por mais que as três narrativas não possam ser consideradas iguais, há uma repetição dos personagens, eventos, locais e ênfases. Conflui para isto a proximidade temporal entre os relatos, a relativa semelhança na relação estabelecida entre ela e os entrevistadores, a recorrência de eventos hagiográficos no período, o esforço de racionalização *a posteriori* feito pela entrevistada e pelos “biógrafos”, a necessidade de manutenção de uma certa “constância” entre um relato e outro e a sua identificação, durante a maior parte do tempo, a um grupo específico (os comunistas).

Viés igualmente reflexivo foi utilizado para os documentos referentes à Maria Aragão produzidos por terceiros, seja com ela ainda viva (no caso da *Revista*), depois ou por ocasião da sua morte. A incorporação de tais documentos na análise – e não só dos autobiográficos - permitiu apreender as trocas simbólicas referentes a estas homenagens, o que implica na construção de uma relação de dívida com o morto/homenageado (HÉLIAS, 1979), diversas tentativas de certos agentes em se afirmar como legítimos “herdeiros” do “legado” Maria, quais são as características valorizadas em sua vida e como as posições de terceiros influenciam na construção de sua autoimagem.

Utilizou-se, também, outros documentos jornalísticos publicados em períodos anteriores a este delimitado (1988 - 1992); documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão (DOPS) e cinco entrevistas com pessoas que mantiveram relação com ela durante períodos diferentes da sua vida (Euclides Moreira, Simone Macieira, Wagner Baldez, Haroldo Sabóia e Washington Luiz). Sem o recurso a estas outras fontes não seria possível reconstruir as posições e tomadas de posição de/sobre Maria no momento e nos períodos anteriores à produção e divulgação dos relatos aqui analisados, assim como a reconstrução do contexto dos eventos por ela narrados.

Além destas fontes, tive acesso à tese de doutorado de Márcia Antonia Piedade Araújo (2014), intitulada *Maria Aragão: uma mulher e suas paixões em busca de uma*

sociedade igualitária, defendida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a um capítulo de livro escrito pelo jornalista Emílio Azevedo (2011), intitulado *Maria Aragão: da agitação e propaganda à educação popular*, e a um livro escrito pelo mesmo autor (AZEVEDO, 2016), intitulado *Uma subversiva no fio da história*⁷. Infelizmente, o livro de Azevedo só foi lançado em dezembro de 2016, período final da produção desta dissertação, o que impediu uma apropriação mais sólida de suas contribuições, apesar de ter sido bastante útil para a reconstrução e compreensão de certas disputas pelas quais passou Maria Aragão.

Estes trabalhos foram importantes para a construção do objeto conforme aqui esboçada, pois possibilitaram ter contato com informações que, de outra forma, exigiriam um dispêndio de tempo não disponível. No caso da tese, a autora trabalhou com 45 entrevistas, além de citar várias matérias jornalísticas. O objetivo de sua pesquisa foi, em suas palavras, “apresentar a trajetória de Maria Aragão não através de um relato linear (...), mas sim construindo uma narrativa interligada pelas diferentes posições que foi conquistando nos espaços sociais em que se inseriu, buscando mostrá-la como viveu: em movimento” (ARAÚJO, 2014, p. 20). A forma como ela constrói a sua pesquisa, porém, é diferente da que aqui se propõe. A escolha do objeto de estudo deu-se a partir da delimitação prévia de um foco de interesse - as questões de gênero – e, partindo deste amplo recorte prévio, a autora chegou a uma lista de mulheres maranhenses que se destacaram, escolhendo dentre elas a vida de Maria Aragão. Ou seja, tal escolha se deu por considerá-la, de antemão, um exemplo de engajamento, ética e de mulher que conseguiu “vencer na vida”. Seu trabalho, nesta perspectiva, se soma aos demais documentos hagiográficos publicados em homenagem à Maria, pendendo assim para questões mais essencialistas e uma postura predominantemente envolvida⁸ – o próprio

⁷ Márcia é, atualmente, professora vinculada ao departamento de psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); formou-se em filosofia, pela UFMA, em 1977; cursou mestrado em Psicologia Social, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2000-2002) e defendeu sua tese de doutorado em 2012, sendo que dois anos depois a mesma foi publicada em livro pela editora da UFMA. Já Emílio Azevedo, é jornalista, trabalhou com assessoria política e é um dos fundadores do Vias de Fato, que é um jornal que se apresenta como estando “a serviço da causa popular”. É autor de mais dois livros: *Havana, dezembro de 1999*, e *O Caso do Convento das Mercês*, que é uma denúncia sobre a apropriação privada, por parte de José Sarney, de um prédio tombado como patrimônio público.

⁸ Envolvimento e alienação (ou distanciamento) são dois conceitos interdependentes desenvolvidos por Norbert Elias (1998) para analisar as produções de conhecimento humano. Tais conceitos não devem servir para designar dois conjuntos de autores e produções sociológicas antagônicas, mas ser operacionalizados como dois polos marginais e interdependentes de um mesmo processo de construção do conhecimento e tomados como conceitos típico-ideias, úteis para a compreensão de cada obra a partir da aproximação de cada um destes dois polos, sendo que as produções que almejam uma compreensão do mundo mais próxima da realidade – por mais que isso não dependa da simples vontade do pesquisador – devem guiar-se pela tentativa de maior alienação/distanciamento.

título do trabalho já indica uma apreensão da vida de Maria como sendo desde sempre destinada a um fim específico, a “busca de uma sociedade igualitária”⁹.

Da mesma forma que se recusa aqui a tentativa de construção ou destruição de heróis, deve-se levar em conta que não é papel do sociólogo arvorar-se da autoridade científica para delimitar as fronteiras do mundo social e, assim, decidir sobre o valor/veracidade de uma ou outra posição. Ao invés de tal postura, o que se objetiva aqui é a apreensão dos acordos e desacordos próprios às disputas de definição de quem é/foi Maria Aragão, atentando-se para o fato de que “o que está em pauta, tanto na geração ou consagração como nas lutas pela ‘desmistificação’ dos heróis, são os princípios de aferição da excelência ‘humana’ e, portanto, de hierarquização social” (CORADINI, 1998, p. 211-212).

Afinal, conforme nos diz Bourdieu (1988, p. 11), a “sociologia deve tomar como objeto, ao invés de deixar-se tomar por ela, a luta pelo monopólio da representação legítima do mundo social, essa luta pelas classificações que é uma dimensão de qualquer tipo de luta”. Ou, como nos diz Coradini:

Os limites das ciências sociais (...) se restringem aos esforços de compreensão das condições e processos sociais e culturais em que os heróis são ‘produzidos’ ou ‘destruídos’, ou seja, as condições sociais ou as estruturas de capital, interesses, lógicas e estratégias em pauta, o que já é muito (CORADINI, 1998, p. 210).

Não ser o árbitro do mundo, porém, não quer dizer que a sociologia recaia em um relativismo onde ela simplesmente produziria mais uma verdade ao lado das outras verdades concorrentes. Diferentemente disto, tomar as lutas de classificação como objeto de pesquisa significa colocar-se em posição de poder desvendar as lógicas específicas destas lutas, o acordo que subjaz a estas disputas (BOURDIEU, 1988).

Também é importante ressaltar que não se deve interpretar a presente análise como a acusação de indivíduos e/ou instituições que supostamente manipulariam conscientemente a construção de mártires ou heróis, ou de uma leitura deturpada do passado para assim beneficiar interesses próprios. Isto porque tais fenômenos são menos uma decorrência de ações conscientemente calculadas, onde o indivíduo que age conseguiria prever o fim de suas ações (ilusão teleológica), e tem mais a ver com uma

⁹ Uma resenha do livro pode ser vista em Silva e Borges (2016).

lógica própria a um espaço permeado por disputas, onde os agentes que lutam não controlam completamente as regras e princípios que regem estas lutas¹⁰.

A recusa desta postura acusatória, de “árbitro do mundo” ou “construtor/destruidor de heróis” não quer dizer, contudo, que o sociólogo deixe de participar destas disputas pela definição de quem é/foi Maria Aragão. O próprio sociólogo, como já mencionado por Bourdieu (1988), não tem os meios para controlar completamente a eficácia política exercida por suas pesquisas e, da mesma forma, aquele que escreve sua autobiografia ou sobre a vida de alguém, também não o tem. É justamente isto o que diz Reis Filho ao mencionar, sobre a construção da memória relativa à esquerda da década de 1960, que “o que menos importa (...) são as intenções conscientes dos autores no momento em que elaboram as suas versões. Os textos, desde que escritos e divulgados, distanciam-se dos autores” (REIS FILHO, 1997, p. 34).

Também não quer dizer que corroboremos, aqui, com a ilusão da possibilidade de imparcialidade/neutralidade. As condições objetivas – como o tempo disponível e as possibilidades de acesso a fontes -, bem como o desenvolvimento de interesses também influenciaram de forma decisiva na construção da problemática e objeto aqui apresentado¹¹.

Além da minha militância em grupos de esquerda, que me levou a querer conhecer certos “personagens” consagrados nestes meios, um marco na gestação deste interesse pode ser visto nos eventos realizados sobre o “aniversário” do Golpe Civil-Militar de 1964, em 2014. Participei, neste ano, de vários debates – a maioria na universidade e envolvendo filmes que traziam depoimentos autobiográficos de pessoas que militaram contra a Ditadura Militar. Duas questões passaram, então, a alimentar minhas curiosidades sobre o assunto. A primeira referia-se à ausência de referências ao meu estado natal, o Maranhão, na grande maioria dos depoimentos. A segunda, orientado por certas leituras feitas durante a graduação em Ciências Sociais (em especial, de Pierre Bourdieu), indagava quanto à relação entre estas leituras do período e as posições dos agentes produtores de tais discursos. Neste mesmo ano, participei de um minicurso sobre a Ditadura Militar, no Encontro Humanístico realizado na Universidade Federal do Maranhão, ministrado pelo Núcleo de Estudos sobre Poder e Política (NEPP), grupo ao qual me integrei posteriormente. Mas foi somente no ano seguinte que o problema de

¹⁰ Para duas discussões relativamente distintas envolvendo o caráter não planejado das instituições que permeiam o mundo social, ver Bourdieu (2011a) e Elias (1999).

¹¹ Sobre a “objetividade” e “parcialidade” das pesquisas nas Ciências Sociais, ver Weber (1982).

investigação aqui analisado começou a ser de fato esboçado. Decisivos para isto foram as disciplinas do mestrado e, também, a participação nas reuniões do NEPP, que se dedicavam a discutir teórica e empiricamente as possibilidades de análise dos documentos produzidos pela Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão (DOPS-MA) durante o período ditatorial.

Logo nos primeiros contatos com os documentos da DOPS, encontrei informações sobre comunistas maranhenses. Além disto, sabia da existência de uma médica e comunista maranhense que havia sido torturada durante o período ditatorial e que havia sido homenageada com um memorial e com o seu nome batizando uma grandiosa praça no centro da cidade, o que me levou a pressupor que sobre ela havia publicações relativamente fartas e acessíveis. Isto me levou, inicialmente, a tentar formular uma questão que tomasse como investigação o PCB no período ditatorial, utilizando as memórias e trajetória de Maria Aragão como eixo de uma análise sobre os conflitos organizacionais do “Partidão” e a relação entre este e o partido legal de oposição à ditadura, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Então tive acesso ao livro organizado por Antônio Francisco e vi que ali, assim como em muitos relatos sobre ela, as informações sobre o PCB eram relativamente escassas, principalmente no que tange ao período ditatorial. Continuando a busca fora dos documentos da DOPS, encontrei várias homenagens que, menos do que informações envolvendo ela e outros agentes do PCB e MDB, se resumiam, basicamente, a um material de cunho hagiográfico e ao relato de um ou outro evento que estabelecesse uma identificação entre homenageada e homenageador. Assim, o genérico interesse inicial de “conhecer a ditadura no Maranhão” foi se transformando, levando em conta o caráter do material empírico que tive acesso sobre o tema escolhido e as discussões de caráter mais teórico feitas durante a graduação e mestrado em ciências sociais. A literatura específica sobre o período ditatorial deixou de ser o foco, mas manteve a tentativa de incorporar e dialogar com estes trabalhos, em especial com os que se referiam mais diretamente à discussão envolvendo memória e ditaduras¹².

¹² A maioria destes trabalhos envolvendo memória e ditaduras é de cunho mais historiográfico. Como se pode ver (pelo menos assim espero) nas páginas que se seguem, resguardar as fronteiras que separam Sociologia, Antropologia e História não foi uma das preocupações desta pesquisa, assim como não é uma preocupação do NEPP, grupo integrado por pessoas vindas de diversas áreas.

Para uma discussão convincente tratando mais especificamente da relação entre sociologia e história, pode-se ver Passeron (1995), que argumenta em defesa da apreensão da sociologia como uma área de conhecimento científico, não popperiano, composta tanto pela narrativa histórica quanto pelo raciocínio experimental e que, por conta de suas características epistemológicas, resulta na impossibilidade de distinção epistemológica (apesar da existência de diferenças disciplinares) entre a sociologia e a história.

Trabalhando com biografias, memória e identidade

As múltiplas apropriações e significados da vida de Maria Aragão não podem ser compreendidas como eventos individuais. Por isto, é válido ressaltar o que afirma Castro para os sentidos atribuídos à vida de dois ex-guerrilheiros (Celso Castro e Nestor Herédia) que lutaram contra a Ditadura Militar no Brasil, quando menciona que estas não se tratavam “de biografias meramente individuais, pois (...) carregavam experiências, valores e afetos, sentimentos e emoções produzidos historicamente e compartilhados com muitos outros” (CASTRO, 2014, p. 26). E, como nos diz Pollak, referindo-se a entrevistas biográficas realizadas com mulheres que sobreviveram aos campos de concentração de Auschwitz-Birkenau, o que certamente serve também para os documentos biográficos e autobiográficos aqui analisados, “toda entrevista ‘individual’ traz à tona, indiretamente, uma multiplicidade de definições do grupo e de ligações com o passado” (POLLAK, 1986, p. 30)¹³.

O nome próprio “Maria Aragão” é tomado, aqui, com um “designador rígido” que, como tal, “tende a identificar a normalidade com a identidade entendida como constância em si mesmo” (BOURDIEU, 2006, p. 186). Ou seja, o nome próprio designa um indivíduo entendido como uma unidade, tanto sincrônica (nos diferentes espaços sociais, como o meio médico, jornalístico ou político) quanto diacronicamente (nos diferentes “momentos” narrados, como infância e o período após a “conversão” ao comunismo). Como nos diz Bourdieu:

Por essa forma inteiramente singular de *nominação* que é o nome próprio, institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como *agente*, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis. É o nome próprio ‘Marcel Dassault’, com a individualidade biológica da qual ele representa a forma socialmente instituída, que assegura a constância através do tempo e a unidade através dos espaços sociais dos diferentes agentes sociais que são a manifestação dessa individualidade nos diferentes campos, o dono de empresa, o dono de jornal, o deputado, o produtor de filmes etc. (...) (BOURDIEU, 2006, p. 186).

A própria linguagem correntemente utilizada, como demonstram estas considerações em relação ao nome próprio, tende a exprimir relações e processos sociais

¹³ “Tout entretien ‘individuel’ met en jeu, indirectement, une multitude de définitions du groupe et de liens au passé”.

como coisas unas e estáticas (BOURDIEU, 1988; ELIAS, 1999). Deve-se evitar, assim, o risco de tomar determinado agente como um objeto estático e/ou como uma coisa unificada, se eximindo de perceber os processos e disputas que o constituíram no decorrer do tempo. Uma das formas de fugir às armadilhas desta forma de apreensão das “histórias de vida” é por meio de dois conceitos interligados, cunhados por Pierre Bourdieu: o de campo e o de trajetória:

A análise crítica dos processos sociais (...) conduz à noção de trajetória como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações (...). Os acontecimentos biográficos se definem como *colocações* e *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado. Os sentidos dos movimentos que conduzem de uma posição a outra (...) evidentemente se definem na relação objetiva entre o sentido e o valor, no momento considerado, dessas posições num espaço orientado. O que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória (...) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou” (BOURDIEU, 2006, p. 189-190).

Levando em consideração tais apontamentos, o conceito de campo, aqui, é utilizado à medida em que ele nos convida a pensar relacional e processualmente. A partir deste conceito, podemos pensar cada agente em relação aos outros, a partir de suas propriedades de posição, e cada âmbito/domínio a partir da constituição de suas regras próprias, grau de autonomia e relação aos outros domínios. Destaca-se, assim, a constituição ou não de fronteiras separando cada um destes espaços e as reconversões possíveis. Com este recurso teórico-metodológico, a política, a medicina, e mesmo as distintas posições sobre quem é/foi Maria Aragão, podem ser pensadas como espaços sociais em que vários agentes lutam para impor seus próprios princípios de visão e hierarquização do mundo e em que são travadas disputas para definir quem são os agentes autorizados a agir em determinado espaço, quais as instâncias de consagração reconhecidas, quais os princípios que regem este espaço social (BOURDIEU, 2011c, dentre outros)¹⁴.

¹⁴ Alguns autores destacaram a dificuldade/impossibilidade de utilização deste conceito em dinâmicas periféricas, como a brasileira. Deve-se frisar, assim, que a utilização deste conceito deve ser feita de forma não reificada, atentando-se para as especificidades de cada universo empírico e para os objetivos de cada pesquisa. Para uma recusa do conceito de campo para estudar os intelectuais/políticos brasileiros, pode-se ver Pecaut (1990); para uma análise sobre a relação entre cultura e política operacionalizada em uma dinâmica análoga à brasileira (a argentina) e com base no conceito de campo, pode-se ver Sigal (2012). Desenvolvi, em outro momento, uma exposição contendo algumas considerações sobre o potencial heurístico e dificuldades da utilização do esquema analítico formulado por Pierre Bourdieu em dinâmicas como a brasileira (SILVA, 2014, p. 18-33).

Em se tratando mais especificamente dos documentos biográficos/autobiográficos produzidos sobre Maria Aragão, é válido ressaltar o que foi apontado por Neveu (2006) para o universo jornalístico francês, quando menciona que o conceito de campo nos convida “a pensar (...) um universo estruturado por oposições ao mesmo tempo objetivas e subjetivas, a perceber cada publicação e cada jornalista [biógrafo] dentro da rede de estratégias, de solidariedade e de lutas que o ligam a outros membros do campo” (NEVEU, 2006, p. 63).

Desta forma, a análise dos documentos biográficos aqui empreendida deve recusar uma leitura que leve em conta unicamente o texto em si, assim como deve também recusar uma leitura que estabeleça relações entre os textos mas que os tomem como um espaço completamente autônomo, ignorando o peso das trajetórias daqueles que intervêm neste espaço (BOURDIEU, 1996a)¹⁵.

Os relatos biográficos e autobiográficos costumam seguir no sentido oposto ao da trajetória, com a pressuposição da vida como um evento individual, linear e orientado por um fim/objetivo específico. Assim, todo documento, seja ele biográfico ou autobiográfico, precisa ser utilizado criticamente. Deve-se, como nos mostra Lahire (2004), questionar o “mito da autenticidade”, que toma o relato sobre si como o mais justo e verdadeiro, atentando-se para o fato de que “falar de si e do seu passado (...) é também falar do seu passado desde o ponto de vista de que se chegou a ser e que seleciona (...) suas recordações em função do que se quer dizer sobre si mesmo no presente” (LAHIRE, 2004, p. 44)¹⁶.

Paralelamente a esta seleção das recordações, o biógrafo costuma operar de forma a encadear os acontecimentos segundo a “preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância” (BOURDIEU, 2006, p. 184). Pode-se afirmar, assim, que aquele que se coloca na posição de “ideólogo de sua própria vida” põe-se a postos para estabelecer para a sua vida uma linha lógica, com um sentido unívoco e coerente, selecionando os eventos

¹⁵ Da mesma forma, não se ignora aqui as orientações de Foucault (2014) referentes a não tomar autor, livro e obra “como unidade imediata, nem como unidade certa, nem como unidade homogênea” (p. 30); ao mesmo tempo em que se atenta para as condições de existência dos enunciados e não se resume a existência de tais enunciados a questões meramente linguísticas ou do conteúdo do que está dito/escrito (p. 34); e opera-se com uma análise relacional, atentando-se para os “jogos de relações” estabelecidos (p. 35).

¹⁶ Tradução livre a partir do espanhol, tanto para esta quanto para as demais citações de Lahire (2004): “Hablar de si y de su pasado (...) es también habalar de su pasado desde el punto de vista del que se há llegado a ser y que selecciona (...) sus recuerdos en función de lo que se quiere decir de uno mismo em el presente”.

mais importantes, relegando ao esquecimento uma série de outros eventos (BOURDIEU, 2006). Não à toa Maria Aragão explica com tanta ênfase, em seus relatos autobiográficos, aquilo que possivelmente poderia ser interpretado como contraditório e/ou não condizente com a imagem que ela visava construir de si no momento de produção do relato.

A própria distinção entre biografia e autobiografia, aliás, deve ser criticada – aquele que fala de outrem geralmente fala, ao mesmo tempo, de si. A utilização crítica destes documentos implica, também, na necessidade de apreender os condicionantes, conscientes ou não, deste ato de escrever sobre si (ou sobre os outros), além de questionar quais testemunhos chegaram a ser expostos e/ou reunidos e quais as especificidades culturais e sociais daqueles que decidem por e se sentem autorizados a dar seu testemunho, seja sobre si próprio ou sobre um terceiro.

Ainda segundo este autor, também é necessário que o pesquisador se questione “o que conduz uma pessoa a escrever sua autobiografia e a testemunhar seu passado. Que vida (que acontecimentos) é necessário ter vivido (...) para experimentar a imperiosa ‘necessidade’ de escrever sobre si mesmo” (LAHIRE, 2004, p. 43)¹⁷. Logo, uma das questões que orienta este trabalho é apreender, tanto para a própria Maria quanto por terceiros, o que é considerado como uma vida digna de ser contada.

Outro fator determinante para possibilitar a análise destes documentos é a apreensão conjunta não só do conteúdo do mesmo, mas de elementos contextuais/extra-textuais – tanto do momento em que se produz o relato quanto dos momentos relatados na narrativa biográfica. Como nos diz Lahire:

O sociólogo deve, para que seja pertinente a utilização de textos autobiográficos como materiais interpretáveis, tirar informações dos contextos extra-textuais (escolares, políticos, religiosos, familiares...) correspondentes aos diferentes momentos da trajetória narrada, e também ao momento em que o escritor se narra, para compreender o que está em jogo, a partir de que pressupostos culturais, a partir de que categorias históricas de percepção o autor se ‘diz’ e se ‘põe em cena’” (LAHIRE, 2004, P. 41)¹⁸.

Assim, a apreensão do contexto dos diferentes momentos e eventos narrados pelo biógrafo e do momento em que a biografia é produzida tem como objetivo ajudar na

¹⁷ “Lo que conduce a una persona a escribir su autobiografía y a testimoniar su pasado. Qué vida (o qué acontecimientos) es necesario haber vivido (...) para experimentar la imperiosa ‘necesidad’ de escribir sobre sí mismo”.

¹⁸ “El sociólogo debe, para que sea pertinente la utilización de textos autobiográficos como material interpretable, sacar informaciones de los contextos extra-textuales (escolares, políticos, religiosos, familiares...) correspondientes a los diferentes momentos de la trayectoria narrada, y también al momento en el que el escritor se narra, para comprender lo que está en juego, a partir de qué presupuestos culturales, a partir de qué categorías históricas de percepción el autor se ‘dice’ e se ‘pone en cena’”.

compreensão das ênfases e silêncios, possibilitar a compreensão do que autoriza e impulsiona determinados agentes a falar sobre a vida de alguém e quais acontecimentos este alguém precisa ter vivido para que sua vida seja considerada como digna de ser contada.

Conforme trabalhado mais detalhadamente no quarto e, principalmente, quinto capítulo, a construção da memória de Maria Aragão e as disputas em torno de sua identidade pública se inserem em uma dinâmica nacional fortemente marcada pela “guerra da memória” envolvendo a Ditadura Militar brasileira (MARTINS FILHO, 2003), o que inclui a publicação, principalmente a partir da década de 1980, de uma série de livros memorialísticos escritos por militantes da “resistência”¹⁹.

Isto, porém, não exclui a necessidade de apreender os sentidos e significados atribuídos às demais experiências vividas por Maria Aragão (que extrapolam o período ditatorial) pelos agentes que, na década de 1980 e início de 1990, tinham algum interesse em intervir a favor ou contra uma determinada interpretação do passado, principalmente no que tange ao estado do Maranhão.

Não se deve ignorar, portanto, que a construção de “ícones” como Maria Aragão tem, no Maranhão, uma relação direta com uma leitura personalista da história e que as tomadas de posição em relação a este agente (que visam, ao mesmo tempo, definir quem foi este personagem e impor uma visão específica do mundo social) devem ser entendidas mediante as tomadas de posição relativas a outros “ícones” do Estado – em especial José Sarney e o “sarneyismo”, que se afirmaram como os principais eixos de identificação e autoidentificação das posições no jogo político estadual²⁰.

Para usar as terminações de Pierre Nora (1993), pode-se dizer que Maria Aragão se tornou um *local de memória*. As múltiplas celebrações e intervenções de que foi alvo no período final de sua vida, com e após sua morte, o atestam. Estas têm explicitamente o intuito de registrar a sua “memória” e dar continuidade ao seu “legado” – por mais que, e talvez principalmente por isto, a definição do que deve ser feito em sua memória e do que constitui o seu legado varie tanto quanto as pessoas, instituições, meios e eventos que se propõem a fazê-lo. Tem, portanto, *vontade de memória*. Como nos diz Nora, “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que

¹⁹ Em Ridenti (2010, p. 293-297) pode-se ver um levantamento relativamente atualizado – escrito em 2010 – de livros biográficos e autobiográficos envolvendo agentes que se opuseram à Ditadura Militar.

²⁰ Sobre a construção de “ismos” (como o “sarneyismo”), “ícones” e seus intérpretes em duas configurações regionais distintas ver Grill (2012b): “ ‘Ismos’, ‘ícones’ e intérpretes’: as lógicas das ‘etiquetagens’ na política de dois estados brasileiros (MA e RS)”.

é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13). Estes, ao mesmo tempo em que têm como razão de ser parar o tempo e bloquear/redirecionar o trabalho do esquecimento, vivem numa incessante metamorfose e deslanchar de novos significados. Como nos diz Jewsiewicki (2010, p. 333) para um evento histórico ocorrido na década de 1950 na Europa, mas que é também aplicável aqui, considerar Maria Aragão “como lugar de memória permite examinar historicamente (...) memórias transformadas em eventos. Cada discurso (livro, imagem, objeto, monumento, performance, locução etc.) procede de uma escolha única daquilo que no fato histórico ocorrido foi retido como pertinente”.

A tradição durkheiminiana, com Halbwachs (2003), abriu a possibilidade de tratamento histórico-sociológico das memórias. Afastando-se de interpretações mais essencialistas ou reificadas que vinham de outras áreas de conhecimento, Halbwachs demonstra que não há memória individual – por mais que se viva um evento sozinho, a memória vai ser sempre e necessariamente coletiva.

Segundo Halbwachs, testemunhos, de terceiros ou próprios (como voltar a um lugar, reler um livro ou fotografias), por exemplo, cumprem a função de reforçar ou enfraquecer uma determinada lembrança de um evento, assim como a confiança que nutrimos de uma lembrança nossa aumenta na medida em que podemos confirmá-la com as lembranças de terceiros. Mas, vale frisar, testemunhos alheios não bastam para a criação de uma memória pois, nas palavras de Halbwachs, “é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outra para que a lembrança que nos fazem recordar seja construída sobre uma base comum” (HALBWACHS, 2003, p. 39).

Percebe-se, assim, que até mesmo o esquecimento não pode ser explicado simplesmente com base em questões fisiológicas ou naturais, já que a perpetuação da participação do indivíduo em determinado grupo é condição para a manutenção das lembranças relativas ao próprio grupo. Justamente por isso, as lembranças que são comuns aos grupos que participamos com mais intensidade são as que temos mais facilidade de evocar. Assim, segundo este autor, as memórias são construídas socialmente – são exteriores a nós e se impõem com um certo grau de coercitividade.

O trabalho de Halbwachs, porém, apesar de ser uma referência praticamente obrigatória e ter contribuído demasiadamente para a abertura de um amplo leque de pesquisas envolvendo memórias, não deixou de ser alvo de críticas. Neste sentido,

Candau (2009) menciona que a noção de memória coletiva de Halbwachs é alvo de três armadilhas. Primeiramente, tal noção não dá conta de perceber que há diferença entre o que se recorda e o que se manifesta como recordação, pois há memórias latentes, não manifestas, ignoradas pela noção desenvolvida por Halbwachs; além disto, tal noção pressupõe a tomada dos atos de memória coletivos como indicadores/pressupostos da existência de uma memória compartilhada pela coletividade, quando eles de fato não são suficientes para isso; o que leva à terceira armadilha, referente à confusão entre a crença em uma memória coletiva – que de fato há – com a existência da memória coletiva em si.

Em uma perspectiva relativamente distinta da de Halbwachs, Pollak (1989, 1992) advoga que uma das funções da memória é definir as fronteiras sociais que separam os diferentes grupos/coletividades (como partidos políticos, nações, dentre outros) e, assim, manter uma certa coesão dentre estes grupos. Isto, porém, implica no estabelecimento de um quadro de referências – por isso, Pollak afirma ser melhor falar em memória enquadrada ou trabalho de enquadramento da memória, do que falar em memória coletiva, como o faz Halbwachs. A ênfase passa a ser, portanto, nos “processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias” (POLLAK, 1989, p. 4).

Este trabalho de enquadramento pode ser exemplificado, na presente pesquisa, com as comemorações de aniversários de Maria, a publicação de entrevistas, as “notas de pesar”, construção de memoriais, dentre outros.

Esta função de definir fronteiras entre grupos, assim como o trabalho de enquadramento, é bastante visível, por exemplo, nas memórias publicadas por membros dos Partidos Comunistas – não só no Brasil, mas também na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e nos demais PCs ao redor do mundo.

Era característico dos PCs ao redor do mundo exigir que os militantes que obtinham alguma posição relevante na organização escrevessem um documento autobiográfico, geralmente baseado em um questionário. Os PCs praticavam, ainda, um trabalho de “supervisão biográfica”, que visava acompanhar e controlar seus militantes. Esse sistema de controle teve seu apogeu em fins da década de 1920 e meados da década de 1950, enfraquecendo posteriormente (GROPPO, 2012). Exigia-se informações detalhadas tanto do âmbito político quanto pessoal, e tais informações eram avaliadas para assegurar a sua veracidade e se o militante dispunha das características necessárias para esta ou aquela posição. Assim, a manutenção de uma “coerência biográfica”, que já é própria dos depoimentos memorialísticos e autobiográficos em geral, ganha uma

exigência ainda mais forte, posto que o produtor da autobiografia estava em constante vigilância pelo Partido. Além do mais, a produção e divulgação de tais biografias era uma forma de atestar uma das especificidades autodeclaradas dos PCs: a sua ligação com os “proletários” (GROPPO, 2012).

Nas biografias comunistas, portanto, os vínculos com aquilo que se pode entender como “proletariado” costuma ser reiteradamente ressaltado. No caso de Maria Aragão, por mais que não tenhamos tido acesso a nenhum tipo de autobiografia “encomendada” pelo Partido, este vínculo aparece, dentre outras formas, pela ênfase na sua “origem pobre”, pelo “desprendimento” em relação a bens materiais, pela priorização do atendimento aos “pobres”, dentre outros.

Além da definição/redefinição das fronteiras de diferentes coletividades, o trabalho de enquadramento e reinterpretação do passado se dá também em função das disputas travadas pelos agentes no momento da exposição das memórias. Mas estas reinterpretações não acontecem de forma aleatória. Além das preocupações pessoais e políticas do momento, o trabalho de enquadramento se dá por meio de processos que obedecem a algumas exigências – o que faz com que as memórias não sejam meras falsificações do passado. Destaca-se, aqui, as exigências de justificação (deve servir para o ator que mobiliza as memórias na justificativa de suas posições) e de coerência na sucessão dos discursos. Não à toa há uma estreita relação entre o “retrato biográfico” de Maria Aragão divulgado no jornal *Tribuna do Povo* durante os seus aniversários na década de 1950, e a caracterização feita dela nas divulgações de seu aniversário na década de 1980.

Não se deve, portanto, interpretar as “reconstruções” das memórias como mentiras ou falsificações do passado, mas se questionar quanto à sua ligação com a construção da identidade do personagem em questão. Nas palavras de Pollak:

Podemos dizer, portanto, que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 5).

Tal reinterpretação, porém, pode gerar uma série de conflitos e tensões, pois pode ameaçar a estabilidade da identidade de um indivíduo ou grupo. E é justamente durante estes períodos de crise, em que os conflitos e tensões em torno da construção da memória aumentam, que surgem os objetos e fontes privilegiados para pesquisas com a perspectiva aqui assinalada.

Para evitar tais tensões, costuma haver nas coletividades atores especializados no enquadramento da memória e pessoas autorizadas como “porta-vozes” das memórias do grupo. Ou seja, nas disputas em torno da construção das memórias, costuma haver pessoas que se sentem autorizadas e são autorizadas por terceiros a se alçar como os “guardiões da memória”, como detentores do monopólio da interpretação legítima do passado (isto é válido para uma pessoa que fala de si, para alguém que discorre sobre uma outra pessoa, assim como para alguém que fala de uma coletividade, como um partido, nação, etc.).

Trabalhar com memórias exige, também, a distinção entre silêncio e esquecimento - por mais que a distinção entre ambos nem sempre seja clara e as fronteiras entre um e outro estejam, como estão, em constante deslocamento. Enquanto o esquecimento pode vir por questões biológicas ou pelo distanciamento do indivíduo do grupo a que as memórias fazem referência (HALBWACHS, 2003), o silêncio pode ser uma estratégia para proteger a si ou a terceiros; pode decorrer de uma intenção (consciente ou não) de não trazer à tona aspectos/eventos não condizentes com a identidade sustentada no momento, pode decorrer da falta de uma “escuta”, da junção de distintos fatores, etc. Percebe-se, assim, que “um passado que permanece mudo é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que de um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidade de comunicação” (POLLAK, 1989, p. 13).

Isto, mais uma vez, leva à necessidade de se voltar aos eventos narrados – por meio de outros documentos e estudos historiográficos. Ou seja, “o pesquisador deve incessantemente confrontar a operação de memória com o conhecimento histórico, sob pena de ignorar o esquecimento cujo conhecimento é indispensável para a compreensão do modo como opera a memória” (JEWSIEWICKI, 2010, p. 328).

Ao tomar os registros de e sobre Maria Aragão como objeto de pesquisa, uma outra questão se impõe: a relação entre memória e gênero. Apesar de esta relação não ser o foco da presente análise, não se pode compreender a construção da memória e identidade pública de Maria Aragão deixando de lado as questões relativas ao fato de ela se identificar e ser identificada como mulher.

Como nos diz Michelle Perrot (1989, p. 18), “a memória, como a existência da qual ela é o prolongamento, é profundamente sexuada”. Isto pode ser percebido tanto na análise da memória oficial de um estado, em que há pouquíssimo espaço para mulheres – afinal, “a cena política construiu-se recusando às mulheres o estatuto de sujeitos políticos (FACINA e SOIHET, 2004, p. 14-15) -, quanto na análise de registros memorialísticos

de mulheres consideradas como “anônimas” para a narrativa desta memória oficial, que acabam por consentir e reproduzir tais estruturas de dominação.

A própria historiografia tradicional acabou por reservar às mulheres um local secundário. Isto se deu, por um lado, por conta do privilégio dado aos estudos com foco no considerado como “público”, que o entende como espaço dos homens; e, por outro, por conta da pequena quantidade e teor dos registros sobre as mulheres, que costumavam apelar a estereótipos estigmatizantes (PERROT, 1989). Como destacam Facina e Soihet: “destinadas à esfera privada, por longo tempo, elas estiveram ausentes das atividades consideradas dignas de serem registradas para o conhecimento das futuras gerações” (FACINA e SOIHET, 2004, p. 15). Há, porém, exceções. Maria Aragão é uma delas.

Há algumas décadas, uma série de autoras e autores vêm cooperando para transformar este quadro. Faz parte deste movimento o reconhecimento da memória e da história oral como espaços legítimos de pesquisa e investigação (PERROT, 1989; FACINA e SOIHET, 2004); e, também, as críticas ao simplismo da dicotomia público/privado (FACINA e SOIHET, 2004). Como destaca Comparato (2014, p. 171), “os movimentos feministas elaboraram críticas contundentes à separação e oposição entre o público e o privado, bem como aos papéis e estereótipos sexuais associados a essas esferas”.

Esta construção do “espaço público” como algo próprio dos homens e do “espaço privado” como próprio das mulheres se reflete, também, na maior incidência de mulheres produzindo arquivos privados, como diários íntimos, e à estruturação da memória feminina a partir de questões da vida pessoal ou ligadas ao âmbito familiar/doméstico:

Os modos de registro das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade. O mesmo ocorre com seu modo de rememoração, da montagem propriamente dita do teatro da memória. Pela força das circunstâncias pelo menos para as mulheres de antigamente, e pelo que resta de antigamente nas mulheres de hoje (o que não é pouco), é uma memória do privado, voltada para a família e o íntimo, os quais elas foram de alguma forma delegadas por convenção e posição (PERROT, 1989, p. 15).

Tais considerações podem nos ajudar a compreender o porquê, dentre os muitos livros testemunhais sobre as experiências traumáticas durante a Ditadura Militar, mesmo as mulheres tendo participado ativamente da luta contra a ditadura e sofrido com a repressão, poucos foram escritos por mulheres (MORAES, 2013). Também pode nos ajudar a compreender, como demonstrado no capítulo 6, o porquê de haver poucas mulheres dentre as muitas pessoas que publicaram suas posições sobre Maria Aragão e o

porquê de certas ênfases (como a descrição do casamento e da adoção dos filhos) e silenciamentos.

Como já mencionado anteriormente, memória e identidade são elementos que não podem ser apreendidos separadamente. Apesar do relativo consenso nas ciências sociais de que a identidade é uma construção social, deve-se lembrar, como nos mostra Candau (2009), que, ainda assim, no dia a dia, é em termos essencialistas que a identidade é representada e, além disto, tal raciocínio essencialista é possibilitado principalmente pelo recurso à memória. Como menciona o autor:

A memória pode, assim, ser assimilada a essa faculdade constituinte da identidade pessoal que permite aos sujeitos de se pensar detentor de uma essência que permanece estável no tempo, ou de pensar que o grupo ao qual pertence é detentor de uma essência tendo a mesma propriedade (CANDAU, 2009, p. 47).

É parte da forma corrente de representar a identidade, portanto, a necessidade de confirmação de sua veracidade por terceiros, o que vem reforçar a percepção da identidade como uma essência. Isto se insere na inscrição de uma tradição, o que geralmente se mostra em rituais, monumentos e homenagens - ou no que o autor chamou de patrimonialização. Vale ressaltar, assim, que a identidade (e a memória), a despeito da forma como ela é representada no dia a dia, não constituem a essência de uma pessoa – são fenômenos relacionais, se constroem em relação aos demais e aos critérios de aceitabilidade.

Assim como a memória é peça chave na constituição da identidade, a identidade também é fundamental para possibilitar a existência da memória, pois não há memória sem o estabelecimento de significados para as sequências temporais de eventos que se sucedem (CANDAU, 2009).

Pode-se dizer, portanto, que narrar a sua própria história ou do grupo a que pertence/se identifica é se movimentar continuamente entre memória e identidade, visto que estão continuamente imbricadas. Paralelamente a isto, narrar a sua própria história é se posicionar diante de alguém que escuta, dos demais agentes e também de eventos e de objetos. Afinal, “através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros” (POLLAK, 1989, p. 13).

Esse posicionamento se dá em formato de uma narrativa, que é uma tentativa reflexiva de interpretação do passado, nas condições do presente, a partir do que o presente rejeita ou valoriza (BARBATO e CAIXETA, 2011). Portanto, levar em conta estas questões também nos leva a apreender como esta construção identitária se relaciona

com os novos posicionamentos continuamente adquiridos, o que nos faz partir de uma perspectiva necessariamente processual.

Como nos diz Pollak, “se assimilamos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente, é o outro” (POLLAK, 1992, p. 5). Também por isto a análise aqui empreendida leva em conta não só os documentos autobiográficos de Maria Aragão, mas também documentos referentes a ela que foram produzidos por outros agentes, além das entrevistas realizadas no decorrer da pesquisa.

Em se tratando da construção de identidades de agentes políticos, Annie Collovald (1988) publicou um estudo onde afirma a necessidade de “levar em consideração o conjunto de seus diferentes modos de existência pública” e, conseqüentemente, “o conjunto destas ‘identidades’ que se inventam na relação entre as instâncias biográficas e o jogo propriamente político” (COLLOVALD, 1988, p. 29)²¹.

Como menciona a autora:

A força específica do homem político é o resultado de uma operação de ‘produção de si’ que consiste em reunir, em homogeneizar, e em tornar coerentes, sob uma ‘marca’ identitária unificada e suficientemente identificável, as múltiplas definições de si. Mais que a manifestação de uma identidade ‘verificável’, o trabalho de ‘personalização de si’ é um produto complexo destinado a servir como um meio nas lutas políticas (COLLOVALD, 1988, p. 35)²².

As informações biográficas dos agentes políticos aparecem em “instâncias biográficas” que, por sua vez, não agem de forma meramente aleatória, pois têm suas próprias regras e visão de mundo. Tais informações podem vir de revistas, jornais, livros biográficos, etc. Cada uma destas instâncias com suas características próprias e variando no modo de retratar o político e de produzir a informação.

Collovald (1988) toma para análise duas revistas biográficas especializados na apresentação de homens políticos, traçando dois modelos de construção de imagens destes agentes – o que chamou de modelo burocrático e modelo “mundano”. O primeiro

²¹ Tradução livre – tanto esta quanto as demais citações de Collovald (1988): “prendre en considération l’ensemble de ces différents modes d’existence publique”; “l’ensemble de ces ‘identités’ qui s’inventent dans la relation entre les instances biographiques et l’enjeu proprement politique”.

²² “La force spécifique de l’homme politique est le résultat d’une opération de ‘production de soi’ consistant à rassembler, à homogénéiser, et à rendre cohérentes, sous une ‘marque’ identitaire unifiée et suffisamment identifiable, les multiples définition de lui-même. Plus que la manifestation d’une identité ‘veritable’, le travail de ‘personnalisation de soi’ est un produit complexe destiné à servir de moyen dans la lutte politique”.

deles traz maior ênfase para títulos profissionais e políticos, tem critérios racionais e explícitos de escolha das informações passadas, de escolha dos políticos apresentados e tem pessoas especializadas na produção das informações. Já o segundo, dá maior atenção para informações familiares e pessoais, tem critérios pouco claros e heterogêneos de coleta das informações e de escolha dos políticos apresentados, além de mesclar com a apresentação dos políticos pessoas que adquiriram notoriedade em outros meios, como o artístico ou empresarial. Enquanto no modelo burocrático o biografado pouco pode intervir na produção do conteúdo, no modelo mundano é o próprio biografado que acaba por determinar as categorias e critérios utilizados nas matérias.

Como nos diz Collovald:

‘Marca’ simbólica pela qual o ator político se distingue de seus pares, sua identidade é uma identidade construída e redefinida a cada vez nas diferentes instâncias que a publicam. Além disto, dependendo das relações de concorrência de cada um no seio destes locais de fabricação de *identidades públicas* e entre si, esta ‘marca’ reúne, paradoxalmente, uma multiplicidade de identidades que são ‘abertas’, sempre sujeitas a modificações (COLLOVALD, 1988, p. 29, grifos meus)²³.

Inspirando-se neste trabalho de Collovald, fez-se a opção por adotar o termo identidade pública ao invés de apenas identidade. Isto não objetiva se contrapor às considerações acima apontadas sobre a construção da identidade e, muito menos, dar a entender que exista uma oposição/diferenciação entre um e outro. A opção pela adição do “pública” em seguida ao termo “identidade” visa apenas dar ênfase para o fato de que a construção da identidade de agentes políticos como Maria Aragão se dá em um universo de concorrência, a partir de instâncias de publicização que visam atingir a um número de pessoas relativamente grande. Assim, continuamos nos atendo à definição de identidade operacionalizada por Pollak como “imagem de si, para si e para os outros”, mas chamando atenção para um adendo: a imagem que a própria Maria faz de si, que é também a forma como ela quer ser vista pelos outros, é uma construção que envolve vários agentes e, portanto, é uma construção “negociada” com a imagem que os demais fazem dela.

As tomadas de posição em relação a esta identidade permanentemente construída se realizam em atos/eventos que podem adquirir formas diversas – como o velório de Maria na Assembleia Legislativa do estado do Maranhão, matérias de jornais e a

²³ “‘Marque’ symbolique par laquelle l’acteur politique se distingue de ses pairs, son identité est donc une identité construite et redéfinie à chaque fois dans les différentes instances qui la publient. En outre, dépendant des relations de concurrence de chacun au sein de ces lieux de fabrication d’identités publiques et entre ceux-ci, cette ‘marque’ rassemble, paradoxalement, une multiplicité d’identités qui sont ‘ouvertes’, toujours sujettes à modification”.

publicação de livros ou revistas. Isto tudo contribui para a construção de uma espécie de “culto ao chefe”, para usar a expressão de Michels (1982), em que o cultuado fica cada vez mais distante das pessoas de carne e osso e, em especial caso esteja morto, só se torna acessível por meio de porta-vozes autorizados que, ao mesmo tempo em que servem de mediadores entre quem está no céu e quem está na terra, dizem quem está em cada um dos lados, quais as suas características e história de vida (CORADINI, 1998).

Aqueles que se colocam a definir a identidade de Maria Aragão se colocam também na luta pela “imposição de percepções e categorias de percepção” (BOURDIEU, 2011b, p. 117). Tal qual demonstrado por Bourdieu quanto ao campo político, esta disputa “assume pois a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer” (BOURDIEU, 2011c, p. 174).

Dessa forma, aquele que afirma com autoridade uma verdade acaba por provocar a existência daquilo que enuncia, pois esconde a arbitrariedade, santifica, naturaliza (BOURDIEU, 2011b). Esta capacidade de produzir representações do mundo, porém, é desigualmente distribuída – varia de acordo com os capitais acumulados por cada agente.

Como nos diz Bourdieu referindo-se à determinação dos critérios que definem a “região” (mas que poderia perfeitamente ser trocada por “Maria Aragão” ou qualquer outro objeto alvo de disputa por distintos agentes):

São objeto de *representações mentais*, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de *representações objetais*, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que tem em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores (BOURDIEU, 2011b, p. 112).

Assim, sendo as representações do mundo parte da realidade, deve-se romper com a oposição, presente em muitos trabalhos acadêmicos, entre representação e realidade. Isto ajuda a prevenir-se contra uma postura essencialista onde haveria uma Maria Aragão real, definitiva, e uma outra, fantasiosa, existente apenas na cabeça de algumas pessoas. Da mesma forma, deve-se romper com a dúvida quanto a incluir ou não na análise questões ditas “subjetivas” (como a identificação), pois estas são “as representações que os agentes sociais têm das divisões da realidade e que contribuem para a realidade das divisões” (BOURDIEU, 2011b, p. 120).

A luta pela alteração da definição imposta decorre do reconhecimento da existência dessa definição (BOURDIEU, 2011b). Assim, se há uma série de agentes se

colocando a definir quem é/foi Maria Aragão, já podemos, de antemão, apontar no mínimo um consenso dentre eles: a crença nesta como um objeto legítimo de disputa, o que implica em um acordo no fato de que este personagem existiu, que sua vida é/foi importante e merece ser contada e recontada.

Significativa parte dos registros que pautam a identidade pública de um agente político tem um cunho elogioso/hagiográfico e vem à tona em eventos de cunho ritualístico. Tais registros, dos quais os relatos biográficos/autobiográficos fazem parte, funcionam de forma análoga à “economia dos bens simbólicos”, descrita por Bourdieu (1996b). Ou seja, “situam-se na lógica da dádiva – e não na do crédito” (BOURDIEU, 1996b, p. 179). Baseiam-se em uma relação de troca, mas tanto a dádiva quanto a retribuição não aparecem enquanto tal. Dito de outra forma: um dos princípios que regem a economia dos bens simbólico é que aquele que dá/retribui deve aparecer como fazendo-o sem pretender receber nada em troca. Desta forma, a dádiva e a retribuição aparecem como não estando relacionadas. É como se houvesse uma espécie de véu que “distingue a troca de dádivas do ‘toma lá da cá’, (...) para permitir que quem dá defina sua dádiva como uma dádiva sem retorno – e ao que retribui, de definir sua retribuição como gratuita e não determinada pela dádiva inicial” (BOURDIEU, 1996b, p. 160). As inúmeras homenagens que Maria recebeu no período final de sua vida, que foi também o período da produção da maioria de seus relatos autobiográficos, não tinham como intuito explícito angariar, com isto, algum “crédito”; da mesma forma, a concessão de entrevistas, a aceitação de homenagens e da identificação ou a autoidentificação com determinados agentes, não tinham como objetivo explícito funcionar como uma forma de retribuição. Ademais, aqueles que a homenageavam, tanto organizando festas de aniversário ou publicações com seus relatos autobiográficos, por mais que não tivessem este intuito explícito e que estas homenagens pudessem, em alguma medida, ser vividas como “atos desinteressados”, elas não o eram de fato. Tal qual é comum em homenagens, a concessão de homenagens à Maria Aragão gerava reconhecimento não só para ela, mas também para aqueles que a homenageavam.

Isto se torna ainda mais perceptível nos “elogios fúnebres” efetivados por ocasião da morte do homenageado. Em tais cerimônias, tal como demonstrado por Hèlias (1979) em relação aos “memoriais de guerra” na França, o que está em jogo são trocas simbólicas que se fundam na crença de que o homenageado teria doado a sua vida em prol do grupo, constituindo assim uma dívida entre o homenageado/credor e os vivos/devedores. Esta “doação originária” é bastante visível nos relatos sobre Maria (que destacam

reiteradamente a longevidade desta doação) e também no seu próprio relato, em que ela se autoapresenta como tendo orientado toda a sua vida para um fim específico de “doação” à uma causa.

Tais homenagens, ao menos conforme destacado por Hèlias para os memoriais de guerra na França, não devem ser interpretadas como “instrumentos de resolução da dívida” (HÈLIAS, 1979, p. 747)²⁴. Ao contrário, elas expressam e permitem a reatualização infinita da dívida dos vivos para com o homenageado. Apesar de nem sempre haver formalmente explícito quem são os devedores, pode-se considerar que são aqueles que, diferentemente do homenageado, não doaram suas vidas em prol da causa do grupo, o que assegura uma reprodução indefinida destas trocas simbólicas – não à toa as homenagens à Maria permanecem mesmo décadas depois de sua morte.

Nesta relação, apesar da lista dos credores estar fechada e tratar-se de um grupo bastante seletivo, a dos devedores é aberta e se renova constantemente. Por isso, os memoriais de guerra na França, tal qual certas homenagens feitas a agentes políticos, se definem menos pelo “culto da memória” e mais pelo “reconhecimento permanente de uma dívida” (HÈLIAS, 1979, p. 749)²⁵. Percebe-se, assim, que o que está em jogo não é simplesmente a compensação/pagamento da dívida ao homenageado, mas uma auto-declaração de posição e de construção de uma visão de mundo.

Em se tratando mais especificamente de cerimônias fúnebres de dirigentes políticos, percebe-se que “é a perenidade da hierarquia social que está no coração da cerimônia (DULONG, 1994, p. 629)²⁶. Assim, tais discursos se inscrevem em um processo de legitimação da ordem política, posto que “reafirmam a função eminente do homem político como um porta-voz delegado” (DULONG, 1994, p. 630)²⁷, e se constituem como materiais ricos para apreender “a objetivação de papéis, assim como um conjunto de crenças relativas à objetividade do papel e às condições de sua preservação” (DULONG, 1994, p.635)²⁸.

Nestes eventos, apesar das variações quanto às percepções da morte, há uma aparência de consenso, pois praticamente todos concordam em, pelo menos, dois aspectos

²⁴ Tradução livre – tanto para esta quanto para as demais citações de Hèlias (1979): “l’instrument résolutoire de la dette”.

²⁵ “Culte du souvenir”; “reconnaissance permanente d’une dette”.

²⁶ Tradução livre – tanto para esta quanto para as demais citações de Dulong (1994): “C’est la pérennité de la hiérarchie sociale qui est au cœur de la cérémonie”.

²⁷ “Réaffirmer la fonction éminente de l’homme politique en tant que porte-parole délégué”.

²⁸ “L’objectivation des rôles, ici comprise comme un ensemble de croyances relatives à l’objectivité du rôle et aux conditions de sa préservation”.

abundantemente ressaltadas: a morte do homenageado como um evento político e o fato de que o morto era/é alguém importante. Além do mais, a política é descrita por todos como um dever, uma paixão, e é reiteradamente colocada como uma profissão não-ordinária.

Normalmente, quanto mais elevada é a posição do defunto na hierarquia política, mais numerosa é a quantidade de discursos proferidos e maior é a tendência de estes discursos virem de pessoas ocupando postos mais altos (DULONG, 1994). Mas, vale frisar, fatores externos/contextuais também influenciam na quantidade e caráter das homenagens.

Estas diversas tentativas de definição/redefinição do papel ocupado pelo defunto demonstram também que as posições instituídas não têm nada de natural – são construídas socialmente e em “um trabalho incessante de construção por seu titular e do seu titular” (DULONG, 1994, p. 646, grifos originais)²⁹. Nesta construção, “tudo (...) tende a mostrar que uma posição instituída só é real na medida em que ela é incarnada em indivíduos habilitados a representá-la” (DULONG, 1994, p. 634)³⁰.

Estas homenagens, ao mesmo tempo em que erguem o defunto como um modelo a ser seguido pelas pessoas, celebram crenças, têm uma relação direta com a permanência de uma identidade política, e são parte de um trabalho de “definição de uma forma de grandeza particular” (DULONG, 1994, p. 635)³¹. Esta forma de grandeza particular, que a autora chamou de “humanidade da grandeza” (*l’humanité de la grandeur*), se constitui na articulação entre uma grandeza ordinária, convencional, com uma grandeza singular, não acessível a todos. Ou seja, trabalha-se numa ambivalência constante entre exceção e norma, o que funciona de forma a obnubilar e manter as fronteiras entre os profissionais e os profanos.

Vale mencionar, também, que os elogios fúnebres tem o potencial de demonstrar as “múltiplas formas de construir o homem público e o local do político” (DULONG, 1994, p. 638)³² – são, portanto, um espaço privilegiado para análise da construção da identidade pública de agentes políticos. E, ao mesmo tempo, visto que as qualidades ressaltadas no defunto são parte das tentativas de diversos agentes de estabelecer as características e valores que os políticos devem ter, os elogios fúnebres constituem um

²⁹ “D’un travail incessante de construction par son titulaire e de son titulaire”.

³⁰ “Tout (...) tend en effect à montrer qu’une position instituée n’a de réalité que dans la mesure où elle s’incarne dans des individus habilités à la représenter”.

³¹ “Définition d’une forme de grandeur particulière”.

³² “Multiples façons de construire l’homme public et le lien politique”.

corpus privilegiado para análise das tentativas de transformação dos critérios de seleção e hierarquização do mundo social e, em especial, do mundo político. Como nos diz a autora, “o que se dá nesta ocasião é um trabalho de transformação de qualidades pessoais em normas de acesso à excelência política” (DULONG, 1994, p. 639)³³. Não à toa há a evocação constante, nestes elogios fúnebres, entre passado, presente e futuro. Isto é um modo de extrapolar a singularidade do defunto e, assim, apagar a arbitrariedade dessa relação entre as características ressaltadas no morto e as valorizadas/exigidas para a ocupação de certos postos na política.

O presente trabalho está dividido em seis capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O capítulo um, intitulado *Disputas políticas e a construção da identidade*, visa expor como a construção da identidade e memória de Maria se relacionam com as posições ocupadas por ela e as disputas que participou posteriormente, partindo principalmente dos relatos autobiográficos de Maria referentes ao ato de falar sobre a sua própria vida, sobre como ela vê a si própria e a sua “origem”,

O capítulo dois, intitulado *Chegada e afirmação no Maranhão e no Partido Comunista (1945-1963)*, parte principalmente da crítica ao material memorialístico de Maria Aragão e visa reconstruir as disputas em que ela se envolveu no período mencionado, de forma a alcançar a compreensão das condições que lhe possibilitaram ocupar posições dirigentes no PCB e obter maior prestígio no meio político e cultural maranhense. O mesmo vale para os capítulos três e quatro, sendo que o capítulo três, intitulado *A volta como ‘educadora’, a Ditadura Militar e o trabalho na medicina*, foca o período entre a sua volta da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1963 – colocado por ela própria como o marco de uma mudança na sua vida - e o ano de 1978, marcado por sua saída da prisão e implementação oficial da política de “abertura”. E o capítulo quatro, intitulado *Intensificação da consagração – homenagens e itinerário político de Maria Aragão no pós-1978*, tem como foco a relação entre a construção de sua identidade pública, as disputas políticas e as tentativas de construção de uma memória oficial no estado do Maranhão.

³³ “Car ce qui se joue à cette occasion est en fait un travail de transformation de qualités personnelles en normes d'accès à l'excellence politique”.

Já o quinto capítulo, intitulado *Maria Aragão e a “batalha da memória” envolvendo a Ditadura Militar*, visa analisar mais especificamente como as disputas sobre a interpretação do período ditatorial se relacionam com as memórias de Maria, abordando, em especial, a sua leitura do que seria a resistência, a repressão e de quem seriam os responsáveis pela implementação e manutenção do regime no estado.

O sexto capítulo, por fim, intitula-se *Elegias para Maria Aragão*. Diferentemente dos demais, o foco aqui é a análise de como documentos produzidos em homenagem a Maria Aragão intervêm na construção de sua identidade pública e reafirmação da mesma como uma “heroína” do estado do Maranhão. Partimos, para isto, de documentos publicados em três ocasiões distintas: a *Revista*; os elogios fúnebres, publicados em jornais por ocasião da sua morte, em 1991; e os demais textos publicados no livro organizado por Antônio Francisco, no ano seguinte à sua morte.

CAPÍTULO 1 - Disputas políticas e a construção da identidade

Tu sabes o que é ser Comunista? Passar como comunista, ter um Jornal Comunista, numa terra como São Luís do Maranhão, até essa época? Era preciso ser porreta mesmo, não é? As dificuldades eram grandes.

Maria Aragão, em entrevista com Euclides Moreira, (2015, p. 147)

1.1) Escrevendo sobre a sua própria vida

Partindo de um estudo que toma como base a produção de livros por parte de políticos com uma carreira relativamente longa e que ocuparam altos cargos eletivos na hierarquia política (deputados federais e senadores), Grill (2012a) observou a raridade das produções de livros do gênero memorialístico por estes políticos profissionais, além de constatar que estes produtos, quando existem, “estão diretamente ligados à vontade do autor em tomar a palavra publicamente, o que implica se sentir autorizado social e politicamente e possuir ou acreditar possuir competência linguística e intelectual para tal empreendimento” (GRILL, 2012a, p. 12). Porém, enquanto nos casos analisados por Grill (2012a) o depoente se sente no “dever”/“obrigação” de publicar tais memórias (por mais que haja também a influência de terceiros), no caso de Maria Aragão o incentivo para registro e publicação de tais memórias se dá, principalmente, por conta de outras pessoas com quem ela se relacionava. Isto pode ser visto pelo fato de ela não ter empreendido o esforço – bastante dispendioso em termos de tempo – da escrita de um livro autobiográfico ou se empenhado para que seus depoimentos saíssem em forma de livro.

Michelle Perrot já destacou o fato de a leitura e a escrita serem frequentemente encaradas como “um fruto proibido para as mulheres” (PERROT, 1989, p. 12) e que elas, quando o fazem, num ato de consentimento ao silêncio imposto, muitas vezes acabam por destruir ou ocultar estes registros. Se isto não aconteceu com Maria Aragão, que é de fato uma exceção, certamente influenciou em suas hesitações em escrever e trazer a público tais escritos.

Em se tratando dos muitos relatos testemunhais sobre experiências traumáticas durante a Ditadura Militar brasileira que vieram à tona na década de 1980 e após, pode-se dizer que esta interdição às mulheres de tomar a palavra em público se converteu na quase completa ausência da publicação de livros escritos com estes testemunhos, a

despeito da significativa participação delas no combate à ditadura e de terem sofrido, também, com a repressão (MORAES, 2013). Mas estes registros existem: “enquanto temos uma extensa bibliografia brasileira de relatos biográficos masculinos (...), os relatos femininos só aparecem na forma de depoimentos concedidos a jornalistas, como no caso de As Mulheres que foram à luta armada (1998) ou pequenos textos publicados na coletânea sobre o presídio Carandiru” (MORAES, 2013, p. 157).

Corroborando com esta questão apontada por Moraes (2013), não foram poucas as ocasiões em que Maria se pôs a dar depoimentos, tanto para jornalistas que tinham o intuito de divulgar tais entrevistas em jornais, quanto para pessoas empreendendo pesquisas sobre a sua vida. Tem-se, no caso de Maria Aragão, uma situação de relativa abundância de materiais autobiográficos divulgados em jornais/revista³⁴, além da publicação póstuma de dois livros contendo depoimentos autobiográficos, feitos a partir de entrevistas com dois jornalistas/amigos/militantes.

Ao contrário do que acontece com os agentes trabalhados por Grill (2012a), Bernard Lahire (1993 *apud* LAHIRE, 2004) ressaltou a existência de vários motivos para que pessoas de meios populares encarem com resistência a proposta de escrever sobre a sua própria vida, pois isto pode ser, por exemplo, encarado como “pretenciosismo”. Diz o autor:

Múltiplas são as resistências à escritura sobre si mesmo em meios populares (LAHIRE, 1993). Em primeiro lugar, escrever um diário pessoal pode ser um sinal de que se oculta algo aos outros (...). Existe também, e sobretudo, o risco de passar por “pretencioso”, se não se houver vivido uma vida “digna” de ser contada (...). O sofrimento ou a excepcionalidade de uma experiência ou de uma trajetória faz pensável a escritura de si e sobre si aos olhos daqueles cujos recursos sociais e culturais são escassos e que adquiriram o hábito de pensar, dada as posições dominadas que ocupam, que não são importantes e que sua vida não vale a pena ser contada (LAHIRE, 2004, p. 43-44)³⁵.

Maria Aragão, portanto, não se encaixa nem entre aqueles que não consideram suas vidas como dignas de registro e divulgação, e tampouco entre aqueles que se sentem no dever/obrigação de escrever sobre as suas próprias experiências. O sofrimento e

³⁴ Além dos depoimentos mencionados na *Revista*, cita-se, como exemplo, a entrevista dada a Walter Rodrigues e divulgada no jornal Folha de São Luís, em setembro de 1979, e redivulgada na mesma *Revista* (ALDIONOR, 1988). O jornalista Roberto Kenard, também na *Revista*, menciona ter publicado em um jornal (que ele não revela o nome), em 1985, uma entrevista feita por ele com Maria Aragão.

³⁵ “Múltiples son las resistencias a la escritura sobre uno mismo en medios populares (LAHIRE, 1992). En primer lugar escribir un diário personal puede ser signo de que se oculta algo a los otros (...). Existe también, y sobre todo, el riesgo de pasar por ‘pretencioso’, si no se ha vivido una vida ‘digna’ de ser contada (...). El sufrimiento o la excepcionalidad de una trayectoria hace pensable la escritura de sí y sobre sí a ojos de aquellos cuyos recursos sociales y culturales son escasos y han adquirido el hábito de pensar, dadas las posiciones dominadas que ocupan, que no son importantes y que su vida no merece la pena de ser contada”.

excepcionalidade da vida de Maria Aragão – dois fatores abundantemente ressaltados por ela e por diversos outros agentes que escreveram sobre sua vida - não apenas tornam pensável a possibilidade de Maria escrever sobre a sua vida aos olhos daqueles cujos recursos sociais e culturais são mais escassos que os dela, mas também, e talvez principalmente, aos olhos de pessoas que ocupavam posições dominantes nos meios político e cultural, como se pode ver, por exemplo, no relato dela sobre a “insistência” do ex-deputado federal Haroldo Sabóia³⁶ para que ela escrevesse sobre a sua própria vida, na caracterização de Maria feita pelo também ex-deputado federal Florestan Fernandes como “marco de referência política e de grandes experiências históricas”, ou ainda no destaque dado por Prestes à sua “experiência de vida” – estes dois últimos depoimentos publicados na já citada *Revista*.

Maria justifica esta “resistência” em escrever relatos autobiográficos em comparações feitas por ela entre a sua vida e as de Luiz Carlos Prestes³⁷ - que era, como o próprio nome indica, o principal dirigente da “corrente prestista”³⁸ (grupo do qual ela

³⁶ Haroldo Sabóia é filho do jornalista, advogado, professor universitário e Deputado Federal (1967-1975) maranhense José Pires de Sabóia Filho; enquanto morava em Brasília, Haroldo militou na Ala Vermelha do PCdoB, na clandestinidade; na década de 1970, ainda durante a Ditadura Militar, se muda para a França, onde cursa Economia; em 1978 retorna para São Luís, sua cidade natal, por onde se elege Deputado Estadual, a partir da legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), integrando o “Movimento Oposição pra Valer”. Nesta ocasião iniciou-se a sua amizade com Maria Aragão. É reeleito Deputado Estadual em 1982, e Deputado Federal Constituinte em 1986. Para mais informações biográficas sobre Haroldo Sabóia, ver: Grill (2012b), o verbete do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro produzido por Ednilson Cruz e Alan Carneiro (2001) e a entrevista concedida ao autor. Sobre o contexto e as forças políticas de esquerda que atuaram no período da transição, ver o segundo capítulo de Borges (2008).

³⁷ Luiz Carlos Prestes nasceu em 1898, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Bacharelou-se em Ciências Físicas e Matemáticas pela Escola Militar (1920) e, posteriormente, assumiu diversos postos no exército, até demitir-se em setembro de 1924. Foi um dos principais protagonistas da chamada “Coluna Prestes”, por meio da qual participou de uma série de combates e angariou um amplo prestígio popular e reconhecimento como líder militar. Em fins da década de 1920 e início de 1930, Prestes entra em contato com o marxismo e o PCB, efetivando sua filiação ao Partido em 1934, após uma estadia na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e intervenção do Komintern para assegurar formalmente sua filiação. Participa, ainda, da Aliança Nacional Libertadora (ANL), surgida em 1935, da qual é escolhido como presidente de honra. Ainda em 1935, Prestes é eleito membro do comitê executivo da Internacional Comunista (juntamente com Stálin, Mao Tsé-Tung, dentre outros). Em 1943, Prestes é eleito para o cargo mais importante do PCB, o de secretário geral, tendo ocupado este cargo até 1980. Em 1945 é eleito Senador pelo Distrito Federal. Com a Ditadura Militar implantada em 1964, Prestes é obrigado a viver na clandestinidade, tendo se exilado a partir de 1971. Volta do exílio em 1979 e, em março de 1980, lança a “Carta aos Comunistas”, documento em que faz uma série de autocríticas e expõe divergências com a direção do PCB. Logo após a divulgação da *Carta*, perde o cargo de secretário geral e se desliga do Partido, dando continuidade ao agrupamento formado em torno da “Carta aos Comunistas”, que ficou conhecido como “corrente prestista” (ABREU e CARNEIRO, 2001). Há uma longa bibliografia sobre Prestes, além de vários depoimentos e entrevistas. Para uma exposição sucinta e bem fundamentada contendo informações biográficas de Prestes, ver Abreu e Carneiro (2001).

³⁸ Sobre os “prestistas”, ver “Uma Rede Prestista: os diversos fios dos “filhos” da *Carta aos Comunistas* no PDT”, de Izabel Cristina Gomes da Costa (2013); e a Parte III do livro de Anita Leocadia Prestes (2012), “Luiz Carlos Prestes – O combate por um partido revolucionário (1958-1990)”. Sobre a relação de Maria com a “corrente prestista”, ver mais especificamente o capítulo 4 do presente trabalho.

participava nos momentos das gravações de seus depoimentos) - e Gregório Bezerra³⁹. Ela afirma que, tendo em vista estas duas pessoas, sente vergonha de escrever um livro sobre si. Tanto Gregório quanto Prestes ocuparam cargos políticos eletivos e participaram ativamente das instâncias de decisão nacionais do Partido Comunista Brasileiro⁴⁰ (e, no caso de Prestes, também de instâncias internacionais do Partido Comunista). Referindo-se à revista publicada em sua homenagem para a ocasião de seu aniversário de 78 anos, diz Maria:

Há esse projeto de escrever um livro sobre minha vida. Já ditei muita coisa, de outras vezes, há algo já datilografado, não sei onde anda, tenho de procurar. Terá importância esse livro? *Quando eu vejo as biografias de Prestes, incluindo os livros de entrevistas dele, tanta coisa interessante, quando me lembro do livro de Gregório Bezerra, eu sinto vergonha de pensar em escrever minha vida* (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 174, grifos meus)⁴¹.

E, mais à frente, complementa:

Diante desses exemplos, *acho insignificante esse trabalho, embora eu não subestime minha vida, eu conheço meu peso e minha medida*, sei que ela foi limpa, interessante, cheia de trabalho, de erros e de acertos (...). *O que mais me animou agora a contar esta história é a insistência dos amigos, sobretudo dos jovens, que me chamam de “bandeira de luta”, essas pessoas dão muito valor à minha vida* (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 217, grifos meus).

Em outro momento Maria menciona, ainda, que chegou a começar a escrever um livro com suas memórias, mas que o fazia por conta da insistência de amigos, em especial Haroldo Sabóia e os “jovens”⁴². Diz Maria:

³⁹ Gregório Bezerra nasceu em março de 1900. Assim como Prestes, também seguiu carreira militar. Filiou-se ao PCB em 1930, participou da ALN e da chamada “intentona comunista” de 1935. Eleito Deputado Federal em 1945. Logo após o Golpe de 1964, Gregório foi preso e torturado. Em 1969, Gregório foi um dos presos políticos libertos em troca do embaixador estadunidense Charles Elbrich. Exilou-se na URSS e publicou, em setembro de 1979 e 1980, o primeiro e segundo volume do seu livro intitulado *Memórias*. Em 1980 Gregório se desliga do PCB e se declara solidário às posições defendidas por Prestes. Faleceu em outubro de 1983 (COUTINHO, 2001). Na cerimônia de seu enterro ocorrida na Assembleia Legislativa de Pernambuco, Maria Aragão foi a escolhida para fazer o discurso de despedida (ver ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 1985). Para uma edição contendo os dois volumes de suas *Memórias* conjuntamente a uma série de outros documentos (fotografias, apresentação escrita por Anita Prestes, depoimentos de outras “celebridades”), ver BEZERRA (2011).

⁴⁰ Até 1962, a sigla PCB significava Partido Comunista do Brasil, mudando nesta data para Partido Comunista Brasileiro, mas mantendo a mesma sigla. Em todas as referências por extenso, porém, me refiro ao PCB como Partido Comunista Brasileiro, não por anacronismo, mas para evitar confusões com o partido que viria a surgir neste mesmo ano reivindicando as mesmas origens, que ficou conhecido como PCdoB.

⁴¹ Para evitar repetições alongadas, ao invés de citarmos ARAGÃO, *apud*, MOREIRA NETO, 2015, p. X, optei por deixar apenas MOREIRA NETO, 2015, p. X. O mesmo valendo para as citações retiradas do livro de Antônio Francisco.

⁴² Em seus relatos autobiográficos, são recorrentes referências aos “jovens”, sem que por isto ela especifique claramente a quem está se referindo. Em especial no período após sua saída do PCB, em 1981, as referências aos “jovens” são, ao menos em sua maior parte, a integrantes ou simpatizantes da “corrente prestista”. Ao falar sobre a sua saída do PCB e construção da “corrente prestista” na *Revista*, Maria diz que foi

Estou escrevendo um livro, bem, não é que eu ache importante escrever um livro, *é que me pressionaram a isso, inclusive meu grande amigo Haroldo Sabóia (...)*. Então eu disse: *eu não tenho gabarito pra pegar uma caneta e escrever, tenho preguiça de escrever*, basta escrever o dia inteiro receita, mas gravar, gravar eu gravo, mas não tenho gravador. Aí ele disse: Eu te dou um gravador. Aí roubaram (...). Roubaram e eu parei. Isso aí, parei por isso, porque não tinha gravador (MOREIRA NETO, 2015, p. 156, grifos meus).

Desta forma, Maria expõe como justificativa à publicação de suas memórias a insistência de outras pessoas, que a homenageavam e com ela militavam, além de, como mencionado, estabelecer Prestes e Gregório como parâmetros de comparação para a sua vida. Assim, de forma aparentemente contraditória, ao mesmo tempo em que Maria coloca a “insignificância” do relato sobre sua vida, afirma “não subestimar sua vida” e diz sentir-se animada a “contar sua história”.

Como já mencionado, Maria Aragão não se encaixa nem entre aqueles que não consideram suas vidas como dignas de registro e divulgação, e nem entre aqueles que se sentem no dever/obrigação de escrever sobre as suas próprias experiências. Isto pode ser explicado, ao menos em parte, por dois fatores interligados: por um lado, por conta da posição ocupada por ela no meio político (relativamente dominada em relação a agentes com destaque nacional e que ocuparam cargos eletivos de relevo na hierarquia política, como pode ser visto nas referências feitas por ela a Prestes, Gregório e Sabóia) e, por outro lado, por conta do volume de capital cultural (relativamente menor que os dos principais dirigentes comunistas, como demonstrado no capítulo seguinte).

Assim, a contradição quanto ao “desinteresse” em publicar suas memórias pode ser compreendida como uma forma de atestar o seu vínculo e subordinação a certos agentes com os quais ela se identificava, mas que ocupavam posições de maior destaque no meio político e, ao mesmo tempo, atestar a importância de sua vida.

Esta é, portanto, a forma encontrada de aceitar e reivindicar a autoridade conferida pela experiência de quem tem “78 anos de vida, 43 de luta”⁴³ e de dar sequência às lutas travadas no decorrer de sua vida sem precisar estar de corpo presente. Nestas lutas, por mais que Maria Aragão não estivesse presente em corpo, haveria, por meio dos

acompanhada pelos “jovens”. Além disto, sabe-se, a partir do estudo publicado por Azevedo (2016), que parte significativa da atuação dos prestistas maranhenses se deu no movimento estudantil secundarista e universitário (além deste, destaca-se o movimento comunitário, de mulheres e sindical). No movimento estudantil universitário, os prestistas chegaram a participar da direção da União Nacional dos Estudantes (UNE), com Heloísa Pacheco e Douglas Martins, e de três gestões do Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com Heloísa Pacheco, Douglas Martins e Wagner Cabral, respectivamente.

⁴³ Referência ao subtítulo da *Revista*.

“ensinamentos” retirados de sua vida e transmitidos através de suas memórias, pessoas dando continuidade a elas. E, tendo aprendido tais ensinamentos, estas pessoas passariam a possuir autoridade semelhante à que lhe era conferida.

Assim, ao mesmo tempo em que Maria Aragão aceita/reivindica tal autoridade, o seu relato possibilita a criação de um sentido de continuidade entre uma série de disputas em que ela se envolveu durante a sua vida, no momento da exposição de suas memórias e outras que deveriam vir em momentos posteriores. Mas, vale frisar, este “legado” não poderia circular à solta – era (e ainda é) objeto de disputa por diversos agentes que visavam/visam impor a sua definição como legítima e se erguer como os legítimos detentores do “cetro”⁴⁴.

É a partir destas duas contradições – a primeira, relativa à conjugação do desinteresse na publicação à crença na importância do registro para os “jovens” e passagem dos “ensinamentos” para seus “herdeiros”; e a segunda, relativa à conjugação deste mesmo desinteresse à aceitação/reivindicação de tal autoridade - que deve ser entendida tanto a forma como Maria Aragão encarava a possibilidade de ter sua vida registrada e divulgada quanto a importância dada pelos vários agentes que contribuíram para estes feitos. Assim, a própria justificativa de Maria para a publicação de suas memórias já demonstra que há, entre as homenagens por ela recebidas e a concessão dos depoimentos memorialísticos, uma “lógica da dívida”, que não é encarada enquanto tal, mas sim como um “um sentimento de obrigação ou de gratidão” (BOURDIEU, 1996b, p. 179).

1.2) Características herdadas e “capacidade de superar obstáculos”

Maria Aragão inicia seu relato concedido a Euclides Moreira Neto em 1988 afirmando-se como “o ideal de uma mulher transparente” (MOREIRA NETO, 2015, p. 27). Afirma que nasceu no interior do Maranhão e que circulou bastante todo o estado por conta da profissão de seu pai, que era Guarda-fios dos Telégrafos. Dentre a apresentação que faz de seus familiares, destaca a sua avó paterna como sendo uma “negra

⁴⁴ A metáfora da passagem do cetro foi utilizada por Pierre Bourdieu para designar o caráter artificial e externo da autoridade que reveste os discursos. Diz Bourdieu: “Tentar compreender linguisticamente o poder das manifestações linguísticas ou, então, buscar na linguagem o princípio da lógica e da eficácia da *linguagem institucional*, é esquecer que a autoridade de que se reveste a linguagem vem de fora, como bem o demonstra concretamente o cetro (*skeptron*) que se oferece ao orador que vai tomar a palavra na obra de Homero” (BOURDIEU, 1996b, p. 87). Uma análise mais detalhada quanto às disputas por se erguer como legítimos detentores deste “cetro” pode ser vista no capítulo 6.

africana” que teria sido liberta pelo seu avô. Apresenta ainda o seu bisavô materno, que nasceu na Espanha, como “um jovem rebelde” que “não aceitou o domínio dos velhos no país e fugiu pro Brasil com outros irmãos” (MOREIRA NETO, 2015, p. 31).

Da junção de seu bisavô com uma índia, nasce a sua avó materna que, segundo seu depoimento, “se criou meio solta, era uma mulher independente, interessante, talvez esteja aí a origem do meu modo de ser”; diz ainda que “essa minha avó, teve muitos filhos de muitos pais e não se prendia muito ao homem, ela brigava com ele, tenho a impressão de que ele queria dominá-la e ela não se deixava dominar” (MOREIRA NETO, 2015, p. 31).

Esse “desprendimento” da avó a teria levado a morar em vários locais diferentes, até chegar no Pindaré, onde nasceu a sua mãe, Rosa Aragão. Maria apresenta sua mãe como “de um temperamento interessante; era uma mulher bonita, narcisista (...) e ela era uma mulher muito autoritária, voluntariosa” (MOREIRA NETO, 2015, p. 31-32). A apresenta também como “uma mulher visionária” pois, mesmo sendo analfabeta, insistia muito para que os filhos estudassem, o que os levou a superar períodos de sofrimento em decorrência da fome e fez com que tivessem êxito nos estudos. De forma análoga à sua mãe, Maria relata ter insistido para que seus três filhos estudassem⁴⁵.

A crença de Maria em ter “herdado” tais características é explícita, como podemos ver no trecho seguinte:

Hoje, o que sou, eu herdei muito da minha mãe. Herdei da minha mãe a sua coragem. Ela era uma mulher muito corajosa. Enfrentar a vida com sete filhos, deixar o marido, ficar pelo interior, com o salário pequeno e tocar todo mundo pra estudar... aquilo era ter muita coragem. Essa coragem eu herdei. Herdei também as outras coisas que não são boas: eu sou autoritária, eu sou uma Maria mandona mesmo, e já tive muita crítica por causa disso. (...) Também fui muito criticada por ser autossuficiente, de fato eu era autossuficiente. Eu acho que ainda sou autossuficiente, eu acredito muito em mim, inclusive quando atuei politicamente dentro do Partido (MOREIRA NETO, 2015, p. 39).

⁴⁵ Costuma-se falar dos três filhos de Maria como sendo filhos adotivos. Em nenhum dos três casos houve uma adoção formal. Nos dois livros memorialísticos Maria descreve detalhadamente este processo (ver, Antonio Francisco, 1992, p. 107-117; Moreira Neto, 2015, p. 131-140). Em relação à primeira filha, Sônia, o primeiro contato com Maria foi travado por conta de cuidados prestados por ela e pelos outros moradores da pensão de Dona Didica, onde Maria morava. O pai de Sônia morreu ainda durante a gravidez e a mãe passou a ter problemas com o consumo de álcool. Assim, na impossibilidade da família de cuidar da criança, ela acabou ficando com Maria. Já a segunda filha, Maria teve seus primeiros contatos quando ia fazer consultas no bairro do Anil. Afeiçoando-se à criança, ela é convidada para se tornar sua madrinha, mas os padres não permitem. Durante seus estudos, como a família morava distante da escola, Simone permanecia parte da semana na casa de Maria, depois se mudando definitivamente. O terceiro filho, Sebastião, era filho de um militante do PCB no estado, que em uma determinada ocasião precisou deixar o filho com Maria e, segundo a explicação dada por ela, o filho se afeiçoou pela casa, pelas irmãs e por ela, e assim resolveu ficar definitivamente. No apêndice 1 pode-se ver as datas referentes à adoção de cada filha/o.

Tais características – que se iniciam com o bisavô “rebelde”, passam para a avó “meio solta” e “independente”, até chegar à mãe e, posteriormente, na própria Maria – ressaltam, de um lado, as características consideradas positivas supostamente advindas do meio familiar: determinação, força de vontade, coragem, rebeldia, independência. De outro lado, características consideradas negativas, motivo pelo qual ela foi “muito criticada”: o autoritarismo, a intransigência e, o que seria a tradução de todas estas características no decorrer de sua vida, a “autossuficiência”.

Maria se dedica ainda, em especial no depoimento dado a Antônio Francisco, a descrever cada um dos seus seis irmãos, apontando um deles como “o mais inteligente” e outro como “a segunda inteligência da família”. Destaca que a insistência da mãe para que os filhos estudassem era não só com ela, mas com todos, e que foi a mãe que escolheu o ofício que cada um devia aprender – “minha mãe queria que todos os filhos fossem doutores, não sei o que ela achava que era doutor, mas inexplicavelmente botava todos os irmãos para aprender uma profissão” (ANTÔNIO FRANCISCO, p. 27)⁴⁶.

Maria segue seu relato mencionando que, apesar de intentar desde o início de sua vida se tornar médica, ela fez o curso normal para se tornar professora – se forma no Liceu Maranhense, em 1926. Na década de 1920, não se fazia um curso superior dentro das licenciaturas para se tornar professora/professor, mas o “curso normal”. Esta era uma formação e profissão majoritariamente feminina e era “uma das poucas (...) que angariavam respeito público” (ARAÚJO, 2014). Além de ser uma profissão relativamente respeitada, “a profissão do magistério constituía um trampolim para chegar a outras profissões” (RAGO, 2007, *apud*, ARAÚJO, 2014).

A opção pelo curso normal e carreira de professora, porém, não é explicada por Maria como decorrente da vontade em se tornar médica, mas pela insistência da mãe, que frisava a necessidade de Maria conseguir logo um emprego para, assim, acabar com a fome que assolava a família. Diz Maria: “minha mãe raciocinava da seguinte maneira: você tem de ser professora, terá logo um emprego e nós deixaremos de passar fome” (MOREIRA NETO, 2015, p. 33).

A vontade em acabar com a fome também é invocada para explicar a opção posterior pela medicina mas, desta vez, acabar não só com a fome no meio familiar – “eu tinha sempre a vontade de ajudar, de que pudesse ser útil. A fome que nós passávamos era muito grande e eu achava que devia ter um jeito de se acabar com a fome, porque eu

⁴⁶ Ver apêndice 2, com um quadro com a caracterização que Maria faz de cada um dos irmãos.

sabia que outras pessoas também passavam fome” (MOREIRA NETO, 2015, p. 36). A própria sequência do relato nos demonstra a ligação feita por Maria Aragão quanto ao “problema da fome” e a escolha por cursar medicina – logo após a citação anterior, ela traz referências à fome que passou na infância. Vale frisar: as referências de Maria Aragão à fome são constantemente evocadas em seus depoimentos.

Outro eixo da explicação da opção pela medicina se dá pelos “exemplos” que Maria diz ter tido antes do ingresso no curso. Diz ela que “havia um médico maranhense, homem de muito valor, de um espírito revolucionário, que se chamava Tarquínio Lopes⁴⁷” (MOREIRA NETO, 2015, p. 35). Maria conta que algumas vezes sua família precisou se consultar com este médico e ele os atendeu sem cobrar, pois eles eram pobres e não tinham recursos materiais para pagar por uma consulta. Isto teria despertado em Maria uma admiração pela medicina, pois seria uma forma de “ajudar os outros”.

A sua “teimosia”, outra característica também apresentada como herdada da mãe, é colocada como explicação para a escolha de ir ao Rio de Janeiro cursar medicina pois, segundo seu relato, a sua ida para lá contrariava a vontade do pai e ia de encontro às advertências feitas por várias pessoas – “eu sou teimosa desde a infância, desde a juventude e por essa teimosia eu quis estudar medicina (...). Por essa teimosia eu quase morri de fome no Rio de Janeiro. Mas eu continuei estudando Medicina e fui ser médica” (MOREIRA NETO, 2015, p. 42).

A ênfase dada por Maria a fome que ela, seus irmãos e mãe teriam passado no período em que foram para São Luís estudar enquanto o pai permanecia viajando pelo Maranhão por conta do trabalho nos Telégrafos (ela coloca esse período como o momento em que ela/eles tinham 10 a 12 anos), reitera a importância do “problema da fome” na construção de sua identidade e demonstra como este vinha sempre aliado à reafirmação da valorização da “educação”.

Esse período é caracterizado por ela, de um lado, pela fome, de outro, pela insistência da mãe em que os filhos estudassem e pelo esforço dos filhos. Essa conjunção de fatores, em que a insistência da mãe é o que aparece como mais determinante, é o que supostamente resultou no bom desempenho dos filhos no colégio.

⁴⁷ Tarquínio Lopes formou-se em medicina pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, em 1908; fundou e dirigiu o Hospital Geral, em 1912; fundou, em 1914, a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Maranhão; Assim Lacroix, em livro sobre a história da medicina no Maranhão, o define: “homem de muitas facetas, político, jornalista, professor universitário, diretor de agremiações esportivas e, como administrador de negócios privados, promoveu a fabricação e comercialização do Elixir Antidispéptico e as Pélulas Antissezonáticas”. (LACROIX, 2015, p. 191).

Outro apontamento importante é que Maria coloca que a fome não lhes deixou sequelas por conta de que em seus primeiros anos de vida o pai havia garantido uma boa alimentação (aqui a preocupação/responsabilidade com a boa alimentação é ligada diretamente ao pai). Desta forma, Maria expõe um sentimento de dívida/agradecimento tanto ao pai quanto à mãe, apesar de este ser mais forte em relação à mãe.

Pode-se perceber, assim, a “educação” como um outro eixo de construção da identidade de Maria e de referência para as suas memórias. Isto pode ser visto no relato sobre conflito estabelecido entre mãe, pai e irmãos no que tange à “educação”; na insistência da própria Maria que seus filhos adotivos se dedicassem aos estudos; e também, como veremos adiante, naquilo que ela colocava como mais importante do seu trabalho político no momento em que ela dá o depoimento: a necessidade de “estudar” e “formar quadros políticos teoricamente preparados”. Diz Maria, referindo-se à sua mãe:

Então ela dizia o seguinte: não quero que meus filhos sejam analfabetos, meus filhos têm de aprender e aprender na cidade. E meu pai retrucava: filho de pobre, Rosa, não aprende na cidade. Minha mãe rebatia: os meus filhos aprenderão, quero filhos formados, doutores, quero filhos estudando na cidade (MOREIRA NETO, 2015, p. 32).

Este trecho demonstra, em primeiro lugar, a reivindicação da origem “pobre”; em segundo, a determinação/teimosia/força/coragem e a valorização da educação que a mãe trazia consigo e que Maria reivindica como tendo herdado; em terceiro lugar, coloca como Maria Aragão encarava, no momento de exposição do relato, a sua vida como uma “missão” que havia se iniciado com os esforços da mãe para possibilitar que seus filhos virassem doutores. O tornar-se “doutora” era, neste ponto de vista, um objetivo já inscrito desde os seus primeiros anos de vida⁴⁸.

O “problema da fome” volta nos relatos em um outro momento: o período em que passou estudando medicina no Rio de Janeiro. Maria conta, por exemplo, ter sido obrigada a abortar por conta de ter ficado doente em decorrência da fome que passou durante a gravidez.

Juntamente à fome, o relato de Maria sobre este período exalta o seu “sacrifício” e capacidade quase sobre-humana de dedicação ao estudo e trabalho. Isso pode ser visto, por exemplo, no fato relatado de que, durante um certo período do curso, ela passa a trabalhar como enfermeira durante a noite e a estudar durante o dia. Diz Maria: “sobre

⁴⁸ A leitura teleológica e prospectiva de histórias de vida é uma tendência bastante comum nos relatos biográficos e autobiográficos, como já demonstrado por Bourdieu (2011), e vem acompanhada a uma série de seleções e omissões.

esse período da minha vida, o meu colega William Moreira Lima⁴⁹ me disse uma vez que não acreditava que eu dormisse só aquilo. Às vezes, também, eu não acreditava, mas é, foi verdade, eu dormia das seis da tarde às nove da noite” (MOREIRA NETO, 2015, p. 62-3).

Há vários relatos de Maria sobre o período em que passou estudando medicina no Rio de Janeiro que realçam as dificuldades enfrentadas. Dentre eles, há um evento que Maria conta – e repete em outros relatos - que pode ser ilustrativo de como ela interpreta tal experiência e de como esta se constitui em um marco da construção de sua identidade.

Maria se refere a uma ocasião em que foi visitar uma amiga maranhense em seu aniversário, no período em que estava morando no Rio de Janeiro e estudando para o vestibular de medicina. Neste aniversário, Maria conta que a sua presença “mal vestida” entre a “juventude grã-fina” causou estranhamento nos presentes, em especial na mãe da aniversariante. Realçando a discrepância entre a sua condição econômica e dos demais, Maria destaca que a aniversariante era da “família Aguiar”, “uma das famílias mais ricas daqui [do Maranhão]” (MOREIRA NETO, 2015, p. 43). Conforme seu relato:

A mãe dela começou a me perguntar, quando me viu *mal vestida*, no meio daquela *juventude grã-fina*: o que estás fazendo aqui no Rio? Eu disse: estou estudando para fazer vestibular, eu vou estudar Medicina. Aí ela me disse o seguinte: tu és boa professora, tens muita possibilidade de te empregar no Maranhão, tu estás fazendo tolice em querer estudar Medicina. Olha, meu filho está estudando Medicina. Um livro sozinho custou não sei quanto (era um dinheirão). E depois, aqui no Rio, para se vencer, precisa ter bom aspecto (...). *Enfim, era preciso estar bem vestida e ter bom visual, era isso que ela queria dizer e ficou dizendo coisas desagradáveis e todos os jovens batiam com a cabeça (...).*

De repente, subiu um ódio e eu disse o seguinte: professora, a senhora disse o que eu não tenho (...), mas a senhora se esqueceu do que eu tenho. *Aí eu reafirmei outras qualidades: a senhora se esqueceu que eu sou inteligente, a senhora se esqueceu que eu tenho cultura (...). Eu tenho boa vontade, eu tenho força e vou lhe dizer o seguinte: eu não virei bater na sua porta* (MOREIRA NETO, 2015, p. 44, grifos meus).

Pode-se perceber, primeiramente, a percepção de Maria de uma distinção entre o “eu” e “os outros”: de um lado, Maria com sua aparência pobre e as dificuldades trazidas pela pobreza; do outro, a “juventude grã fina”, com as facilidades de comprar livros e ter boa aparência. O relato ressalta, também, a “teimosia”, pois sua opção contrariava

⁴⁹ É provável que William Moreira Lima tenha sido, ao lado de Maria Aragão, um dos principais dirigentes do PCB antes e durante a Ditadura Militar. Ele, porém, permaneceu no partido após a saída de Maria para construir a chamada “corrente prestista”. Nasceu em 1917, em um município maranhense chamado Buriti Bravo. Formou-se em medicina, em 1943, pela Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia. Relata Lacroix: “após sua especialização em otorrinolaringologia, clinicou em municípios maranhenses e, em 1949, mudou-se para a capital, com atividade nos hospitais locais, destacando-se pela preocupação em assistir gratuitamente os menos favorecidos” (LACROIX, 2015, p. 246).

expectativas e, de certa forma, evidências, assim como também ressalta a “boa vontade” e “força” decorrentes de um ímpeto que a possibilitaria vencer grandes desafios – como a superação da fome com o êxito escolar, a consagração como boa professora no Maranhão, a aprovação no vestibular de medicina –, como pode ser visto na afirmação de Maria de que não iria “bater na sua porta”. Assim, além de destacar as dificuldades por ela enfrentadas, o relato também realça a sua capacidade de vencer tais desafios e a “coragem herdada” e confirmada nas tantas privações vividas.

Essa capacidade, como já mencionado, Maria associa a seus familiares – principalmente mãe e avó – de quem ela julga ter herdado. Destaca-se, em especial, “determinação/força de vontade”, “coragem”, “rebeldia”, “independência” e “autoritarismo”. Uma tradução destas características no decorrer da vida de Maria pode ser resumida no que ela entende por “autossuficiência” e na posição que tal característica ocupa na construção da sua identidade.

Um trecho que pode ser ilustrativo de como a reafirmação da “autossuficiência” percorre toda a rememoração de sua vida pode ser visto no relato de Maria quanto à “superação” da perda do “amor de sua vida”. Maria conta que se apaixonou por um homem ainda no período em que cursava medicina mas, após ter ido passar um tempo no Maranhão, ele a deixou para casar com outra mulher. Reportando-se a este fato, Maria destaca, de um lado, a intensidade do sofrimento e, de outro, a rapidez com que o superou. Diz ela:

Bem, eu te dizia que eu reagi de uma maneira, a meu jeito, meu jeito, *meu jeito de autossuficiente, de pessoa profundamente autossuficiente e teimosa*. Eu resolvi o seguinte: a vida é minha, eu vou recomeçar tudo (...). A maior paixão da minha vida foi essa e eu a resolvi em 24 horas (MOREIRA NETO, 2015, p. 59-60, grifos meus).

Paralelamente à reafirmação da “teimosia” e “autossuficiência”, vê-se aqui, mais uma vez, a construção de grandes desafios e sua capacidade em resolvê-los (sozinha) – no caso, “a maior paixão” foi o problema rápido e exitosamente resolvido.

O “desprendimento”/“liberdade” em relação aos homens, a que Maria dá bastante ênfase ao contar a história de sua vida (a opção por “não se prender a homem”, ter superado a grande paixão rapidamente, etc...) é algo que aparece, conforme já mencionado, como sendo a continuidade de uma sequência iniciada com sua avó – “meio solta” e “independente” – e sua mãe, “corajosa” e “teimosa”.

Além da justificativa por conta das qualidades herdadas, em vários momentos de seu depoimento aparece um tom de autocrítica. Estas autocríticas, porém, vêm sempre

acompanhadas de uma justificativa. Como se pode ver, por exemplo, no trecho seguinte, em que Maria não se coloca a explicar como adquiriu tais características – afinal, em sua explicação elas seriam inatas - ou a traçar possíveis relações entre elas, a organização e práticas do PCB no momento em que estas críticas foram dirigidas a ela, mas a demonstrar como a sua trajetória de vida a autorizaria a possuí-las. Diz Maria:

Me diziam que eu era autossuficiente, sectária. Eu dizia: *eu construí minha vida, eu tenho de ser autossuficiente, eu tenho de acreditar em mim (...)*. Eu também acho que fiz coisas que seria difícil outra pessoa fazer. Que coisas são essas? Eu fui estudar medicina, não havia Medicina aqui, passei por cima da vontade de meu pai (MOREIRA NETO, 2015, p. 39-40, grifos meus).

Ainda no que tange à “autossuficiência” e “sectarismo”, há também um outro trecho que pode ser ilustrativo de como Maria entendia as críticas no momento em que expôs seu relato e de como tais críticas repercutiram na construção de sua identidade. Diz Maria, referindo-se às críticas que recebia de um dos “companheiros” de partido:

(Ele) fazia a crítica, mas não sabia como ajudar, não via que era em torno de mim que estava o povo, quando se precisava de qualquer coisa era eu que ia ao encontro da massa, quando se organizava um comício todo mundo ia me ouvir. Que droga era essa de sectarismo? *Eu sabia porque me considerava auto-suficiente, porque eu construí minha vida, fiz o que não tinha condições de fazer, e posso fazer outras coisas, posso construir o Partido* (ANTONIO FRANCISCO, 1992. p. 134, grifos meus).

Tais características atribuídas a ela, assumidas em algumas ocasiões como sendo críticas “corretas” e em outras não, são explicadas e justificadas alegando que ela teria construído sua vida sem precisar da ajuda de terceiros e que ela teria conseguido fazer coisas que poucas pessoas conseguiriam. Assim, se ela sempre foi autossuficiente na vida, não haveria motivo para não sê-lo em sua militância político partidária.

Maria Aragão reconhece como suas estas características. Parte destas, porém, foram utilizadas por seus adversários internos ao Partido Comunista Brasileiro para ressaltar atributos que supostamente deveriam ser combatidos, e assim desqualificá-la em meio às disputas organizacionais do Partido (conforme trabalhado mais detidamente no capítulo seguinte).

O que se percebe, aqui, é que Maria Aragão ressignificou estes termos, dando a eles não só um outro sentido – a autossuficiência passa a se referir à capacidade de vencer na vida sem a ajuda de terceiros -, mas também uma posição central na reconstrução de sua identidade, o que conta com uma justificativa que remonta a seus bisavós.

Muito diferente de uma essência hereditária, porém, o que se percebe é que a centralidade da “autossuficiência” advém muito mais do desafio de estar constantemente respondendo a críticas recebidas no decorrer de sua militância, em especial sua militância interna ao partido, do que de algo inato à sua pessoa.

Algo semelhante acontece com a “coragem”, que perpassa o relato de significativa parte dos conflitos narrados por ela, seja em relação aos antigos dirigentes do PCB no Maranhão que não tinham “coragem” de se expor, seja em relação ao seu marido Alfredo Galvão, que era “de uma covardia política danada”, dentre outros.

A contraditória caracterização que Maria faz dos interesses e atuação política de Alfredo Galvão⁵⁰ pode ser ilustrativa do que seria esta “coragem”. Para ela, Alfredo “era um sujeito interessante, inteligente com uma coragem física muito grande, grande, brigador, mas duma covardia política danada” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p 89). E complementa, mais à frente:

Antes de casar comigo, vivia na zona, brigava com a polícia, era o diabo, mas de uma covardia política que danava. Ele lia os livros, material do Partido, mas nunca quis ter militância política, não era anticomunista, mas não tinha coragem de assumir. Ele me ajudava muito, batia à máquina os artigos que eu escrevia para o jornal, discutíamos muito os assuntos, mas ele absolutamente nunca quis tomar uma decisão, era medo, medo e medo (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 99).

É provável que Maria faça essa caracterização por conta de uma possível recusa, por parte de Alfredo, em se filiar ao Partido e se apresentar publicamente como comunista. Vale lembrar que o mesmo ano em que Maria e Alfredo se casaram (1947) foi o ano em que o PCB, com vários parlamentares eleitos (14 deputados e um senador), retornou à ilegalidade, desencadeando um novo ciclo de repressão política. Além do mais, ainda estava viva na memória daqueles que mantinham relações com o PCB a violenta repressão desencadeada sobre os comunistas após o *levante/insurreição de 1935*⁵¹.

⁵⁰ Alfredo Galvão vinha de uma família abastada. Seu pai, Otávio Galvão, era – segundo Maria – um intelectual conhecido na cidade. Trabalhou como “Chefe da Alfândega”, até ser demitido. Neste período Alfredo cursava Direito, mas é levado a largar o curso devido às dificuldades decorrentes da nova situação econômica da família. Já casado com Maria, Alfredo conclui o curso de direito. Alfredo trabalhou como jornalista em vários jornais e como taquígrafo na Assembleia Legislativa do Maranhão.

Maria e Alfredo se conhecem logo após ela ter terminado o “curso normal”. Eram vizinhos e se aproximaram em decorrência do interesse em comum por escrever poesias e crônicas. Com a viagem de Maria para o Rio de Janeiro, Maria e Alfredo perdem contato. Casam em 1947, dois anos após o retorno de Maria para o Maranhão, permanecendo casados por dez anos (ver MOREIRA NETO, 2015; ANTONIO FRANCISCO, 1992).

⁵¹ Em 1935 o PCB, por meio da Aliança Libertadora Nacional (ALN) protagoniza um levante armado que ficou conhecido como “intentona comunista”. Mas as expectativas de participação militar e civil no levante não se realizaram. O que se realizou, porém, foi uma forte onda repressiva ao PCB e demais grupos de esquerda existente à época. Como nos diz Rodrigues: “O malogrado *putsh* desencadeou uma repressão que

O relato da sua reação à primeira prisão também é um caso ilustrativo e central na construção e afirmação da imagem que ela tem de si e que os outros fazem dela – não à toa o relato deste evento é repetido tanto no depoimento dado a Antonio Francisco quanto no depoimento dado a Euclides Moreira, e recebe um grande destaque na *Revista* publicada em homenagem ao seu aniversário de 78 anos em 1988.

Maria conta que, apesar de não ter sido a “alma” da chamada “Greve de 51”⁵², o PCB apoiou a greve e manifestou sua posição. E foi justamente durante a greve que aconteceu a sua prisão, sob a alegação de que haveria comandado incêndios criminosos em casas na cidade de São Luís. Ela permanece presa do dia 5 de outubro de 1951 até o natal do mesmo ano.

Segundo seu relato, ela já havia sido avisada por amigos policiais de que não deveria sair de casa, pois a polícia tinha a intenção de prendê-la – o que demonstra, desde então, a existência de uma espécie de “rede de proteção” decorrente de suas relações pessoais. Ela, porém, “caiu em uma armadilha”. Chegaram até sua casa, chamando-a para ir ver um paciente que precisava urgentemente de cuidados médicos, o que ela inicialmente recusa por conta da advertência recebida, mas cede ante a insistência. Diz Maria:

Caí numa armadilha (...). Ai eu reagi, eu briguei, eu me encostei na parede e me defendia, um chegava e tocava a mão, mas aí eles queriam me agarrar. Aí veio um e me atracou assim [faz gestos]. Foi uma das coisas mais interessantes que eu já achei na minha vida, porque eu fui rir e fui presa por causa disso. Um me agarrou por causa disso, quando o sujeito me agarrou assim [faz gestos], Uaaiii! [Risos...], eu não pude deixar de rir. Foi gozado menino, porque eu dei uma joelhada nos culhões dele. ô joelhada, menino! Hoje eu não podia dar uma joelhada dessas, porque meus joelhos são doentes. Aí eu descuidei, o sujeito veio pelas costas e me agarrou, me deu um golpe e foi me empurrando, aí eu não tive jeito, entrei no carro e fui berrando, discutindo, anarquizando, dizendo que eles estavam era me prendendo. Fui arrasando com eles mesmos. Quando eu chego na Polícia, eles sabiam que iam mandar me prender e lá já estavam representantes dos principais jornais do Rio de Janeiro que tinham vindo fazer a cobertura da greve de 51, inclusive um jornal nosso (MOREIRA NETO, 2015, p. 91-2).

E complementa, mais à frente, quando da sua chegada na delegacia:

ultrapassou de longe os grupos envolvidos com a quartelada, com a ANL e com o PCB. Os principais dirigentes comunistas, a começar por Prestes e seus assessores da IC [Internacional Comunista] que estavam na ‘clandestinidade’, foram logo descobertos e presos (...). O governo obteve do Congresso poderes extraordinários. De setembro a 31 de dezembro de 1936, o total de sentenciados pelo Tribunal de Segurança Nacional atingiu 1.420 pessoas” (RODRIGUES, 1978, p. 373-374).

⁵² A chamada “Greve de 51” foi um movimento envolvendo a oposição contra a posse de Eugênio Barros (PST) como governador do Maranhão. Eugênio havia sido indicado por Victorino Freire, que se mantinha na “chefia política estadual” desde 1945, e circulavam várias denúncias de corrupção relativas ao processo eleitoral. Durante a “greve” houve várias mobilizações populares, incêndios, etc. (ver COSTA, 2004; entrevista com Wagner Baldez, 2016).

Aí eu fui entrando e perguntei: porque mandou me prender? (...) Gritei: em vez de mandar prender esses bando de capangas que tá enchendo e amedrontando a cidade, em vez de mandar prender eles, eu é que sou presa...? Eu comecei a berrar... Aí ele veio me dizer: a senhora tá presa porque a senhora mandou tocar fogo na cidade. Eu gritei novamente: mas os incendiários são os senhores, foi o governo que mandou tocar fogo nas casas, de vingança porque o povo estava na greve (...). Aí ele veio, o chefe de Polícia. Ele não me bateu, ele me empurrou com o ombro dele (...) e disse: a senhora se cale! Eu meti a mão na cara dele (MOREIRA NETO, 2015, p. 92-93).

No relato de Maria a “greve” aparece como sendo um confronto entre o “governo”, que eram os “incendiários” e a “população” que havia se revoltado contra as fraudes eleitorais promovidas pelo candidato da situação. Eram as “Oposições Coligadas”, juntamente ao “povo”, enfrentando “o vitorinismo, o caciquismo, o coronelismo, o império dos currais eleitorais” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 129).

Apesar desta curta exposição quanto ao que teria sido a greve, o foco da exposição de Maria é a sua experiência pessoal, o que ela vivenciou e a forma como reagiu aos acontecimentos, destacando a força, coragem e ousadia com que enfrentou a situação. Maria coloca, ainda, que recebeu muitas manifestações de solidariedade do “povo” maranhense enquanto estava presa, e que depois que saiu da prisão as pessoas passaram a admirá-la mais. Diz Maria:

Ao sair da prisão (...) deu-se aquela prova de solidariedade de que falei, e minha clínica cresceu (...). Creio que passaram a me admirar mais. Talvez, passaram a me admirar pela minha reação na prisão. A cidade toda soube como é que eu tinha reagido e cresceu minha popularidade, cresceu o meu conceito no meio do povo. Hoje eu sei que sou estimada nesta cidade, talvez até amada (...). No estado todo, toda gente, mesmo os que não concordam comigo, até os anticomunistas me respeitam. E eu me pergunto: por que? E eu respondo de forma contundente: porque sou séria, tenho um milhão de defeitos, eu sei. Mas essa qualidade também tenho, eu sou séria. Posso errar, mas sou séria, isso foi 1951 (MOREIRA NETO, 2015, p. 100).

Percebe-se, assim, além da reafirmação de sua coragem e bravura, a percepção da própria Maria de que este evento foi um ponto de inflexão em relação à sua “popularidade” e “conceito no meio do povo”. De acordo com o seu relato, foi a partir daí, por conta da sua reação “séria” e “corajosa”, que ela passou a ser de fato “estimada” e “amada” pelo “povo” da cidade de São Luís e “respeitada em todo o estado do Maranhão”.

Pode-se perceber, assim, que tal como aconteceu com Prestes em seu período de reclusão por conta da clandestinidade em que viveu após a decretação da ilegalidade do PCB em 1947, os meses em que Maria passou na prisão reforçaram a construção de uma imagem mítica da médica e comunista Maria Aragão.

Ainda na prisão, Maria adoece e passa parte do período em que ficou presa hospitalizada. Maria diz que em um certo momento Prestes achou que ela já estava há muito tempo presa e resolveu ir até a direção do Partido para pedir que a ajudassem, no que a direção do Partido respondeu enviando para São Luís “o advogado de Prestes”, Mário Chermont, que conseguiu fazer com que o juiz a soltasse. Ficou presa do dia 5 de outubro até o 25 de dezembro de 1951.

1.3) O encontro com Prestes e a adesão ao “partido deste homem”

No início da década de 1940, após um período trabalhando no Rio Grande do Sul, Maria Aragão volta para o Rio de Janeiro e começa a trabalhar no hospital Miguel Couto. Quanto a este período, ela menciona:

Até aí eu era uma pessoa que não podiam me chamar de alienada. Quem amava a vida, quem era preocupada com a vida das pessoas, quem era preocupada em querer ajudar, não podia ser uma pessoa alienada, mas eu era completamente apertada. Eu não tinha a menor noção de como a sociedade se desenvolvia, o que era preciso para mudar a sociedade. Só via uma coisa: tinha lutado desesperadamente para ser médica, porque acreditava que podia ajudar. A fome que eu tinha passado, não queria que outras pessoas passassem (MOREIRA NETO, 2015, p. 65-6, grifos meus).

Maria segue contando que, por conta destas características, ela foi convidada por uma mulher para reunir com pessoas “parecidas com ela”:

Um dia uma mulher me disse: olhe, lá onde eu moro tem umas pessoas que se parecem com a senhora (...). Elas vão se reunir, a senhora não quer ir lá conversar com elas? (...) Eu não tinha me decidido quanto ao que eu queria com a minha vida, ainda estava procurando um rumo (MOREIRA NETO, 2015, p. 66, grifos meus).

Maria diz ter gostado da reunião e que foi até lá sem saber que eram comunistas, só descobrindo isto posteriormente. Na sequência – mas referindo-se a um período anterior - traz mais um relato de um evento em que ela estabelece relações com pessoas ligadas ao PCB sem que ela sequer soubesse o que era “comunismo”. Diz Maria:

Como foi que eu conheci aquele meu companheiro⁵³ e por que eu era tão amiga dos comunistas que estavam lá? Eu não sabia o que era comunismo (...). Mas acontece que lá na pensão tinha integralistas, e os integralistas oprimiam os desgraçados dos comunistas. Por isso, eles viviam amedrontados (...), e eu ficava do lado deles, não porque eu fosse, soubesse o que era comunismo, mas

⁵³ Refere-se a Amorim Parga, com quem Maria teve um relacionamento amoroso, chegando a morar juntos no Rio de Janeiro. Amorim era um maranhense filiado ao PCB que, juntamente com outros membros do partido no Maranhão, estiveram durante um período presos no presídio de Ilha Grande e, após libertos, foram morar na mesma pensão em que morava Maria Aragão, no Rio de Janeiro.

porque eles eram os oprimidos (...). Então, eu era a favor dos oprimidos, eu era e me interessei muito pelos comunistas, porque eu queria ser útil para eles e eles eram os oprimidos (MOREIRA NETO, 2015, p. 71-72, grifos meus).

Percebe-se, assim, que há na percepção de Maria Aragão uma espécie de “politização incompleta”, que só se concluiria com a sua filiação ao PCB em 1945, quando enfim ela “encontra um rumo na vida”.

Porém, o que mais se destaca na sua autoanálise é a percepção de que muitas das características posteriormente valorizadas já seriam próprias dela e extrapolariam o partido – acompanhando-a desde antes da sua entrada no partido, durante a sua permanência no mesmo e, conseqüentemente, também posteriormente à sua saída.

É como se houvesse um *ethos* – que a acompanha desde o nascimento até a morte - que a definisse e possibilitasse que ela entrasse em contato com pessoas com características e preocupações semelhantes e, portanto, que eles se identificassem mutuamente, sem que para isso fosse necessária uma filiação formal a um grupo ou partido específico⁵⁴.

Guiada por esta mulher que a levou para reunir com pessoas “parecidas” com ela, Maria Aragão vai até um comício de Luíz Carlos Prestes, no campo do Vasco da Gama. Segundo Maria conta, esta amiga teria feito o convite a ela e explicado que “Prestes é um homem maravilhoso, ele é sério, ele é contra a opressão (...), ele é pelo povo (...)” (MOREIRA NETO, 2015, p. 76) e teria ainda dito que Prestes havia passado nove anos preso e que sua mulher, grávida, foi presa e mandada por Getúlio Vargas para os nazistas.

O relato de Maria quanto à sua experiência ao ver Prestes começar a falar se assemelha à descrição de um grande evento em que o “salvador” surge de repente e a multidão emocionada entra em êxtase. Além da emoção sentida, destaca-se em seu relato a sua surpresa ao ver que Prestes não reclamou dos sofrimentos que passou, mas apenas falou sobre o “sofrimento do povo”. Diz Maria:

Quando ele começou a falar (...) (ele era um homem magro, mal tratado, mal vestido), eu fiquei olhando esse homem e eu pensei: (...) vai falar tudo aquilo que o pessoal me contou, aquelas mágoas todas e tal (...). Puro engano de minha parte (...) pois o homem não tocou nos nove anos de sua prisão, não tocou na prisão da mulher dele (...). Ele tocou no povo, no sofrimento do povo, e a sábia união nacional do povo, na situação do povo. *Então eu disse: esse*

⁵⁴ Esta mesma percepção de si é apresentada pelo ex-militante do PCB e da “corrente prestista” no Maranhão, Wagner Baldez. Diz Baldez: “eu, de nascimento já trazia comigo, com o passar dos anos, novo, ainda criança, comecei a criar assim... injustiça, sofrimento, pobreza, tudo isso... e fui crescendo com isso. Como Maria Aragão. A mesma coisa. Ela disse que *o que ela é, é o que ela foi em vida. O partido só fez moldá-la* (...). Desde criança sempre tive esse desejo de ver toda a humanidade feliz” (Baldez em entrevista concedida ao autor).

homem é um homem especial, pois não é importante pra ele a vida dele... O importante para ele é a vida do povo (...). Então, nesse momento, eu decidi: ah, eu vou saber de onde é esse homem? Qual o partido desse homem? Eu vou trabalhar para esse homem. E disse: é amanhã que eu vou procurar esse homem comunista. Esse homem é comunista? Eu vou saber o que é ser comunista no dia seguinte, pela manhã (MOREIRA NETO, 2015, p. 77, grifos meus).

Assim, além de destacar o fato de Prestes aludir ao “sofrimento do povo”, Maria faz uma associação entre a sua aparência e o que seria “o povo”. Assim Maria explicita, também, que sua ligação com o “comunismo” e com o Partido Comunista estaria vinculada à sua ligação com Prestes, como se pode ver nos grifos da citação acima, onde Maria não diz que foi procurar o Partido Comunista, mas “o partido desse homem”. Não à toa, à saída de Prestes do PCB em 1980, sucedeu-se também a sua saída, assim como ao apoio de Prestes ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) sucedeu-se o seu ingresso neste partido⁵⁵.

Desta forma, a filiação de Maria ao PCB, em 1945, aparece como um fato decorrente dela possuir certas características e da consequente identificação com algumas pessoas, em especial Luiz Carlos Prestes. Não aparece, portanto, como decorrente de convicções político-ideológicas ou como tendo relação com eventos anteriormente vividos, como foi o caso da amizade com comunistas da “família Mochel”, ainda antes de ir ao Rio de Janeiro, o namoro com o comunista Amorim Parga e amizade com os demais comunistas maranhenses presos em Ilha Grande, ou mesmo com o contexto nacional de grande crescimento do Partido no Brasil, em especial no Rio de Janeiro.

Vale destacar, assim, a valorização, na narrativa de Maria, de certas características em Prestes e nela própria. No que tange a Luiz Carlos Prestes, não aparecem menções/congratulações ao domínio teórico do marxismo, como é comum na referência dos comunistas àqueles que consideram como seus superiores (PANDOLFI, 1995), mas a abnegação, a dedicação integral à “causa”, a preocupação exclusiva com o “povo”, a identificação entre a sua aparência e o que seria o “povo”. O relato de Maria também destaca o sofrimento e dificuldades enfrentados por Prestes (longa prisão e deportação da esposa para ser assassinada pelo regime nazista).

⁵⁵ Vale ressaltar, porém, que a relação de Prestes com o PDT foi conflituosa e a filiação de Maria ao PDT e relação dela com o PT e PCB, apesar de não poder ser compreendida sem levar em conta as posições de Prestes, não se resume a uma relação de causa e consequência onde a posição do dominante – de Prestes – determinaria a posição da dominada – Maria Aragão. Ela é bem mais complexa e obedece também a condicionantes da disputa política estadual, como demonstrado no capítulo 4.

Tais características, porém, são não só valorizadas em Prestes, mas também nela própria, conforme se vê reiterado tanto por ela quanto por terceiros, seja nos documentos biográficos publicados conjuntamente aos seus depoimentos memorialísticos ou nas matérias veiculadas logo após sua morte (ver capítulo 6). Os relatos de Maria sobre a sua própria vida, como já mencionado, ressaltam as dificuldades por ela enfrentadas, o sofrimento, a preocupação com a vida dos “oprimidos”, a vontade de estar sempre ao lado do “povo” e as semelhanças entre ela e o que seria o “povo”.

Todas estas características são demonstradas como lhes sendo próprias “desde o berço” e justificadoras das escolhas que fez no decorrer de sua vida. Desta forma, a adesão ao “partido desse homem” aparece como o resultado de uma sequência aparentemente lógica: ela, que já não podia ser chamada de alienada por conta de sua preocupação com o povo, finalmente encontra um rumo: aderir ao partido do homem que tem características e preocupações semelhantes às dela. Rumo este, afinal, seguido desde então até o momento de sua fala.

A percepção de Maria Aragão quanto à aparição de Prestes destaca a surpresa, o fascínio. Esta percepção não era algo incomum se a compararmos com experiências de outros militantes (e muitos não militantes) do Partido Comunista Brasileiro. As aparições públicas de Prestes no período de redemocratização e de legalidade do Partido (1945-1947) eram, segundo descreve Pandolfi (1995) com base em vários registros memorialísticos de militantes do PCB, “apoteóticas”.

Ver e ouvir Prestes pessoalmente suscitava grandes emoções, como a realização de um sonho ou como encontrar-se com o sagrado. Mesmo com a clandestinidade do Partido, iniciada em 1947, e o isolamento quase total de Prestes até 1958, a construção mítica do “Cavaleiro da esperança”, que já era forte desde antes do ingresso no PCB, se fortaleceu nestes anos de reclusão. Porém, apesar de ainda haver certa confusão entre a imagem de Prestes e a do Partido, em seu período de isolamento por conta da clandestinidade, outros agentes organizativos ganharam poder e passaram a disputar com Prestes a direção do partido (PANDOLFI, 1995, p. 136).

O comício que Maria Aragão coloca em seus relatos memorialísticos como tendo sido o responsável pela sua adesão ao “partido desse homem” foi uma dessas “aparições apoteóticas” de Luíz Carlos Prestes. O comício aconteceu no dia 23 de maio de 1945, pouco depois de sua saída da prisão. Ainda segundo Pandolfi (1995), há relatos que indicam que o Estádio do Vasco da Gama contava, no momento do comício, com mais

de 50 mil pessoas, além de milhares em volta do estádio acompanhando o comício por meio de alto-falantes.

Na década de 1940, inclusive por conta de esforços do próprio PCB, a imagem de Prestes e do Partido se confundiam. Porém, nas lembranças feitas pelos militantes que permaneceram no PCB nas décadas de 1980 e 90, a ligação entre Prestes e o partido era lembrada de forma negativa, sugerindo que “o modelo de partido por ele construído teria sido autoritário, carismático e personalista” (PANDOLFI, 1995, p. 154). No caso de Maria, por ter permanecido até o fim da vida ligada e subordinada a Prestes, não houve o compartilhamento de tais críticas à relação entre Prestes e o Partido; ela, porém, tece várias críticas em relação à sua própria atuação e a de outros dirigentes.

1.4. Crítica, autocrítica e a construção da memória

Como nos aponta Panebianco (2005) em uma apropriação crítica da conhecida “lei de bronze da oligarquia” formulada por Michels, os líderes de um partido buscam não só defender a sobrevivência do partido, mas a manutenção da configuração de poder interna – ou seja, a estabilidade organizativa⁵⁶. Logo, a existência de uma série de conflitos na seção maranhense após a chegada de Maria Aragão para “reorganizar” o Partido é algo que não surpreende.

As descrições destes conflitos por Maria Aragão são importantes fontes não só para analisar como se construiu a memória e identidade de Maria, mas também para a formulação de dados para a análise das disputas organizacionais – que, vale repetir, extrapolam a descrição do evento em si. Diz Maria em relação à sua decisão de se filiar ao PCB:

Aí, de manhã fui procurar a Mochel, eram duas Mochel, ambas morreram, a Aceline e a Eline. Eline era minha colega de turma, nunca me convidou pra entrar no partido. Me convidou depois para sair do partido e ir pro PCdoB. Bem, então eu fui lá onde as Mochel e disse: eu quero entrar pro Partido Comunista. Aí elas disseram: ótimo, muito bem, tá aqui, assina uma ficha. Tinha uma ficha pra assinar e aí me levaram, apresentaram lá e me puseram para estudar os estatutos. *Que raiva que eu tenho disso hoje, quanto eu sofri por causa disso, como foi dolorosa a minha formação como comunista por*

⁵⁶ Como diz Panebianco: “Afirmar que o objetivo dos líderes é conservar a estabilidade organizativa significa atribuir à liderança um objetivo mais amplo do que a simples defesa da sobrevivência da organização. A defesa da sobrevivência torna-se, nessa perspectiva, somente um pré-requisito para a defesa da estabilidade do partido, para a manutenção das suas linhas de autoridade internas (...). De que forma que os líderes tentam alcançar o objetivo da estabilidade organizativa é uma pergunta que admite mais de uma resposta possível (e, portanto, Michels estava enganado quando pensava que a única resposta possível fosse o crescente conservadorismo político)” (PANEBIANCO, 2005, p. 84).

causa desse descaso, por isso tive que estudar as coisas (MOREIRA NETO, 2015, p. 80, grifos meus).

Em toda a narrativa de Maria, em especial nas partes em que faz autocrítica, se destaca uma dificuldade com a “formação” (o domínio e manuseio do “léxico” consagrado no universo do comunismo/marxismo). Para os comunistas, em geral, o marxismo representa não só uma tradição intelectual, mas uma ciência, uma arma de combate e uma espécie de “bússola” que indica o caminho certo a ser seguido (PANDOLFI, 1995, p. 40-41). Compreende-se, assim, a utilização, por parte de Maria, da alegação desta falta/falha de “formação” como explicação tanto para os seus erros quanto para os erros dos outros dirigentes por ela mencionados – Euclides Neiva, Aceline Mochel e Eline Mochel.

Percebe-se, portanto, que na descrição do seu processo de formação (consolidado, como veremos, com a sua viagem para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1962), os erros cometidos e parte das dificuldades enfrentadas por ela aparecem como decorrentes do “descaso” de alguns dirigentes, enquanto outros militantes aparecem com uma conduta oposta. Como podemos ver no trecho seguinte:

Eu vim para o Maranhão sem saber porra nenhuma. Um amigo meu, Dalcídio Jurandir⁵⁷ (era um escritor, tem livros publicados), me deu vários conselhos. Ele me disse: você precisa ler. *Foi a primeira pessoa que me disse isso (...).* Eu disse: mas o que é que eu vou ler? *Os miseráveis nunca me disseram isso (...).* Então, venho pro Maranhão, assim nua e crua, sem nada, nada, nada. *Esse é o ódio maior da vida, porque isso me fez cometer erros gravíssimos.* Bem, então ele me deu um livro pra ler, um livro volumoso assim. Era um livro sobre Lenin (MOREIRA NETO, 2015, p. 81-82, grifos meus).

O mesmo pode ser visto no trecho seguinte, quando ela menciona sobre a “ajuda” de um outro militante comunista:

⁵⁷ Dalcídio Jurandir nasceu no interior do Pará, em 1909; na biografia disponibilizada no sítio dedicado à sua vida e obra, destaca-se prioritariamente as questões mais ligadas ao âmbito intelectual/cultural, apontando a publicação de vários livros e a intensa atuação em jornais. Mas coloca-se, também, que ele manteve ligações com a Aliança Nacional Libertadora e que possuía “ideias esquerdistas”, sendo preso por conta disto em 1935, após a chamada “intentona comunista”, da qual participou ativamente. O sítio não aponta a sua participação ou filiação ao PCB, mas menciona a sua colaboração em jornais que sabemos terem sido vinculados ao Partido; o mesmo sítio aponta que em 1952 ele viajou para a URSS, juntamente a uma delegação de escritores e jornalistas.

Infelizmente, não tive acesso a uma fonte que se esforçasse menos em omitir informações sobre a sua trajetória política. Seria interessante, para esta análise, observar como ele se posicionava, ao longo do tempo, em relação a Prestes e aos conflitos internos ao PCB. Ver: <http://dalcidiojurandir.com.br/home/biografia/>

Chegou aqui um dirigente comunista maravilhoso. Orestes Timbaúba⁵⁸ era o nome dele. Ele me deu a maior ajuda que eu tive. Ele dizia o seguinte: olha, isso que você fez estava errado (...). Você sabe que isso estava errado? (...) É porque você não estuda. Então, resolvi perguntar: o que é que eu vou estudar? Ele pegou, me deu uma lista de livros e disse: vou mandar os livros pra você (MOREIRA NETO, 2015, p. 87-88).

Como já apontado, Maria estava no Rio de Janeiro quando assistiu ao comício de Prestes que, segundo seu depoimento, a fez se decidir por entrar no “partido desse homem”. Após o comício, seguiu-se a sua filiação formal ao PCB. Porém, apesar de estar no Rio de Janeiro, ela diz ter procurado duas dirigentes comunistas maranhenses (que estavam naquela cidade na ocasião) para conduzir seu processo de adesão e filiação. É justamente aí que inicia a crítica de Maria quanto aos dirigentes do PCB que já estavam estabelecidos no Partido no Maranhão: a dificuldade de Maria em adquirir a formação comunista adequada aparece, aqui, como consequência de erros de alguns dirigentes comunistas – em especial, o descaso com a “formação”/”educação”.

Algo semelhante acontece com a crítica que ela dirige ao então Secretário Geral do Partido, que havia vindo do Rio de Janeiro para o Maranhão juntamente com ela – “Euclides Neiva, que era o Secretário Geral que veio mandado para cá pra organizar o Partido, não estudava, ele não tinha nenhuma base teórica e os outros pobres coitados também não” (MOREIRA NETO, 2015, p. 85). Diferentemente das outras duas citadas, porém, Euclides Neiva não se integrou ao PCdoB – antes mesmo da divisão do “Partidão” em dois, Euclides Neiva foi para o Partido Social Democrático (PSD) e foi expulso do PCB.

Na segunda metade da década de 1940, com a legalização do Partido no pós-Estado Novo (1938-45), assistiu-se a um grande crescimento do PCB no Brasil e, em especial, no Rio de Janeiro. Esse crescimento pôde ser visto, por exemplo, em seu desempenho eleitoral em 1945, quando – no mesmo ano em que teve seu registro eleitoral aprovado - elegeu quatorze deputados e um senador (Luíz Carlos Prestes). No contexto da redemocratização pós-Estado Novo, o PCB tinha a vantagem de, apesar de ter passado a maior parte do tempo na ilegalidade, contar com um capital político que remetia à sua fundação, em 1922, e incluía relações com outros PCs do mundo, a participação de vários intelectuais e escritores consagrados, o prestígio advindo da participação de Prestes, então amplamente conhecido como “Cavaleiro da Esperança”. Com isto, o PCB afirmava-se

⁵⁸ Orestes Timbaúba foi um importante dirigente comunista, eleito membro do Comitê Central em 1967. Também não tive acesso a fontes que me permitissem reconstituir sumariamente suas propriedades sociais e situá-lo em relação às disputas partidárias.

como a quarta maior força política nacional. Logo em 1947, porém, o Tribunal Superior Eleitoral novamente cassa o registro legal do Partido (SANTANA, 2001).

Assim, neste momento de grande crescimento do partido, diferentemente do que aconteceu em outros contextos, “a adesão ao PC fazia-se em massa, sendo aceitos todos os que quisessem preencher a ficha de inscrição” (RODRIGUES, 1978, p. 411). Desta forma, apesar do “descaso” a que Maria já se referiu ser direcionado a duas militantes específicas, era decorrente de uma prática corriqueira naquele momento. Por que, então, neste olhar retrospectivo, a sua avaliação feita sobre o partido na década de 1940 direciona a crítica a estas duas militantes, e não a outros militantes ou à atuação mais geral do Partido?

Como já mencionado, a memória é um terreno em disputa, onde a leitura do passado se relaciona com as disputas do presente e as prospecções para o futuro. Uma resposta plausível a esta pergunta, portanto, precisar levar em conta a relação de Maria com estas militantes no período posterior ao evento narrado.

Em seu próprio relato, Maria explicita um conflito quando menciona que as duas militantes foram para o PCdoB e a convidaram para deixar o Partido. A criação, em 1962, de um novo Partido se reivindicando o legítimo herdeiro do Partido Comunista fundado no Brasil em 1922 foi algo marcante não só na trajetória de Maria Aragão, mas na trajetória dos demais militantes do PCB e PCdoB⁵⁹. As divergências entre um lado e o outro não raras vezes se deslanchavam para ofensas pessoais. É compreensível, assim, que na reconstrução *a posteriori* de eventos colocados como tendo sido responsáveis por uma série de erros seus, Maria impute a responsabilidade àqueles que, posteriormente, concretizariam seus erros na construção de um novo partido e, ainda, na escolha da luta armada como meio de atuação política.

Mas esta explicação, por si só, não basta. É necessário levar em conta outros aspectos da posição ocupada por Maria no momento em que expõe seu depoimento. Ocupando uma posição explicitamente subordinada à figura de Luiz Carlos Prestes, a sua avaliação do período tendia a mesclar três fatores: primeiramente, o já mencionado efeito causado pelas disputas em âmbito estadual e nacional; em segundo lugar, a avaliação de Prestes sobre o período que, na década de 1980, criticando tanto ao Partido quanto a si mesmo, condenava a tentativa do PCB de se tornar “o partido de todo o povo” (ver PANDOLFI, 1995, p. 152-155); e, por fim, as disputas políticas que Maria (e Prestes) se

⁵⁹ A avaliação de Maria quanto às diferenças entre o PCB e PCdoB será explorada no capítulo 5.

envolveu no momento em que dava o depoimento, marcadas pela cisão com o PCB e construção da “corrente prestista”, que conclamava pela formação de “novos quadros”, para utilizar o jargão partidário, com uma melhor formação teórica⁶⁰. Daí a crítica em relação à filiação sem um processo de recrutamento que envolvesse uma melhor preparação teórica, mas com o direcionamento da crítica a algumas pessoas específicas, além da omissão das autocríticas feitas pelo próprio Prestes e das críticas feitas a ele por aqueles que, em meados da década de 1980, permaneciam no PCB.

Maria segue seu relato sobre a vinda para o Maranhão destacando, de um lado, os erros por ela cometidos por conta da sua “falta de formação” e, de outro, os conflitos que ocorreram entre ela e os comunistas que já estavam instalados no Maranhão:

Bem, então eu vim pra cá, vim furiosamente, loucamente, pegava jornal, os novos jornais e sabia notícia de jornal, e era em cima do que estava no jornal que eu discutia, brigava, que eu fazia, que eu convocava gente e ia pra porta de fábrica, numa verdadeira loucura.

Havia aqui um grupo de comunistas, velhos comunistas, homens sérios, *e eu queria que eles fizessem propaganda*. Eles diziam: você entrou agora, você tem razão de acreditar que é possível a legalidade (...).

Então eu vim pra cá e comecei a trabalhar sem nenhuma base teórica e a cometer erros, *a querer que aqueles companheiros fizessem a mesma coisa que eu*. Eles diziam: você tem meses de partido e nós temos anos, você entrou na legalidade e nós temos não sei quantos tempos de prisão em Ilha Grande (...) (MOREIRA NETO, 2015, p. 82-83, grifos meus).

Com isto, Maria continua enfatizando a relação entre os erros cometidos por ela e a sua falta de formação mas, desta vez, descreve a existência de divergências decorrentes da sua tentativa em fazer com que os “velhos” cometessem os mesmos erros que ela, ou seja, que eles também se expusessem e fizessem “propaganda”.

Como se pode ver em seu relato, Maria faz uma autocrítica por não ter conseguido prever a repressão. Tendo entrado no Partido durante o período de legalidade (1945-47) e chegado ao Maranhão “nua e crua”, ela – diferentemente dos “velhos” - não teria conseguido prever que logo seria decretada a ilegalidade do Partido e iniciada uma nova onda repressiva, expondo-se e levando parte dos “companheiros” a fazer o mesmo.

Este erro de “superexposição” colocado por ela é a explicação dada para o fato de a “reação” ter recaído muito mais nela que nos demais militantes do Partido. Diz Maria, dando continuidade à autocrítica:

⁶⁰ Na *Revista*, Maria define a “corrente prestista” como uma aglutinação de militantes que ainda não podiam se autodenominar partido por conta de não possuírem suficientes “quadros marxistas”, mas que estavam empenhados na formação destes quadros, e repete a famosa frase atribuída a Lênin, segundo a qual “não há movimento revolucionário sem teoria revolucionária”. Assim ela define a “corrente prestista”: “um movimento empenhado no aprimoramento teórico, na formação política dos jovens e na lidação com as massas” (ARAGÃO, apud, ALDIONOR, 1988, p. 15).

Eu era uma agitadora mesmo, viu? Mas isso que eu fiz foi errado (...). Cheguei aqui mandando brasa ao ponto de um jornal dizer que eu tinha vindo aqui, do Rio, também para organizar o partido (...). Sabe o que aconteceu? O clero e a reação inteirinha veio em cima de mim. Como os outros não apareceram, tudo era em cima de mim (MOREIRA NETO, 2015, p. 85).

Outro eixo que Maria coloca como explicação para a forte “reação” que se dirigiu contra ela é o fato de, ainda no Rio de Janeiro, ter tido uma filha (que veio a falecer) sem ter casado. Este seria um dos argumentos usados para comprovar que ela não era médica, e sim prostituta.

Com essa forte “reação” contra ela, Maria menciona que casar passou a ser necessário para “desmentir os padres” e não prejudicar o partido. Coloca ainda que a decisão de casar foi bastante difícil, pois ela havia sido sempre “dona de sua vida” e nunca havia tido nenhum tipo de atração pela ideia de casar. Diz também que “teve relações” sem casar, o que é posto por ela como uma demonstração de sua condição de “mulher livre”.

Diz Maria, sobre sua reação ao pedido de casamento feito por Alfredo:

Eu argumentei bastante: repara o que tu estás querendo, eu sou comunista e você não é; eu tenho um pé aqui dentro da liberdade e outro na cadeia; eu não vou parar de trabalhar, não vou parar de falar. E ele disse: se você tem categoria (...) pra fazer isso tudo, por que eu não posso fazer também? Afinal de contas, fiquei pensando: que mal me trará casar? *Aí eu ponderei: vai me trazer um bem, porque evita que eu tenha um caso por aí a fora (...).* Rolando caso por aí eu vou prejudicar o Partido. Aí eu resolvi me casar (MOREIRA NETO, 2015, p. 110, grifos meus).

A partir deste trecho pode-se destacar, em primeiro lugar, uma das questões recorrentes para a identidade comunista: a colocação da vida privada em função da militância na organização comunista e a colocação da identidade comunista acima da identificação com outros grupos (PANDOLFI, 1995).

Pode-se destacar, também, que essa forma de retratar o casamento traz à tona uma relação entre a construção de sua memória e sua condição de mulher, conforme as relações de gênero historicamente estruturadas. Por mais que ela não vincule isto direta e explicitamente à sua condição de mulher, Maria expõe ter sofrido com a difamação do “clero”, que a chamava de prostituta, e com boatos de que ela “devorava crianças”, dentre outros. Dois aspectos (a conduta sexual e familiar) que a atacavam diretamente no que era considerado como o dever ser de uma mulher “correta”.

Isto demonstra a mistificação que é a compreensão do público/privado ou pessoal/político como coisas separadas, fator bastante ressaltado durante o *boom* dos

movimentos feministas na década de 1970 e em estudos posteriores (FACINE e SOIHET, 2004), que evidenciaram “uma articulação constante entre as esferas pública e privada” (COMPARATO, 2014, p. 170) e “críticas contundentes (...) aos papéis e estereótipos sexuais associados a essas esferas: o público como espaço dos homens, e o privado como espaço da mulher” (COMPARATO, 2014, p. 171).

No caso em pauta, da difamação sofrida por Maria e evidenciada na sua justificativa para o casamento, a articulação entre o público e o privado se mostra na utilização de questões consideradas, à época, como do âmbito privado/pessoal, para tentar impor e manter Maria Aragão na posição restrita que era tradicionalmente imputada às mulheres. Ou seja, difamando-a por questões tidas como do âmbito privado, visavam atacá-la no universo em que as mulheres eram majoritariamente renegadas – a política.

Em sua justificativa para o casamento pode-se ver também, além do peso de uma cultura machista no âmbito da Igreja Católica, a sua contraposição a alguns aspectos do comportamento imposto às mulheres e, ao mesmo tempo, a aceitação tácita, por parte de Maria e do Partido, de outros destes aspectos – casar passa a ser algo positivo para “desmentir os padres”, evitar “ter caso por aí afora” e, assim, evitar “prejudicar o Partido”. A despeito disso, contrariando o provável, por conta de condições que ainda precisam ser melhor exploradas, Maria conseguiu significativo reconhecimento profissional e político, ocupando espaços que eram (e, apesar de diferenças existentes, ainda são) hegemonicamente masculinos.

Os conflitos com setores da Igreja Católica – que Maria se refere como “clero” – perpassam vários momentos das suas memórias referentes ao período da década de 1940 e 1950. Isso também pode ser visto, por exemplo, na sua explicação quanto ao motivo de ela ter se tornado atea – que teria tido a ver com a perseguição injusta da igreja a pessoas que ela admirava, e não com o fato de ela ter se tornado comunista, como ela faz questão de frisar - e no relato de episódios em que ela sofreu com a perseguição de padres.

O trecho citado, além de realçar o “anticomunismo” presente na Igreja Católica, demonstra também que se reconhecer como vítima de certos tipos de violência, que podem vir do “clero”, das polícias, dentre outros, faz parte da identidade de Maria Aragão, o que está de acordo com a identidade comunista, conforme apontado por Pandolfi (1995).

Por fim, vale frisar que a explicação dada por Maria para justificar seus “erros”, assim como a crítica direcionada por ela a alguns dirigentes do Partido na época de sua chegada ao Maranhão, só pode ser compreendida levando em conta questões relativas ao

período anterior à sua fala e questões relativas ao momento da fala. A memória, como nos diz Pollak, “sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória” (POLLAK, 1992, p. 4). Ou seja, se é factual que a adesão de Maria ao PCB se deu sem um processo de recrutamento longo e que contasse com a apropriação das obras e autores considerados como cânones do marxismo/comunismo, a explicação disto como consequência da atitude de certas pessoas – e mesmo a ênfase para a “educação”/“formação” como principal problema - é decorrente de uma leitura do passado que se adegue à posição ocupada por ela em disputas travadas no presente – o mesmo vale para explicação sobre a filiação/adesão ao PCB. Desta forma, tal leitura do passado demonstra como Maria se vê no presente e quer ser vista pelos outros, mesclando questões da identidade comunista mais geral com características valorizadas nela e por ela.

CAPÍTULO 2 - Chegada e afirmação no Maranhão e no Partido Comunista (1945-1963)

2.1 Disputas intrapartidárias e construção de redes de relações pessoais

Nos relatos de Maria alusivos à sua atuação partidária, há duas ocasiões em que sobressai a autocrítica e, nas duas, crítica e autocrítica andam lado a lado, expondo o aumento da tensão de conflitos entre dirigentes partidários. Trata-se de momentos em que a estabilidade organizativa está abalada, ou seja, momentos em que está ameaçada a manutenção da configuração de poder interna ao partido (PANEBIANCO, 2005)⁶¹. A primeira ocasião refere-se ao momento de sua chegada ao Maranhão em 1945 para “reorganizar o partido”, e a segunda refere-se ao momento anterior à sua viagem para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em julho de 1961.

A análise destes dois eventos e dos relatos de Maria sobre a sua atuação partidária demonstram que ela chegou à direção estadual do PCB no Maranhão já contando com uma série de trunfos e recursos nada negligenciáveis e que posteriormente viriam a ser, cada um à sua medida, potencializados. Entre estes, destaco: a proximidade com o centro de decisão nacional do Partido; relativo volume de capital cultural advindo de sua formação enquanto professora e médica; o trunfo da profissão “notável”; a possibilidade de angariar recursos materiais para a organização (pelo exercício da profissão ou por meio das “finanças”) e a constituição de uma rede de relações pessoais ampla e que continha agentes bem posicionados na hierarquia política estadual.

Estes cinco elementos, distribuídos em diferentes âmbitos (em especial, a política e a medicina), são fundamentais para compreender como Maria Aragão foi ocupando posições de maior prestígio no cenário político maranhense, tanto interna quanto externamente ao Partido; mas devem ser entendidas de forma relacional – em comparação com os demais dirigentes partidários, tanto em âmbito estadual quanto nacional - e

⁶¹ Para uma discussão extensa trazendo um modelo teórico que possibilita uma análise organizacional de partidos políticos de uma forma processual e não essencialista, ver Panebianco (2005). Porém, uma análise da trajetória do PCB no estado do Maranhão à luz de seus dilemas organizacionais e suas relações com as instâncias de decisão e tomadas de posição nacionais, no entanto, ainda está por ser feita e não é objeto do presente estudo. Pretendo, porém, indicar as relações entre a vivência de conflitos internos a um partido político e a estruturação da memória do militante que viveu tais conflitos, o que implica em trazer alguns apontamentos sobre os dilemas organizativos pelos quais passou o agente organizativo e o partido – que podem/devem ser aprofundados em outros estudos – mas, principalmente, trazer os elementos necessários para uma apropriação crítica das memórias deste militante – no caso, Maria Aragão.

processual – atentando-se para como cada um destes pontos tiveram um peso diferenciado em cada momento de sua trajetória.

Após a filiação ao PCB, em 1945, Maria diz ter trabalhado muito intensamente na arrecadação de fundos para a construção da sede do Partido no Rio de Janeiro, mobilizando todas as pessoas que conhecia – tanto seus amigos quanto seus alunos. Ainda segundo seu depoimento, a sua “fúria” neste trabalho teria chamado atenção.

Depois desse trabalho intenso, diz Maria, a direção do Partido fez um chamado para ver quem poderia ir para o Maranhão para “levantar o Partido” (MOREIRA NETO, 2015, p. 81). Vários militantes maranhenses se propuseram a ir ao Maranhão – Maria cita, além dela, Amorim Parga (seu ex-namorado), Inácio Rangel e Euclides Neiva. Mas apenas Maria Aragão e Euclides Neiva, foram os escolhidos. Maria é então colocada no posto responsável pela “agitação e propaganda”, enquanto Euclides Neiva fica com o principal cargo da direção dos Partidos Comunistas, a Secretaria Geral.

Desta forma, Maria Aragão chega à direção estadual do PCB maranhense entrando “por cima”. Ou seja: ela passa a ocupar uma posição dirigente na estrutura partidária estadual, mas sem ter acumulado prestígio paulatinamente ou em decorrência de militância dentro do Partido no estado.

Esta rápida ascensão, aliás, era algo bastante comum no que tange ao PCB nacionalmente. Da década de 1930 até a de 1960, o PCB foi marcado por uma forte instabilidade: alta rotatividade de dirigentes, rápida ascensão de recém-chegados aos postos máximos de direção e expulsões constantes de dirigentes (RODRIGUES, 1978). Diz Leôncio Martins Rodrigues, em relação aos dirigentes nacionais do PCB:

Os elementos dominantes e decisivos na direção do PCB (...) não foram os operários ou mesmo os militantes de origem judaica, mas os jovens intelectualizados das famílias tradicionais. Estes últimos, comparativamente, levavam ampla vantagem em termos de nível cultural para a compreensão das sofisticadas elaborações teóricas do marxismo, de informação e conhecimento da sociedade nacional, de tempo disponível para a militância, de apoio familiar quando a repressão tornava-se particularmente dura e, *last but not least*, de contato e relacionamento com as altas esferas políticas” (RODRIGUES, 1978, p. 391).

Maria Aragão, porém, não se encaixa neste perfil de dirigente: apesar de advir de uma profissão liberal, ela não tinha entre os seus ascendentes parentes com reconhecida atuação no meio político ou cultural, tal qual a maior parte dos dirigentes partidários com relevante atuação nacional.

Se admitimos que os seus relatos sobre os “períodos da fome” não são apenas meios para engrandecer sua capacidade de vencer desafios, mas tem também uma base factual, percebemos que seu meio familiar era incapaz de prover as condições materiais necessárias para que ela pudesse viver durante o período em que cursou medicina sem necessitar, ao mesmo tempo, se dedicar ao curso e a atividades destinadas à subsistência, gerando uma situação em que o acúmulo de responsabilidades – estudo e trabalho – trouxe prejuízos até mesmo para a sua saúde e formação.

Enquanto boa parte de seus futuros concorrentes aos postos de direção no Partido tinham muito mais tempo para se ocupar com atividades valorizadas no meio partidário (o cultivo de relações pessoais, a prática da escrita, a leitura de teóricos marxistas e consumo de bens culturais de forma geral), Maria precisava se ocupar, a maior parte do tempo, com a faculdade e trabalhos ligados à sobrevivência material.

A necessidade de estudar e trabalhar, que acompanhou Maria Aragão desde que chegou no Rio de Janeiro até a conclusão do curso de medicina, fez com que seu tempo livre para realizar outras atividades não concernentes ao estudo da medicina e ao concomitante trabalho como professora e, durante um período do curso, como enfermeira, fosse mínimo⁶².

Apesar de o PCB, nesta segunda metade da década de 1940, tentar construir a imagem de um partido voltado para “o povo” (aliás, não são poucas as referências de Maria à sua “semelhança com o povo”), os que de fato dirigiam o Partido em nível nacional advinham, em sua maior parte, de famílias tradicionais, e tinham condições bem

⁶² Weber (2011) menciona que há duas possibilidades de fazer política: vivendo “da” política, e vivendo “para” a política - sendo uma construção típico-ideal, nos exemplos concretos os dois casos se misturam. No primeiro caso, retira-se da política a sua fonte de renda, já no segundo caso, vive-se “para” a política sem dela depender materialmente. Para se viver exclusivamente “para” a política, é necessário possuir fortuna pessoal, o que implica na não obrigatoriedade de dedicar algum tempo para uma atividade de subsistência. Isto traz implicações importantes para a compreensão da política como um todo, e em especial para os processos de profissionalização. Como diz Weber: “o recrutamento não plutocrático do pessoal político (...) envolve, necessariamente, a condição de a organização política assegurar-lhes ganhos regulares e garantidos” (WEBER, 2011, p. 81). Ou seja, caso o político possua fortuna pessoal, ele não necessariamente irá reclamar pagamentos pelos serviços prestados. Já os não afortunados, necessariamente o fazem. Esta clássica distinção weberiana nos é útil, aqui, para chamar atenção para algo nada negligenciável, mas que muitas vezes passa despercebido: só é possível fazer política caso o agente em questão não ocupe todo o seu tempo com atividades de subsistência, ou caso a política seja ou tenha relação com a atividade de subsistência. No caso de Maria Aragão, a conclusão do curso de medicina não a fez ter fortuna pessoal, possibilitando a abdicação do trabalho para dedicar-se exclusivamente à atividade política não remunerada, mas a fez ter um maior tempo livre e uma possibilidade de remuneração razoável, se compararmos este período da sua vida com o período anterior. Veremos a seguir como, após a sua chegada e afirmação no Maranhão, a atividade política estrita (partidária) e a o exercício da medicina passam a se retroalimentar e, por vezes, se confundir.

melhores que as de Maria Aragão para dominar os complexos códigos do marxismo e construir/manter relações com os altos estratos da sociedade.

Isto pode explicar, ao menos em parte, o porquê de Maria ter se aproximado da militância partidária apenas depois de ter finalizado o curso, com 35 anos de idade, o porquê dela não ter alcançado posições de maior relevo nacional e, conjuntamente, parte das dificuldades enfrentadas por ela em sua militância política, em especial, a alegada dificuldade com a “formação”.

Porém, vale frisar que, se os dirigentes nacionais do partido tinham melhores condições que Maria para dominar tais códigos (tinham um maior volume de capital cultural) e de construir/manter relações com altos estratos da sociedade, não se pode afirmar o mesmo em relação à maioria dos dirigentes estaduais do Partido. É isto, ao menos, o que se pode apreender da descrição feita por Maria dos demais militantes partidários quando do seu retorno ao Maranhão em 1945, em que destaca as dificuldades materiais e predomínio de ofícios ligados a atividades braçais⁶³.

A chegada de novos concorrentes aos postos de direção em um partido político pode ocasionar a divisão de poder com estes novos dirigentes mas, segundo apontou Michels (1982) tomando como base a dinâmica europeia do começo do século XX, a tendência é que os já estabelecidos predominem nestas disputas. Ao menos quanto ao que se pode apreender a partir dos registros memorialísticos de Maria Aragão, não se pode dizer que, com a sua chegada e a de Euclides Neiva para “reorganizar” o Partido no Maranhão, os já estabelecidos tenham predominado. Da mesma forma, porém, também não seria correto afirmar que houve o contrário.

Apesar de não termos elementos para uma reconstrução mais detalhada das disputas pelo poder organizativo e de como tais disputas influenciaram na dinâmica partidária estadual e na atuação política destes militantes (nos falta, por exemplo, a posição do então Secretário Geral, Euclides Neiva), o relato de Maria Aragão informa que ela não conseguiu fazer com que os “velhos” partissem para a “propaganda”, tal qual ela desejava que fizessem. Do mesmo modo, os “velhos” não conseguiram impedir que ela agisse – e agisse em nome do Partido. O seu relato abre exceção para um dos “velhos”. Diz Maria:

⁶³ Se podemos dizer que estas profissões predominavam, não podemos afirmar que, durante a militância de Maria no PCB, ela tenham sido a única a desfrutar de uma condição material relativamente confortável e do reconhecimento enquanto intelectual. Exemplos conhecidos de militantes advindos de famílias tradicionais e abastadas são o médico William Moreira Lima e os integrantes da “Família Mochel” (Aceline, Eline e Joaquim).

Era um erro querer arrastá-los para fazer aquilo que não podiam fazer e eles tinham razão. Tinha um companheiro de quem eu gostava muito. Ele se chamava Queiroz (...). Nós íamos vender jornal e ele não queria sair (...). Eu arrastava o velho para trabalhar comigo, era o único que tinha coragem mesmo de sair e que saía comigo. Ele saía reclamando, mas saía, sectário danado, nós íamos fazer finanças (MOREIRA NETO, 2015, p. 83-84).

Nesta disputa, enquanto os “velhos” reivindicavam a experiência do tempo de militância para fundamentar suas posições, Maria contava com a autoridade de quem foi mandada pela direção nacional para “resolver os problemas do Partido no estado”. Neste imbróglio, por mais que Maria não conseguisse fazer com que os demais seguissem suas orientações, ela, que já despontava como uma das principais representantes do Partido, não deixava de fazer aquilo que julgava necessário para “combater o imobilismo”, por mais que isso gerasse a desaprovação dos demais dirigentes partidários. Ao que se pode indicar a partir destes relatos, cada um seguia o seu caminho, contrariando o que costumava-se esperar de um partido que, ao menos em âmbito nacional e internacional, se dizia guiado⁶⁴ pelo “centralismo democrático”⁶⁵.

Além da autoridade conferida pela indicação da direção nacional do Partido, que garantiu desde o seu retorno ao Maranhão em 1945 a ocupação do posto de direção de “Agitação e Propaganda”, também pesava nas disputas organizacionais o título de médica e a possibilidade de exercício da medicina.

O título de médica servia como um trunfo, de forma a atestar a sua capacidade de vencer grandes desafios, o que pesa de sobremaneira na construção da sua *identidade pública*. Mas, em especial no que tange aos processos de seleção e hierarquização da elite política maranhense, seu valor não se esgota em seu elemento consagratório: o título possibilitava o exercício da medicina que, por sua vez, possibilitava a inserção e

⁶⁴ Não é novidade que haja uma certa distância entre o que o partido diz de si e como de fato ele age. E nem nos colocamos aqui na posição de julgar o quão próximo são os seus “objetivos reais” dos seus “objetivos declarados”. Mas não se pode afirmar que estes objetivos declarados são uma mera fachada sem relação com os equilíbrios organizacionais. Fazê-lo seria ignorar que uma parte significativa dos conflitos infra-organizacionais tem como eixo a tentativa de definir o meio mais eficaz para atingir os objetivos oficiais; e ignoraria também a obrigação dos dirigentes em fazer referências contínuas a esses objetivos. Ver Panebianco (2005)

⁶⁵ “Centralismo democrático” foi um termo cunhado por ideólogos do Partido Comunista para designar a forma de organização dos PCs. Em resolução aprovada no III Congresso da Internacional Comunista, realizado em Moscou entre 22 de junho e 12 de julho de 1921, ele é designado como a “fusão da centralização e da democracia operária” e como diferente do que seria a “centralização formal ou mecânica” (apud, FELIPPE, 2006, p. 82). Em relação à organização dos Partidos Comunistas, Duverger traça um paralelo entre estes e os partidos nazistas, caracterizando a estrutura de ambos por uma forte centralização e disciplina, além de “ligações verticais estabelecendo uma separação rigorosa entre os elementos de base” e “uma direção assente em métodos autocráticos” (DUVERGER, 1970, p.36).

manutenção da sua portadora em uma série de redes de relações pessoais passíveis de mobilização em casos de necessidade⁶⁶, o que se mostra de forma explícita em diversos momentos dos relatos autobiográficos de Maria Aragão. Além do mais, ela própria faz questão de explicitar que não trabalhava como uma “médica comum”, mas como uma “médica comunista”, o que demonstra a sua percepção de que a raridade e valor de seu “trabalho” estava na conjugação entre a atuação de médica e de militante comunista. A maior parte dos registros biográficos/hagiográficos sobre ela, como demonstrado no capítulo 6, também destaca as qualidades simultâneas de médica e líder política ou líder comunista.

Vários trechos dos relatos de Maria relativos a este período anterior à sua viagem para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) indicam uma forma de imbricação de sua atuação política com a medicina. Isto pode ser visto, por exemplo, no seu relato sobre uma viagem ocorrida em 1946, para um povoado chamado Livramento, na cidade de Pedreiras, no Maranhão. Maria diz ter ido até lá para “discutir com uns companheiros problemas do Partido” (MOREIRA NETO, 2015, p. 122). Não obstante, ao chegar lá, mesmo com o padre tendo ordenado que ninguém se consultasse com ela, divulgado que ela era a “besta-fera” e que ela devorava crianças, ela passou de casa em casa consultando os moradores. Após isso, Maria conta que fez um discurso já conhecendo os problemas e doenças enfrentados pelos moradores, falando sobre “saúde”, sobre as doenças comuns na região, ressaltando a necessidade que tinham de se organizar para reivindicar seus direitos, sobre o comunismo e o socialismo. Da mesma forma, nas demais viagens para o “interior” do Maranhão, em que ela ia abrir “células” do Partido ou fazer algum tipo de acompanhamento da militância, as atividades estritamente partidárias eram precedidas de uma jornada de consultas aos moradores.

Pode-se acrescentar como evidência desta imbricação entre a política e a medicina na trajetória de Maria, além dos exemplos acima, o fato de Maria ser apresentada no jornal oficial do Partido como “Diretora Dra. Maria Aragão” e o fato de ter, durante um certo período, trabalhado na sede do partido.

⁶⁶ Uma análise da relação entre a medicina, o título escolar referente e o recrutamento das elites brasileiras pode ser vista em Coradini (1997). É válido, para Maria Aragão, o exposto por Coradini quanto ao ‘valor’ do título escolar. Diz o autor: “considero o valor real do título escolar como resultado da inserção de seu portador em determinados conjuntos de relações de reciprocidade. Ou seja, na ausência de uma estrutura que garanta a equivalência de títulos escolares e postos (BOURDIEU e BOLTANSTKI, 1975), são as possibilidades de inserção de seu portador nas redes de relações personificadas que garantem o valor deste título escolar não apenas como atestação de determinado capital escolar, mas, principalmente, como elemento consagrador de uma posição social já ocupada de antemão com base no capital social (BOURDIEU, 1980b)” (CORADINI, 1997, p. 435).

Percebe-se, assim, uma certa indistinção entre a atuação por meio da medicina e a atuação política, além de uma forma específica de retroalimentação entre um âmbito e o outro: a atuação no partido e no jornal *Tribuna do Povo* potencializa as oportunidades de atuação e reconhecimento enquanto médica e, conseqüentemente, potencializa as retribuições materiais e simbólicas passíveis de serem retiradas do exercício da medicina. Paralelamente, tais retribuições e reconhecimento servem como incentivos para a atuação de Maria Aragão no partido e favorecem Maria nas disputas internas ao partido, o que potencializa as retribuições e reconhecimento advindos tanto da medicina quanto da atuação política (que, por sua vez, se confundem). Assim, no caso em pauta, ao mesmo tempo em que “o conhecimento médico funciona de certo modo como critério que habilita ao exercício da política” (NUNES, 2000, p. 275), o exercício da política impulsiona o exercício da medicina.

Além da possibilidade de exercício da medicina – que, por si só, já serve como um trunfo -, há um peso significativo nas disputas organizacionais da capacidade de se sustentar materialmente e de angariar fundos para o Partido - desde a sua atuação no PCB do Rio de Janeiro, Maria já havia se destacado pelo trabalho de “finanças”, além da possibilidade de prover o partido com recursos próprios.

Esta capacidade em angariar recursos materiais adquire especial importância se observarmos a descrição que ela faz dos demais militantes do Partido, onde realça as dificuldades dos comunistas que já estavam no Maranhão em se sustentar economicamente. Diz Maria:

O Partido aqui, à época, era formado por velhos comunistas que tinham ido para Ilha Grande⁶⁷, no Rio de Janeiro, e quando voltaram viram-se sem emprego, na miséria, sem condições de recomeçar a vida. O velho Osvaldo era sapateiro, o Queirós era um dos quadros mais interessantes, tinha sido sargento e fora expulso do Exército (...). O velho Alves era da construção civil (...). Havia também o Norberto, que era um companheiro inteligente, vivo (...) (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 84-85).

Logo quando volta do Rio de Janeiro, Maria hospeda-se de favor em uma casa que seu irmão já havia ficado anteriormente – a casa dos “Souza” -, mas sai desta casa por conta de os proprietários serem “anticomunistas”. Sobre o sustento material logo da chegada no Maranhão, ela relata:

⁶⁷ Refere-se a um presídio localizado no Rio de Janeiro em que vários presos políticos ficaram durante a ditadura de Getúlio Vargas.

Eu trabalhava, mas não ganhava dinheiro, porque eu não tinha consultório e consultava de graça. Ia às casas, dava amostra de medicamentos, pagavam quando muito a despesa do transporte. Meu irmão me ajudava, me mandava dinheiro do Rio, e eu almoçava e jantava na casa dessa família (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 92)

Até que ela sai da casa da família dos “Souza” e passa a trabalhar na sede do Partido. Ela diz que, neste momento, passa a ganhar dinheiro suficiente para comer. Também menciona que a partir daí começa a ser mais conhecida e que se dedicava muito ao trabalho para assim provar aos padres que ela de fato podia exercer a medicina. Referindo-se à prisão ocorrida em 1951, diz Maria: “ao sair da prisão (o nosso povo é interessante) deu-se aquela prova de solidariedade de que falei, e minha clínica cresceu. Interessante, passei a ter muito mais clientes depois que saí da prisão” (MOREIRA NETO, 2015, p. 100). Assim, paralelamente ao realce das dificuldades materiais enfrentadas – o que faz parte da identidade comunista, como demonstrado por Pandolfi (1995) – Maria demonstra a percepção gradativa de uma melhora das condições materiais de vida.

Outro fator que teve influência significativa no aumento da procura dos serviços médicos de Maria concerne à relação entre a sua condição de mulher e o exercício da medicina⁶⁸. É conhecida a predominância de homens na medicina. No Brasil da década de 1940, as mulheres somavam um por cento dos médicos/médicas (MACHADO, 1997, *apud*, ARAÚJO, 2014). O próprio relato de Maria, que destaca a existência, em sua turma, de oito mulheres entre “cento e tantos homens”, já nos dá um indicativo disto. Além da pouca quantidade de médicas, as existentes não se dividiam de forma equitativa para todas as especialidades. Em relação à medicina em São Luís, Lacroix (2015) menciona ter tido contato com uma “ligeira e única referência a uma profissional em São Luís, antes da terceira década [do século 20]. O clínico geral assistia como ginecologista e prevalecia em número e muitas senhoras tinham certa dificuldade em recorrer a homens, tal o pudor exagerado predominante até a década de 1950” (LACROIX, 2015, p. 232); e, mais à frente, complementa: “As três ginecologista – Laura Caldas, Maria Aragão e Margarida de Freitas Martins – tinham seus consultórios abarrotados, ante a preferência das senhoras e o preconceito de muitos maridos em meados do século” (LACROIX, 2015, p. 235).

⁶⁸ Por uma questão de tempo, espaço e foco, não trataremos com profundidade do tema. Por conta de sua complexidade e dificuldade em não incorrer nas naturalizações tão arraigadas em nossa linguagem e esquema de pensamento cotidiano, este necessitaria de um trabalho à parte. Para as considerações aqui trazidas me apoio, principalmente, no primeiro capítulo da tese de doutorado de Márcia Araújo (2014), intitulado “A médica Maria Aragão”.

Esta “barreira” do predomínio masculino era mais frágil, em especial, em duas especialidades: a pediatria e a ginecologia⁶⁹. E foi justamente a pediatria a primeira especialidade de Maria mas, segundo a sua própria explicação, a morte de sua filha Clarice aos dois anos de idade, em 1944, a fez não mais conseguir exercer a especialidade. Maria especializa-se, então, em Clínica Médica e Ginecologia, seguindo preferencialmente pela segunda. Sobre isto, menciona Márcia Araújo:

Maria começa a ganhar trânsito e espaço na comunidade ludovicence, particularmente junto às mulheres, também porque, até o começo da década de 1960, havia, em São Luís, poucas ginecologistas. Como assinalou José Ribeiro Quadros, “Não se pode negar também o fato de que os maridos, companheiros, eram reticentes com os ginecologistas do sexo masculino (...)”. E Haroldo Sabóia ratificou: “Maria era uma das poucas ginecologistas no Maranhão nas décadas de 1940 e 1950, talvez contasse uma meia dúzia, se tanto, daí ser muito procurada pelas mulheres”⁷⁰ (...).

Desse modo, pode-se supor que as mulheres se sentiam mais à vontade para falar de suas queixas ou mesmo para fazer perguntas mais detalhadas e diretas por estarem com uma mulher, que também podia lhes prestar um atendimento mais investigativo. Além disso, havia o preconceito masculino de terem suas esposas examinadas em sua intimidade por outro homem (ARAÚJO, 2014, p. 89-91).

Vale frisar, porém, que apesar de ser perceptível uma melhora nas condições materiais, o “crescimento da clientela” não aparece, nos relatos de Maria, como tendo vínculos necessários com a melhora na condição material de vida. Ela dá bastante ênfase ao fato de não cobrar pelas consultas e de atender “o povo” – como demonstrado no capítulo anterior.

Após o casamento com Alfredo em 1947, Maria relata ter insistido muito para que ele voltasse a fazer faculdade. Como ele voltou para a faculdade, teve que largar um de seus empregos de jornalista, e por isso Maria precisou trabalhar mais do que já estava trabalhando. Referindo-se a este período, diz Maria:

Então eu tinha que trabalhar, que trabalhar muito, mais hoje eu me admiro de como eu fazia o dia ter 48 horas, porque eu não parei meu trabalho político, era intensíssimo, eu tinha o jornal e tinha o trabalho com ele, tive que dispensar uma empregada, fazer o trabalho da casa, enfim, eu não sei como eu dava conta de tanta coisa (MOREIRA NETO, 2015, p. 111).

⁶⁹ Diz Araújo: “Machado (1997) mostrou que, em 1995, o mercado de trabalho no Brasil já contava com um número bastante significativo de mulheres médicas e as especialidades que mais atraíam as estudantes de medicina eram a Ginecologia e a Pediatria, esta considerada típica do sentimento materno. Cerca de 15% das médicas eram ginecologistas, enquanto 25% escolhiam a Pediatria” (ARAÚJO, 2014, p. 109).

⁷⁰ As duas citações trazidas pela autora se baseiam em entrevistas feitas por ela. José Ribeiro Quadros é um médico pneumologista, professor aposentado da Universidade Federal do Maranhão e ex-secretário de Saúde do Estado do Maranhão.

Apesar de ter trabalhado um curto tempo na sede, Maria menciona que nunca foi funcionária do Partido, ou seja, que nunca recebeu nenhum tipo de pagamento da organização. Segundo seu depoimento, ela não poderia receber dinheiro do Partido, pois era justamente ela quem buscava os recursos financeiros da organização.

Em seu relato, Maria faz um paralelo entre a sua relação financeira com o Partido e com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), instituição da qual foi tesoureira entre 1987 e 1991. Diz ela:

Nunca fui funcionária do Partido, nunca aceitei nenhum pagamento do Partido, até porque era eu quem vivia na rua arranjando dinheiro. O mesmo ocorre agora com a CUT, de que sou tesoureira. Alguns amigos vivem me azucrinando, dizendo que eu sustento a CUT, mas isso não é verdade, a CUT é sustentada pelos sindicatos e ela filiados. Dizem isso porque eu pago meus táxis para ir todos os dias trabalhar na CUT, porque pago as minhas passagens quando vou participar de reuniões fora daqui. Se eu não fizer isso, depois vou me danar para conseguir dinheiro para pagar essas despesas, é muito mais fácil para mim pagar logo com meu dinheiro. Mas não sustento a CUT, ainda mais com um bolso furado como o meu (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 144).

Esta relação de Maria com as “finanças” deve ser entendida à luz da já citada colocação de sua vida privada em função da militância na organização comunista. Percebe-se, assim, uma certa forma de indistinção entre os recursos financeiros e materiais de Maria Aragão com os do Partido - os recursos dela eram também da organização, apesar de que os da organização não necessariamente eram dela. Isto é reforçado, por exemplo, pelo fato de muitas das reuniões serem realizadas na residência de Maria Aragão, apesar de o Partido ter mantido, até o golpe de 1964, uma sede própria⁷¹.

O relato de Simone Macieira, filha de Maria Aragão, sobre uma das formas de Maria de “fazer finanças” também pode ser ilustrativo. Ela diz que Maria Aragão costumava comprar joias à prestação, no começo do ano, para rifar no final do ano. Esta rifa era vendida para os seus amigos e simpatizantes do Partido.

Assim como o Partido, o jornal Tribuna do Povo (órgão oficial de comunicação do Partido no estado do Maranhão) também vivia em dificuldades financeiras, sustentando-se, ambos, através de rifas, festas, contribuições de militantes e amigos, dentre outros. Maria conta que certa vez ficou doente e, com isso, a situação financeira do jornal piorou. Muitas pessoas ajudaram, mas ainda assim ficou faltando dinheiro. Então ela foi até um empresário, marido de uma das mulheres que se consultava com ela e, mediante uma “discussão política” em que ela colocou “o problema do Estado, o

⁷¹ Simone Macieira relata em entrevista que certas vezes aconteciam reuniões na casa em que ela morava com Maria Aragão. Em muitas ela presenciava, nas maiores ela se retirava, a pedido da mãe.

problema do babaçu, bababá... bababá... tatatá...” (MOREIRA NETO, 2015, p. 144) ela pede uma quantia grande como contribuição do empresário. Com isto, o empresário responde, com um exemplar do Tribuna do Povo em mãos, dizendo que Maria deveria se dirigir a ele para saber das coisas da fábrica, antes de colocar no jornal, ao que Maria responde:

Aí eu disse assim: Eduardo [nome do empresário], meu jornal não está a teu serviço, ele não está a serviço de patrão, meu jornal está a serviço do trabalhador, eu não quero ouvir tua opinião. Eu quero ouvir o que o trabalhador está pensando e se está sofrendo. Eduardo é preciso que tu compreendas isso. E dentro de mim eu tava dizendo: o filho da puta não vai me dar o dinheiro, mas eu não tenho outra coisa pra fazer. Aí ele disse: está bem. Aí ele disse uma coisa interessante: olha Maria, eu não vou defender socialismo, porque eu sou um capitalista, mas eu te digo o seguinte: esse é um trabalho teu (...). Mas se houver uma revolução socialista, eu não serei um contra revolucionário. Eu disse: ótimo, por isso sou tua amiga. Aí ele tirou o talão de cheque e tal... e me deu quanto eu tinha pedido” (MOREIRA NETO, 2015, p. 145).

Com esse relato, Maria tem a oportunidade de explicar, a partir da forma como ela via a si e a sua história, algo que foi interpretado por outros como incoerente/contraditório. Assim, ela justifica a necessidade de ter ido pedir dinheiro para o empresário; justifica o motivo da manutenção de uma amizade com um empresário/capitalista - que era, além de um possível apoiador financeiro para o partido/jornal, alguém que não seria um contrarrevolucionário. Com isto, reafirma a posição do partido/jornal – a serviço do trabalhador e não de empresário - enfatizando que, por mais que o empresário tenha dado dinheiro para o jornal, este não perdeu sua autonomia e identidade classista e revolucionária.

Outra forma de arrecadar fundos que aparece nas memórias de Maria Aragão refere-se à realização de festas no sítio do também médico e comunista William Moreira Lima. Os ingressos eram vendidos por várias pessoas e também na porta do evento. A festa contava ainda com a realização do concurso “miss Tribuna do Povo” que, assim como a festa, era anunciado no jornal. Havia, também, o pagamento de mensalidades pelos militantes do Partido, o que é comum em organizações como os PCs.

Percebe-se, assim, a partir dos relatos de Maria sobre a sua condição financeira e a relação material entre ela e o Partido, dois fatores interligados e determinantes para a sua manutenção em uma posição privilegiada dentro da organização, pois garantiam que fosse ela a responsável por uma significativa parte da arrecadação dos recursos materiais

necessários para a sobrevivência da organização⁷²: de um lado, a possibilidade de dispor de recursos próprios, passíveis de serem acionados para investimentos como a compra de joias a serem rifadas posteriormente; de outro, a constituição de uma rede de relações pessoais ampla e diversificada, passível de ser mobilizada tanto para a venda de rifas quanto para a arrecadação de “doações”.

Conforme já destacado por Araújo (2014), Maria mantinha amizade com vários maranhenses no Rio de Janeiro. Além disto, na mesma turma de Maria se formaram mais dois contrerrôneos: José Ribamar Carneiro Belfort⁷³ e Antônio Jorge Dino, sendo que este último veio a ser governador do Maranhão na década de 1970. O trânsito com filhos das elites maranhenses residentes no Rio de Janeiro era facilitado pelo fato de ser, na época, bastante comum que famílias dessa elite enviassem seus filhos para cursar medicina fora do estado pois, não havendo este curso disponível no Maranhão, a escolha preferencial costumava ser a Faculdade da Bahia, por conta da maior proximidade e, em segundo lugar, a Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, centro político e cultural do país. Assim, durante o curso de medicina, se intensificou o estabelecimento de relações pessoais entre Maria Aragão e pessoas advindas da elite maranhense, que posteriormente ocupariam posições de destaque na hierarquia política estadual.

A “greve de 51”, como já mencionado no capítulo anterior, é um momento percebido por Maria como sendo de aumento na sua “popularidade”. A partir daí ela seria de fato “amada” na cidade e “respeitada” no estado inteiro. Tudo isto por conta de sua reação “séria” e “corajosa” frente à prisão ocorrida em meio à “greve de 51”. Além deste “aumento da popularidade”, destaca-se também, a partir deste mesmo evento, a intensificação do contato com uma série de pessoas relativamente bem alocadas na hierarquia política e cultural do estado e o “aumento de clientela”.

Este aumento de popularidade e do trânsito com setores da elite pode ser visto tanto nas relações travadas por Maria dentro da prisão quanto fora. Maria conta que adoeceu, ainda durante a prisão, mas foi impedida de ser atendida pelo seu médico, o Dr. Carlos Macieira⁷⁴, e precisou ser atendida pelo médico da Polícia Militar, Pedro Neiva de

⁷² É provável que o único que rivalizasse com ela nesta capacidade de prover o sustento do partido fosse o dirigente comunista William Moreira Lima que, além de médico, vinha de uma abastada família tradicional maranhense.

⁷³ “José Ribamar Carneiro Belfort (1916/1987) dedicou-se aos estudos da Medicina Legal, ensinou na Universidade Federal do Maranhão e atuou como legista do Serviço de Verificação de Óbito, hoje Instituto Médico Legal” (LACROIX, 2015, p. 259).

⁷⁴ Carlos Macieira é pai de Roberto Macieira, que casou com a filha de Maria Aragão, Simone. Uma das filhas de Carlos Macieira, Marly, casou com o José Sarney. Carlos Macieira foi um médico maranhense

Santana⁷⁵, que posteriormente se tornou Governador do Maranhão (1971-1975). Além das relações com estes dois médicos que Maria expõe nos livros com seus depoimentos autobiográficos, houve também uma ampla mobilização de médicos de São Luís pedindo a sua soltura⁷⁶.

No que tange à constituição de redes, pesa também um outro fator. Conforme apontado por Nunes (2000):

A legitimação do médico no que se refere ao domínio das relações de poder político pode ser buscada também mediante o acesso mais franco deste na rede de relações familiares: o médico assiste muitas vezes a toda uma família e a ele é dada a possibilidade de participar de problemas de foro íntimo (...). De modo que o médico é tido não apenas como profissional cujos conhecimentos de especialista são postos a serviço de outrem, em relação ao qual mantém-se uma relação meramente profissional, mas, de modo especial, o médico é considerado como um amigo (NUNES, 2000, p. 279).

Pode-se dizer, além do mais, que a não cobrança das consultas (tanto pros ricos quanto pros pobres) gerava, mesmo que implicitamente, um sentimento de dívida, que depois vinha na forma de retribuições (doação de dinheiro, prestação de favores, etc.).

Também é possível perceber, a partir dos relatos de Maria Aragão, a prestação de “favores” a militantes do Partido. Estes favores podem ser encarados como parte do

que Maria caracteriza como “muito bom, muito humano”. Fazia parte de uma “família tradicional” e abastada. Em 1931, tornou-se prefeito de São Luís (NUNES, 2000). Lacroix (2015) o caracteriza como um consagrado médico maranhense que atuou na primeira metade do século XX. Foi também Membro da Academia Nacional de Medicina, do Colégio Brasileiro de Cirurgões e Patrono da Academia Maranhense de Medicina;

⁷⁵ Menciona Lacroix sobre o perfil de Pedro Neiva de Santana: “maranhense de Nova Iorque, Pedro Neiva de Santana (1907/1984), formado pela Faculdade Nacional de Medicina da Praia Vermelha, Universidade do Brasil, chegou em 1929, especializado em Oftalmologia. Depois de sua atuação como chefe do Posto de Saúde Pública, em Colinas, Mirador e Postos Bons, foi remanejado para a capital do Estado, em 1934, para dirigir o Departamento de Saúde Pública, dividindo o tempo com o consultório, na Rua da Paz. Deslocado de suas atividades médicas, foi nomeado pelo interventor Paulo Ramos para a chefia do Município, entre 1937 e 1945. Docente de Medicina Legal na Faculdade de Direito de São Luís e de Higiene Mental, na Faculdade de Serviço Social, encerrou suas atividades de professor e médico depois de assumir cargos administrativos no Estado e na Universidade Federal do Maranhão” (LACROIX, 2015, p. 246). Pode-se acrescentar, também, que foi Secretário da Fazenda do Maranhão durante o governo de José Sarney (1966-1970) e, como candidato da ARENA, tornou-se vice-governador do estado, ocupando o posto, até então, de Antônio Dino, que se tornara governador por conta da desincompatibilização de José Sarney do cargo. Foi eleito indiretamente Governador do Estado (1971-1975). Ao lado de José Sarney, Santana era um dos principais dirigentes da ARENA maranhense. Além de outros panteões nacionais ligados à medicina, ocupou uma cadeira na Academia Maranhense de Letras (ver verbete do DHBB, 2001).

⁷⁶ Relata Simone Macieira, filha de Maria Aragão, em entrevista concedida para o autor: “Então, ela foi presa, os médicos se reuniram (...). Em 1967, nós tínhamos 250 mil habitantes. Em 53, devia ser uns 200 mil habitantes. Então tinham poucos médicos... a cidade era só aquele centro. Não tinha São Francisco... enfim. Não tinha nenhum desses bairros que são na outra margem do rio anil (...). Então, portanto, era uma cidade, embora espalhada, era pequena em termos de habitantes, e tinham poucos médicos. Os médicos se uniram e tiraram Dedê [Maria Aragão] da cadeia e levaram-na para o Hospital Geral”.

incentivos seletivos⁷⁷ – de ordem material – distribuídos a “companheiros”, como pode ser visto no trecho seguinte, no qual Maria fala sobre seu marido Alfredo Galvão:

As vezes ele estava vestindo uma camisa nova e dizia: ‘Puxa, essa camisa não acaba’. Se uma camisa puía nos punhos ou no colarinho, eu tirava para os companheiros do partido e comprava outra para ele. Alguns companheiros vinham do interior – ou daqui mesmo, muitas vezes-, já encontravam um guarda-roupas com essas camisas, porque não se tinha dinheiro, havia muita pobreza (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 100-101).

A partir deste trecho é possível observar que há uma clara distinção entre a condição material de Maria, Alfredo e os demais “companheiros” do Partido. Além de explicitar essa distinção de classe, também demonstra algumas das retribuições materiais/incentivos seletivos advindos do engajamento partidário: os “companheiros” ganhavam roupas velhas, além de um local para se hospedar, no caso dos militantes do interior.

Estes incentivos – que as camisas e hospedagem são exemplos mas, certamente, pode-se adicionar também a prestação de serviços médicos por parte de Maria Aragão – podem ser entendidos como parte das relações de poder entre líder e seguidor – no caso, Maria Aragão e militantes do partido. E, sendo esta relação bastante favorável à Maria Aragão, ela é também passível de reconversão como um recurso para os jogos de poder horizontais (entre os líderes)⁷⁸. Ou seja, o controle da distribuição destes incentivos é recurso do poder organizativo que, como tal, contribui para a manutenção de Maria Aragão em posição de comando.

Estes incentivos seletivos, diferentemente dos incentivos coletivos, eram concedidos discricionariamente por Maria Aragão sem a necessária mediação da organização partidária, o que dava para Maria Aragão uma possibilidade ainda maior de reconversão destes jogos de poder verticais para os jogos de poder horizontais, além da possibilidade de reconversão para disputas mais amplas. Percebe-se, assim, por parte de

⁷⁷ Segundo Panebianco (2005), todo partido, enquanto organização complexa, distribui incentivos coletivos e incentivos seletivos. Os coletivos são voltados ao reforço da identificação entre o partido e seus dirigentes, militantes, simpatizantes, etc., por isso também chamados de incentivos de identidade, e têm ligação com a realização de atividades declaradamente destinadas ao atingimento dos objetivos oficiais do partido. Já os incentivos seletivos, são ligados à retribuição de poder, status ou material. A distribuição demasiada ou explícita de incentivos seletivos leva à diminuição das possibilidades de distribuição de incentivos coletivos, pois enfraquece a crença dos demais no partido como uma organização exclusivamente voltada para um fim específico e oficialmente declarado. Os incentivos seletivos, como precisam ser, ao menos em parte, ocultos, são mais difíceis de perceber a partir dos relatos de militantes, pois nunca se apresentam enquanto tal.

⁷⁸ Ao que pude apreender a partir dos relatos de Maria Aragão e das entrevistas (em especial a entrevista com Simone Macieira), os principais dirigentes a disputar o controle organizativo do partido eram, além de Maria Aragão: William Moreira Lima, Augusto Marques e Tomás.

Maria, a utilização de recursos privados que desequilibravam, em seu favor, as disputas internas ao partido.

2.2 O jornal Tribuna do Povo⁷⁹

Uma atividade desenvolvida por Maria e declaradamente voltada para a consecução dos objetivos oficiais do Partido era a edição e venda do jornal *Tribuna do Povo*, classificado por ela como “instrumento muito interessante para divulgar nossas ideias” (MOREIRA NETO, 2015, p. 130).

Segundo relatou o também militante do PCB na ocasião, William Moreira Lima, em entrevista concedida para Emílio Azevedo, “o jornal era ela, que além de ser diretora, arrecadava os recursos, era sua principal redatora e distribuidora” (William Moreira Lima, *apud* AZEVEDO, 2011, p. 175).

Corroborando com o depoimento de Lima, Maria se apresenta como “diretora, gerente, secretária e vendedora do jornal” (MOREIRA NETO, 2015, p. 130). Além disto, no próprio jornal, estampava-se em suas páginas que o/a “diretor” era a “Dra. Maria José Aragão”. Pode-se inferir, daí, que ela era a principal responsável pela manutenção do empreendimento (ver figura 1).

Figura 1: Jornal Tribuna do Povo de 09/01/1954



⁷⁹ O presente tópico traz algumas considerações que, creio, podem ser importantes para pesquisas posteriores e para a compreensão dos lugares ocupados por Maria em meio às disputas políticas ocorridas no Maranhão. Vale frisar, porém, que não se pretende aqui uma análise aprofundada, que tome o jornal enquanto uma organização complexa, o conteúdo de suas páginas e a sua relação com outros jornais/organizações e a imprensa comunista no geral, o que extrapolaria os objetivos da presente dissertação e ainda está por ser feito.

O jornal era um órgão oficial do PCB no Maranhão – inclusive a sede do jornal e do partido eram a mesma. Sua periodicidade era semanal, era um jornal vendido e possuía quatro páginas. Possuía dois ou três trabalhadores assalariados - sendo que, destes, no mínimo um era integrante do Partido⁸⁰. Começou a circular em 1945 e parou em 1962, após a volta de Maria Aragão da URSS⁸¹.

Quando questionada sobre a tiragem do jornal, Maria diz que “não era nem muito pequena, nem muito grande, devia ser em torno de cinco mil (...) porque era também distribuído pelo interior” (MOREIRA NETO, 2015, p. 147). No relato dado a Antônio Francisco ela menciona, contudo, que a tiragem era entre 2 e 3 mil exemplares.

Maria caracterizava o jornal da seguinte maneira:

Vou dizer como era o sistema de elaboração dele. Ao mesmo tempo em que a gente ia para a porta das fábricas vender, aproveitávamos para colher informações, denúncias ou material para reportagens, pois quando havia alguma coisa de mais sério, a gente pedia para as pessoas irem à redação (...). Vinham também notícias do interior, principalmente denúncias de conflitos de terra. Era um bom jornal (ANTONIO FRANCISCO, 1992, P 127)⁸².

O jornal tinha o objetivo de alcançar um público mais amplo do que as pessoas vinculadas ao partido. Isto pode ser confirmado, por exemplo, pelo fato de noticiar também campeonatos de futebol, denúncias como a falta de água em bairros de São Luís e não apenas notícias ligadas ao PCB e ao comunismo internacional⁸³. O jornal possuía, também, denúncias contra “traidores da classe operária”, como empresários ou presidentes de sindicatos. Percebe-se assim, que Maria e o Tribuna do Povo faziam ecoar a recorrente idealização comunista de “classe operária”, em que a “porta das fábricas” era considerada como o local privilegiado pelo jornal: lá estavam os operários, que eram tanto a fonte das matérias/denúncias quanto os compradores/consumidores.

⁸⁰ Quando perguntada sobre quantas pessoas trabalhavam no jornal, Maria não menciona diretamente se estes eram ou não membros do Partido, mas é provável que fossem. Sabe-se, porém, a partir da descrição que Maria faz da “adoção” de um de seus filhos – o Sebastião -, que seu pai era integrante do Partido e trabalhava no jornal Tribuna do Povo.

⁸¹ Tanto no depoimento dado a Moreira Neto (2016) quanto no depoimento dado a Antonio Francisco (1992), ela afirma que o jornal circulou entre 1945 e 1962. No entanto, Márcia Araújo (2014), em pesquisa sobre a vida de Maria Aragão, afirma que o jornal circulou entre 1949 e 1959. A autora não informa de onde retirou tal informação, mas é possível que a tenha inferido por conta de, na Biblioteca Pública Benedito Leite, ser possível ter acesso às publicações dos anos de 1949, 1953, 1954, 1955, 1958 e 1959. Vale frisar, porém, que o fato de não estar disponível para acesso na Biblioteca não significa necessariamente que este não tenha existido nos períodos faltantes.

⁸² Ver, também, página 140 de Moreira Neto (2015).

⁸³ Algumas das publicações do jornal Tribuna do Povo referentes ao ano de 1953 foram disponibilizadas online pela Biblioteca Pública Benedito Leite e podem ser conferidas no sítio http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20141121100556.pdf

Pode-se ressaltar, à luz de considerações trazidas por Weber (2005), que os empreendimentos jornalísticos costumam possuir um caráter empresarial, ou seja, funcionam como uma empresa capitalista privada, apesar de ter como peculiaridade o caráter de seus “clientes”, que se dividem entre os compradores – que, por sua vez, podem ser assinantes ou compradores avulsos - e os anunciantes. Tais considerações, apesar de serem voltadas para as empresas jornalísticas de modo geral, nos trazem questões heurísticamente importantes para a compreensão do jornal pecebista maranhense, *Tribuna do Povo*.

Afinal, o fato de uma empresa jornalística ser diretamente vinculada a um partido comunista não anula o seu caráter empresarial, mas traz algumas peculiaridades a mais: a possível vinculação de suas formas de financiamento com as do partido e o direcionamento da empresa e de pessoas que nela trabalham para outros fins que não exclusivamente o lucro econômico.

A partir dos relatos de Maria Aragão, é perceptível a inexistência de uma distinção entre as finanças do jornal e as do partido. Além do mais, a venda do *Tribuna do Povo*, como é comum nos jornais ligados a organizações comunistas, era feita por militantes do partido ou por “simpatizantes”. Havia também, apesar de que em menor medida, a venda do jornal por pessoas que recebiam uma porcentagem do valor da venda, além de “auxílios” de Maria Aragão.

Diz Maria sobre a venda do jornal:

Ele não era vendido em Bancas, mas nós tínhamos um número grande de vendedores na rua (...). Eu ajudava muito os garotos, mais do que eles tinham direito. Eles tinham direito a uma porcentagem de cada jornal que vendiam e eu dava assistência pra eles, pras famílias deles (...). Eu os ajudava muito, era a maneira que eu tinha de vender os jornais, além das vendas individuais dos comunistas, tinha venda na rua dessa maneira (MOREIRA NETO, 2015, p. 149).

Maria menciona ainda que as únicas formas de financiamento do jornal eram as vendas e as “campanhas financeiras” e que o jornal não possuía anúncios. Esta informação, porém, contrasta com o que se pode ver nas páginas do jornal: eram recorrentes a divulgação dos consultórios da própria e de William Moreira Lima, além de aparecer também, apesar de que de forma mais escassa, certas propagandas no jornal (ver figura 2).

Figura 2: jornal Tribuna do Povo de 09/01/1954 e 01/01/1954



Tomando-se isoladamente as páginas do jornal, não seria possível saber se estas propagandas eram veiculadas mediante pagamento em dinheiro, prestação de serviços ou como retribuição à militância no Partido. Mas, como Maria menciona, ao falar das dificuldades financeiras enfrentadas, que o jornal não possuía anúncios, é provável que estas propagandas não gerassem dividendos pecuniários; porém, tais propagandas – ao menos para William Moreira Lima e Maria Aragão – não deixavam de ser uma forma de retribuição à dedicação ao Partido.

No caso de Maria Aragão, além dos constantes anúncios divulgando seu consultório (e residência) havia também, abaixo do nome do jornal, escrito “Diretor: Dra.

Maria José Aragão”, expondo a conjugação entre o título acadêmico e a função de diretora do jornal pecebista. Isto aponta não só para uma retroalimentação entre a atuação política/jornalística e o exercício da medicina mas, conjuntamente, para a indistinção, na percepção de Maria, da separação entre a esfera profissional e política.

Assim, diferentemente dos três tipos de “clientes” das empresas jornalísticas mencionadas por Weber (compradores avulsos, compradores assinantes e anunciantes), o Tribuna do povo possuía a venda por militantes do Partido (que precisavam vender uma “quota”), a venda por pessoas que recebiam uma “comissão”, além do próprio Partido, que, tanto em termos econômicos quanto políticos, ajudava e era ajudado pelo jornal. Além do mais, a divulgação de empreendimentos de militantes do Partido no jornal era acompanhada pelo trabalho destes para a manutenção da existência do jornal.

Na segunda metade da década de 1950, assistiu-se a um abalo em todo o movimento comunista, gerando também o enfraquecimento da imprensa ligada ao PCB (FEIRREIRA, 2013). Este foi o período seguinte à divulgação do “Relatório Kruchtev”⁸⁴, ocorrida em 1956, contendo denúncias contra os chamados “crimes de Stálin”. Maria menciona que neste período houve uma crise em todos os jornais do PCB nos estados, o que também ocorreu no Maranhão. A diferença, segundo o seu relato, foi que a reação dos pecebistas maranhenses – com exceção dela própria - foi de “cruzar os braços”, não impedindo a circulação do jornal, mas também não cooperando.

Porém, Maria não entra em detalhes em relação à sua própria posição sobre a polêmica instaurada nesses primeiros anos após a publicação do relatório e de como se desenrolaram estes conflitos no Partido, tanto no nível estadual quanto nacional. Diz apenas:

No jornal houve uma crise em série quando houve a denúncia do culto à personalidade. Uma campanha contra Stalin. Então aqui, como o nível era muito baixo, não se travou discussão, se cruzou os braços, e queriam que fechassem o jornal (MOREIRA NETO, 2015, p. 148).

Frente a esta situação, Maria menciona que, ao contrário do que vinha acontecendo em outros estados, o Tribuna do Povo não fecha, pois ela impede que isto

⁸⁴ O chamado “Relatório Kruchev” foi divulgado em fevereiro de 1956, no XX Congresso do PC Soviético, desencadeando uma ampla discussão em todos os partidos comunistas do mundo. Nele continham denúncias dos chamados “crimes de Stálin” e críticas ao “culto da personalidade”. No Brasil, diversas posições emergiram da discussão em torno do Relatório, e estas versavam tanto sobre os “erros” de Stálin, como sobre as repercussões e reproduções de tais erros no PCB. Em face da posição do Partido em meio a esta polêmica, importantes dirigentes abandonaram o PCB. Ver Rodrigues (1978, p. 422-425). Além disto, foi a partir de tal polêmica que “se formou no interior do PCB o grupo que seria responsável pela cisão que daria origem ao PCdoB (SALES, 2007, p. 65).

aconteça. Com a recusa das demais pessoas em permanecer trabalhando, porém, a tiragem cai.

De fato, a publicação deste relatório desencadeou mais um episódio de luta interna em todo o PCB, inclusive com a saída de alguns setores e enfraquecimento do partido, em especial na imprensa comunista, como já mencionado⁸⁵. A reação de Prestes ao debate instaurado foi, em novembro de 1956, enviar uma carta – que foi difundida por seus adversários como “Carta Rolha” – aos membros do Comitê Central afirmando ser inadmissível quaisquer ataques à União Soviética ou ao Partido da União Soviética.

Mas, quais seriam os motivos para a ausência de informações dadas por Maria quanto a este conflito que atingiu todo o comunismo no mundo e que a própria afirma ter reverberado no Maranhão? Cogitamos que pelo menos três fatores confluíram para este silenciamento. Primeiro, a relação de fidelidade e admiração de Maria com Prestes e o seu posicionamento, exposto na *Carta aos Comunistas*, em 1980, onde ele colocava-se como um dos principais responsáveis pelos erros do Partido no passado⁸⁶. Paralelamente, em fins da década de 1980, a crítica ao “stalinismo” era algo predominante dentre os setores que se identificavam como comunistas ou socialistas, abrindo um maior espaço para o silêncio em relação à defesa de seu “legado” e/ou das posturas identificadas com ele no passado⁸⁷. Finalmente, para a direção do PCB na década de 1980 – que já não contava mais com Prestes ou com Maria Aragão em suas fileiras – “stalinismo” era sinônimo de “prestismo”, e ambos significavam “burocratismo”, “sectarismo”, dentre outros termos (PANDOLFI, 1995, p. 180). Compreende-se, assim, o silêncio de Maria quanto à sua presumível defesa do que posteriormente passou a ser conhecido (e combatido) por diversos setores como “stalinismo”.

⁸⁵ Sobre o impacto deste relatório mais especificamente na imprensa comunista, ver Ferreira (2013a).

⁸⁶ Diz Prestes (1980), na *Carta aos Comunistas*: “um partido comunista não pode, em nome de uma suposta democracia abstrata e acima das classes, abdicar do seu papel revolucionário e assumir a posição de freio dos movimentos populares, de fiador de um pacto com a burguesia, em que sejam sacrificados os interesses e as aspirações dos trabalhadores (...). Reconhecendo que sou o principal responsável pela atual situação a que chegaram o PCB e a sua direção, assumo a responsabilidade de denunciá-la a todos os companheiros, apelando para que tomem os destinos do movimento comunista em suas mãos”. Ver também Pandolfi (1995, p. 219-221).

⁸⁷ É claro, porém, que isto deve ser entendido em termos relativos: havia, e ainda há, pessoas/organizações reivindicando-se herdeiros do “stalinismo”, mas ocupam uma posição bastante periférica no âmbito político. Pode-se tomar como exemplo o PCdoB, que desde a sua criação se afirmou como um defensor incondicional da figura de Stálin. A partir do VII Congresso do Partido, realizado em maio de 1988, o partido passa a fazer e aceitar certas críticas a Stálin (antes disso qualquer crítica vinda de militantes do partido levaria certamente a sua expulsão). Já no VIII Congresso, ocorrido em 1992, apesar da forte polêmica no interior do partido sobre o legado de Stálin, o foto do ex-dirigente já não apareceu, e o mesmo se deu nos congressos posteriores. Sobre esta polêmica no interior do PCdoB, ver Sales (2008).

2.3 “Crise”, viagem para a União Soviética e retorno como “educadora”

Em julho de 1961 Maria Aragão viaja para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Ela menciona que o período anterior a esta viagem foi bastante difícil, pois ela vinha atuando praticamente sozinha e o Partido, após passar por várias crises, estava bem mais fraco, em especial no Maranhão. Ela estava, de acordo com suas palavras, “enfrentando problemas dentro do Partido”, além de um sentimento de desilusão e a ocorrência de “choques com alguns companheiros, coisas desagradáveis mesmo” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 133). Com isto, Maria resolve escrever para a direção do Partido solicitando ser enviada para atuar politicamente em outro estado.

Pelo que se pode apreender dos seus relatos, este período a que ela se refere como sendo de “enfraquecimento do Partido” teve início com a polêmica iniciada após a publicação do Relatório Krushev no início do ano de 1956, na URSS, e no final do mesmo ano no Brasil, gerando a cisão de grupos importantes. Paralelamente, no Maranhão, Maria se “chocava” com outros dirigentes. Isto é confirmado pela pesquisa feita pelo jornalista Emílio Azevedo (2016), em que menciona que Maria:

Enfrentou problemas na sua função de dirigente. Em 1958, por exemplo, o agrônomo Joaquim Mochel deixa o PCB, por discordar da maneira como ela exercia o comando. Mochel era um quadro importante, chegou ao partido nos anos 30, ainda menor de idade, atraído pelas ideias de sua irmã Eline (...). Em 1950, morando em Curitiba, foi candidato a deputado estadual, recebendo na ocasião, apoio explícito de Prestes (AZEVEDO, 2016, p. 177).

No final da década de 1950, em especial após o lançamento de um documento pelo Comitê Central do partido, chamado “Declaração de Março de 1958”, o PCB se engajou em uma campanha pela luta por sua legalidade. Este processo gerou mais luta interna. O grupo do qual Prestes e Maria faziam parte realizou uma Conferência Nacional em 1961 e aprovou um documento distante das “teses revolucionárias”, sem menção à “ditadura do proletariado”. Com o intuito de descaracterizar o vínculo com a URSS, acentuar seu caráter nacional e assim facilitar a sua legalização, mudou o nome do partido (sem alterar a sigla) para Partido Comunista Brasileiro – e não mais Partido Comunista do Brasil. No início do ano seguinte, um outro grupo realiza uma Conferência Extraordinária e mantém o nome original do Partido, adotando a sigla PCdoB⁸⁸.

A partir destes esforços pela legalização – que incluíam a citada mudança na “orientação política”, a mudança da sigla e uma campanha ampla – “o PCB passou a

⁸⁸ Sobre este processo de cisão, ver Sales (2007).

gozar de legalidade de fato, embora não de direito” (GORENDER, 2005, p. 170). Com isto o partido teve um novo período de ascensão.

Em relação ao Maranhão, os relatos de Maria também registram uma certa ascensão do Partido, o que não a demoveu, contudo, da ideia e decisão de sair do estado. Diz Maria, quanto a este momento:

Eu estava trabalhando demais e *ainda tinha métodos de trabalhos errados* e isso aí estava me aborrecendo (...).

Nunca na vida tinham pensado em me chamar pra uma reunião fora, nunca na vida tinham pensado num curso na União Soviética. *Todo gato e cachorro foi pra União Soviética, foi pra vários países socialistas, mas nunca se lembraram de mim.* Só se lembraram quando eu disse que ia sair daqui. Só se lembraram quando ameacei sair (...) (MOREIRA NETO, 2015, p. 178-179, grifos meus).

E, em outro depoimento, diz ela:

Fiquei um pouco indecisa, mas pensando que dificilmente teria outra oportunidade de ir à URSS, se o Partido nunca tinha se lembrado de me mandar para fora daqui, para lugar nenhum e eu achava que isso era realmente uma discriminação (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 135).

Pode-se observar, nestes trechos, a percepção de Maria de que ela e seu trabalho não estariam sendo devidamente reconhecidos pela direção do PCB. Toda a sua “valentia” e seus “atos de bravura” não teriam sido suficientes para que ela recebesse tal “prêmio”, enquanto outros, que teriam feito muito menos que ela, já teriam sido recompensados. Nesta perspectiva, a viagem para a URSS era encarada como uma recompensa pelos “serviços prestados” e, na percepção de Maria, vinha de forma bastante tardia.

Ainda ressaltando esta mesma percepção, diz Maria, sobre o “Curso Stálin”, que ela havia feito, a convite da direção do partido, uma década antes de sua ida para a URSS:

Foi preciso que em 1951 eu tivesse resistido a uma prisão, foi uma prisão escandalosa, muito falada; que tivesse metido a mão na cara do chefe de polícia, que tivesse sido presa por 80 dias, pra que se lembrassem em meados de 1952, para me chamar para fazer um curso, chamado Curso Stálin (MOREIRA NETO, 2015, p. 179).

Mais à frente, porém, acrescenta: “Me deram um golpe. Essa minha ida para União Soviética, essa coisa, esse presente, esse prêmio foi um golpe, porque eu ia sair do Maranhão” (MOREIRA NETO, 2015, p. 179). Percebe-se, neste relato, um sentimento contraditório em relação à sua viagem para a URSS: ao mesmo tempo em que diz ter se sentido muito feliz com a oportunidade de fazer um curso fora do país, ela deixa bem clara a sua percepção de que este “convite” foi uma estratégia para afastá-la momentaneamente da direção do partido e que ela merecia ter recebido tal convite desde

antes. É razoável supor, daí, que este período em que Maria passou fora do Maranhão outros agentes organizativos ganharam poder e passaram a disputar, em uma posição relativamente melhor situada, a direção do Partido.

Na década de 1950 e início de 1960 a realização de cursos como estes dois citados por Maria era algo relativamente comum dentre os militantes do PCB, mas não eram oferecidos a todos os militantes do Partido. Serviam, portanto, como uma forma de benefício seletivo e distinção/hierarquização⁸⁹.

Em julho de 1961 Maria viaja para a URSS e permanece lá até setembro de 1962. Sai de São Luís dizendo publicamente que iria fazer uma especialização médica – “ao sair daqui, não podia dizer que ia à URSS fazer um curso político, disse então que eu ia ver como estava a medicina por lá, que ia fazer uma especialização” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 135). Tal afirmação, porém, omitia o principal foco da viagem. Como ela mesma relata em outro depoimento:

Eu fui para a URSS dizendo primeiro que tinha ido fazer um curso, um estágio de Medicina. Enfim, uma parte realmente era o estágio de medicina. Eu olhei a Medicina na URSS (...), mas não foi fundamental para mim (...). Fundamental para mim foi o estágio político, foi realmente o curso teórico que me foi dado durante um ano. Me serviu muito, sobretudo me convenci mais da necessidade de continuar lutando até a última gota da vida pelo socialismo (MOREIRA NETO, 2015, p. 180-181).

Apesar de explicitar o impedimento de expor a realização de um curso político como motivo para a viagem à URSS, Maria não deixa claro quais eram os motivos que a impediam de fazê-lo. Mas, é provável que tal omissão tenha sido, ao menos em parte, em decorrência da condição de “semilegalidade” do Partido. Expondo tais motivos ou não, em meio à polarização vivida no mundo durante a chamada Guerra Fria, o simples estabelecimento de relações com países da URSS, fosse para uma “especialização médica” ou um “curso político”, já era necessariamente interpretado como uma tomada de posição política.

Assim como ela encarava como uma “discriminação” da direção do Partido o fato de não ter sido chamada anteriormente para fazer este tipo de atividade, via esta oportunidade como a única de conhecer “como era o socialismo, onde é que estava

⁸⁹ Como menciona Pandolfi: “Dentre os diversos cursos oferecidos, os mais importantes eram os cursos ‘Stalin’ e ‘Lenin’, voltados para os dirigentes intermediários e superiores. Nesse mesmo período, diversos militantes fizeram seu aprimoramento teórico no exterior. Segundo Oswaldo Peralva que durante um ano e meio participou da Escola do Partido na URSS, os cursos feitos aqui no Brasil “formavam apenas os cabos e soldados do exército revolucionário. Os elementos mais categorizados, os quadros da oficialidade, deveriam sair da escola do PCUS””. (PANDOLFI, 1995, p. 174). Ver, também, Groppo (2012).

plantado o socialismo” (MOREIRA NETO, 2015, p. 180). A URSS seria o “começo do socialismo”/“socialismo no começo”, e a estada neste/s país/países seria a forma de conhecer as “dificuldades do começo” e trazer para cá o aprendizado de tais experiências.

Maria ressalta, assim, que em sua experiência na União Soviética viu um local em que “não havia desemprego, não havia prostituição, a escola era obrigatória e gratuita, a saúde era gratuita e praticamente obrigatória” (MOREIRA NETO, 2015, p. 182). O que mais Maria repete em relação à sua estadia na URSS é a sua percepção de que o “povo soviético” era um “povo feliz”. Em suas palavras: “é um povo alegre e é um povo feliz. É feliz porque ele olha o futuro com segurança, o socialismo é o futuro e um futuro com segurança, saúde, educação, repouso, trabalho, então, isso constitui a base da felicidade do povo soviético” (MOREIRA NETO, 2015, p. 193).

Maria segue seu relato sobre a estadia na URSS descrevendo como foi a experiência das “férias”/“descanso” e sobre a sua vivência relacionada à “saúde pública” soviética. Aqui, também, a maior parte do relato é testemunhal, enfatizando as experiências pessoais diretas, como a ida ao teatro, ao bar ou pessoas que conheceu durante a viagem. Maria constrói, assim, uma narrativa idealizada, onde não há espaço para falhas ou contradições.

Quando indagada se aconteceu “algo de curioso” durante a viagem, Maria responde que houve a “gafe de Stalin”. Ela se refere à ocasião de um almoço comemorativo em que ofereceram para ela um vinho e ela se levanta, com a taça de vinho na mão, propondo um brinde, gritando “por Stalin!”. Ela diz que isso gerou um certo alvoroço, que foi encarado pelos demais como uma provocação, um “afronta”. Este período ainda estava marcado pela polêmica iniciada com a divulgação do “Relatório Krushev”, onde uma das principais críticas ao PCURSS, além das denúncias dos “crimes de Stálin”, se dava em relação ao “culto à personalidade”. Em seu relato há ainda a explicação para este alvoroço pois, segundo seu depoimento, neste período estava ocorrendo, devido a “denúncia do culto à personalidade de Stalin”, uma “luta desesperada contra a memória de Stalin” (MOREIRA NETO, 2015, p. 194).

Justificando e explicitando a sua posição em relação a Stalin, diz Maria:

Na verdade eu não sou uma stalinista, eu sou comunista, sou leninista (...). Eu sou mesmo é leninista. Mas não sou anti-stalinista de forma nenhuma. Eu sei que o Stalin cometeu erros muito graves, mas os erros de Stalin foram todos devido à situação que ele atravessou (...).

Quando começou uma forte campanha contra Stalin, eu nem acreditava nos tais erros. Chegavam e diziam que era preciso esquecer Stalin e eu disse uma vez: vão arrancá-lo do meu coração, mas é aos pedaços. Eu tenho um respeito

muito grande por Stalin e não sou Stalinista, reconheço os seus erros, mas reconheço também os motivos (MOREIRA NETO, 2015, p. 196-197).

Maria se define, assim, ao mesmo tempo como não sendo “stalinista” e não sendo “anti-stalinista”⁹⁰. Esta dualidade pode ser entendida à luz dos mesmos fatores mencionados para explicar o silêncio quanto ao conteúdo dos conflitos que advieram após a divulgação do “Relatório Krushev”, ou seja, o que podia ou não podia ser dito em fins da década de 1980 por alguém em uma posição análoga à de Maria Aragão. Diferentemente da auto identificação enquanto “marxista” e/ou “leninista”, que era reputada dentro e fora do partido, a assunção pública de uma postura explicitamente inspirada em Stalin era bastante combatida. Não é à toa que não há menção alguma a Stalin ou ao “não anti-stalinismo” de Maria na *Revista*.

O mais significativo das referências de Maria à sua viagem à URSS, porém, diz respeito a algo que perpassa todos os seus relatos, e não apenas os momentos em que ela fala diretamente sobre a experiência da estada na URSS. Refiro-me aqui ao fato de que este evento é colocado por Maria Aragão como o marco na mudança de sua postura em relação à compreensão do mundo e forma de atuação política.

Convencida de que o curso na URSS transformara radicalmente a sua posição intelectual e política, Maria deixava, a partir deste momento, o “trabalho inconsequente” de “agitadora”, colocado como responsável por tantos erros cometidos, e passava a trabalhar com “educação”. Diz Maria em relação período posterior ao retorno da URSS:

Do ponto de vista político refiz minha atuação aqui no Partido e de vez em quando, continuava fazendo agitação. *Aos poucos eu deixei o problema da agitação e fui trabalhar com educação (...)*. Foi um trabalho muito sério que eu me joguei a fazer: trabalho de educação (MOREIRA NETO, 2015, p. 199, grifos meus).

E complementa, mais à frente:

Então, começaram a dizer que eu tinha voltado decepcionada da União Soviética porque eu não estava mais na rua fazendo agitação. Puro engano, *eu estava fazendo um trabalho muito mais sério, um trabalho que não estava aparecendo, mas que era um trabalho muitíssimo mais sério*. Trabalhei nisso, em educação, embora tivesse continuado com o jornal, mas já não era aquele trabalho de eu ir pra rua vender o jornal, havia garotos que vendiam o jornal e eu não estava vendendo jornal mais (MOREIRA NETO, 2015, p. 200, grifos meus).

⁹⁰ Esta, aliás, é uma auto definição bastante parecida com a assumida pelo PCdoB no seu VII Congresso (realizado em 1992). Em meio à tensão entre a defesa ou condenação ao “legado” de Stálin, “o PCdoB afirma que não era stalinista, nem tampouco anti-stalinista, e que Stalin esteve, juntamente com o Partido Bolchevique, ‘à frente das grandes batalhas pela transformação radical do velho mundo capitalista. Nesses embates, a par dos méritos incontestáveis, mostrou falhas e deficiências, cometeu erros que prejudicaram a causa do proletariado’ (PCdoB, 1992, p.46-49)” (SALES, 2008, p. 516).

Exemplificando este trabalho com “educação”, Maria cita a realização de cursos para estudantes da União Maranhense de Estudantes Secundaristas (UMES) e a realização de cursos para militantes da Estrada de Ferro São Luís-Caxias. Além de tais trabalhos, Maria diz que o PCB realizava muitas atividades de “incentivo à cultura”, como o lançamento do livro do seu amigo e poeta Ferreira Gullar pouco antes do golpe de 1964. Neste período, como já mencionado, o PCB gozava, como nos traz Gorender (2005), de uma “legalidade prática”, apesar da “ilegalidade formal”.

Maria diz, ainda, que quando volta da URSS ela já estava credenciada como boa médica – além da notoriedade angariada anteriormente, a ida para a URSS para estudar medicina havia circulado pela então provinciana São Luís, aumentando assim sua clientela. Além do mais, a “reação” também havia diminuído significativamente e o clero tinha “dado uma virada de 360 graus”. Em 1963, dando continuidade a esta “nova fase” de sua vida, Maria começa a trabalhar no Centro de Saúde do Anil como serviços prestados.

CAPÍTULO 3 – A volta como “educadora”, a Ditadura Militar e o trabalho na medicina

“Eu não estou trabalhando para você nem para o Governo. Eu estou trabalhando é para o povo (...). Estou demonstrando é como trabalha um médico comunista”
(Maria Aragão em depoimento dado a Antonio Francisco, 1992, p. 151)

3.1. Maria Aragão e o PCB no contexto do Golpe Civil-Militar e Ditadura Militar⁹¹

Como trabalhado no capítulo anterior, apesar do trunfo de ter feito um curso de formação política na URSS, Maria Aragão volta de sua viagem numa posição politicamente menos confortável – além dos conflitos que já vinham desde antes da sua viagem para a URSS, no período em que ela passou fora outros agentes organizativos se fortaleceram e, no mesmo ano da sua volta, o jornal *Tribuna do Povo*, que servia como um importante recurso para Maria Aragão tanto nas disputas internas ao partido quanto externas, deixa de existir.

Em termos de sua dinâmica nacional, nos anos anteriores ao Golpe, o PCB cresceu, passando a influir de forma mais significativa na política brasileira. Desde o fim do Estado Novo, em 1945, até o Golpe de 1964, “o PCB desfrutou da hegemonia em termos da representação não só dos trabalhadores, mas também dos setores de esquerda” (SANTANA, 2014, p. 178). Sobre o aumento da vitalidade do PCB no período anterior ao Golpe, diz Ferreira:

⁹¹ Optei pelas denominações Golpe Civil-Militar e Ditadura Militar (1964-1984), corroborando com a perspectiva daqueles que enfatizam a participação de civis, tanto no golpe quanto no funcionamento do aparato estatal, mas sem esquecer a preponderância dos militares, em especial durante a ditadura. Esta escolha não se orienta, portando, pelo objetivo de negar a “composição civil e militar daquele bloco histórico da crueldade social que se abateu sobre o país em 1964” (ARANTES, 2010, p. 2015), mas de enfatizar a preponderância militar e, principalmente, a inadequação de qualquer referência ao período que o tome como determinado por forças coesas, o Estado e o regime político então estabelecido de forma reificada. Como nos diz Marcelo Ridenti (2010), a caracterização da ditadura enquanto civil-militar “não deve ocultar que o eixo do poder era militar, e que o regime tinha sua especificidade militar” (RIDENTI, 2010, p. 289), sendo que “o importante é perceber que havia um jogo complexo de forças militares e civis envolvidas, tanto que a ditadura durou 21 anos” (RIDENTI, 2010, p. 289). Corroboro, aqui, a posição de Carlos Fico, que afirma que, “se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar – em duas palavras: de uma ditadura militar (FICO, 2014, p. 38). De forma parecida, Marcos Napolitano (2015) defende “a interpretação de que em 1964 houve um golpe de Estado, e que este foi resultado de uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista” (NAPOLITANO, 2015, p. 9), explicitando mais à frente o seu desacordo com “a visão de que o regime subsequente tenha sido uma ‘ditadura civil-militar’ ainda que tenha tido entre os seus sócios e beneficiários amplos setores sociais que vinham de fora da caserna, pois os militares sempre se mantiveram no centro decisório do poder” (NAPOLITANO, 2015, p. 11).

O PCB era o grande partido de vertente marxista da época. Desde 1958, quando abandonou a política sectária e de ultraesquerda que adotou desde 1947, o partido cresceu e, até o golpe militar de 1964, viveu período de grande vitalidade. Adquiriu importância na sociedade brasileira, exercendo forte influência no sindicalismo urbano, atuando nas organizações camponesas, participando de diversos movimentos sociais e com prestígio entre a intelectualidade brasileira (FERREIRA, 2013b, p. 118).

Durante o governo de João Goulart, a atuação do PCB foi marcada pela defesa da construção de uma “Frente Única de Esquerda”, da luta pelas “reformas de base”, juntamente com outros setores da esquerda, e pela forte presença em organizações nacionais que defendiam tais reformas, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e a União Nacional dos Estudantes (UNE).

No que tange ao PCB no Maranhão, as memórias de Maria Aragão trazem o registro de algumas atividades ligadas à “educação” ocorridas no transcurso entre a sua volta da URSS e o Golpe Civil-Militar de 1964. É dessa época o já mencionado “trabalho com jovens”, muitos deles ligados a União Maranhense de Estudantes Secundaristas, além do estímulo dado por Maria/pelo partido à “cultura”, exemplificado no lançamento em praça pública do livro de Ferreira Gullar.

Além dos jovens, Maria menciona também ter feito vários cursos para militantes do partido. Tais cursos eram “necessários”, segundo suas palavras, “porque muitos eram comunistas só por entusiasmo, porque alguém da família era, ou até mesmo porque eu era. Daí a necessidade de formação, como se diz hoje, nós dizíamos de educação” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 145). Sob esse ponto de vista, tais cursos seriam, portanto, um meio de fazer com que os novos militantes comunistas não cometessem os mesmos erros que ela havia cometido por conta da falta de “formação”/“educação”.

Ela fala na primeira pessoa – são atividades realizadas por ela. Deixa explícito, porém, que tais cursos eram atividades vinculadas ao Partido. A escolha do “eu” no lugar do “nós” indica, por um lado, a afirmação de seu protagonismo na realização de tais atividades, o que está de acordo com a sua já mencionada convicção de autossuficiência e, por outro lado, pela sua não identificação, no momento da fala, com os demais militantes comunistas do período, o que pode ser decorrente tanto de conflitos instaurados na época quanto da posição assumida por eles posteriormente, quando Prestes e Maria Aragão saem do PCB e se forma a “corrente prestista”.

Falando destes estes cursos, Maria destaca um que foi ministrado a “companheiros do partido” que moravam ao longo da estrada de ferro São Luís-Caxias. Diz ela que o diretor da estrada de ferro era seu amigo – o engenheiro Jadiel Carvalho - e, por

intermédio dele, conseguiu que fossem dadas férias coletivas para todos os “companheiros”. Foi possível, então, que ela ministrasse o curso em um sítio situado na periferia da ilha em que fica a cidade de São Luís.

Sobre estes cursos, diz Maria:

Os cursos tinham duração de quatro ou cinco dias e eram dados em sítios localizados nos arredores da cidade, cedidos por amigos. O pessoal ficava em regime de internato e havia um esquema rígido de segurança. O curso versava sobre marxismo, aquilo que havia aprendido na URSS, a história do socialismo, essas coisas (...). Eram dirigidos apenas para a militância do partido, não tínhamos condições de abri-los para o público. Demos cursos também no interior, onde existia o partido – Pedreiras, Itapecuru, Caxias (ANTONIO FRANCISCO, 1992, P. 145).

O Golpe de Estado de 1964 traz, porém, importantes consequências para toda a sociedade brasileira, inclusive para os militantes comunistas, que eram um dos alvos prioritários dos aparelhos repressivos. O golpe pode ser caracterizado como tendo sido impulsionado pelo intuito de “sufocar o crescente processo de expressão pública dos setores populares” (ACSERALD, 2015, p. 198), visto que a década de 1950 e, em especial, a de 1960, foram fortemente marcadas pelo aumento da mobilização de setores marginalizados, tanto em meio aos trabalhadores rurais quanto aos urbanos, que exigiam certas mudanças, como uma maior participação no governo. Mas os interesses de tais grupos, de acordo com Alves (1984), não tardaram a se chocar com os interesses de classes dominantes, gerando um conflito que foi fundamental para o êxito do golpe e da implantação da *Doutrina de Segurança Nacional*.

Avaliado pelos setores da esquerda como uma “derrota”, o desenrolar do golpe ensejou um amplo debate sobre quais seriam as causas de tal desfecho. Sendo, então, o partido mais importante das esquerdas e com um peso bastante significativo nas disputas políticas mais amplas – gozando inclusive de uma intensa proximidade com o governo federal nos primeiros meses de 1964 – “recai sobre o PCB, crítica e autocriticamente, toda a carga de responsabilidade acerca dos erros cometidos” (SANTANA, 2014, p. 179).

Apesar da notória polarização e instabilidade política, o golpe foi uma grande surpresa para os militantes do PCB – e também para os militantes de outras organizações. A partir de então, além da fragmentação anterior, que resultou na divisão entre PCB e PCdoB, houve uma série de novas fragmentações, juntamente à expulsão de vários militantes. Assim, ao mesmo tempo em que o “Partidão” se dividia e diminuía, passava a ter que enfrentar também a competição de outras organizações disputando os rumos da “esquerda”.

Além deste fator relativo às disputas internas aos segmentos das esquerdas, pesou também a imediata repressão ao partido e seus militantes. Alimentado pela vinculação do Brasil aos Estados Unidos no contexto da chamada Guerra Fria, o discurso de combate ao comunismo era um dos eixos de sustentação ideológica da ditadura militar brasileira – e das demais ditaduras da América Latina. Não é de se surpreender, portanto, a intensidade e celeridade da repressão aos militantes identificados como comunistas, pecebistas ou não.

Os militares golpistas precisavam a todo custo justificar as suas ações para alcançar certa legitimidade que lhes ajudassem a se manter no controle do Estado. E faziam isto com base não só no discurso de combate ao comunismo, mas também de combate aos *inimigos internos e externos* e da necessidade de *desenvolver* o país. Tudo isto, agora, convertido pelos militares em “questão de *Segurança Nacional*”, era tomado como interligado e justificava a necessidade de uso da violência por parte do Estado. Inaugurava-se, neste momento, um novo capítulo do estado de exceção brasileiro. Era a declaração de guerra dos militares, que vinha para justificar toda e qualquer atitude e suscitar a “necessidade de plenos poderes renovados” (ARANTES, 2010, p. 227). Com isto, para fugir da repressão, o PCB transferiu para o exterior a maior parte da Direção Nacional, apesar de não ter conseguido salvar a todos, e vários dirigentes foram presos, torturados, assassinados e/ou obrigados a passar para a clandestinidade.

Assim, a ditadura militar brasileira – como outros regimes autoritários – pode ser caracterizada pela restrição das arenas públicas e, conseqüentemente, das possibilidades de atuação política; ou seja, pela restrição dos “espaços onde (...) atores individuais e coletivos se empenham em esforços de definição e controle de situações percebidas como problemáticas” (ACSERALD, 2015, p. 37). Se este fechamento foi algo que já se fez presente desde o golpe dado em 1964, ele se deu de forma ainda mais drástica em 1968, com a decretação do Ato Institucional Número 5 (AI-5), que iniciou “um período em que o recurso à repressão em todas as suas dimensões e o exercício de poderes arbitrários atingiram níveis jamais registrados na história política brasileira” (KINZO, 1988, p. 119)⁹².

⁹² A repressão durante a ditadura militar sofreu alterações no decorrer do período e se constituiu como um fenômeno mais complexo do que se pode abordar, por uma questão de espaço e foco, aqui. Quanto a este assunto, pode-se ver, dentre outros, o recente Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (2014), Alves (1984), Fico (2001) e, para uma análise que engloba os mecanismos repressivos e o partido de oposição aceito pelos militares (o MDB), ver Kinzo (1988).

No Maranhão, a repressão também se fez presente. O Governo do Estado, por meio do Governador Newton Belo, apoiou enfaticamente o Golpe Civil-Militar e as medidas repressivas implementadas (BUZAR, 1998). Ainda segundo o jornalista e então deputado estadual Benedito Buzar, houve tentativas de promover ações em defesa da manutenção do mandato do presidente João Goulart por meio do Pacto dos Trabalhadores e da Frente de Mobilização Popular, que envolviam sindicatos. Estes tentaram convocar uma greve geral, mas esta foi logo “sufocada” com a intervenção ou ameaça de intervenção nas repartições que aderiram à greve.

Segundo este jornalista:

O governo revolucionário [sic] ainda não havia baixado nenhum Ato Institucional quando a Guarnição federal começou a executar as primeiras medidas repressivas. No dia 4 de abril, patrulhas do 24º Batalhão de Caçadores cercaram o Edifício São Luís (...), onde estava instalado o inexpressivo Partido Comunista, e dali retiraram material de ‘teor subversivo’ (BUZAR, 1988, p. 445).

Buzar menciona também que, além da sede do PCB, foram invadidas as sedes do Sindicatos dos Comerciários e da União Maranhense de Estudantes, além de uma série de prisões decorrentes de ordens do Ministro da Guerra – dentre elas, dois dirigentes do PCB, Maria Aragão e William Moreira Lima – e detenções decorrentes de determinações do Coronel Rivas – atingindo o próprio Buzar, um advogado e dois líderes sindicais⁹³. Isto, além da cassação de vários deputados mais identificados com setores da esquerda, como Neiva Moreira. Pode-se afirmar, assim, que o golpe teve implicações diretas na reconfiguração das relações de poder no estado do Maranhão⁹⁴.

Segundo consta no relato de Maria, antes mesmo da sua prisão, ocorrida no dia 5 de abril, vários dos “jovens” que haviam participado de seus cursos já estavam presos, além de outros comunistas e não comunistas. Antes da prisão dos “jovens”, Maria diz tê-los orientado a alegar que não eram comunistas e que, quando/se questionados se conheciam Maria Aragão, que era publicamente conhecida como comunista, deviam dizer que a conheciam apenas por conta de seus serviços como médica.

Estes dois fatores – repressão mais disputa interna aos segmentos da esquerda – levaram o PCB a diminuir a intensidade de suas atividades e o seu tamanho, no que tange

⁹³ Estas prisões e detenções foram também noticiadas pelo Jornal Pequeno, no dia 05 de abril de 1964, através de “nota oficial” do “Comando da Guarnição Oficial de S. Luís”. No item A da nota consta: “a) Por ordem do senhor Ministro da Guerra, encontram-se presos no quartel do 24º BC o Dr. William Moreira Lima e a Doutora Maria José Aragão”.

⁹⁴ Para uma discussão envolvendo os impactos do Golpe na política maranhense, ver Wagner Cabral da Costa (2004).

ao número de militantes. No Maranhão, Maria diz que, com a Ditadura Militar, “o Partido caiu no imobilismo, perdemos praticamente todo o trabalho que vínhamos desenvolvendo no interior. Tivemos depois de juntar os caquinhos, voltando a reunir, a discutir” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 156). Ela menciona ainda que, a partir daí, sua atividade político-partidária limitava-se à venda de jornais ligados à direção nacional, e foi devido a esta atividade que o partido se manteve existindo.

Em busca de legitimidade, os militares golpistas se esforçaram em tentar manter uma “fachada democrática”. Com isto, os condutores da autoproclamada “revolução” mantiveram, inicialmente, os partidos existentes desde a redemocratização da década de 1940. Porém, com as divergências internas aos militares, não tardou a surgir uma crise em que muitos deles, ansiosos por medidas de repressão mais duras (a chamada “linha dura”) estavam dispostos a agir à revelia do presidente escolhido para comandar a autodenominada “Revolução” (Castelo Branco), e até mesmo contra ele (no dia 5 de outubro, iniciou-se um movimento/rebelião para retirar Castelo Branco da presidência, o que foi interrompido pela intervenção do então Ministro da Guerra, Costa e Silva, que fez um acordo com os “insurgentes”).

O Ato Institucional Número 2, decretado por Castelo Branco em outubro de 1965, veio como parte das medidas para acalmar esta crise, consagrando a vitória da chamada “linha dura” contra os “castelistas” (FICO, 2001; KINZO, 1988). Este novo Ato Institucional aumentava ainda mais os poderes presidenciais, outorgando a ele, dentre outras medidas, o poder de suspender o Congresso, governar por decreto e cassar mandatos; além destas medidas, “tornava indireta a eleição para a Presidência da República e, finalmente, extinguiu os partidos políticos existentes” (KINZO, 1988, p. 27). Assim, os partidos existentes no Brasil desde 1945 foram extintos, em outubro de 1965 e, em 1966, com o Ato Complementar 4, implantou-se o sistema bipartidário. Com este Ato, estabeleceu-se novas regras para a criação de partidos. Estas regras não definiam explicitamente que só poderiam existir dois partidos, mas isto era uma consequência prática. Como nos diz Kinzo, “estas medidas refletiam a intenção do novo regime no sentido de criar um sistema em que houvesse um grande partido de apoio ao governo, e um pequeno partido de oposição formal, que viesse apenas garantir uma fachada democrática” (KINZO, 1988, p. 15). Surge então, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), de apoio ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), agrupando aqueles que mantinham um nível aceitável de discordância. Cumpre lembrar, porém, que os empecilhos para um partido de oposição, em meio a um regime autoritário,

vão além das restrições “legais” para a sua criação: além do fato de que significativa parte dos parlamentares que se opuseram ao golpe já tinham sido banidos da vida política do país, o medo colocava o silêncio como a atitude mais provável.

Porém, por mais que governo militar se esforçasse por delimitar o espaço de atuação política do MDB, o partido oposicionista foi uma peça importante na política do período ditatorial, chegando, por vezes, a incomodar e surpreender os militares com sua atuação e desempenho eleitoral, como ocorreu com as manifestações de parlamentares na crise política e militar de 1968 e nas eleições de 1974, para nos resumirmos a dois exemplos. Como nos diz Alves, “com o passar do tempo (...) o MDB veio cada vez mais a reunir e expressar correntes reais de dissensão e resistência às políticas do Estado” (ALVES, 1984, p. 269).

Neste contexto, enquanto muitos setores da esquerda optavam pela luta armada, a opção de orientação política do PCB era de formar uma ampla “frente democrática”, que abarcasse distintos segmentos e privilegiasse a atuação institucional-legal, tanto por meio do apoio ao partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB) desde o início do período ditatorial (KINZO, 1988), quanto por meio da disputa dos sindicatos reconhecidos pelo Estado. Apesar de relativamente mais fraco que o período anterior, o PCB chegou a exercer um papel chave na articulação do MDB em diversos estados da federação (SEGATTO e SANTOS, 2007)⁹⁵.

Chama atenção, portanto, a quase inexistência de relatos sobre disputas eleitorais, seja referente ao apoio a candidatos do MDB ou por meio de uma candidatura dela própria, tal qual foi feito por diversos dirigentes pecebistas em outros estados da federação. Partindo dos documentos pesquisados, as exceções se dão, apenas, para as declarações de não-voto nos candidatos da ARENA e para a participação na campanha de Haroldo Saboia⁹⁶, em 1978, para Deputado Federal pelo MDB.

Vale frisar, além disto, que consta em um documento da Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão (DOPS-MA), de 1973, a afirmação de que Maria Aragão foi uma das pessoas filiadas ao PCB que se candidataram a uma vaga na Assembleia Legislativa do Maranhão. Tal informação, porém, além de não ser mencionada em qualquer depoimento da própria Maria, é refutada por Wagner Baldez, que foi militante

⁹⁵ A relação entre o MDB e o PCB no Maranhão é ainda um campo de estudos em aberto.

⁹⁶ Ver nota 36 para uma descrição objetiva do itinerário político de Haroldo Saboia.

do partido, e pela filha de Maria Aragão, Simone Macieira. Ambos afirmaram em entrevistas que Maria Aragão nunca quis se candidatar a nenhum cargo eletivo⁹⁷.

Face ao acirramento dos conflitos internos ao PCB, que já vinham desde o período anterior à viagem para a URSS, e com a crescente restrição das arenas públicas decorrente do estado de exceção imposto com o Golpe Civil-Militar de 1964⁹⁸, é razoável considerar que Maria tenha transferido uma maior parte de seus esforços para o trabalho na medicina, convertendo os capitais acumulados no período anterior (em especial, o capital social, como se pode ver nas ocasiões em que necessitou mobilizar contatos com agentes bem alocados no meio político e cultural maranhense), o que garantiu a ela uma carreira médica relativamente exitosa - como se pode ver, por exemplo, na ocupação do cargo de diretora em um importante instituição de saúde em São Luís, em 1970, e a posterior condecoração da Academia Maranhense de Medicina em 1988.

Isto, porém, se deu de forma paulatina. O estabelecimento de um evento marcando uma mudança de postura – o que foi feito pela própria Maria – não deve ser entendido como uma demarcação rígida entre um período e outro. Diferentemente disto, tal demarcação deve ser interpretada, por um lado, à luz das transformações contextuais – destaca-se, aqui, os conflitos internos ao partido e o posterior fechamento das arenas públicas decorrente da repressão imposta pelo regime ditatorial – e, por outro, à luz da posição, interesses e disputas em que Maria Aragão estava envolvida no momento em que dá o depoimento – em especial, a legitimação de projetos eleitorais de setores da esquerda e a afirmação política do “grupo” que ela então se identificava.

3.2. “Estou demonstrando é como trabalha um médico comunista”

A partir dos relatos de Maria e das questões contextuais, pode-se inferir que, no período posterior à sua volta da URSS, em setembro de 1962 e, em especial, após o Golpe de 1964, houve uma progressiva diminuição da sua atuação partidária ou, pelo menos, um certo silenciamento destas questões. Expressam isto a ênfase dada por ela ao seu trabalho como médica e, também, suas afirmações de que, neste período, “trabalhava muito”.

⁹⁷ Em relação aos documentos do DOPS, conferir Dossiê 55, página 93, no Arquivo Público do Estado do Maranhão.

⁹⁸ Para uma análise envolvendo os impactos desta restrição das arenas públicas em relação às possibilidades de atuação política de militantes clandestinos no Rio de Janeiro, ver Acserald (2015).

Isto não quer dizer, porém, que ela tenha deixado de participar da vida partidária, e nem que esta mudança tenha acontecido de forma repentina. Mesmo após o Golpe de 1964, Maria ficou responsável pela distribuição do jornal *Voz Operária*, vinculado à direção nacional do PCB (AZEVEDO, 2011) e, apesar de escassos, há registros em seus depoimentos de participação em reuniões partidárias. Outra indicação de que esta diminuição da atuação partidária e aumento da atuação profissional se acentuou com o decorrer do tempo pode ser vista em uma matéria veiculada em *O Estado do Maranhão*, em dezembro de 1977, onde afirma-se que, após a sua saída da prisão em 1973, Maria “passou a dedicar-se somente à sua clínica de ginecologia em São Luís e ao seu emprego na Secretaria de Saúde do Maranhão” (ver figura 3).

Em 1962, ano do seu retorno da URSS, além das já citadas atividades com “educação”, Maria passa a trabalhar no Centro/Posto de Saúde do Anil⁹⁹ como “serviços prestados” – ou seja, sem um vínculo empregatício formal -, além de trabalhar em seu consultório particular. Em 1970, deixa de trabalhar no Centro de Saúde do Anil na condição de “serviços prestados” e é nomeada como médica vinculada ao estado, assumindo, logo depois, o cargo de Diretora do Centro de Saúde do Anil.

A descrição dada por Maria quanto à assunção destes cargos e de como ela encarava o seu trabalho na medicina nesse período é bastante elucidativa da forma que ela constrói a sua história de vida e a relação desta com a construção de sua identidade e com as disputas travadas no momento da fala, além de trazer elementos sobre as condições que possibilitaram que ela adquirisse um maior prestígio e notoriedade no meio político e cultural maranhense.

Em maio de 1970, José Sarney, em fins do seu mandato de Governador do Maranhão, se desincompatibilizou do cargo para se candidatar ao Senado, também pelo Maranhão. Com isso, nas palavras de Maria, “assumiu o cargo de governador o meu queridíssimo amigo e colega, colega de juventude (...), o Antônio Jorge Dino¹⁰⁰”

⁹⁹ O relato de Maria parece muitas vezes não distinguir entre “Centro de Saúde do Anil” e “Posto de Saúde do Anil”, adotando ora um ora outro. Para não confundir o leitor, manterei aqui a nomenclatura “Centro de Saúde”.

¹⁰⁰ Antonio Jorge Dino nasceu em Cururupuu, em 1913. Foi Deputado Federal (1955-1963) e Governador do Maranhão (1970-1971). Formou-se em medicina em 1940, pela mesma instituição de Maria Aragão – a Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro. Foi eleito vice-governador em 1965, como vice de José Sarney, na coligação envolvendo três partidos - a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Progressista (PSP) e o Partido Trabalhista Nacional (PTN). Com a adoção do bipartidarismo decorrente do Ato Institucional Nº2, Dino filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de apoio ao regime ditatorial. O verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas (DHBB-FGV) nos traz também que foi anunciado em uma matéria do Jornal do Brasil que Dino rompeu com Sarney dois dias antes de assumir o cargo de Governador (ver verbete DHBB, 2001). O livro

(MOREIRA NETO, 2015, p. 223). Maria teria conhecido Dino, portanto, ainda em São Luís, tendo o contato com ele permanecido durante o curso de medicina no Rio de Janeiro - Dino se forma em 1940 e Maria em 1942, pela mesma instituição.

Ainda segundo o seu relato, com Dino no Governo, dois amigos em comum entre Dino e ela¹⁰¹, preocupados com a forma como ela iria se sustentar quando envelhecesse, visto que até então trabalhava apenas por “serviços prestados”, entraram em contato com Antônio Dino para que ele nomeasse Maria como médica. Assim Maria reproduz o diálogo ocorrido entre estes amigos e Antônio Dino:

Um grupo de amigos (...) foram ao Dino e disseram: “tu vais sair do Governo e deixar Maria sem emprego?” A preocupação deles era que eu ia envelhecer e quando estivesse velha como iria sobreviver, vivendo só do consultório? (...) Segundo o próprio Dino me contou depois, ele respondeu aos colegas: “eu compro essa briga, podem trazer tudo que eu assino” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 169).

Assim, em dezembro de 1970, Maria é nomeada médica, passando a ter um vínculo empregatício formal com o Governo do Estado. Trabalha primeiramente no Centro de Saúde do João Paulo e, em seguida, é transferida para o Centro de Saúde do Anil. Ela menciona que os centros de saúde eram responsabilidade da gestão municipal. Mas, com a eleição de Haroldo Tavares para a prefeitura de São Luís (1971-1975), conforme diz Maria, “estabeleceu-se a harmonia entre Estado e Município e as Secretarias de Saúde de um e de outro passaram a trabalhar juntas” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 147). Com isto, no mesmo Centro de Saúde conviviam profissionais do estado e do município. O período anterior havia sido da gestão municipal de Eptáfio Cafeteira, que ela diz ter feito um trabalho interessante na área da saúde e lamenta o fato de, posteriormente, ele ter “caído nos braços de Sarney”.

Maria é então convidada pelo médico e Secretário de Saúde de São Luís, Josélio Carvalho Branco, a assumir a direção do Centro de Saúde do Anil. Recebido o convite, ela relata ter respondido que precisava primeiro “ver as condições que eu tenho de

de Euclides Moreira com depoimentos de Maria Aragão destaca, em nota, a vinculação entre a “história do câncer no Maranhão” e a “trajetória de vida do médico Antonio Jorge Dino”, destacando também a prática da medicina como um “sacerdócio” (MOREIRA NETO, 2015). Lacroix (2015) também destaca a sua dedicação ao tratamento do câncer, “abnegação”, e “dedicação aos pobres”; foi também patrono da Academia Maranhense de Medicina.

¹⁰¹ Maria menciona que ambos eram médicos e um deles chamava-se Hamilton, mas não menciona sobrenome, e o outro chamava-se Raimundo Matos Serrão. Serrão era médico cirurgião, formou-se em medicina em 1942, no Rio de Janeiro, onde trabalhou como médico e professor universitário; voltou para São Luís em 1944, trabalhando em várias instituições, hospitais e também como professor universitário (LACROIX, 2015).

trabalhar, porque até agora eu só fui dirigente de Partido Comunista e eu nunca dirigi mais nada” (MOREIRA NETO, 2015, p. 227).

Maria passa, então, a descrever a situação “caótica” do Centro e o procedimento seguido antes de dar o aceite. Ela relata, após a “vistoria” no Centro, ter feito uma reunião com todos os que trabalhavam no local e exposto que ela havia recebido o convite para ser diretora do Centro, mas que só aceitaria após uma conversa com eles e mediante algumas condições – o acordo em relação à transformação em um Centro de Saúde “de verdade” e de todos fazerem um “trabalho sério”. Maria continua seu relato mencionando que, após a sua futura equipe ter aceito as condições, ela informa a eles que ligaria para o Secretário de Saúde para que ele fosse até o Centro, pois queria dar a resposta para ele na frente dos funcionários. Diz Maria:

No dia seguinte, telefonei para a Secretaria de Saúde e disse que queria dar a resposta, mas pedi que fosse no próprio Centro de Saúde. Marcamos a hora e apareceu o Secretário de Saúde do Estado e do Município, que era o Dr. Nina, que ainda hoje é meu amigo, e ainda o Prefeito Haroldo Tavares¹⁰². Tinha pedido que os médicos, dentistas e todos que trabalhavam no Centro de Saúde também comparecessem e expus o meu plano de trabalho (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 148).

Maria segue mencionando que, no ato da exposição dos seus planos, o Secretário de Saúde alegou que não teria dinheiro para implementá-los, mas ela “exigiu” que ele buscasse onde fosse preciso, até que o prefeito se responsabilizou por patrocinar uma parte das mudanças, se mostrando animado com o projeto. Percebe-se, assim, pela dimensão ritualística e presença de pessoas “ilustres”, que a nomeação de Maria Aragão como Diretora do Centro de Saúde do Anil se torna uma “cerimônia” com um peso simbólico significativo, além do fato correlato de que a notoriedade anteriormente acumulada por ela lhe conferiu a possibilidade de impor “exigências”.

Ademais, o Centro de Saúde do Anil era considerado, segundo Maria, como o “cartão de visita” da Secretaria de Saúde e, por isso, todas as “autoridades” do Ministério da Saúde que visitavam o Estado eram levadas para conhecer o Centro. Esta situação teria levado a um “problema” com o Secretário de Saúde. Diz Maria:

Um dia, após uma dessas visitas, ele fez os elogios de sempre e depois agradeceu, em seu nome e em nome do Governo, e eu disse: não, por favor, você não tem por que agradecer, eu não estou trabalhando para você nem para o governo, eu estou trabalhando é para o povo. E eu quero que você saiba de

¹⁰² No relato dado para Euclides Moreira, Maria deixa mais explícita a sua intenção de não ter a sua imagem vinculada ao prefeito Haroldo Tavares, que na ocasião era ligado ao “grupo” liderado por José Sarney. Diz Maria: “Aí marquei, toquei o telefone para o Secretário de Saúde do Município e não sei por que ele veio com o Prefeito Haroldo Tavares” (MOREIRA NETO, 2015, p. 231).

outra coisa: estou demonstrando é como trabalha um médico comunista! (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 151).

Segundo o relato dela própria, este “problema” com o Secretário seria parte de uma “incompreensão” do seu trabalho, sendo que tal incompreensão afetaria também outras pessoas. Nas palavras dela:

O meu trabalho não era bem entendido por todos. Já disse que a reação achava que eu fazia subversão. A oposição também me criticava, achava que eu estava trabalhando para o Governo e eu dizia: eu estou trabalhando para o povo (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 151).

Esta “incompreensão” exposta por Maria, demonstra que muitos atores encaravam o seu trabalho como estando a serviço de um agente específico (o “governo” ou o “povo”), mas demonstra também a existência de um conflito, onde muitos viam – tanto no momento da fala quanto no momento do evento narrado – uma incompatibilidade/contradição entre a postura política autodeclarada (de “oposicionista” e comunista) e as ações por ela praticadas. Com esta narrativa, ela tem a oportunidade e o propósito de explicar-se, de “desfazer este mal entendido”, alcançando maior ou menor êxito conforme a visão de cada interlocutor. De todo modo, assim procedendo Maria se estabelece, tal qual é comum em relação a depoimentos autobiográficos, como “ideólogo de sua própria vida” (BOURDIEU, 2006, p. 184), desfazendo possíveis contradições, escolhendo aquilo que considera mais significativo e traçando uma linha lógica, onde os diferentes eventos e posicionamentos vividos sucedem de forma coerente.

Maria menciona ainda que, como parte do trabalho no Anil, visitou vários bairros da região, até se concentrar no bairro Pão de Açúcar. Diz Maria:

Começamos a desenvolver um trabalho de acordo com o que fora planejado. Não ficava confinada dentro do prédio, ia para os bairros... Onde mais trabalhei foi no Pão de Açúcar, lá havia um Clube de Mães e um Clube de Jovens e eu mobilizava toda essa gente para trabalhar. Fazíamos vacinação mensalmente, envolvendo as mães, as professoras, os jovens, todos ajudavam (...). Nos fins de semana, fazíamos palestras no bairro, eram verdadeiros comícios, vinha gente pra porra. O problema maior era saneamento básico, era a poluição que existia (...). Havia naturalmente muitos problemas de saúde, vinha muita gente se consultar (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 149).

Tais palestras, que a própria Maria caracteriza como “verdadeiros comícios”, versavam sobre poluição, saneamento básico, vacina, alimentação, desidratação – ou, como ela mesmo diz: “sobre diversos temas de interesse da população, sobre todas as coisas mais importantes que interessam e a população precisa saber” (MOREIRA NETO, 2015, p. 229). Por esta via, Maria acredita ter conseguido influenciar a população do

bairro a se mobilizar e resolver problemas locais (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 151).

O amplo e variado repertório de temas dessas palestras, não necessariamente exclusivos do que se costuma entender atualmente como sendo a área de conhecimento da medicina, corrobora uma concepção do médico como detentor de um “saber enciclopédico” que o autorizaria a intervir nas mais diversas áreas do mundo social (NUNES, 2000). A maior parte deles tinham alguma relação com a falta/necessidade de políticas públicas.

Paralelamente ao trabalho no Centro de Saúde do Anil, Maria diz ter “dado assistência” às “organizações que existiam na região”. E, como decorrência do reconhecimento e agradecimento desta “assistência”, no dia 10 de fevereiro de 1973, dia do seu aniversário de 63 anos, ela é convidada para comparecer à posse da nova diretoria da União dos Moradores do Anil. Chegando lá, porém, ela descobre que haviam preparado para ela uma surpresa em homenagem ao seu aniversário. Diz Maria:

No dia marcado, espantei-me logo à chegada com a casa cheia de cartazes: ‘Salve 10 de fevereiro!’, ‘Viva a Dra. Maria Aragão!’. Quando começou a sessão, o assunto era a Dra. Maria Aragão, o que tinha feito pelo bairro (...) (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 150).

Maria relata, ainda, ter ficado muito feliz com a homenagem, apesar de reiterar enfaticamente não gostar “de ser paparicada” (MOREIRA NETO, 2015, p. 237). Diz ela que o maior motivo de sua felicidade não foi a homenagem em si, mas o fato de que os integrantes da associação estavam ganhando autonomia e não precisavam mais dela para se organizar e reivindicar seus direitos. Conforme ela relata:

Aí eu fiquei emocionada pois eu já não estava indo lá todos os dias, eles estavam podendo andar com os próprios pés, e eu gosto de trabalhar assim: organizei até determinado ponto em que a pessoa começa a andar com seus próprios pés, e eles já podiam se mexer sozinhos (MOREIRA NETO, 2015, p. 238).

E acrescenta, em outro depoimento: “achei isso lindo, lindo, e fiquei feliz com o trabalho realizado, não diretamente por mim, mas tenho consciência de que participei, com as palestras que fazia sobre saneamento básico à população” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 151). Percebe-se, assim, como Maria conjugava sua atuação política e “profissional”: ocupando posições tanto no meio médico quanto político, estava

autorizada a difundir e produzir conhecimento sobre diferentes áreas do saber e, consequentemente, a intervir no mundo de diversas formas¹⁰³.

Corroborando a perspectiva de que a viagem para a URSS foi um marco na mudança de sua postura, Azevedo (2011) considera que o trabalho no Posto de Saúde do Anil foi também um trabalho já dentro da nova perspectiva de “educadora” - “tudo era feito no sentido de esclarecer a população sobre questões de higiene, saneamento básico e riscos de contaminação da água. Estas palestras resultaram em ações coletivas, caso de mutirões feitos para resolver problemas da região” (AZEVEDO, 2011, P. 180). Azevedo (2011) acrescenta ainda uma citação de William Moreira Lima, que foi também militante do PCB nesse período, afirmando que o trabalho de Maria Aragão no Posto de Saúde do Anil não estava associado ao PCB, mas que, apesar disso, não deixou de incomodar muitas pessoas.

Este “incômodo” pode referir-se tanto às já citadas críticas resultantes da “incompreensão” de muitos sobre aquele trabalho, quanto à forma como era visto pelo aparelhos de repressão do período. Assim, com toda esta “efervescência” gerada na região do bairro do Anil, a partir das atividades realizadas por meio do Centro de Saúde, Maria Aragão menciona ter sentido medo, pois já sabia que isto poderia resultar em prisão. Diz Maria:

Eu tive medo, porque era uma efervescência muito grande no Centro de Saúde do Anil, no bairro do Pão de Açúcar (...). Pensei o seguinte: sabe o que vai acontecer? Esses filhos da puta vão me prender, dizendo que eu estou fazendo subversão. Então eu envolvi uma série de médicos (...). *Eu quero ver eles prenderem todo mundo, pois não sou eu sozinha que estou falando, agora é a nata, é a nata dos médicos*, ne? (MOREIRA NETO, 2015, p. 235, grifos meus).

Dentre os “envolvidos”, além de citar nominalmente outros médicos, Maria destaca o Secretário de Saúde do Município e o Secretário de Saúde do Estado. Desta forma, as relações mantidas nesta ocasião entre Maria e a “nata dos médicos” são justificadas, prevenindo-se, assim, de possíveis interpretações desfavoráveis à identidade sustentada. Também pode-se localizar, nesta relação de Maria com a “nata dos médicos”, uma das origens da ampla e influente rede de relações sociais constituída por e em torno

¹⁰³ Isto não é exclusividade de Maria – como se pode perceber, inclusive, pelos outros médicos/palestrantes citados por ela. Nunes (2000, p. 183-184) já mencionou, quanto à relação entre a medicina e as estruturas de poder no Maranhão: “O médico é o professor que ensina não apenas as teorias científicas acerca das doenças e dos instrumentos terapêuticos, mas também é autorizado a transmitir conhecimento em outros campos do saber (...). O médico ocupa cargos e postos do aparelho burocrático (...). Mas o médico também é o prefeito (...). pode ser vereador ou deputado. Enfim, ocupando posições no campo intelectual, ou ocupando cargos e postos do campo político e no subcampo burocrático”.

de Maria. Paralelamente, o trecho demonstra uma “estratégia” de driblar a repressão, pois já seria previsível/provável que intentassem prendê-la. Esta percepção, aliás, contrasta com a sua alegação de surpresa e demora em perceber que estava sendo presa, conforme exposto no capítulo 5.

Sendo a tentativa de driblar a repressão frustrada, Maria volta a ser presa em 17 de maio de 1973, permanecendo até novembro do mesmo ano¹⁰⁴. O motivo da prisão, porém, não foi acusações de subversão por conta da sua atuação na região do Anil mas, segundo ela menciona na *Revista*, o fato de ter acontecido um “um problema com o jornal do Partido, o Voz Operária, e a polícia estourou alguns aparelhos¹⁰⁵ em alguns Estados” (ARAGÃO, *apud*, ALDIONOR, 1988, p. 9).

Depois de sete meses no cárcere, em que ela foi brutalmente torturada, Maria tem sua prisão preventiva revogada e passa a esperar, em São Luís, o julgamento. Com seu retorno à cidade, ainda em 1973, Maria menciona ter se apresentado na Secretaria de Saúde para que pudesse voltar ao trabalho anterior, no Centro de Saúde do Anil, mas o Secretário alega estar sofrendo pressão e não ter condições de mantê-la trabalhando lá. Ele, então, resolve enviar Maria para trabalhar no Hospital Aldenora Bello, depois chamado de Hospital do Câncer. Segundo Maria, a justificativa dada pelo Secretário para escolha deste hospital foi que este, sendo um hospital novo e pouco movimentado, possibilitaria que ela ficasse “escondida”. Não demorou muito, porém, para que o hospital viesse a funcionar plenamente e sua condição de “escondida” desaparecesse.

Maria aceita o trabalho, apesar de alegar o inconveniente de não ter conhecimentos suficientes sobre as questões relacionadas ao câncer. Isto foi contornado, primeiramente, por ela ter se permitido aprender com os demais profissionais que trabalhavam no hospital. Como continuação dos estudos que já estava fazendo, Maria menciona ter resolvido, no ano seguinte, fazer um estágio no Rio de Janeiro sobre a Colposcopia¹⁰⁶.

Diz ela então que começou a trabalhar muito, das 7:30 da manhã às 15 horas e, durante um certo período, ainda em viagens durante os finais de semana para trabalhar com a prevenção do câncer em outros municípios do estado. Maria diz que esse excesso de trabalho era decorrente da quantidade de mulheres que iam procurá-la. E, sendo estas

¹⁰⁴ No depoimento concedido a Euclides Moreira ela afirma ter sido presa em 16 ou 17 de maio de 1973. Na *Revista* publicada em 1988 ela afirma ter sido presa na segunda quinzena de fevereiro.

¹⁰⁵ “Aparelho” era a denominação dada pelos militantes clandestinos durante a Ditadura Militar para se referir aos locais utilizados como esconderijo.

¹⁰⁶ Exame ginecológico, utilizado especialmente para questões relativas ao câncer de colo de útero.

mulheres pobres e de outros municípios, não poderia permitir que elas voltassem sem ser atendidas.

Neste período iniciaram-se os chamados “boca-livre”, que eram almoços que aconteciam nos dias de quinta-feira, na casa de Maria, pois este era o dia em que o expediente acabava mais cedo. Diz Maria:

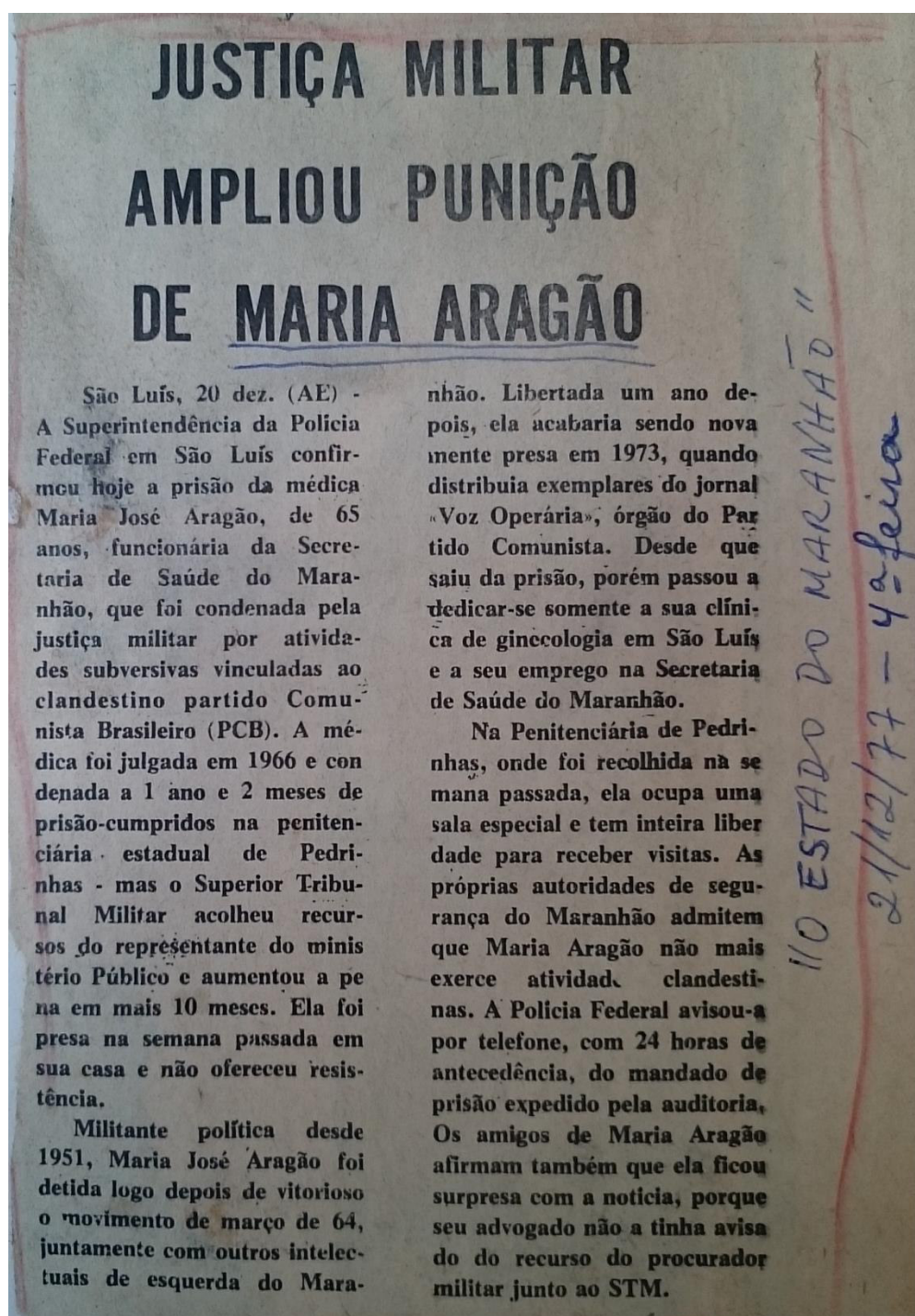
Com o correr do tempo, já sabiam que havia esse almoço e iam espontaneamente, sem eu convidar. A minha empregada, Neves, um dia colocou uma montanha de pratos e eu perguntei: menina, para que tantos pratos na mesa? E ela respondeu: é porque nunca se sabe quantos chegam. Isso de fato era verdade, quem ia chegando, se eram meus amigos, era minha gente, todos iam comendo, a gente conversava, trocava ideias (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 172).

Lucia de Fátima Nogueira Holanda (1991, *apud*, ARAÚJO, 2014, P. 354) mencionou que estas eram ocasiões em que Maria recebia militantes e políticos “sem fazer distinções sectárias. Superava nas amizades os vieses ideológicos”. Antônio Francisco, na “introdução” do livro que organizou com os depoimentos de Maria, menciona que foi em um destes eventos que a conheceu, chegando lá por convite de um casal de amigos. O músico e jornalista César Teixeira, enfatizando a heterogeneidade política dos que frequentavam estes almoços, mencionou que não os frequentava pois, ali, “gregos se diziam troianos” (TEIXEIRA, 2005, p.26). Percebe-se, assim, que os chamados “boca-livre” eram eventos periódicos onde, em torno da figura de Maria Aragão, se reuniam pessoas diversas.

Em 1977 Maria é novamente presa. Conforme ela relata, o Dr. Antônio Dino (ex-governador do estado) era então diretor do hospital Aldenora Bello e publicou uma declaração em defesa de Maria, alegando que seu trabalho era necessário para as atividades do hospital, e solicitando que ela fosse liberada para trabalhar no hospital, mesmo estando presa – o que foi negado.

Uma matéria do jornal O Estado do Maranhão, de 21 de dezembro de 1977, constante nos arquivos do DOPS-MA, reforça o argumento desenvolvido nesta seção de que, após o seu retorno da URSS, as atividades de médica sobrepuseram-se às atividades propriamente políticas. Na matéria, afirma-se que Maria havia sido presa em 1973, por conta de atuação no Partido Comunista, mas que desde a sua liberação ela se dedicava exclusivamente ao trabalho em sua clínica de ginecologia e no emprego na Secretaria de Saúde do Estado (ver figura 3).

Figura 3: Matéria de O Estado do Maranhão, do dia 21/12/1977



Fonte: DOPS-MA

Para entendermos como ela via a sua atuação como médica e a centralidade dessa atividade ao longo de sua vida, também é necessário ter em mente a forma como ela menciona ter encarado a medicina desde o começo: um meio de “ajudar o povo”. Percebe-se que, na sua reconstrução memorialística, a relação com a medicina é toda descrita de forma a se encaixar em características consagradas como dela – a abnegação, a

preocupação exclusiva com “o povo”, etc. Maria dá bastante ênfase para o fato de atender “o povo” e não cobrar por suas consultas - “foi com o povão atrasado, pobre, miserável, que eu consegui ser a doutora Maria Aragão” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 92). Afinal, a própria escolha da medicina como profissão foi, segundo o seu relato, decorrente da vontade de “acabar com a fome”, diminuir o sofrimento alheio.

Assim, Maria constrói uma narrativa em que o reconhecimento como médica adquirido por ela está disseminado por todos os segmentos sociais, mas vem primordialmente “do povo” – e, portanto, é ao povo que ela deve toda a sua popularidade. Ao mesmo tempo em que dá os créditos dessa “dívida”, realça o seu sacrifício pessoal, expondo seu desprendimento em relação à retribuição material e o seu único incentivo como sendo a vontade de ajudar – várias vezes ela menciona que consultava de graça, o que é recorrente também em parte significativa dos relatos sobre sua vida.

O “desprendimento” de Maria Aragão em relação à sua atuação na medicina, juntamente ao “sacrifício” de atender todos os pacientes que chegavam ao seu consultório particular ou no hospital em que trabalhou durante parte do período da ditadura militar é algo bastante destacado por Márcia Araújo (2014) e pelas pessoas por ela entrevistadas. Menciona Araújo:

Sacerdócio: exercer a profissão como quem faz votos de pobreza – talvez tenha sido assim que Maria encarou sua profissão. Por isso, discretamente atendia a pobres e ricos sem visar à aquisição de bens, mas sempre com o olhar devotado àquele que, diante de uma necessidade, recorresse ao seu auxílio. Os médicos entrevistados, como José Ribeiro Quadros, relataram que Maria era uma mulher que, fosse por ideologia política ou por convicção própria, seguia os postulados hipocráticos de fazer da Medicina uma forma de confirmar a sua irmandade com as pessoas que a procuravam” (ARAÚJO, 2014, p. 63).

Boa parte dos depoimentos trazidos por ela também ressalta que Maria não se utilizava das consultas para pedir votos, e a própria faz questão de frisar que “jamais forcei um cliente meu a votar em A, B, C ou entrar pro Partido” (MOREIRA NETO, 2015, p. 216). Assim, a forma como Maria expressa o “dever ser” do médico corrobora com representação da profissão/ofício como sendo guiada pela devoção e por um sentido de missão, “onde a ideia de mercantilização dos serviços prestados vai contra certa representação que os próprios médicos possuem acerca da medicina” (NUNES, 2000, p. 282). Neste contexto, a partir da posição por ela ocupada, alçar-se como exemplo de “um médico comunista” implicava, também, em trabalhar sem visar nenhum tipo de retribuição, ou seja, não trabalhar visando retribuições materiais, não pedir votos para

clientes, não convidar ninguém para ser comunista ou falar em comunismo durante o período de trabalho¹⁰⁷.

Isto não invalida a existência de uma relação estreita entre a atuação política e o exercício da medicina, conforme aqui explicitada, mas apenas demonstra como a narrativa memorialística, ao mesmo tempo em que pode ter uma base factual, obedece a certas exigências do presente e se relaciona diretamente à identidade construída e em construção, o que leva a apagar certos aspectos, ofuscar alguns e dar ênfase a outros.

Cabe aqui operar um deslocamento do plano de observação, deslizando-se da atuação médica de Maria e ampliando o foco para uma percepção mais ampla, em que questões relativas à repressão (como as prisões e clandestinidade), aos espaços de maior/menor exposição e às possibilidades de atuação política se tornem mais compreensíveis.

A maior parte dos eventos narrados nesta seção ocorreram durante a Ditadura Militar - que, como já demonstrado, edificou ampla rede de controle e repressão em nome de combater o que chamavam de “ameaça comunista”. Em 1968, o Ato Institucional Nº 5 (vigente até 1978), veio tornar ainda mais dura a repressão e perseguição aos setores que divergiam do governo, em especial os identificados como subversivos e comunistas. O AI-5 suspendeu o *habeas corpus*, positivou a possibilidade efetuar prisões sem quaisquer garantias, como a existência de um mandado ou acusação formal e, dentre outras atribuições, imputou ao executivo o poder de suspender direitos políticos, demitir funcionários federais, estaduais ou municipais (ALVES, 1984, em especial, págs. 131-135). No caso do PCB, o maior “golpe” foi nos anos de 1974 e 1975, quando o que restou da direção nacional terminou de ser dizimado ou obrigado ao exílio e diversos dirigentes estaduais foram presos, torturados e assassinados – Aarão Reis (2014, p. 373) menciona a estimativa de que, nesse período, a repressão teria alcançado cerca de mil militantes e simpatizantes do PCB.

Nesse contexto, a atuação de Maria como médica, contratada pelo poder público, chama a atenção e sugere a existência de uma “blindagem relativa”, que a deixava

¹⁰⁷ Outro exemplo que pode ser citado para explicar como Maria Aragão fazia questão de deixar claro não se utilizar do trabalho para fins relacionados à sua atuação política pode ser visto em um diálogo que ela reproduz, que teria ocorrido entre ela e o Secretário de Saúde do Município. Diz Maria: “Aí ele disse: ô Maria, a gente vai parar com o serviço, com esse trabalho, porque pode ter aí um problema político, já estão falando por tua causa, porque tu és comunista. Aí eu explodi com ele: vamos acabar com esse trabalho? (...) Você é um secretário cagão, você está errado, pois nesse trabalho que nós estamos fazendo eu falei em comunismo algum dia? Eu chamei alguém para ser comunista? (...)” (MOREIRA NETO, 2015, p. 239-240).

trabalhar, promover mobilizações comunitárias e, durante parte do tempo, a protegia contra medidas repressivas. Dois fatores nos levam a esta hipótese. Primeiramente, quando em liberdade, Maria trabalhou em cargos públicos de visibilidade, chegando a intervir diretamente em organizações locais (União de Moradores do Anil) e, mesmo quando trabalhando em um local relativamente mais “escondido”, mantinha em sua casa atividades que envolviam um grande número de pessoas (os chamados “boca-livre”); em segundo lugar, ainda que, durante os 10 anos de vigência do AI-5, ela tenha sido presa e sofrido brutalmente com a tortura, quando presa na sede da Polícia Militar e no Presídio de Pedrinhas, ambos no Maranhão, ela recebeu tratamento diferenciado dos demais presos¹⁰⁸. Ambos são fatores inesperados para uma militante reconhecidamente comunista, neste contexto de intensa repressão.

Uma matéria do Jornal *O Estado do Maranhão*¹⁰⁹, encontrada nos arquivos da DOPS e publicada em dezembro de 1977, nos ajuda a visualizar esta “blindagem relativa” (ver Figura 3). Afirma-se, nesta matéria, que “as próprias autoridades de segurança do Maranhão admitem que Maria Aragão não mais exerce atividades clandestinas”, colocando estas “autoridades” como fiadoras do seu “bom comportamento”; e destaca-se, também, que a cela ocupada por ela é diferente das demais, além do fato de que ela podia receber visitas à vontade.

Outro exemplo ilustrativo que podemos trazer é a indicação de Maria para trabalhar no Hospital do Câncer, após a sua saída da prisão, em 1973, como forma de deixá-la “protegida”. Conforme se pode perceber em seu próprio relato:

Quando eu voltei da prisão, em 73, fui me apresentar na Secretária de Saúde (...). O Josélio Carvalho Branco [Secretário de Saúde] me disse o seguinte: não sei o que vou fazer contigo, porque está havendo pressão e eu não tenho condições de te mandar novamente para o Centro de Saúde do Anil. Bem, aí ele se lembrou do Hospital do Câncer (...). Aí ele disse: olha, tem o Hospital do Câncer, você vai ficar escondidinha lá, ele está começando, não tem movimento... Aí ele telefonou para Antônio Jorge Dino, que tinha sido meu colega e que era Vice Governador, depois foi ser Governador... (MOREIRA NETO, 2015, p. 259-260).

¹⁰⁸ A matéria do jornal *O Estado do Maranhão*, que pode ser vista na Figura 3, nos relata sobre este tratamento diferenciado. A própria Maria também nos traz relatos sobre este tratamento diferenciado. Ver, sobre isso, o subtópico 5.2.

¹⁰⁹ O jornal *O Estado do Maranhão* surgiu em maio de 1973, com a mudança de nome do *Jornal o Dia*, a partir do momento em que José Sarney e Bandeira Tribuzzi compraram o periódico existente desde 1959. Desde então até sua morte, em setembro de 1977, Bandeira Tribuzzi ocupou o cargo de diretor de redação (FERREIRA JUNIO e GOMES, 2014). Além do vínculo familiar que Maria passou a manter com José Sarney a partir do casamento de sua filha, Simone Macieira, com Roberto Macieira, irmão da esposa de José Sarney, Maria era também muito amiga de Bandeira Tribuzzi, conforme a própria relata em seus depoimentos autobiográficos – “era na época meu maior amigo. Na verdade eu o amava muito. Era um homem maravilhoso” (MOREIRA NETO, 2015, p. 207).

Uma análise mais conclusiva sobre esta “blindagem relativa”, porém, necessitaria trazer à tona estudos que tomassem como foco a repressão no Maranhão durante o período ditatorial e a comparação da trajetória de Maria com a de outros médicos/médicas e de outros militantes comunistas, do Maranhão e de outros estados¹¹⁰. Na ausência destes outros elementos elucidativos, podemos levantar algumas hipóteses e traçar apontamentos que, conjugados, ajudem a compreender a relação entre Maria Aragão e o aparelho repressivo do Estado no período ditatorial. Vale destacar, assim: 1) depois do Golpe de 1964, a atuação de Maria Aragão passou a ser prioritariamente por meio da medicina e, por mais que fosse orientada por uma concepção de “médica comunista”, estava distante do PCB, e o PCB, ao menos no Maranhão, “completamente desarticulado”¹¹¹ – a própria diz que, com o Golpe: “o Partido caiu no imobilismo, perdemos praticamente todo o trabalho que vínhamos desenvolvendo no interior” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 156); 2) a posição periférica do Maranhão enquanto espaço de aberta oposição e combate à ditadura militar e, dentro do estado, São Luís, onde Maria atuava, que era um local periférico em relação ao foco do aparelho repressivo estatal, visto que os maiores confrontos com as forças da repressão, naquele contexto, ocorriam no meio rural, associadas às lutas pela terra e com a participação de agentes políticos ligados a organizações como o PCdoB¹¹²; 3) por último e, certamente, mais

¹¹⁰ Sabe-se que William Moreira Lima, médico maranhense e também comunista, foi preso juntamente com Maria Aragão, após o golpe de 1964. Após isto, não encontramos registros de outras prisões e nem de destacada atuação política ou profissional.

¹¹¹ Washington Luiz, que foi militante do PCdoB durante o período ditatorial e residiu no Maranhão a partir do início da década de 1970, relata: “o PCdoB era a grande força política que tinha sobrevivido aqui no Maranhão, com presença e atuação nas comunidades eclesiais de base, nos sindicatos de trabalhadores rurais, na CPT, no Movimento Estudantil... Agora aqui tinham outras presenças sim. Tinha seguimentos da Igreja Católica, que tinham militância inclusive dentro da universidade, e tinham outros grupos organizados. Porque como eram grupos clandestinos, não se mostravam (...). Mas o PCdoB era o partido mais influente nesse período. Tinha o PCB, você até citou o caso da Maria Aragão, e outros mais... Mas eles estavam, nesse período, desarticulados. Tinha contato nacional, mas não tinham atuação organizada. Eu lembro que o PCB tinha uma presença no movimento sindical, no sindicato da construção civil, que era uma herança da época anterior a 64, mas o PCdoB é que era a corrente política mais forte na clandestinidade aqui e atuando aqui”; e, mais à frente, complementa: “O PCB era esse pessoal que eu te disse e tinha a Maria Aragão, que era a pessoa que todo mundo se referendava. Só que, se ela estivesse naquele período em uma organização mesmo, se o PCB tivesse organizado aqui – esse é meu pensamento – claro que a repressão não deixaria ela por aí. Agora a história dela, desde o início, de levar a palavra dos comunistas para o interior do maranhão, a ação dos reacionários contra ela, dos padres, da igreja, isso tudo foi tornando ela uma figura central, digamos assim, uma das pessoas conhecidas como lutadora” (Washington Luiz em entrevista concedida ao autor em 2016).

¹¹² O Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade trouxe contribuições sobre o tema, como os relatos de torturas e desaparecimentos de pessoas em cidades do interior do Maranhão (que dão conta, por exemplo, da exibição, em caminhões do exército, de presos políticos torturados em cidades do interior do Maranhão). Em relação aos mortos e desaparecidos trazidos no relatório, o rol de vítimas não é definitivo, e a defasagem é ainda maior no que tange aos camponeses e indígenas, pois só foram contabilizados os mortos e

importante, a existência e acionamentos de densa rede de relações pessoais construída por Maria ao longo de sua trajetória, que incluía destacados segmentos da elite maranhense¹¹³. Mesmo que por via indireta e não eletiva, integrava essa rede José Sarney, que foi governador do Maranhão (1966-1970), senador por dois mandatos consecutivos (1971-1985) e integrante da alta cúpula do regime militar, chegando a ser presidente da ARENA¹¹⁴. Além das relações familiares mantidas entre os dois (a filha de Maria, Simone, é cunhada de Marly, esposa de José Sarney), Maria relata duas ocasiões em que ele interveio diretamente em seu favor – primeiramente, na contratação do deputado e advogado La Rocque para defendê-la, quando da sua prisão em 1964 e, posteriormente, para descobrir seu “paradeiro”, quando ela estava desaparecida por conta do sequestro/prisão em 1973.

Vale destacar, porém, que se esta “blindagem relativa” permitiu que ela viesse a ocupar postos na burocracia estatal, não a impediu de sofrer com bárbaras torturas. Ou seja, falar em “blindagem relativa” não significa uma tentativa de diminuir a crueldade da repressão, mas sugerir uma compreensão relacional do que poderia ser especificidade da ditadura no Maranhão.

De volta à discussão sobre a relação entre Maria e a medicina, pode-se ressaltar, por fim, que enquanto no período anterior à viagem para a URSS se percebia, no que tange à relação entre a atuação política e a medicina, uma forma de indistinção entre estas duas esferas e de retroalimentação entre a atuação política e a atuação na medicina - visto que a militância no partido ampliava as possibilidades de atuação e o reconhecimento

desaparecidos em que foi possível caracterizar a responsabilidade do Estado, conforme os padrões instituídos na lei de fundação da CNV, o que diminui bastante o número de mortos e desaparecidos. Contribui para isto o fato de que, nas regiões em que predominavam as populações rurais e indígenas - como foi o Maranhão durante o período do regime militar - significativa parte da violência que perpassava o campo era protagonizada por milícias privadas contratadas por grandes proprietários e que agiam em conjunto com agentes das polícias, dificultando ao máximo a comprovação de conivência ou cooperação entre as duas partes violadoras (ver JOFFILY, 2014; e textos 3 e 5 do segundo volume do Relatório Final da CNV, tratando, respectivamente, das violações de direitos humanos dos camponeses e dos povos indígenas). Além dos depoimentos trazidos pela CNV e publicados em seu sítio, pode-se ver também os relatos, publicados em livro, de Manoel da Conceição, que foi um militante da Ação Popular, que viveu a maior parte do tempo no meio rural maranhense, e também foi preso e torturado (SANTOS, 2010).

¹¹³ Antes mesmo da ditadura, Maria demonstrou a capacidade de mobilizar contatos com pessoas em posições estratégicas na burocracia estatal como, por exemplo, na ocasião, ainda em 1945, em que ela sofreu com um apedrejamento na cidade de Codó e entrou em contato com o interventor Clodomir Cardoso e com o chefe de Polícia, Collares Moreira, para que intervissem na situação (ver ALDIONOR, 1988, p. 2); no que tange mais especificamente ao período ditatorial, pode-se citar como exemplos sua relação com o Secretário de Saúde de São Luís, Josélio Carvalho Branco, e com Antônio Dino, que foi responsável pela sua nomeação quando governador e era o diretor do hospital que Maria passou a trabalhar depois de impedida de voltar para o Centro de Saúde do Anil, ou mesmo a ocasião em que mobilizou a “nata dos médicos” como uma forma de tentar driblar a repressão.

¹¹⁴ Para uma exposição do itinerário político de José Sarney, ver Dias e Lemos (2001).

como médica (por meio de viagens para outros municípios em que ela ia para fazer atividades político-partidárias e também consultava famílias, por meio da notoriedade advinda da atuação política, da divulgação no jornal do partido, etc.) ao mesmo tempo em que a atuação na medicina a favorecia nas disputas internas do partido (pois gerava recursos que muitos não tinham) -, no período posterior à viagem para a URSS há uma mudança significativa: mantem-se uma relação estreita entre política e medicina, pois a medicina foi desde o início vista como uma forma de intervir para transformar o mundo em sua volta; mas o eixo dessa imbricação deixa de ser o PCB e passa a ser o exercício da medicina aliado a uma concepção da medicina como vinculada à uma concepção de “educação”.

A partir da sua volta da URSS, enquanto as suas possibilidades de atuação por meio do partido se tornavam mais restritas, a autoridade para intervir no mundo passava, cada vez mais, a advir da sua posição de médica. Assim, foi a partir da condição de médica Diretora do Centro de Saúde do Anil, como visto acima, que ela chegou a intervir no Clube de Mães, na Associação dos Moradores do Anil, etc.

O início da agenda de abertura política, com o fim dos chamados “anos Geisel” (1974-1979) e o início da transição democrática, durante o governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985), porém, vieram em conjunto a uma transformação neste quadro: ao mesmo tempo em que ampliam-se as divergências entre Maria e o PCB, a já relativamente consagrada médica e comunista Maria Aragão via sua vida transformada com a ampliação das possibilidades de atuação política e era alçada por diversos indivíduos e instituições como um mártir da luta do povo maranhense, em especial, sob os olhares retrospectivos de então, da prestigiada luta contra a Ditadura Militar – ditadura esta que passava, enfim, a definhar.

CAPÍTULO 4 – Escalada de consagração – itinerário político e homenagens a Maria Aragão a partir da redemocratização

4.1. Itinerário político de Maria Aragão no pós-1978

Com o término de ditaduras, os apoiadores declarados da antiga elite política tendem a se manter em silêncio e fazer um esforço para ser esquecidos e/ou apagar certos aspectos do passado recente. Paralelamente, as novas elites políticas se empenham na construção de uma memória pública que exalta certos aspectos – como a resistência e o sofrimento das vítimas - e apaga outros – como o apoio ou a indiferença de segmentos da população ao regime imposto. Desta forma, no período da transição e imediato pós-ditadura, a memória costuma se sobressair à história, preponderando uma visão permeada de mitos e heróis (GROPPO, 2015a, 2015b).

No caso da transição brasileira, exemplar de uma “transição negociada” (NAPOLITANO, 2015a), permanecem com um peso significativo, na nova conjuntura política, antigos partidários da ditadura encerrada. Pode-se dizer, então, que o peso político destes agentes (que não raro passam agora a se apresentar como críticos ao regime) influencia, também, na escolha e construção desses mitos e heróis. O mesmo pode-se dizer do caráter e projetos políticos da elite ascendente que, a partir da construção de heróis, atualiza uma leitura do passado que legitima as suas posições e condena seus opositores (reais ou imaginários). É necessário, portanto, para compreendermos como Maria chegou se constituir como o centro de uma narrativa memorialística sobre o passado recente no estado, resgatar o itinerário político da própria Maria e daqueles que a homenageavam no período da redemocratização e após.

No Brasil, o ano de 1978, com a assunção do General João Batista Figueiredo na presidência do país, foi marcado pela implementação oficial da política de “abertura”, que os militares pretendiam “lenta, gradual e controlada”, ao ponto que Arantes, atento ao peso dos partidários da ditadura no processo e à manutenção de uma série de características na nova conjuntura, preferiu chamar de “contenção continuada” (ARANTES, 2010, p. 209). Como nos diz Napolitano:

A transição brasileira foi longa, tutelada pelos militares, com grande controle sobre o sistema político, apesar do desgaste de anos ocupando o poder de Estado. Foi altamente institucionalizada na forma de leis e salvaguardas. Foi negociada, ainda que as partes fossem assimétricas, posto que os civis liberais e moderados foram ganhando um espaço paulatino no sistema político até

voltarem ao Poder Executivo federal em 1985. Além do mais, a hegemonia liberal e moderada, nesse processo, neutralizou as demandas por justiça da esquerda atingida diretamente pela repressão (NAPOLITANO, 2015a, p. 323).

A implementação de uma agenda de abertura se deu mediante uma maior pressão dos movimentos sociais e, em segundo lugar, de pressões dentro do próprio meio político (NAPOLITANO, 2015a). Instituições antes apoiadoras do regime – como a Igreja Católica – se juntaram a organizações surgidas no bojo das lutas pela redemocratização e passaram a engrossar o coro da palavra de ordem “Pelas Liberdades Democráticas”, formando-se, assim, um conjunto amplo e heterogêneo de atores na oposição ao regime militar¹¹⁵. A discussão se dava, então, em torno da democracia, da luta pela anistia, da carestia, dos Direitos Humanos, entre outros

A Lei da Anistia, de 1979, foi uma tentativa de desarticular um amplo movimento social que havia se organizado em torno desta bandeira. Como expressão exemplar das ambiguidades da transição, esta lei veio com uma série de “limitações” e pode ser considerada, segundo Alves, como “uma evidente vitória dos setores de linha dura” e, ao mesmo tempo, como um “efetivo avanço, na medida em que permitiu o retorno ao país de todos os exilados e a recuperação dos direitos políticos de todos os líderes deles privados” (ALVES, 1988, p. 268-269).

Neste processo, a repressão se tornou relativamente mais seletiva, privilegiando certos grupos, como as Comunidades Eclesiais de Base ou agentes vinculados ao movimento operário, por exemplo; apesar disto, a atuação destes setores foi decisiva, em especial com a revogação do AI-5. Organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e grupos do MDB também tiveram um papel importante, pois utilizavam-se da autoridade de suas posições para ampliar as possibilidades de atuação política dos setores excluídos e questionar os limites do governo ditatorial (ALVES, 1988).

Em maio de 1978 eclodiu uma greve operária em São Bernardo (SP) que surpreendeu a todos e teve desdobramentos bastante significativos para a luta contra a ditadura nos anos seguintes. Em outubro, houve a escolha do presidente por meio do Colégio Eleitoral, ocasião em que o General João Baptista Figueiredo foi escolhido. E houve, também, eleições proporcionais para deputados e senadores, em que os candidatos do partido oposicionista conquistaram um número expressivo de cadeiras, confirmando o

¹¹⁵ O processo de abertura foi bem mais complexo do que podemos, por uma questão de espaço, expor aqui. Além de partidos políticos e movimentos sociais, também merecem destaque os conflitos geopolíticos internacionais, a participação de setores liberais e os conflitos internos aos militares. Para análises detalhadas do processo de abertura pode-se ver, dentre outros, Alves (1984), Napolitano (2014), Reis Filho (2014) e Teles e Safatle (2010).

crescimento do MDB já apontado nas eleições de 1974. Em dezembro, por meio da Emenda Constitucional Nº 11, o governo revogou o Ato Institucional Nº5 (NAPOLITANO, 2015a). No ano seguinte a esta eleição, com a posse de João Baptista Figueiredo na presidência, em 1979, a história da ditadura militar brasileira aponta para uma nova fase – “a distensão transformara-se em abertura, apontando o caminho para a transição democrática” (NAPOLITANO, 2015a, p. 281).

O crescimento eleitoral do MDB em âmbito nacional, porém, não se viu nas eleições Maranhenses. Pelo contrário, nas eleições de 1978 o MDB maranhense perdeu espaço no parlamento, ao mesmo tempo em que a ARENA teve, aqui, o melhor desempenho em relação aos outros estados (BORGES, 2008). Em meio a esta disputa eleitoral e a uma disputa interna ao próprio partido, organizou-se no MDB maranhense o “Movimento Oposição pra Valer”, identificado com os chamados emedebistas “autênticos”, em oposição aos “moderados” do partido e, sobretudo, à ARENA.

Em meados de 1978, contexto de retomada dos movimentos sociais e crescimento (ao menos em âmbito nacional) do partido oposicionista, Maria Aragão sai da prisão. No final deste mesmo ano, em dezembro, o governo permite a volta de 120 exilados e, no ano seguinte, aprova a Lei da Reforma Partidária, extinguindo os dois partidos então existentes e possibilitando a criação de novos. Mesmo com esta reforma, porém, os partidos comunistas foram mantidos ilegais.

Neste novo cenário, os políticos vinculados à ARENA tinham o propósito de se desvincular do partido, que estava cada vez mais impopular; criaram, então, o Partido Democrático Social (PDS). Já os integrantes do MDB, intencionavam construir um partido que preservasse a mesma identificação do partido anterior, que estava em crescimento acentuado. Não puderam, porém, manter o mesmo nome, pois a nova lei, com o propósito de enfraquecer essa identificação, exigia que houvesse a palavra “partido”. Criou-se, então, o PMDB, reforçando sempre que possível a identificação deste com o partido extinto (ALVES, 1984, p. 270). Além do PMDB e do PDS, surgem o Partido Popular (PP), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

A oposição estava, então, dividida em vários partidos e formando um leque ideológico bastante heterogêneo. Mesmo dentro do maior partido oposicionista do momento, o PMDB, é provável que sua composição ideológica tenha sido tão heterogênea quanto a do extinto MDB. O herdeiro do MDB contava tanto com ex-integrantes de governos militares, quanto com ex-integrantes de organizações que anteriormente haviam

optado pela luta armada. Neste momento, tanto o PCB quanto o PCdoB apoiavam o PMDB e atuavam através do mesmo (ALVES, 1984, p. 275).

À saída de Maria da prisão em 1978, como já destacara Azevedo (2011), seguiu a sua participação em muitos dos movimentos sociais, organizações e atividades que, em fins da década de 1970 e, principalmente, na década de 1980, vinham à tona. Maria, enquanto integrante da “corrente prestista”, participou do “Movimento Oposição pra Valer”, ligado uma corrente política do PMDB; da direção da CUT; das campanhas por “Diretas Já”; do “Comitê de Defesa da Ilha”, além de ter se articulado com movimentos feminista, com a criação do “Grupo de Mulheres 8 de Março”¹¹⁶, dentre outros meios de inserção política.

O momento imediato após sair da prisão é também a ocasião em que ela conhece Haroldo Sabóia, que era uma das principais pessoas na articulação do “Movimento Oposição pra Valer”. A partir daí e até *depois* de sua morte, Haroldo passa a ser um personagem central na vida de Maria. Seu nome, aliás, é um dos que mais se repete na narrativa memorialística de Maria. Ele foi um dos agentes que, neste período final da vida de Maria e após sua morte, mais atuou na amplificação e apropriação do patrimônio simbólico vinculado ao nome Maria Aragão.

Maria menciona que, até 1978, não conhecia Haroldo, mas ele lhe foi apresentado por amigos que foram procurá-la buscando saber a sua opinião sobre a disputa eleitoral seguinte, que iriam participar. Assim Maria define a “história do Haroldo”:

A história do Haroldo foi a seguinte: ele foi eleito, houve uma frente, vários companheiros e vários jovens trabalharam para a eleição dele. Foi muito bonita a campanha (...). Ele era um candidato desconhecido (...). Estudou lá em Sorbonne, na França. Depois voltou, ilustre e desconhecido, mas a linguagem oposicionista usada por ele e pelo grupo dele, naquela época, foi quem o elegeu (MOREIRA NETO, 2015, p. 185-286).

A própria Maria frisa, contudo, que a sua participação nesta campanha se deu de forma “acuada e recuada” pois, apesar de não estar mais em reclusão, estava em “liberdade condicional”. Conforme ela nos diz: “Um grupo veio me apresentar Haroldo,

¹¹⁶ A relação de Maria com o movimento feminista foi conflituosa e com momentos de maior aproximação e outros de maior distanciamento. O Grupo de Mulheres 8 de Março contava com três participantes e, sob o comando de Maria, identificava-se em primeiro lugar com o movimento comunista, dando ênfase para as questões relativas às disputas entre classes e colocando a luta das mulheres como subordinada à luta da classe operária, onde homens e mulheres deveriam lutar juntos. O terceiro capítulo de Araújo (2014) traz um relato da relação de Maria com o movimento feminista; uma exposição deste assunto pode ser vista também no quarto capítulo de Azevedo (2016). Sobre os demais movimentos que ocorreram no Maranhão neste período, pode-se ver Borges (2008).

eu trabalhei na campanha dele. Não podia aparecer, estava ali acuada e recuada, porque estava cumprindo pena” (MOREIRA NETO, 2015, p. 285). Nesta eleição a que Maria se refere, Haroldo foi o candidato a deputado estadual mais bem votado do pleito. Objetivando distinguir-se dos candidatos ligados a José Sarney e dos candidatos ligados a Vitorino Freire (os dois grandes “grupos” que disputavam o domínio da política no estado), Haroldo, juntamente com Jackson Lago, então candidato a Deputado Federal com quem fazia campanha “em dobradinha”, adotaram o lema *Nem Maranhão Velho nem Maranhão Novo, Maranhão do Povo* (BORGES, 2008). Além de ter sido eleito deputado estadual pelo MDB maranhense em 1978, Haroldo foi reeleito no pleito de 1982 e eleito deputado federal para os mandatos entre 1987 e 1999.

A campanha de Haroldo recebeu apoio de diversos segmentos, inclusive do conjunto do PCB que, tanto em âmbito nacional quanto estadual, já vinha sofrendo com uma série de conflitos internos. Isto pode ser visto na publicação de Prestes, em 1980, do documento que ficou conhecido como “Carta aos Comunistas” e, logo após, no rompimento efetivo com o partido¹¹⁷. No Maranhão, este conflito não era menos visível, culminando com a saída de Maria em fevereiro de 1981¹¹⁸.

Em seu depoimento publicado na *Revista*, Maria não coloca o seu rompimento com o PCB como decorrente do rompimento de Prestes, mas inicia mencionando que sempre foi muito ligada a Prestes e que, a partir da publicação da “Carta aos Comunistas”, passou a questionar as posições da Direção Nacional do partido. A explicação que ela nos dá em relação ao seu rompimento com o PCB pode ser dividida em três: 1) o modo como a Direção Nacional conduziu o debate sobre as divergências com Prestes; 2) o posicionamento da Direção Nacional em relação a episódios da transição; e 3) um incidente ocorrido na comemoração de seu aniversário, em 1981 (ARAGÃO, *apud*, ALDIONOR, 1988).

Segundo nos conta Maria, durante o período em que a Direção Nacional passou exilada na URSS, as divergências entre membros da Direção e Prestes se intensificaram, chegando a sair críticas ofensivas na imprensa. Além das críticas “ofensivas”, outro erro na condução do debate teria sido o alijamento das direções regionais da discussão – o que incluía a direção maranhense, da qual Maria participava.

¹¹⁷ O capítulo 16 de Aarão Reis (2014) narra com detalhes os conflitos e motivos que levaram ao rompimento entre Prestes e o PCB.

¹¹⁸ Haroldo Saboia relatou em entrevista concedida a mim que, quando retornou ao Maranhão em 1977: “o partidão [PCB] aqui já estava mais ou menos rachado. Tinha o Willian Moreira Lima, de um lado, e a Maria de outro. Todos os dois me apoiaram em 78 para deputado, como o PCdoB também me apoiou”.

Além disto, Maria cita duas posições da direção nacional que teriam também contribuído para convencê-la de que “aquele já não era mais o partido pelo qual eu tanto trabalhara” (ARAGÃO, *apud*, ALDIONOR, 1988, p. 14). A primeira refere-se ao “posicionamento totalmente equivocado – para dizer o mínimo – frente ao atentado do Rio Centro¹¹⁹”, e a segunda refere-se à divulgação, pela Direção Nacional do partido, de que “os comunistas não recusavam as mãos estendidas do General João Figueiredo, pois entendiam ter chegado a hora de um pacto social entre empresários, trabalhadores e forças armadas” (ARAGÃO, *apud*, ALDIONOR, 1988, p. 14).

Tanto no Maranhão quanto em âmbito nacional, a polêmica em torno do atentado do Riocentro foi mais um dos episódios a demonstrar, no decorrer da transição, o aumento das divergências dentro da oposição ao regime, o que acontecia paralelamente à crescente perda de capacidade de controle do processo por parte dos militares.

Já o “incidente” que Maria relata, ocorreu em 1981, durante o seu aniversário de 71 anos. Diz ela que “naquele ano a festa correu particularmente animada, com amigos de todas as tendências e partidos” (ARAGÃO, 1988, p. 14). Porém, em algum momento alguém colocou para tocar a “Internacional Comunista”, o que fez com que os demais dirigentes estaduais do partido ficassem “apavorados” e criticassem Maria por ela permitir que fizessem isso, pois poderia haver ali policiais e informantes. Os demais dirigentes estaduais resolveram, por conta deste incidente, convocar uma reunião para o dia seguinte, ocasião em que Maria apresentou uma carta, assinada por ela e um grupo de militantes, que ela denomina de “os jovens”, expondo os motivos do rompimento formal com o PCB – diz Maria: “Eu fiquei praticamente com os jovens nessa decisão. Dos que estavam no Partido, ninguém me acompanhou” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 183). A partir de então, Maria passa a reivindicar-se parte da chamada “corrente prestista”. Assim Maria define esta “corrente”:

A ‘Carta aos Comunistas’ aglutinou muitos militantes e simpatizantes espalhados por todo o país que, concordando com seus termos, passaram a compor o que chamamos de corrente prestista, que atua hoje nacionalmente, não se configurando mais como um partido. Entendemos que não temos ainda

¹¹⁹ O chamado “atentado do Rio Centro” foi uma tentativa, feita por dois agentes do DOI-CODI do Rio de Janeiro, de explodir duas bombas durante um show de MPB que acontecia na noite de 30 de abril de 1981. O show contava com mais de 20 mil pessoas. Porém, houve um “acidente de trabalho”: uma das bombas explodiu dentro do carro, durante a sua preparação. O exército foi obrigado a reconhecer a identidade dos dois agentes e a sua vinculação ao DOI-CODI mas, surpreendentemente, a investigação concluiu que as bombas teriam sido colocadas lá por militantes da esquerda. O episódio contribuiu para desgastar o governo e expôs divergências internas aos militares quanto à condução do processo de abertura e transição. Para uma exposição detalhada da escalada de violência patrocinada pela extrema-direita entre 1978 e 1981, ver Napolitano (2014, p. 294-296).

força organizada o suficiente para nos autodenominarmos partido. Prestes se refere a isto com clareza, quando diz ser necessário formar quadros marxistas para se ter um partido (...). E é assim que deve ser encarada a corrente prestista: um movimento empenhado no aprimoramento teórico, na formação política dos jovens e na lidação com as massas (ARAGÃO, 1988, p. 15).

É interessante notar que Maria adota o termo “corrente prestista”, a despeito de muitos na época considerarem o termo “prestista”/”prestismo” como algo pejorativo, uma referência a características costumeiramente presentes nos partidos comunistas, mas condenáveis, como o personalismo. Os adeptos dessa “corrente” que reivindicavam este nome de batismo, como Maria, viam no termo uma alusão à combatividade, coerência, abnegação, dentre outras características imputadas a Prestes. Formaram-se assim, no país, vários agrupamentos reivindicando-se “prestistas”. O próprio Prestes não participava de nenhuma organização formal, mas proferia orientações aos grupos. Os “prestistas”, portanto, não chegaram a formar um grupo coeso. De forma geral, pode-se dizer que a sua união se dava, “além da identidade política, originada nas lutas do período anterior a 1964”, por “uma clara relação afetiva e pessoal” (COSTA, 2013, p.152).

Após o rompimento com o PCB em 1980, Prestes dialoga com o Partido dos Trabalhadores (PT), com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e com o Partido Democrático Trabalhista. Optando, por fim, pelo apoio ao PDT. Pesaram para isto as ligações entre Prestes e Brizola desde os anos 1960, a hostilidade presente no PT contra os comunistas e as disputas entre prestistas e o PCB – como o PCB apoiava o PMDB, este deixava de ser uma opção. Isto não quer dizer, porém, que os prestistas tenham integrado o PDT. Não sendo um grupo coeso e tampouco existindo qualquer tipo de organização formal, as opções partidárias dos prestistas variaram de acordo com cada agrupamento regional (COSTA, 2013).

Durante toda a década de 1980, Prestes deu apoio a vários candidatos do PDT, incluindo Brizola na disputa presidencial de 1988. É uma questão polêmica se Prestes foi filiado ao PDT ou não. Entre 1982 e 1986, período em que muitos prestistas já eram do PDT, espalhou-se que ele seria de fato filiado ao partido – ele foi, ademais, condecorado como presidente de honra da organização. A sua filha, que o acompanhou em sua trajetória política e se consagrou como uma das principais “intérpretes” de sua vida, nega que ele tenha se filiado a qualquer partido (COSTA, 2013, p. 158). O que não se pode negar, porém, é que, “com a presença de muitos prestistas no PDT, a identificação entre Prestes e o trabalhismo fora uma operação realizada com sucesso” (COSTA, 2013, p. 158).

No Maranhão, Maria permanece sem uma filiação formal até março de 1990, quando se filia ao PDT, apesar de não ter deixado de participar da “corrente prestista”. Enquanto isso, outros integrantes da “corrente” maranhense participaram do PMDB, aliados de Haroldo Sabóia, apesar de este não se reivindicar como um “prestista”. Por meio deste partido, em 1982, os “prestistas” elegem o jornalista Aldionor Salgado vereador de São Luís. A partir de 1985, “prestistas” ligados ao PMDB deixam essa agremiação e passam a integrar o Partido dos Trabalhadores (PT), inclusive ocupando postos dirigentes. Além das disputas eleitorais, os “prestistas” atuaram em vários movimentos sociais, com especial destaque para o Movimento Estudantil (AZEVEDO, 2016).

Maria também se manteve próxima à CUT, tendo sido uma das suas fundadoras no Maranhão, em junho de 1984, e exercido o cargo de tesoureira estadual entre 1987 e 1991¹²⁰. Essa participação na CUT, braço sindical do mesmo movimento que criou o PT, aliada à presença de integrantes da “corrente” neste partido, estimularam Maria a explicitar vínculos com o PT – organização representada, à época, como principal espaço institucional de atuação das esquerdas. Na última página da *Revista* publicada por ocasião do seu aniversário em 1988. Nela, todo o espaço da folha é dedicado a um quadro em que há uma foto de Maria e a frase “Hoje, aos 78 anos – veia, feia, gorda, mas simpática, como assegura o velho Quina, em Pedreiras – continuo não fugindo às tarefas e levo adiante meu trabalho político, desenvolvido na corrente prestista, no PT e na CUT (...)” (ARAGÃO, *apud*, ALDIONOR, 1988, s/p.)¹²¹.

Maria atuou, ainda, no Sindicato dos Médicos, protagonizando, ao lado de Cleomar Pinheiro e Luarez Lima, uma greve em junho de 1984. A greve, que mobilizou diversos setores ligados à saúde, incorreu em 19 dias de paralização (AZEVEDO, 2016, p. 111).

Em março de 1990, Maria se filia formalmente ao PDT. Nesse contexto, de crescimento do PT e legalização dos partidos comunistas (PCB e PCdoB), a opção de

¹²⁰ Informação retirada da “Nota de Pesar” publicada pela CUT em diversos jornais do estado.

¹²¹ Sobre a sua relação com a CUT e o PT, diz Maria: “As pessoas às vezes estranham que eu trabalhe para a CUT, de que sou tesoureira pela segunda vez, fui reeleita agora, dizem que a CUT é braço do PT, a que não sou filiada, dizem ainda que sou ‘persona non grata’ a esse partido. Mas eu entrei para a CUT em função da minha atuação política, no passado e no presente, como sindicalista pertencente ao Sindicato dos Médicos. E esse negócio de ‘persona non grata’ existe é aqui [no Maranhão], isso não acontece na CUT nacional” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 197). Vale frisar: este depoimento dado a Antonio Francisco, que afirma de forma clara um distanciamento entre Maria e o PT estadual, foi colhido entre agosto de 1990 e janeiro de 1991, ou seja, três anos depois da sua afirmação, na *Revista* publicada por ocasião de seu aniversário em 1988, afirmando que continuaria trabalhando no PT e na CUT.

Maria por um partido classificado como de centro-esquerda – o PDT – suscitava questionamentos e incompreensões. Era, por isto, algo a ser explicado por Maria em seus registros memorialísticos, o que nos remete à tese, sustentada por Bourdieu, segundo a qual os empreendimentos biográficos são uma oportunidade para o biografado dar um “ganho de coerência” (BOURDIEU, 2006, p. 184) na forma como a sua vida é interpretada – por si, já que todo empreendimento autobiográfico é também uma forma de autoanálise, mas também, e talvez principalmente, por terceiros. Portanto, não é à toa que, ao mencionar a sua filiação ao PDT, Maria registra que isso causou um certo “estranhamento” em muitas pessoas e discorre sobre os motivos para ter votado, na eleição presidencial de 1989, em Leonel Brizola, do PDT, e não ter votado em Luís Inácio Lula da Silva, do PT, candidato que, segundo aqueles que “estranharam” a atitude de Maria, seria o mais próximo de suas convicções políticas. Diz Maria:

As pessoas estranham que eu tenha me filiado ao PDT, que tenha votado em Brizola, quando existia um candidato como o Lula, um operário, um metalúrgico. Quero dizer que não sou anti-lula, mas na eleição para presidência era Lula contra Brizola, fiquei com este porque apresentava experiência positiva” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 197).

Como parte dessa discussão e justificação, Maria relata os aspectos positivos das gestões de Brizola como prefeito de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e como governador do Rio de Janeiro, além de destacar a “coragem” de Brizola, conforme ele teria demonstrado no “episódio da renúncia de Jango”¹²². Maria relata, ainda, encarar “com muito respeito e muita simpatia a existência do PT” e ver “no Lula um operário sério, que teve a capacidade de lutar, chamar a atenção dos trabalhadores para a necessidade de ter um partido” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, P. 199).

Apesar da sua filiação ao PDT em março de 1990 e do apoio a Brizola em sua candidatura à presidência, pelo PDT, em 1988, Maria não votou no candidato pedetista, Jackson Lago, para a prefeitura de São Luís nas eleições de 1988. A declaração de não-voto em Jackson Lago, porém, é acompanhada por elogios à sua gestão e pela ênfase no fato de que as restrições e críticas feitas por ela e pelos “prestistas” eram dirigidas ao vice, integrante da União Democrática Ruralista (UDR), partido reconhecido pela defesa dos

¹²² Apesar de não entrar em detalhes sobre o “episódio”, por certo Maria se refere à postura assumida por Brizola quando à frente do governo do Rio Grande do Sul, no momento em que Jânio Quadros renunciava à Presidência da República, em 1961. A renúncia de Jânio era, na verdade, uma tentativa de golpe. Isto gerou uma crise política, pois muitos não consideravam o seu vice, João Goulart, como apto a assumir a presidência. Em meio às disputas políticas e militares instauradas no conflito, Brizola se destacou por sua atuação, tanto política quanto militar, para garantir a posse de Jango. Dentre outras referências possíveis, ver Napolitano (2014, P. 31-33).

interesses do patronato rural. Mais uma vez, em seu relato há uma explicação para aquilo que poderia ser encarado, em especial sob os olhares *a posteriori*, como uma contradição. Diz Maria:

Nas eleições de 1988, o candidato ideal para nós a Prefeito seria Jackson Lago, mas por infelicidade o vice dele era Magno Bacelar, que constava ser o presidente de honra da UDR, e isso fez com que nós, os prestistas, o PT e outros não quiséssemos votar em Jackson, embora reconhecendo que era o melhor candidato (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 191).

Maria coloca ainda que a filiação ao PDT era também uma forma de homenagear Luíz Carlos Prestes, falecido em 7 de março de 1990. Sabe-se também, pelo texto escrito por Euclides Moreira e publicado como apêndice nos dois livros de relatos autobiográficos de Maria Aragão, que a opção pelo PDT não foi individual, pois na mesma data em que ela se filiou a este partido também o fizeram o então deputado federal Haroldo Sabóia, pessoas ligadas a ele, além do próprio Euclides Moreira Neto. Ademais, também é válido destacar que sua filiação ocorreu durante a primeira gestão de Jackson Lago na prefeitura de São Luís (1988-1992), quando a própria integrava o quadro de médicos da prefeitura. Jackson Lago foi um dos fundadores do PDT, também era médico, além de ter assumido cargos político-administrativos em gestões anteriores, já havia sido eleito deputado estadual pelo MDB maranhense no pleito de 1974¹²³.

4.2. Edificação do mito - as homenagens no pós-1978

Até agora destacamos, neste capítulo, a relação de Maria Aragão com as disputas políticas e eleitorais ocorridas na transição e no período pós-ditatorial, em que houve maior ocupação dos espaços institucionais ligados ao Estado por parte daqueles que se posicionavam contra o regime ditatorial, com destaque para as sucessivas eleições de Haroldo Saboia para deputado e a eleição de Jackson Lago para a prefeitura de São Luís em 1988. Também registramos a ocorrência de crescentes divergências dentro dos setores que reivindicavam-se como herdeiros da luta contra a ditadura.

Mas, as disputas em que Maria Aragão estava envolvida, direta ou indiretamente, não diziam respeito apenas a ocupações de cargos políticos eletivos, cargos na CUT, ou na administração pública. A luta no campo político, como nos diz Bourdieu, “assume pois a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de

¹²³ Para uma descrição biográfica de cunho hagiográfico, ver <http://jhonatanalmada.blogspot.com.br/2012/03/jackson-lago-uma-biografia-para-o-nosso.html>

predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os ‘poderes públicos’ (as administrações do Estado)” (BOURDIEU, 2011c, p. 174). Tais disputas também eram, portanto, de ordem simbólica, o que inclui a construção de heróis e as tentativas de imposição de uma determinada leitura do presente e do passado, ou seja, o choque de diversas concepções de mundo. Afinal, a construção de heróis, na política, só pode ser compreendida mediante o sentido atribuído a estes em meio às lutas pela legitimação política (CORADINI, 1998). Importa, portanto, observar os rituais de consagração de que Maria Aragão foi alvo no período aqui estudado e quais visões de mundo esses processos colocavam em disputa.

Nesses rituais, ao mesmo tempo em que se homenageava Maria Aragão, pautava-se a construção de sua *identidade pública*, posto que proferia-se uma série de discursos (por meio de revistas, convites e outros documentos divulgados nas ocasiões). E, como parte de um processo de consagração, tais eventos implicavam também na formação e reforço de identidades coletivas, com suas classificações, símbolos e mitologias próprias (CORADINI, 1998, p. 215).

Ainda antes de sair da prisão no início de 1978, Maria narra um evento que pode ser tomado como um marco do início de uma série de homenagens que, aliada ao contexto da redemocratização e às especificidades de como narrar o passado que são próprias aos períodos pós-ditatoriais, marcaram uma nova fase de sua trajetória e construção da sua identidade pública: Maria relata que, em um certo momento, aconteceu no presídio uma cerimônia com a presença de várias “autoridades” – dentre estas “autoridades”, conforme ela mesmo cita, estava o Secretário de Justiça do Estado do Maranhão, José Pires Saboia, pai de Haroldo Saboia - e, chegando lá, ela foi sentar em meio aos detentos, mas as “autoridades” que compunham a mesa a convidaram a sentar junto com elas, para onde Maria se dirigiu sob “calorosas palmas”.

Para fins de exposição e análise, pode-se dividir as homenagens feitas a Maria neste período em quatro categorias: 1) as do âmbito pessoal; 2) do âmbito profissional; 3) do âmbito político-administrativo; e, por fim, 4) do âmbito artístico-cultural. Vale frisar, porém, que esta divisão não deve obnubilar o fato de que, na prática, estas categorias de homenagens se interpenetram.

4.2.1. Homenagens mais ligadas ao âmbito pessoal

Márcia Araújo (2014) traz depoimentos mencionando que os aniversários de Maria eram “grandes festas populares”, onde se reuniam militantes, amigos e admiradores. Sobre estas comemorações, Maria diz que “os amigos sempre levaram muito em conta comemorar meu aniversário, todo ano vinha um pessoal para minha casa e fazia um almoço” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 173).

De fato, as comemorações de aniversário de Maria se constituíam como eventos de caráter público desde a década de 1950, quando a data era divulgada no jornal *Tribuna do Povo*. Além do título – “Aniversaria dia 10 a Dra Maria J Aragão” -, a matéria trazia uma foto da aniversariante e um relato biográfico destacando as dificuldades enfrentadas, como a pobreza na infância, e a sua capacidade de vencer tais desafios, assegurada pelo fato de ter conseguido se tornar médica; também trazia informações sobre a sua militância política (TRIBUNA DO POVO, 1954, p. 1, *apud*, ARAÚJO 2014).

Com a saída de Maria da prisão, em 1978, e o Brasil vivendo um novo contexto político, o caráter público e político dos aniversários de Maria se intensifica. Além do mais, é justamente em seus aniversários que a diversidade de agentes que se punham a homenageá-la se manifesta de forma mais explícita – tanto agentes mais ligados à medicina quanto à política, à cultura ou ao amálgama formado por estes três âmbitos.

Maria menciona que no seu aniversário de fevereiro de 1981, “Haroldo Saboia reuniu um grupo e à meia-noite vieram todos para a minha porta, cantando e tocando instrumentos” (ANTONIO FRANCISCO, 1992). Como era uma quarta feira, Maria conta que precisou mandá-los embora e, então, marcou um almoço para o sábado seguinte, a ser realizado em sua casa. Neste almoço, diz ela: “calculei que viessem umas cem pessoas e apareceram muito mais. Tinha gente sentada até na porta da rua, porque não cabia mais ninguém dentro de casa. Vieram muitos jovens, tinha gente de todas as categorias, de todos os partidos, engraçado é que veio até gente do governo” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 174). Foi este o aniversário que Maria coloca como tendo acontecido a “gota d’água” para que ela viesse a romper com o PCB.

Em 1982, apesar de não constar registro nos três relatos memorialísticos aqui trabalhados, também houve uma comemoração relativamente semelhante à anterior. O DOPS-MA registrou uma matéria do Jornal Pequeno, do dia 17 de fevereiro de 1982, intitulada “Maria Aragão recebe homenagem”. Diz a matéria:

Cerca de 150 pessoas, de todos os partidos oposicionistas, homenagearam na tarde do último sábado, a Dra. Maria José Aragão, ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro (na ilegalidade), pela passagem de seu 72º aniversário.

Com muita animação, música e danças, os amigos e admiradores da médica Maria Aragão, ocuparam sua residência, no centro da cidade e, como forma de mostrar o reconhecimento por seu passado de lutas oposicionistas, cantaram ‘A Internacional’, hino comunista mundial, e o ‘Parabéns a você’.

Estavam presentes deputados e representantes do PMDB, PDT, PT, além de médicos, engenheiros, economistas, professores universitários, e muitos jovens, que somente neste sábado conheceram a figura de Maria Aragão.

Um representante de Luiz Carlos Prestes, ex-secretário geral do PCB, veio especial do Rio de Janeiro (...). Um representante do PDT discorreu sobre o passado de lutas de Maria Aragão, lembrando os períodos em que a médica esteve “nos cárceres da ditadura” por causa de suas ideias.

O comandante Renato Archer, presidente do PMDB, não podendo comparecer pessoalmente, enviou um telegrama, transmitindo “cumprimentos afetuosos” à médica que, bastante emocionada, ofereceu a todos os presentes um delicioso mocotó e uma suculenta feijoada.

Maria Aragão também não traz registro sobre confraternizações ocorridas em seu aniversário de 1984, mas sabe-se que estas ocorreram. Araújo reproduz um convite para a “festa de confraternização” do aniversário de Maria de 74 anos, em 1984. O convite traz, à esquerda uma foto de Maria e, na parte de baixo, a frase “Maria Aragão – 74 anos de vida, 39 anos de luta pela paz, pela democracia, e pelo socialismo”. Ao lado da foto de Maria, consta o seguinte texto:

Convite: temos a honra de convidar você e sua família para participar da festa de confraternização pela passagem do 74º aniversário da *incansável e valorosa líder política e médica* DRA. MARIA JOSÉ ARAGÃO. É uma homenagem que os democratas e patriotas do Maranhão prestam a uma *mulher cuja vida é marcada pela luta em defesa do proletariado, da paz, da liberdade, da democracia, do socialismo.*

A festa será realizada dia 10 de fevereiro (sexta-feira), às 18 horas, no Clube Libanês (...).

São Luís, fevereiro de 1984.

A COMISSÃO ORGANIZADORA

(reproduzido em ARAÚJO, 2014, p. 362, grifos meus)

Destaca-se, no convite, a idade da homenageada e a quantidade de tempo dedicado à militância política, o que é reiterado pela adjetivação de “incansável”. Esta quantidade de tempo é contada a partir de 1945, que foi o ano do ingresso de Maria no PCB, mas não há menção ao motivo pelo qual este ano é tomado como início da “luta pela paz...”. Outro qualificativo que se destaca é o registro de sua concomitante atuação na política e na medicina. O próprio fato de haver um “Dra.” antes do nome da aniversariante, já deixa explícita a intenção de registrar e tornar público o ofício a que ela se dedicava. A isto se soma a qualificação de sua pessoa como “valorosa líder política e médica” e de sua luta “em defesa do proletariado, da paz, da liberdade, da democracia e do socialismo”. A festa é ainda colocada como sendo uma homenagem dos “democratas e patriotas do Maranhão” e o convite assinado por uma “comissão organizadora” não nominada. Também chama atenção a ausência de qualquer referência direta à sua anterior filiação ao PCB e aos

termos comunista e comunismo, inclusive o símbolo do comunismo (a foice e o martelo), presente em várias outras publicações (como no título da *Revista* publicada em 1988) não está presente neste convite.

Uma outra confraternização que aparece em suas memórias é a do ano de 1988. Maria menciona lembrar de duas pessoas que neste ano compunham a “comissão organizadora”, Aldionor Salgado e Ironildes Vanderley¹²⁴, e que os dois “editaram uma revista que girava em torno de minha vida” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 174). Maria menciona ainda que a festa aconteceu no Clube Sírío Libanês e que houve a participação do Centro de Cultura Negra (CCN) e do LABORARTE¹²⁵. Quanto aos convidados, Maria menciona que Luíz Carlos Prestes foi convidado, mas não pôde ir e enviou um cartão, e menciona que “o Jackson Lago também compareceu à festa, tudo quanto era amigo meu, até gente de fora” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 175).

No ano seguinte, em 1989, Maria menciona que também houve uma confraternização, mas esta foi em sua casa. Já em relação ao ano de 1990 – ano em que ela dá o depoimento a Antonio Francisco -, ela menciona:

Esses amigos resolveram comemorar os 80 anos. Foi uma festa bonita, que se estendeu pela cidade, a Favela do Samba fez uma roda de samba por vários dias, houve show no Teatro Praia Grande, serenata na descida da Praça Gonçalves Dias, onde colocaram uma placa... (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 176).

4.2.2. Homenagens mais ligadas ao âmbito profissional

As homenagens à Maria, que são centrais para compreendermos como ela se torna um personagem conhecido e reconhecido no meio político e cultural do estado do Maranhão, não se restringiram aos seus aniversários. Houve também consagrações *mais* ligadas ao âmbito da medicina. Algumas destas homenagens, porém, são mais difíceis de apreender quando partimos principalmente de seus relatos autobiográficos, pois não são mencionados por ela.

Partindo de outras fontes, identificamos duas destas homenagens silenciadas nos depoimentos pesquisados. A primeira delas se refere ao *I Encontro da Mulher*

¹²⁴ Aldionor Salgado era também integrante da “corrente prestista”. Formou-se em jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão, em 1983. Neste mesmo ano ele é eleito para seu primeiro mandato de vereador, por São Luís, na legenda do PMDB. Posteriormente se filia ao PT e, depois, ao PDT. Ironildes é médica.

¹²⁵ O CCN é uma organização criada em fins da década de 1970, para atuar junto às questões ligadas a discriminação racial. Ver: <http://cnma.org.br/index.php/about/historico-ccn>. Já o LABORARTE, é um grupo artístico criado também em fins da década de 1970.

Maranhense, ocorrido durante os dias 08 e 12 de março de 1982, organizado pela Fundação Bandeira Tribuzzi em conjunto com Secretarias do Estado¹²⁶. Neste evento, 12 mulheres foram homenageadas e, dentre elas, Maria Aragão, caracterizada como “destaque feminino na medicina”¹²⁷. O então governador do Estado no período, João Castelo (PDS), foi outro dos homenageados e esteve representado pelo Secretário de Justiça do Estado, Roque Macatrão. No referido encontro, Maria coordenou uma mesa com o tema “A mulher e o aborto, sexo em geral” e é apresentada, no documento da DOPS, como “Médica Maria José Aragão” e “ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro”. Outra homenagem mais próxima ao meio médico e que Maria não menciona, é a sua posse, em 1988, na Academia Maranhense de Medicina¹²⁸.

Mas, vale frisar, este silenciamento, por si só, já é um dado importante. Indica que a própria Maria, como um dos muitos agentes que intervinham na construção de sua identidade pública, priorizava as distinções advindas do reconhecimento da sua atuação política, por mais que estas viessem sempre com referências à sua qualidade de “Dra.”. Isto pode ser visto, por exemplo, na homenagem recebida por Maria em 1973, feita pela União de Moradores do Anil. Sobre esta ocasião, como já demonstrado no tópico anterior, a ênfase dada por Maria é para o fato de ter contribuído com a organização e mobilização dos moradores da região – a sua atuação enquanto médica fica subsumida à sua atuação como (médica) comunista. Possivelmente, pesou também como influência para este silenciamento a tentativa de não ter sua imagem vinculada a determinados agentes políticos. Como já demonstrado na introdução desta dissertação, tais estratégias de influenciar em seu processo de consagração, seja por meio da valorização de uns aspectos em detrimento de outros ou por meio da omissão de determinados eventos, não são necessariamente estratégias conscientes.

¹²⁶ Informação registrada em um documento da Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão (DOPS-MA). Ver Dossiê 332, Código 07 (subversão); gaveta 3; Arquivo 02, disponível no Arquivo Público do Estado do Maranhão.

¹²⁷ Nos registro da DOPS, que identifica Maria como “Médica Maria José Aragão” e “ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro”, consta também uma matéria do Jornal Pequeno, sem data, publicada antes do evento, em que mencionava-se as 12 mulheres homenageadas: “D. Gardênia Castelo, Maria Inês Sabóia e Lourdes Cortinhas, no campo da filantropia; Arleth Nogueira da Cruz (destaque feminino na cultura maranhense); Dulce Brito (destaque feminino do jornalismo maranhense); Sílvia Costa (Líder do movimento negro maranhense); Judith Pacheco (destaque feminino na magistratura); Dra. Maria Aragão (destaque feminino na medicina); Leda Tajra (destaque feminino em educação); D. Carmem Prudente (Mulher do ano no Brasil); Maria Tribuzzi (Mulher do ano no Maranhão), faltando escolher ainda, uma mulher do povo”

¹²⁸ Informação disponível no Memorial Maria Aragão.

Em relação à sua atuação na medicina neste período, Maria relata que durante a gestão de Jackson foi convidada pela Secretária de Saúde do Município, Dra. Helena Castro, para trabalhar na Prefeitura de São Luís, passando então a trabalhar, duas vezes por semana, no Posto de Saúde do Sacavém. Lá, ainda segundo o seu relato, propõe a criação de um Centro de Estudos englobando os profissionais de saúde do Posto de Saúde do Sacavém e de toda a Secretaria de Saúde, o que foi acatado pela Secretária – Dra. Helena Castro. Diz Maria que o Centro foi feito e mobilizou uma grande quantidade de médicos, inclusive o Prefeito Jackson Lago. Porém, avalia Maria que “só houve uma besteira, que foi a Secretária propor que o Centro de Estudos se chamasse Maria Aragão” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 195). Neste momento Maria estava também atuando na CUT e no Sindicato dos Médicos.

4.2.3. Homenagens mais ligadas ao âmbito político-administrativo

Um outro viés de homenagens que se destaca refere-se àquela mais ligada ao âmbito político-administrativo, ou seja, a agentes do Estado. Maria nos conta que, no seu aniversário de 80 anos, em 1990 (ou seja, mesmo ano da gravação da entrevista com Antônio Francisco), em meio a uma serenata que ocorria em sua homenagem na Praça Gonçalves Dias, foi colocada, nesta praça, uma placa em que havia escrito “À Maria Aragão, pelos seus 80 anos”.

A própria Maria coloca que o responsável pela realização da homenagem havia sido o seu amigo que a estava entrevistando, Antônio Francisco, que “mexeu os pauzinhos lá pela Prefeitura”. Antônio Francisco, na ocasião, trabalhava junto à prefeitura, na gestão de Jackson Lago, assim como Maria Aragão, que trabalhava como médica vinculada à secretaria de saúde do município. O local onde estava a placa deu lugar a uma pequena praça com seu busto e, posteriormente, à construção de uma grande praça e memorial, intitulados, respectivamente, Praça e Memorial Maria Aragão¹²⁹.

¹²⁹ A praça e memorial Maria Aragão só foram concluídos em 2004. Por seu tamanho e localização, a praça é hoje o local onde há os maiores eventos da cidade. O projeto inicial da Praça (que veio a substituir a praça menor com o seu busto) foi feito pelo comunista e consagrado arquiteto Oscar Niemeyer, em 1997. A sua consecução envolveu vários agentes, dentre eles Jackson Lago e Haroldo Saboia. De 1988 a 2002, Jackson foi eleito prefeito duas vezes e o seu partido fez parte das outras duas gestões. Já Haroldo, de 1988 a 1999 exerceu mandatos sucessivos de Deputado Federal pelo Maranhão. Uma descrição deste processo pode ser vista no último capítulo da tese de Márcia Araújo (2014), intitulado “Lembrar Maria Aragão: Praça e Memorial”.

Também em 1990, Maria é condecorada com a Medalha Manoel Bequimão, concedida pela Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão – Maria também não cita esta homenagem em seu relato autobiográfico. Como nos traz Azevedo, “a iniciativa foi do então deputado estadual Juarez Lima (PDT), médico e antigo companheiro de Maria no sindicato dessa categoria” (AZEVEDO, 2016, p. 25) e foi entregue a ela pelo presidente da casa, deputado Ivar Saldanha (PFL).

Em fins da década de 1980, circulou na Câmara Municipal de São Luís uma proposta para nomear uma das avenidas da cidade com o nome de Maria Aragão, mas a proposta foi recusada. Em 1991, com a morte de Maria, esta mesma Câmara se colocou à disposição para a realização do velório (AZEVEDO, 2016). Seu velório, porém, foi realizado na Assembleia Legislativa do Estado. Após o velório, houve um cortejo até o Cemitério do Gavião, sendo o corpo foi levado em um carro do Corpo de Bombeiros e o caixão coberto por bandeiras da Favela do Samba, PCB, CUT e PDT. Os jornais de maior circulação no estado destacaram, além da heroicização da falecida, a grande quantidade de pessoas presentes na cerimônia e das mais diversas posições políticas. Compareceram na cerimônia, por exemplo, o então governador Edison Lobão, o ex-governador João Alberto, o então prefeito Jackson Lago, deputados, além de lideranças sindicais e membros de partidos políticos de esquerda. Em relação à quantidade de pessoas que acompanharam o cortejo, há relatos que variam entre mil pessoas (O Estado do Maranhão, em matéria veiculada no dia 25 de julho de 1991) e mais de duas mil pessoas (O Imparcial, em matéria veiculada neste mesmo dia). Além desta cerimônia, várias notas oficiais foram divulgadas. A prefeitura de São Luís divulgou um convite para a cerimônia do funeral na Assembleia e também um decreto instituindo luto oficial de três dias¹³⁰.

4.2.4. Homenagens mais ligadas ao âmbito artístico-cultural

Além dos seus aniversários, das homenagens mais ligadas ao meio médico e das homenagens mais ligadas a agentes do Estado, há também um terceiro eixo de homenagens que Maria foi alvo nessa fase final de sua vida: as homenagens mais ligadas ao meio artístico-cultural.

Maria relata que, em setembro de 1988, recebeu pessoas da escola de samba Favela do Samba comunicando que sua vida havia sido escolhida como tema do

¹³⁰ Para uma exposição mais detalhada sobre como a morte de Maria Aragão foi retratada nos meios de comunicação do estado, ver o capítulo 6 desta dissertação.

enredo do desfile do ano seguinte e foi convidada para um almoço na sede da escola¹³¹. Segundo Moreira Neto (2015), a Favela do Samba vinha de um período de decadência mas, com o enredo sobre a vida de Maria, conseguiu ser vice-campeã.

Naquele período, as duas maiores escolas de samba de São Luís eram a Turma do Quinto, então gerida por integrantes de partidos de esquerda e identificada como “antisarneysista”; e a sua principal concorrente, a Flor do Samba, identificada como “sarneysista”. Em 1988, Renato Dionísio, militante do PDT desde 1986, é eleito para a direção da Favela do Samba e, com isto, grupos dissidentes da Turma do Quinto se integraram à escola¹³². Este é um momento que pode ser considerado como o marco de uma guinada na trajetória da Favela do Samba, em que seus sambas-enredo passaram a ser marcados por uma maior politização (ARAÚJO, 2001). Como nos diz Araújo:

O caráter ‘conscientizador’ do samba-enredo da Favela do Samba pode ser associado à penetração dos grupos políticos de esquerda a partir de 1989 [data do samba de Maria]. Desde então a Favela do Samba mantém uma parceria com o PDT (...). A diretoria determina os enredos e podemos notar uma preferência por temas que possibilitem uma maior inserção da escola no panorama cultural da cidade, temas abertos, reinterpretações históricas, críticas e/ou homenagens a políticos, artistas, cientistas de renome, etc. (ARAÚJO, 2001, p. 187-188)

No samba-enredo de 1990, intitulado *Reynaldo Faray – o sonho de um Pierrot*, de autoria de Escrete, Tião da Favela e José R. Gonçalves, também há referências à Maria Aragão (“Maria vai buscar o meu fuzil / Que a liberdade no além mar se instalou”); e também no ano de 1991, com o samba-enredo intitulado “O baile dos exilados”, de autoria de Escrete e José R. Gonçalves (Maria Maria / Na tua voz / A voz do povo vai cantar / Ninguém conseguiria / A liberdade no exílio acorrentar).

Relata Maria sobre a homenagem feita no carnaval de 1989:

Seria grosseria demais dizer que não ia [para o almoço], portanto prometi e fui. Chegando lá, fiquei impressionada, eram trabalhadores que estavam lá, era a gente do bairro, gente pobre, minha gente. Peguei então o microfone e disse que a partir daquele momento eu pertencia à Favela do Samba. Anunciaram nos jornais, abriram um concurso para os compositores elaborarem o samba-enredo. Apareceram dezoito, isso me impressionou. Eu achei lindo porque o tema era minha vida, não pelo fato de ser Maria Aragão, não dou muita importância a isso. Mas por *quem* era Maria Aragão, comunista desde 1945, que voltou para o Maranhão e foi perseguida, os padres dizendo que era prostituta e não médica. Depois, no interior, disseram que era a besta-fera. Quiseram matá-la só porque era comunista. Não tinha um crime, não tinha nada, o problema era eu ser comunista e defender o socialismo. Depois vieram as prisões. Matou? Roubou? Praticou algum crime? Não, é comunista e defende o socialismo.

¹³¹ Ver a letra do samba-enredo no anexo 1.

¹³² Renato Dionísio permaneceu na presidência da escola de 1989 a 1992.

E então a favela põe a minha vida na rua, me homenageia com um enredo. Havia uma ala que era ‘O sonho de Maria’, que ostentava painéis com figuras de Marx, Lênin, Mao, Fidel Castro, Prestes, Agostinho Neto e Mandela. A massa os aplaudiu e me aplaudiu. Eu desfilei também, às vezes me aplaudiam de pé, isso me deu uma emoção muito grande (...).

Era o socialismo que estava na rua, os aplausos eram para essa luta de tantos anos. Por isso, acho que foi o acontecimento mais importante aqui no Maranhão, naquele ano de 1989 (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 200).

Essa citação demasiadamente grande se justifica por ser um trecho representativo de como Maria via a sua própria vida e qual o significado atribuído por ela às homenagens que passou a receber nessa fase da sua vida. Depois da exposição de hesitações por conta de “não gostar de ser paparicada/bajulada”, nesse trecho ela explica o motivo de, ainda assim, se emocionar com tais homenagens e considera-las importantes. Na sua percepção, as pessoas que a homenageavam eram “gente pobre, minha gente”. E o tema, diferentemente de uma mera afirmação de vaidade individual, seria a sua vida, e a sua vida se confundiria com a luta pelo socialismo, que também se confundiria com a vida de outros ícones do comunismo internacional, como Marx e Prestes. Nesta forma de ver sua vida e as homenagens, a história ali contada era a história da perseguição, da bravura de quem defendeu o socialismo a vida inteira, a história do próprio socialismo. Mais uma vez, aparece aqui a reafirmação de aspectos da identidade comunista, conforme demonstrado no primeiro capítulo.

Outras atividades ligadas à cultura e vinculadas à Maria são relatadas por Euclides Moreira, segundo o qual, a pedido de Maria Aragão, em junho de 1989, produziu um show do cantor Taiguara, que na época era um artista conhecido nacionalmente. Ele relata ainda que, “houve uma exaustiva promoção a nível de divulgação na cidade” e que “a divulgação feita foi orientada no sentido de ‘conseguir recursos para as obras de Maria’, e a cidade sabia que ela tinha várias frentes de trabalho” (MOREIRA NETO, 2015, 292). Moreira Neto não especifica quais seriam estas “frentes de trabalho” ou “obras de Maria”, mas demonstra, com isto, a sua percepção de que Maria era amplamente reconhecida na cidade.

Em maio de 1991, Euclides produz um show em homenagem à Maria e para organizar fundos para a CUT. O evento intitulava-se “Maria, Maria... a luta continua viva”. Em junho do mesmo ano, com ela já hospitalizada, realiza mais dois shows com as mesmas finalidades. Nesses dois shows, antes de iniciar o espetáculo, o áudio/vídeo gravado por Euclides quando da sua pesquisa para o enredo da escola de samba Favela

do Samba, que deu origem ao livro memorialístico posteriormente publicado, era exposto (MOREIRA NETO, 2015)¹³³.

Como nos mostra Castro (2014) a propósito da trajetória de Celso Castro¹³⁴, muitos militantes que aderiram à luta armada e foram exilados durante a Ditadura Militar foram marcados, a partir da redemocratização, por “uma incompatibilidade não apenas com a nova realidade política conjuntural, mas também uma rejeição a estabelecer um elo de continuidade entre o conjunto das suas experiências e vivências anteriores e as que se colocavam no seu presente” (CASTRO, 2014, p.27-28). Enquanto muitos dos ex-exilados, como Celso Castro, experimentavam uma dificuldade de adaptação e de recomeço de suas vidas, outros se envolviam em projetos capazes de “restabelecer um sentido afetivo e existencial à experiência humana, de restituir dialeticamente a relação entre os sentidos das subjetividades (...) e as necessidades da realidade concreta, permitindo a reintegração na vida social” (CASTRO, 2014, p. 25).

Apesar de sua saída da prisão acontecer no mesmo ano da volta dos exilados e as posições de Prestes e de Maria em relação à transição e ao Colégio Eleitoral marcarem reiteradamente que ambos significavam a “continuação da ditadura”, esta dificuldade de adaptação com o novo contexto histórico não aconteceu com Maria Aragão.

Enquanto a experiência de Celso Castro neste período era marcada por uma tensão entre o desejo do retorno às suas “origens”, enfim realizado, e um sentimento de derrota, posto que via a redemocratização como uma concessão da ditadura que ele havia combatido, a experiência de Maria Aragão era marcada pela sensação de reconhecimento de sua luta. A militante comunista que, nas décadas de 1950 e 1960, se via preterida pela direção partidária e durante a ditadura militar sofreu absurdamente com a repressão, via nesse período a *intensificação* (visto que homenagens já aconteciam desde antes da redemocratização) de sua consagração e construção como um mártir da “luta contra a ditadura” e “em favor do povo”.

A construção memorialística de sua história de vida, amplamente compartilhada, juntamente às sucessivas homenagens por ela recebidas, levavam à construção da percepção da redemocratização como decorrência de um determinado modelo de luta

¹³³ Outras homenagens podem ser vistas no apêndice 1.

¹³⁴ Celso Castro foi, durante a década de 1970, militante do Partido Operário Comunista, grupo político que optou pela luta armada durante a Ditadura Militar; neste período, foi obrigado a deixar o país e partir para o exílio. Retornou ao Brasil após a chamada Lei da Anistia, de 1979.

contra a ditadura, e esse modelo como sendo representado pela trajetória de Maria Aragão. Destaca-se, assim, como um dos motivos que explicam a diferença entre experiências como a de Maria e a de Celso Castro, o fato de ela representar, ali, a luta contra a ditadura mais correta, que apostou sempre na “democracia” (ou seja, na disputa política pelos meios institucionais/legais).

A luta pelo socialismo, antes reprimida, fazia agora grandiosas festas de aniversário e, mesmo no final da década de 1980, ia para as ruas dançar carnaval e receber aplausos.

É claro, porém, que esta percepção tem mais a ver com uma memória construída durante o processo de transição (e hegemonizada por setores liberais) do que com a história em si. A análise da construção da memória sobre a ditadura militar envolvendo os atores consagrados como heróis no período da redemocratização e após pode nos mostrar o que, neste momento, era valorizado no passado, legitimava posturas do presente e excluía, pelo menos virtualmente, certas possibilidades para o futuro.

CAPÍTULO 5 - Maria Aragão e a “batalha da memória”¹³⁵ envolvendo a Ditadura Militar

“Eu disse assim: (...) quem é o senhor para gritar comigo? Ele respondeu: eu sou autoridade, sou um oficial do exército. E eu batendo na mesa berrei: eu também ou outra autoridade, sou uma líder comunista” (MOREIRA NETO, 2015, p. 203).

5.1. A ditadura vista pelo retrovisor

Como mencionado no capítulo anterior, o término de ditaduras (e outros contextos históricos fortemente marcados pela violência política) costuma ser seguido por disputas pela reconstrução do passado recente, o que envolve diversos agentes e meios. Tais reconstruções mobilizam não só lembranças, esquecimentos e silêncios, mas também a criação de mitos e heróis, como é próprio às reconstruções memorialísticas, e uma dificuldade especial em lidar com o problema do *consenso* – ou seja, a omissão/negação do apoio, indiferença e/ou aceitação, tácita ou declarada, de segmentos da sociedade ao regime imposto (GROPPO, 2015a; GROPPPO, 2015b).

O período imediato que segue ao fim de uma ditadura tende não só a ignorar o consenso, mas a valorizar a violência, a repressão e as demandas por reparação. Neste momento, os apoiadores declarados da antiga elite política costumam se esforçar para serem esquecidos e se manterem em silêncio. Paralelamente, as novas elites políticas se empenham na construção de uma memória pública que exalta certos aspectos – como a resistência e o sofrimento das vítimas - e apaga outros – como o apoio ou a indiferença de segmentos da população ao regime imposto.

Vale frisar, entretanto, que isto varia com o tipo de ditadura e a forma de transição para o novo regime – nas “transições negociadas”, onde permanecem com um peso significativo, na nova conjuntura política, os partidários da ditadura encerrada, é ainda mais provável a prevalência dos “pactos de silêncio” (GROPPO, 2015a). Segundo Napolitano (2015), o caso da transição brasileira parece exemplar de uma transição negociada. Como tal, paralelamente ao já citado “pacto de silêncio”, os conflitos em torno

¹³⁵ O título do capítulo toma de empréstimo a expressão usada por Napolitano (2015) em seu capítulo intitulado “Os historiadores na ‘batalha da memória’: resistência e transição democrática no Brasil”.

das políticas de memória tendem a dar-se de maneira menos acirrada e o clamar por justiça de forma mais branda ou neutralizada.

Independente do modelo de transição, porém, acontece uma releitura do passado que cria mitos notadamente: o da “vítima inocente” e o da “resistência”. O primeiro apresenta a sociedade como vítima, excluindo os questionamento sobre responsabilidades individuais ou coletivas (ou seja: não se questiona sobre as ações que possibilitaram a instalação e manutenção da ditadura). Já o segundo narra a sociedade como heroica, tendo resistido bravamente à ditadura (GROPPO, 2015a). Em ambos sobressai a homogeneização da “sociedade”, ora como vítima que sofre – e apenas sofre - as consequências de certas ações, ora como tendo constantemente e em seu conjunto resistido contra o regime imposto.

É válido destacar, ainda, que significativa parte dos discursos que pautam esta leitura do passado, tal qual o aqui analisado, se baseia em testemunhos de pessoas que sofreram com as atrocidades do período. Tais testemunhos, que envolvem casos de violência extrema, como a tortura, são marcados por uma especial dificuldade em falar sobre, pois geralmente trazem à tona sentimentos que se tenta esquecer (COMPARATO, 2014, p. 172). Ou seja, “não são somente os torturadores que querem apagar o passado para escapar do julgamento público; também as vítimas se calam pelo extremo sofrimento do testemunhar” (MORAES, 2013, p. 144). Isto implica que possíveis silêncios sobre aspectos da repressão não necessariamente advêm de uma censura instituída (tacitamente ou não), mas pode ser também decorrente de uma dificuldade em processar e expor o que se passou, visto que, não raras vezes, experiências com violência extrema se transmutam no indizível.

Como já era de se esperar, portanto, o fim da Ditadura Militar brasileira deu-se paralelamente a uma série de embates pela reconstrução do passado recente¹³⁶. O modelo de reconstrução deste período que foi/é mais difundido, segundo Reis Filho (2014), se deu com base na “demonização” do período anterior e na celebração de valores que, tendo sido violentamente abafados pela repressão, permaneceram guardados durante a ditadura¹³⁷, esperando o momento certo para emergir – momento que teria chegado a partir da década de 1980.

¹³⁶ Ver também, dentre outros, Martins Filho (2003), Starling (2015), Aarão Reis (2010) e Rollemberg (2006).

¹³⁷ Mesmo o termo “ditadura” é alvo de constantes embates, assim como a sua duração. Apesar disto, o termo “ditadura” parece ter-se afirmado quase que como um prefixo consensual (Ditadura Militar, Ditadura Civil-Militar, Ditadura Militar-Empresarial). Há, porém, exceções. Para citar apenas um exemplo

Assim, neste modelo, a ditadura é apresentada como uma coisa, externa à sociedade e se abatendo contra as pessoas que lutavam ansiosamente por liberdade. Este modelo de explicação/interpretação inibe a abertura de “amplo debate sobre as bases sociais da ditadura” e se restringe a “valorizar versões memoriais apaziguadoras onde todos possam encontrar um lugar” (REIS FILHO, 2014, p. 8). Muitas memórias publicadas – por meio de livros, entrevistas, etc. – corroboraram esta visão. As que mais se destacaram no mercado editorial foram as que, como a de Fernando Gabeira, intitulada *O que é isso, companheiros?*¹³⁸, suscitavam mais intensamente a indulgência, o apaziguamento dos ânimos (REIS FILHO, 2014).

No Brasil, a partir de 1979, veio à tona a publicação de vários livros autobiográficos e biográficos envolvendo atores que personificavam as “vítimas” da Ditadura, a “resistência”, ou ambos. Tais publicações diferem bastante entre si – seja pela editora, pelo perfil dos autores, pelo tipo de relato, etc. Os depoimentos de Maria Aragão, produzidos em fins da década de 1980 e no primeiro ano de 1990, fazem parte dessa leva de biografias e autobiografias que emergiram no pós-ditadura no Brasil. Levando em conta estas considerações, tem-se por objetivo, no presente capítulo, avaliar o significado destas produções em meio aos embates ocorridos, tanto em âmbito nacional quanto estadual, pela reconstrução do passado envolvendo o período ditatorial. Para isto, recorre-se aos relatos de Maria Aragão sobre o período ditatorial referente a três temas recorrentemente abordados nas releituras feitas de períodos ditatoriais: a resistência, a repressão e a questão de quem seriam os responsáveis pela implantação e manutenção do regime imposto. Estes temas são transversais aos três tópicos aqui apresentado. O primeiro, referente à representação da repressão e da resistência; o segundo, referente à crítica à luta armada; e o terceiro, referente aos silêncios e responsabilização seletiva pelo apoio ao Golpe e à Ditadura.

5.2. Repressão e resistência

A avaliação de Maria em relação ao golpe civil-militar de abril de 1964 ressalta o que se destacou nas memórias de muitos comunistas, inclusive na avaliação de Prestes: o

significativo, pode-se ver, como lembrado por Arantes (2010), o editorial da *Folha de São Paulo* de 17 de fevereiro de 2009 em que, com o intuito de tentar apagar da memória de seus leitores as atrocidades perpetradas pelo Estado durante o período ditatorial, escolheu-se a denominação “ditabranda”.

¹³⁸ Publicada pela primeira vez em 1979 e, desde então, a obra, com seu grande sucesso de vendas, se tornou a principal referência em relação aos testemunhos envolvendo a Ditadura Militar.

elemento surpresa e a autocrítica em relação à avaliação de que uma possível tentativa de “golpe reacionário” seria fatalmente sufocada. Além disto, os comunistas, em suas avaliações feitas logo após o Golpe, divergiam entre si. Pode-se dividi-las em dois blocos: um primeiro, relacionava a eficácia do Golpe aos “desvios de direita”/”reformismo do Partido”, mediante crença em uma aliança burguesia-proletariado para realização de reformas estruturais; o segundo bloco, do qual participava Prestes e que posteriormente veio a se tornar a posição oficial do Partido, relacionava a eficácia do Golpe aos “desvios de esquerda”/”radicalismo”, mediante o abandono da legalidade democrática e superestimação da correlação de forças (PANDOLFI, 1995, p. 199)¹³⁹. Mas, diferentemente de Prestes ou dos demais dirigentes nacionais do PCB, Maria não se posiciona em relação à avaliação do período do governo João Goulart ou quanto às causas que levaram ao golpe. Conforme seu relato:

o que se esperava era justamente o contrário, que as forças progressistas vencessem os reacionários. As notícias que tínhamos vinham pelas ondas da Rádio Mayrink Veiga, do Rio de Janeiro, e eram sempre animadoras. Não nos preparamos para enfrentar o Golpe” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 153).

Como mencionado no capítulo anterior, Maria relata ainda que, imediatamente após o Golpe, aconteceu a prisão de vários “jovens” com quem ela havia convivido durante cursos ministrados anteriormente por ela. Estes jovens foram orientados por ela, logo nos primeiros dias após o golpe civil-militar, a negar que a conheciam, que eram comunistas ou que tivessem qualquer tipo de vínculo com Maria Aragão – que era publicamente conhecida como Comunista – a não ser por conta de serviços médicos.

Em tom de autocrítica quanto à avaliação de que não seria possível um “golpe reacionário”, Maria diz que, por conta da ilusão de que a legalidade estava prestes a vir para o Partido, costumava-se agir sem se preocupar em esconder a identidade de comunista. Isso acontecia não só com os comunistas maranhenses. Em todo o Brasil, militantes do PCB, apesar da ilegalidade formal, atuavam politicamente de forma aberta (GORENDER, 2005).

Com o golpe, porém, o cenário muda. Logo nos primeiros dias a sede do PCB no Maranhão é invadida pela polícia, que divulgou ter encontrado ali “material subversivo”. Maria continua trabalhando em seu consultório até o dia 5 de abril, quando é presa pela segunda vez em sua vida, e passa 3 meses em reclusão.

¹³⁹ Sobre o lugar de 1964 na história e memória do PCB, ver Pandolfi (1995, p.197-207).

Ao mesmo tempo em que a narrativa de Maria acentua que, “após o Golpe, o Partido caiu no imobilismo” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 156), o seu depoimento não deixa de ser permeado por façanhas heroicas. Das primeiras prisões decorrentes do Golpe até a prisão de Maria, como já mencionado, decorreram alguns dias. Segundo o seu depoimento, esta demora em prendê-la era decorrente do intuito da polícia em “desmoralizá-la”. Conforme seu relato:

A polícia queria me prender. Queria que eu fugisse e fizeram esquema pra eu fugir. Cercaram minha casa e os jovens estavam presos. Eu ainda estava solta e de fato eu tive muita oportunidade de fugir... Mas eles queriam me desmoralizar. Eu sairia de noite ou alguma coisa parecida pra fugir e eles me prenderiam e levariam pros jovens. Aí poderiam dizer: jogou vocês no fogo, viu? Vocês estão presos por causa dela e ela ia fugindo (...). Mas eu não dei esse gosto (MOREIRA NETO, 2015, p. 201).

Nem Maria nem seus entrevistadores exploram em mais detalhes os motivos que sustentam essa convicção. A escolha por não fugir aparece, assim, como demonstração de uma “firmeza moral”, como a escolha por cumprir com seu dever. E esta mesma “firmeza moral” é colocada como faltante na postura da “reação”:

Entraram na minha casa um tenente, um oficial, um sargento e um soldado, todo mundo de metralhadora e disseram que eu estava presa. Eu morava num sobrado e fui pra janela e os desmoralizei: um grupo de covardes, armados até os dentes estão aqui pra me prender. Pra prender uma mulher desarmada (...). Fiz aquele escândalo lá fora, na janela da casa (MOREIRA NETO, 2015, p. 202).

Firma-se, assim, as diferenças entre os “covardes” e os “bravos”/“valentes”. Tal “bravura” é ainda mais destacada no trecho seguinte, em que Maria se refere ao interrogatório a que foi submetida nesta sua segunda prisão:

Aí fui para o quartel, onde fui ser interrogada. Tinha um capitão muito metido a coisa importante e começou a fazer perguntas (...). Aí quando ele quis entrar, fazer perguntas sobre o Partido, fiquei brava... Eu disse: agora o senhor vai parar, porque eu não vou responder nenhuma palavra. Ele disse: a senhora vai responder! Eu respondi: eu não vou responder! Aí ele deu um grito, bateu com um murro na mesa: a senhora vai responder! Eu disse assim: não grite comigo. Quem é o senhor para gritar comigo? Ele respondeu: eu sou autoridade, sou um oficial do Exército. E eu batendo um murro na mesa também, berrei: eu também sou autoridade, sou uma líder comunista! (MOREIRA NETO, 2015, p. 203).

Em junho de 1964 Maria e os demais são libertos, mas voltam a ser presos em novembro de 1964, permanecendo na cadeia até o início do ano seguinte. Sobre esta prisão, Maria repete nos três relatos que guarda uma boa lembrança deste momento, apesar da “irritação” gerada pela prisão. Esta boa lembrança é referente a uma cesta

natalina que ela e os demais presos ganharam de presente e, na parte da cesta que coube a ela, veio um pacote de biscoitos envolvido por um papel onde constava uma poesia do “queridíssimo amigo, o poeta Bandeira Tribuzzi” (ARAGÃO, 1988, p. 9).

Maria volta a ser presa em 1973. Neste intermédio, menciona que “fazia trabalho político clandestino, era clandestino mesmo, reunião, finanças, tudo era clandestino” (MOREIRA NETO, 2015, p. 213), mas não entra em detalhes quanto a atividades político partidárias.

A quarta prisão de Maria (terceira durante a ditadura) foi a mais cruel. Em 1973, segundo Maria relata, chega em sua casa um grupo formado por policiais federais e militares. Sobre isto, diz Maria:

Às seis horas da manhã, quando me preparava para ir para o trabalho, vejo chegar em minha casa agentes da Polícia Federal. Disseram-me que eu teria que ir com eles à sede da Polícia Federal para uma entrevista e *em nenhum momento me ocorreu que aquilo era prisão. Não via motivo algum para tentarem me prender*, embora estranhasse uma entrevista àquela hora da manhã. Tentei recusar-me a acompanhá-los, explicando que tinha que ir para o trabalho, mas eles foram categóricos: “a senhora vai conosco, depois segue para o seu trabalho”.

Sinto ódio imenso quando me lembro daquela manhã, porque, afinal, acreditei nas palavras de um policial, mesmo com a minha experiência de prisões anteriores. Foi muita ingenuidade (ARAGÃO, *apud*, SALGADO, 1988, p. 9, grifos meus)¹⁴⁰.

Um aspecto que se destaca, neste episódio narrado por Maria, é o seu “espanto” e “surpresa” com o fato de estar sendo presa. Este sentimento de “espanto” e “surpresa” causa certo estranhamento pois, além de ela já ter sido presa duas vezes desde a deflagração do Golpe em 1964, após o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), decretado em fins de 1968, a repressão do Estado foi ainda mais intensificada e generalizada, acentuando-se a perseguição aos comunistas. Centenas de militantes do Partido Comunista foram presos, torturados e assassinados, obrigando quase todo o Comitê Central do Partido ao exílio e também diversos dirigentes estaduais (SANTANA e ANTUNES, 2007, nota 14, da p. 382). O maior “golpe” repressivo no PCB, porém, veio um ano depois da prisão de Maria, em 1974 e 1975. Portanto, colocando a sua “surpresa” com o fato de estar sendo presa, em plena vigência do AI-5, o relato de Maria acaba por corroborar a perspectiva daqueles que veem tais prisões arbitrárias – e, conseqüentemente, as torturas que vêm depois – como eventos fortuitos e isolados.

¹⁴⁰ Este mesmo espanto e surpresa é destacado não só nesta *Revista*, mas também nos relatos que resultaram na publicação dos dois livros aqui trabalhados (MOREIRA NETO, 2015; ANTONIO FRANCISCO 1992).

Retomando o seu relato sobre a prisão, Maria menciona que, depois de um certo tempo, os policiais alegaram que a pessoa responsável por entrevista-la estava em Teresina. Maria, então, pede para passar em casa antes de viajar, por mais que os policiais argumentassem que voltariam a São Luís no mesmo dia, e tem o seu pedido atendido – pôde, assim, pegar alguns pertences pessoais e avisar aos familiares da viagem. Maria afirma que não acreditou quando disseram que voltariam no mesmo dia, pois não teriam tempo suficiente para isto, mas que acreditava que voltariam no dia seguinte.

Chegando em Teresina, ela é levada para Fortaleza, permanecendo incomunicável desde a sua saída de São Luís. Permanece em um local que ela descreve como absurdamente insalubre, onde chegava e saía gente o tempo inteiro e era bastante sujo. Depois de alguns dias nesse ambiente, ela é levada para um outro local, com os olhos vendados, ainda sem poder se comunicar e agora sem saber sua própria localização. Neste local ela é interrogada e torturada. Menciona que fizeram várias perguntas sobre os comunistas no Maranhão e sobre políticos, ao que ela respondeu não saber de nada.

Maria relata ter levado vários choques e tapas, até um enfermeiro medir a sua pressão e, mediante o risco de morte, ela mesma prescreve um remédio para si, posteriormente comprado por um dos “chefes” da polícia. Só então param de torturá-la e interrogá-la. Maria diz que a partir daí não sofreu mais com perguntas ou torturas, mas teve sua prisão preventiva decretada, sendo então levada a um local com outros presos políticos e comuns, permanecendo lá por sete meses – ainda sem poder se comunicar com ninguém.

Ainda sobre este período em que passou presa, Maria registra 3 intervenções que corroboram a sua auto identificação de “bravura” / “valentia”. Primeiramente, ela consegue conversar com “uma mulher que desenvolvia trabalhos filantrópicos” e, a partir dela, garante a compra de uma geladeira para melhorar a qualidade dos alimentos e a execução de um projeto que dava às presas a possibilidade de trabalhar.

Maria relata, também, que em uma certa ocasião, com o adoecimento de sua companheira de cela, averiguou que ela ainda não havia tomado o remédio necessário, o que a levou a “fazer uma confusão” até que o remédio fosse dado. Diz Maria:

Então eu disse: não tomou o remédio por que? Rosa [sua companheira de cela] responde: Porque não consigo me levantar e a enfermeira veio dizer que eu tinha de ir lá na administração para tomar o remédio. Bem, eu fiquei muito brava. Aí eu fui lá brigar (...). Eu fui lá brigar com ela, com a administradora, disse que ela não tinha sentimento de humanidade, que a moça estava com febre muito alta, não podia se levantar e ela não deu o remédio na hora certa. Eu disse categoricamente: então a senhora é uma má administradora. Fiz uma

confusão, até que ela mandou dar o remédio (MOREIRA NETO, 2015, p. 253-254).

Por fim, Maria coloca que, como resultado desta “confusão”, a administradora se queixa, perante os seus superiores, de que uma detenta estaria intervindo na administração da prisão; Maria é então convidada para conversar com dois coronéis. Diz Maria sobre esta ocasião:

Aí o Coronel falou: bem, nós chamamos a senhora aqui porque soubemos que a senhora está intervindo na administração da penitenciária e a senhora é uma detenta. (...) Aí eu me irritei e disse: administração? Qual a administração que eu intervenho? (...) Isso é administração? Perguntei de novo e fui logo respondendo: havia administração aqui? Não! Aqui não havia administração (MOREIRA NETO, 2015, p. 256-257).

Os familiares e amigos de Maria Aragão só descobriram onde ela estava e passaram a poder prestar algum tipo de assistência (envio de dinheiro e auxílio de um advogado) por intervenção de Roberto Macieira junto ao então senador José Sarney. A filha de Maria Aragão, Simone, casou-se com Roberto Macieira, tornando-se cunhada de Marly, a esposa de José Sarney.

Essa intervenção de Macieira e Sarney, porém, é mencionada nos dois livros publicados com seus depoimentos autobiográficos, mas é omitida da *Revista* publicada em 1988 em homenagem ao aniversário de Maria Aragão. Neste documento, Maria diz que “tentaram me localizar até em Brasília e só souberam do meu paradeiro [em Fortaleza, no Ceará] quando os jornais deram” (ARAGÃO, apud, ALDIONOR, 1988, p. 10).

Sete meses depois de presa, é decretado o fim de sua prisão preventiva e ela passa a aguardar o julgamento em liberdade. Neste intermédio, Maria tenta voltar para o trabalho no Centro de Saúde do Anil, mas é impossibilitada por conta de o Secretário de Saúde de São Luís, Josélio Carvalho Branco, alegar, segundo o depoimento de Maria, estar “sofrendo pressão” e, por isso, não ter condições de permitir que ela voltasse ao trabalho no Centro de Saúde do Anil. É então mandada para o Hospital Aldenora Bello, pois lá ela ficaria “mais escondida”, já que o Hospital era novo e tinha pouco movimento (MOREIRA NETO, 2015, p. 259-260).

Depois de julgada, Maria é condenada a um ano e dois meses de prisão e enquadrada na Lei de Segurança Nacional por cona de sua atuação no Partido Comunista. Fica presa primeiramente na Polícia Militar (PM) e depois é transferida para a Penitenciária de Pedrinhas, ambas em São Luís, no Maranhão. Nos dois casos ela recebeu tratamento diferenciado dos demais presos. Na PM, tinha em sua cela livros, televisor e

discos. Quando transferida para Pedrinhas, faltando 52 dias para acabar a sua pena, não foi transportada no camburão, mas no carro particular do Coronel da PM. Maria também diz ter recebido, no natal deste ano, mais uma “prova de solidariedade” do “povo maranhense”, pois recebeu várias visitas e presentes.

Ela é liberta em março de 1977, mas volta a ser presa por conta de o Ministério Público ter recorrido da sentença. Com isso ela é condenada a mais dez meses de prisão. Ela pôde escolher ficar presa na PM ou em Pedrinhas, e escolheu Pedrinhas. Era a única mulher presa. Lá ela ficou em uma cela especial, com acesso a geladeira e podendo consultar os detentos e seus familiares. No natal de 1977, várias autoridades comparecem para uma cerimônia na Penitenciária de Pedrinhas e, nesta cerimônia, Maria é convidada pelo diretor para sentar à mesa juntamente às autoridades (quanto a este evento, ver, em especial, MOREIRA NETO, 2015, p. 281-283). Confirmando-se, mais uma vez, que Maria Aragão recebia tratamento diferenciado dos demais presos e mais respeitoso por parte das autoridades.

Tanto na narrativa de Maria Aragão quanto nos demais textos que acompanharam seus depoimentos nos dois livros e na *Revista*, não aparecem explicações dirigidas diretamente para os possíveis motivos deste “tratamento diferenciado”, dando a entender que estes seriam decorrentes das “provas de solidariedade” recebidas por ela do “povo maranhense” e do “respeito” angariado por ela na cidade.

Na sua reconstrução memorialística, feita em um contexto de exaltação da “resistência” e das vítimas da ditadura, percebe-se, assim, a colocação de reações à repressão como uma forma de resistência que, por mais que fosse apenas reativa, ganha aqui tons de bravura e heroísmo.

5.3. Atuação institucional e crítica à luta armada

Mesmo com a afirmação de ter feito “trabalho clandestino” durante o período ditatorial, nos três documentos autobiográficos de Maria Aragão as referências à sua atuação político partidária neste período são escassas. Consta apenas uma referência sobre a venda de jornais do Partido, e esta aparece de forma marginal em sua narrativa. Com exceção do período pós-1978, quando Maria Aragão participa da campanha vitoriosa de Haroldo Saboia por uma vaga de Deputado Estadual, e da declaração de não-voto em José Sarney e nos candidatos da ARENA, não aparece nos relatos de Maria nenhuma menção à participação em disputas eleitorais, seja mediante o apoio a candidatos do MDB ou com

uma candidatura própria por meio da legenda oposicionista. Isto causa um certo estranhamento, pois o PCB, apesar de bastante enfraquecido por conta da repressão e inúmeras dissidências, se manteve durante todo o período ditatorial atuante por meio do apoio ao MDB (KINZO, 1988), chegando a exercer um papel chave na articulação do partido, tanto nacionalmente quanto em alguns estados da federação (SEGATTO e SANTOS, 2007). A maior parte das referências sobre este período são relativas ao seu trabalho como médica, amplamente divulgado e conhecido na cidade, contando inclusive com a assunção do cargo de Diretora do Centro de Saúde do Anil, cuja posse se deu em uma cerimônia pública, na presença do Secretário de Saúde e do prefeito de São Luís. Percebe-se, por outro lado, que o próprio exercício da medicina, conforme entendido e exposto por ela, seria uma forma de estar lutando ao lado do “povo” (conforme demonstrado no capítulo anterior).

Ainda assim, há nos relatos de Maria críticas àqueles que não aderiram à opção do PCB no combate à ditadura – ou seja, recusaram a opção aliancista de “união de forças” e atuação moderada dentro do aparato institucional-legal. Diz Maria em relação ao PCdoB:

A linha que eles defendiam era a guerrilha, achavam que o Brasil estava atravessando um período revolucionário, pré-revolucionário e que era possível fazer a revolução através de guerrilhas. Estavam equivocados, em política não se pode errar. Estavam totalmente equivocados e a maioria, um número imenso de jovens foi sacrificado, morreu. Além desses jovens, alguns quadros de grande valor desapareceram mortos nessa maldita guerrilha. Daí foi o racha, transformando o Partido em PCB e PCdoB, eu fiquei ideologicamente com o PCB e passei esses anos todos no Partido (...). Enquanto o PCB achava que podia chegar ao socialismo por caminhos pacíficos, o PCdoB, defensores do racha, achavam que só podia ir revolucionariamente, ir através das guerrilhas (MOREIRA NETO, 2015, p. 174-175).

E, mais à frente, complementa, reiterando que a opção pela guerrilha é consequência de uma leitura equivocada da realidade e explicitando que esse erro foi cometido não só pelo PCdoB, mas por outros grupos e também em outros países:

Também me dói desesperadamente o erro de Che Guevara, que acreditou que era possível fazer guerrilha, exportar revolução, sair de Cuba e ir pra Bolívia onde não havia condição alguma de fazer guerrilha e lá ele foi morto (...). Isso é uma lição que mostra que há necessidade que se conheça a realidade, que a guerrilha é uma forma de luta de vanguarda, mas que não se poder fazer guerrilha sem que haja condições e não é possível ela suportar a revolução. Não é possível achar que Cuba é o Brasil, porque naquela época o que estava na cabeça dos militantes é que Cuba tinha feito a revolução, então no Brasil podia se fazer revolução (MOREIRA NETO, 2015, p. 176).

Desta forma, os depoimentos de Maria Aragão reforçam “a memória hegemônica sobre o regime (...), que tende a privilegiar a estabilidade institucional e criticar as opções radicais e extrainstitucionais” (NAPOLITANO, 2015a, p. 319). Faz coro, assim, com a literatura de testemunho recorrente na década de 1980, muitas vezes escritas por ex-guerrilheiros, onde um dos temas priorizados é a crítica/autocrítica à luta armada, geralmente retratada, *a posteriori*, como uma aventura irresponsável. Como nos diz Aarão Reis Filho (1997) sobre as apropriações acerca dos movimentos de esquerda armada dos anos 1960:

A versão mais difundida apresenta os movimentos revolucionários dos anos 60 como uma grande aventura, no limite da irresponsabilidade: ações tresloucadas. Boas intenções, claro, mas equivocadas. Uma fulguração, cheia de luz e de alegria, com contrapontos trágicos, muita ingenuidade, vontade pura, puros desejos, ilusões. Diante do profissionalismo da ditadura, o que restava àqueles jovens? Ferraram-se (REIS FILHO, 1997, p. 34).

5.4. Amigos, inimigo(s) e “o mito do bom arenista”

Nos escritos de Maria, a responsabilização por “defender” o golpe civil-militar de 1964 no Maranhão aparece direcionada para uma pessoa: José Sarney. Em um documento assinado por ela, divulgado em 5 de setembro de 1984 e reproduzido na *Revista*, Maria Aragão, seguindo as posições de Prestes, coloca o Colégio Eleitoral como um “instrumento espúrio, sem legitimidade, criado pela ditadura para a sua perpetuação” e afirma que nenhum dos candidatos que vão ao colégio eleitoral atenderão “às mudanças exigidas pelo povo” (ARAGÃO, 1988, p. 17). Maria também caracteriza cada um dos candidatos que foram ao Colégio Eleitoral. Segundo o documento, Paulo Maluf era “o homem da ditadura e não quer nem poderia trazer mudanças”; já Tancredo Neves, Maria apresenta como uma alternativa enganosa, pois seria “confiável para a ditadura”. Adiciona ainda, como prova da não-oposição de Tancredo à ditadura, o fato deste ter aceito e defendido a candidatura de José Sarney como vice, em sua chapa. E finaliza: “As candidaturas Tancredo-Sarney representam ‘democracia’ somente para as elites e continuísmo e grilagem para o nosso povo”. Assim ela define Sarney:

Tancredo aceitou e defendeu para seu vice o Sr. José Sarney, cuja história o Maranhão todo conhece: mudando de partido como quem muda de camisa. Saindo das hostes vitorinistas, de triste memória, bandeando-se em seguida para as Oposições Coligadas, lançou-se em 1965 nos braços da ditadura, que defendeu e defende de corpo e alma. Até ontem era presidente do PDS, o partido da ditadura, cargo que largou em um passe de mágica para ser vice do candidato das oposições (ARAGÃO, *apud*, ALDIONIR, 1988, p. 14).

Sabe-se que as circunstâncias do presente influenciam tanto no que pode ou não ser dito quanto nos aspectos a serem ressaltados (POLLAK, 1989). O que explicaria, portanto, a omissão/silenciamento por parte de Maria em relação ao apoio, explícito ou não, dado ao regime por outros agentes políticos ou por parte da sociedade maranhense?

Os relatos de Maria sobre a sua segunda prisão durante a ditadura e a sua defesa pelo deputado arenista Henrique de La Rocque podem nos ajudar a compreender como se dava a leitura feita por ela em relação a quem apoiava ou se opunha ao golpe/regime¹⁴¹.

Na segunda vez em que Maria Aragão foi presa durante a ditadura, estavam presas juntos com ela outras pessoas. Maria menciona eram muitos presos, citando os nomes de Bandeira Tribuzzi, Nicolau, Salvio Dino e Benedito Buzzar. Conforme seu relato, tais pessoas, mesmo não sendo comunistas, estavam presas apenas por serem “oposicionistas”. Sendo estas pessoas (ou parte delas) amigas de Sarney e, segundo o relato de Maria, “necessárias” para que este levasse a cabo seus projetos políticos, Sarney se vê impelido a contratar o deputado arenista e advogado Henrique de La Rocque para defender os presos – inclusive Maria, já que ela havia sido presa juntamente aos demais.

Diz Maria:

Sarney precisava do Tribuzzi porque ele [Sarney] tinha vindo para defender o golpe, ia se candidatar a Governador do Estado e ia precisar da capacidade do Tribuzzi. Tribuzzi não era apenas um grande poeta, era um grande economista (...). Então ele precisava do Buzzar, dessa gente toda, de quem ele era amigo, mas acontece que o processo era Maria José Aragão e outros, então para defender os outros ele tinha que me defender (MOREIRA NETO, 2015, p. 208, grifos meus).

Dessa forma, Maria coloca que a sua defesa por La Rocque não foi uma opção, mas algo necessário, inevitável, a não ser que Sarney resolvesse manter todos presos, o que comprometeria o seu projeto eleitoral.

Apesar de colocar Tribuzzi como “necessário” para o futuro governador, Maria não o apresenta como defensor do golpe, tal qual ela faz com José Sarney; também não comenta quanto à sua participação em cargos de relevo do Governo Sarney (1966-1970), nem as relações profissionais (e de amizade?) que Tribuzzi mantinha com Sarney na fundação e direção do jornal O Estado do Maranhão¹⁴².

¹⁴¹ Poder-se ia, ainda, adicionar como um outro exemplo ilustrativo a descrição de Maria em relação a sua nomeação para trabalhar como médica no Posto Médico do Anil pelo então governador do Maranhão Antônio Jorge Dino, eleito como vice de José Sarney, que assumiu quando este se afastou para concorrer ao senado. Maria descreve Antonio Dino, assim como Tribuzzi, como um de seus grandes amigos, omitindo qualquer vínculo de amizade ou político destes com Sarney e/ou com a ARENA.

¹⁴² Sobre a atuação profissional de Bandeira Tribuzzi, ver FERREIRA JUNIOR e GOMES (2014).

Assim Maria caracteriza Bandeira Tribuzzi: “era um marxista (...). Nunca pertenceu ao Partido, era na época meu maior amigo. Era muitíssimo ligado a mim, na verdade eu o amava muito, era um homem maravilhoso” (MOREIRA NETO, 2015, p. 207). Caracterização igualmente interessante ela faz de Henrique de La Rocque. Menciona que mesmo sem a conhecer pessoalmente, ele a ajudou conseguindo uma vaga em uma escola para o seu filho Sebastião; menciona que ele conseguia dinheiro, juntamente aos deputados e senadores, para ajudar os políticos cassados. Assim Maria relata uma conversa que ela teria tido com La Rocque, após ele ter pedido seu voto e ela ter negado: “lamentavelmente eu não vou votar no senhor, porque eu não voto na ARENA. Eu não voto no partido do golpe e eu lamento muito isso, porque eu gosto muito do senhor” (MOREIRA NETO, 2015, p. 210). Maria afirma, ainda, que achava que La Rocque deveria ser eleito, mas não com o seu voto.

Vale lembrar que o que importa aqui não é averiguar se estas pessoas apoiaram ou não a ditadura imposta no Brasil desde abril de 1964, se de fato colaboraram ou não com políticos cassados ou com a cassação de políticos, mas compreender os motivos pelos quais, em sua reconstrução *a posteriori* dos eventos relativos à ditadura militar brasileira, Maria Aragão é levada a creditar a algumas pessoas específicas a responsabilidade pela defesa de um regime que torturou muitos – inclusive ela própria, além dos inúmeros desaparecimentos, assassinatos e outras violações de direitos humanos.

Como nos diz Alessandro Portelli sobre a construção memorialística em torno a um massacre ocorrido em uma cidade italiana durante a Segunda Guerra Mundial:

O fato de essas imagens se embasarem em fatos não invalida sua condição mítica: na verdade, o principal processo de criação de mitos em curso na memória de Civitella parece ter mais a ver com a amplificação do significado de eventos isolados do que com pura e simples invencionices. *O que realmente importa não é se os bons alemães¹⁴³ realmente existiram e distribuíram balas, mas na necessidade ingente, mesmo em suas vítimas ou inimigos, de acreditar em sua existência* (PORTELLI, 2005, p. 124, grifos meus).

O que é, portanto, que explica a “necessidade” de silenciar certos apoios, além de justificar a ajuda recebida por pessoas que abertamente compuseram o partido da situação

¹⁴³ Portelli se refere, aqui, à “narrativa mítica encontrada em toda a Europa (...) conhecida como a história do ‘bom alemão’” (PORTELLI, 2005, p. 122). Após a segunda guerra mundial, passou a ser muito comum encontrar histórias referentes a casos de violência coletiva que geraram vítimas civis onde apareciam soldados relutantes, que de alguma forma hesitavam em compactuar com os assassinatos; outra vertente dessa mesma narrativa se refere a soldados tocando piano em meio à guerra, dando balas a crianças, etc. O título deste tópico – que faz referência ao “mito do bom arenista” – é uma alusão às possíveis comparações entre as duas narrativas míticas.

(a ARENA) e assumiram cargos de confiança no governo do Estado? No caso da Alemanha nazista, por exemplo, Pollak destaca que muito do silêncio de sobreviventes dos campos de concentração nazista pode ser explicado por conta da necessidade de conviver com aqueles que consentiram com as deportações e como uma necessidade de autoproteção.

A resposta a esta pergunta exige, no mínimo, conjugar na análise quatro fatores: a permanência de significativa parte da velha elite apoiadora da ditadura conservando poder, fato decorrente de a transição no Brasil ter sido uma “transição negociada”; o projeto eleitoral das esquerdas, no qual Maria e seus biógrafos estavam engajados; a necessidade de dar coesão a um “grupo” heterogêneo, onde o eixo de identificação é o combate a um inimigo comum (José Sarney/“sarneysismo”); e a relativa consonância com a memória hegemônica sobre a ditadura, que clama à uma grande *conciliação*.

5.5. Maria Aragão, memória e mitos

Desde a reação de uma mulher que desmoraliza militares covardes e armados até os dentes com um bravo discurso da janela de sua casa; que dá um tapa na cara de delegado; que grita com um oficial do exército reafirmando a sua autoridade de líder comunista; que mantém a integridade moral de não dar – mesmo sob tortura – nenhuma informação que possa prejudicar algum companheiro; que mesmo em plena ditadura, não se exime de lutar por um mundo melhor, seja vendendo jornais ou colocando o seu trabalho de médica em benefício do povo, a narrativa de Maria toma contornos míticos.

Esta leitura da realidade, lastreada mais na memória que na história, baseia-se também na construção de mitos – o que não quer dizer que não tenha fundamento na realidade histórica.

As memórias de Maria Aragão encarnam tanto o mito da sociedade enquanto “vítima inocente” quanto o mito da “resistência” (GROPPO, 2015a). Por um lado, não aparece nenhuma menção a apoio ou consentimento de pessoas ou instituições ao regime imposto – com exceção de uma única pessoa. Por outro, Maria se mostra como resistindo à ditadura, e sua resistência como expressando a resistência do povo: não só as suas

origens são “do povo”, como o povo, por meio de “provas de solidariedade”¹⁴⁴, do apoio e admiração concedidos, teria delegado a ela este dever/responsabilidade.

Esta leitura do passado recente feita por Maria Aragão também se baseia nos três “denominadores comuns” que, segundo Groppo (2015a, 2015b), estão presentes em praticamente todos os casos de reconstrução memorialística feita após regimes ditatoriais: a celebração das vítimas, a valorização da resistência e a omissão do consenso/apoio. A própria Maria Aragão encarna tanto a “vítima” quanto a “resistência”, e o apoio ao regime, tácito ou declarado, é apagado, de forma a supervalorizar o apoio de um ator específico.

Esta responsabilização seletiva deve entendida, também, à luz de um fator próprio das construções memorialísticas: a memória não se orienta apenas pela reconstrução dos eventos do passado, mas pelas disputas travadas no presente, ao mesmo tempo em que serve de orientação para as ações do presente.

Assim, se a leitura memorialística do período ditatorial, tal qual demonstrou Aarão Reis Filho (2014) encontra lugar para todos na “resistência”, a leitura feita nas memórias de Maria inclui quase todos: a exceção se dá para José Sarney, que é colocado como principal “culpado”/responsável pela defesa e sustentação da Ditadura Militar no Maranhão. Até mesmo pessoas como Bandeira Tribuzzi, que ocupou diversos cargos político-administrativos no Estado e manteve relações próximas com José Sarney, não aparecem, aqui, como tendo algum compromisso com a lógica do regime – se ele não é colocado explicitamente como parte da “resistência”, também não aparece aqui nenhuma menção a qualquer tipo de colaboração com a Ditadura.

A negação do regime como uma construção social ampla e complexa, com apoio ou omissão de diversos segmentos da sociedade, que há na leitura da ditadura feita por Dias Gomes (ROLLEMBERG, 2009), Fernando Gabeira (AARÃO REIS, 1997) e outros, tem, na leitura feita por Maria sobre a ditadura no Maranhão, sua versão potencializada – não só se apaga a participação civil, mas toda e qualquer participação/apoio/omissão de qualquer pessoa que não fosse a de José Sarney.

Destaca-se, assim, a relativa consonância dos relatos de Maria com a construção memorialística hegemônica em relação a temas que se consagraram como próprios à Ditadura Militar: o golpe como uma surpresa, a resistência heroica daqueles que jamais

¹⁴⁴ No relato de Maria há algumas ocasiões em que ela coloca ter recebido “provas de solidariedade” do “povo”. Dentre elas estão os presentes que recebeu durante as prisões e o aumento da “admiração” e da “clientela” após a prisão de 1951.

se dobraram à repressão, a crítica ao “aventureirismo” dos setores da esquerda que se lançaram à luta armada (e a consequente apologia às disputas eleitorais como forma de luta mais legítima), o *silenciamento* do apoio ou omissão recebido pelo regime, conclamando assim a uma grande *conciliação*.

Por fim, vale frisar que a análise aqui empreendida não deve servir como absolvição/acusação política de Sarney, Maria Aragão ou quaisquer dos outros atores citados, e nem para apontar outros “culpados” que Maria Aragão teria esquecido/omitido – afinal, isto seria fazer coro à uma leitura da história que vê a sociedade como dividida em duas, uma apoiadora da ditadura e a outra resistente, o que já incorre em simplificações e homogeneizações que não dão conta de explicar a realidade histórica. Também não se trata, aqui (o que seria igualmente equivocado), de cobrar de Maria Aragão que ela expusesse uma leitura do período ditatorial contendo uma exposição crítica e que envolvesse o colaboracionismo e os mecanismos que possibilitaram que a ditadura brasileira durasse 21 anos, mas de atestar que relatos/depoimentos de pessoas em posição análoga a de Maria tem um papel importante na construção da memória sobre um período e que estes se relacionam diretamente com as relações de poder envolvendo tanto os partidários da ditadura encerrada quanto a nova elite ascendente, legitimando e deslegitimando posições no presente.

CAPÍTULO 6 - Elegias para Maria Aragão

Diferentemente dos anteriores, o presente capítulo não toma como *locus* investigativo prioritário os depoimentos memorialísticos de Maria Aragão e como ela própria pauta a sua identidade. Analisa-se, aqui, como os discursos de outros agentes intervêm na construção da identidade pública de Maria e na reafirmação da mesma como um “ícone”/”heroína” do estado do Maranhão. Toma-se, para isto, documentos veiculados em três momentos distintos. Primeiramente, aqueles veiculados na *Revista Maria Aragão – 78 – anos de vida 43 de luta*, publicados em 1988, por ocasião do aniversário de 78 anos de Maria Aragão, com ela ainda em vida. Posteriormente, toma-se para análise os documentos veiculados no dia seguinte à morte de Maria Aragão e, por fim, com o intuito de apreender como Maria Aragão é representada nesta obra, qual o sentido atribuído pelos autores à publicação de suas memórias e como se deu a relação entre homenageador e homenageada, analisa-se o conjunto do livro organizado por Antonio Francisco, publicado em 1992, dando ênfase para a “introdução” escrita pelo próprio organizador e um “apêndice” escrito por Euclides Moreira Neto, organizador de outro livro contendo depoimentos memorialísticos de Maria Aragão.

A coleta e divulgação dos depoimentos que resultaram na *Revista* e nos livros organizados por Antonio Francisco (1992) e Moreira Neto (2015), bem como a morte de Maria e produção dos elogios fúnebres, aconteceram em um contexto em que, além de manter-se em vários espaços do território nacional uma série de eventos de heroicização dirigidos àqueles que “combateram a ditadura”, no estado do Maranhão elege-se, em 1988, para a prefeitura da capital, o médico Jackson Lago, filiado ao mesmo partido que Maria passou a integrar a partir de março de 1990, o Partido Democrático Trabalhista (PDT)¹⁴⁵. Lago era um dos principais opositores da facção política ligada ao ex-presidente e ex-governador do Maranhão José Sarney (facção dominante no Estado desde a sua chegada ao governo em 1966). Associando seu nome ao qualificativo de *Ilha Rebelde* (que remete à já mencionada Greve de 51), Jackson elegeu-se prefeito da capital três vezes (1989-1992; 1997-2000 e 2001-2002), sempre pelo PDT¹⁴⁶.

¹⁴⁵ A exceção se dá para a publicação em livro dos depoimentos coletados por Eulcides Moreira. Como já mencionado, os depoimentos coletados por Moreira só foram divulgados em livro posteriormente (em 2015). Mas, utilizando-se do registro feito em áudio e vídeo, a gravação do depoimento foi divulgada em algumas ocasiões, como no velório de Maria.

¹⁴⁶ Ver capítulo 4 para uma descrição mais detalhada das disputas políticas no estado.

6.1. A Revista Maria Aragão – 78 anos de vida 43 de luta

Como já demonstrado anteriormente, ao menos desde a década de 1950 os aniversários de Maria Aragão se constituíam em eventos públicos, de caráter político e hagiográfico, que pautavam a sua identidade pública. Como parte da comemoração ocorrida em 1988, no Clube Sírio Libanês, houve a publicação da *Revista*, editada por Aldionor Salgado, que menciona ter ficado responsável pela edição por conta da experiência profissional como jornalista. Além do trabalho como jornalista, Salgado foi eleito vereador de São Luís em 1982, pelo PMDB. Na ocasião, fazia parte da chamada “corrente prestista” e, posteriormente, juntamente com a maior parte dos prestistas maranhenses, se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT).

A capa da revista traz o destaque para o nome “Maria Aragão”, sendo que o “g” é formado pela junção de uma foice com um martelo, símbolo internacional do comunismo. Abaixo do nome de Maria vem o subtítulo “78 anos de vida, 43 de luta”. Com isto, destaca-se não só a vinculação de Maria ao comunismo, mas a idade relativamente avançada e o longo tempo dedicado à militância política, que toma como marco inicial o ano de 1945, quando ela retorna do Rio de Janeiro para São Luís com o propósito de “reorganizar” o PCB.

Abaixo do título há uma foto de Maria e, no canto direito, uma faixa vermelha com a frase “Maria é a revolucionária exemplar”, atribuída a Prestes. Na lateral direita, há várias frases de Maria, retiradas dos relatos coletados. As duas primeiras realçam a transformação de “agitadora” para um tipo de “militância mais séria e consequente”, o que, juntamente com a penúltima frase (“Cometi erros. E Prestes um dia me disse: só não comete erros quem nada faz”), destacam a disposição para a autocrítica, que é muito característica do universo comunista (GROPPO, 2012), juntamente com a valorização dos erros e tempo de militância como fatores que, conjuntamente, a autorizariam a intervir melhor na realidade. As demais frases destacam reações de Maria à prisão – ressaltando sua “bravura”/“coragem” –, sua vinculação a Prestes e a autoidentificação como comunista (ver Figura 4).

Figura 4: Capa da Revista



Fonte: Salgado (1988)

Diz Maria, em depoimento dado posteriormente a Antonio Francisco, que “fizeram a *Revista*, com declarações minhas, com entrevistas, com alguma coisa que eu já havia publicado” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 174). Ela própria apresenta a revista, neste depoimento, como parte de um projeto de escrever um livro sobre a sua vida. De forma semelhante, na seção intitulada “Aos leitores”, escrita por Aldionor Salgado, a revista é apresentada como sendo “comemorativa aos 78 anos de vida e 48 anos de luta da líder comunista revolucionária Maria Aragão”, e adiciona que tal

publicação não “pretende substituir a publicação de um provável livro de memórias e depoimentos dessa mulher meiga e valente”. Por fim, Salgado coloca que “Maria merece muito mais que esta revista e tenho certeza que alguém cuidará desta tarefa” (ALDIONOR, 1988, p. 3).

Assim, o editor explicita a intenção de que a revista seja parte de um projeto biográfico mais abrangente, que deveria incluir outras publicações e, entre estas, a publicação de um livro mais volumoso. Apesar disto, os dois livros que vieram à tona contendo depoimentos biográficos de Maria foram produzidos a partir de depoimentos coletados por outras pessoas, não tendo relação direta ou se beneficiado dos depoimentos gravados para a produção da *Revista* e não divulgados nela por uma questão de espaço.

Tal seção informa ainda que a revista apresentada “não abarca sequer a metade dos depoimentos colhidos por Maurício Mendonça, Kasuê e Tânia Mendes”, e que os depoimentos foram dispostos “conforme os fatos e sua importância” - os critérios da escolha e hierarquização destes fatos, porém, não são explicitados. Além deste “editorial” escrito por Aldionor, a revista é composta por dois tipos de “matérias”: textos cuja autoria é da própria Maria e que, por sua vez, se dividem em depoimentos dados por ela, uma entrevista e um “manifesto”; e textos escritos por terceiros em sua homenagem.

Apesar do risco de parecer repetitivo, retornar aos depoimentos de Maria presentes nesta revista, já examinados em capítulos anteriores, tem o intuito de possibilitar a apreensão de quais são os eventos e características mais valorizadas por seu editor, Aldionor Salgado, por entendermos que estas escolhas, feitas na edição da *Revista*, têm um peso significativo nas disputas pela construção da identidade pública de Maria. Vale frisar, ademais, que todos os eventos narrados por Maria e constantes nesta revista são também narrados por ela nos depoimentos dados a Euclides Moreira e a Antonio Francisco. Isto demonstra que, além do forte enquadramento da memória, há uma seleção de quais os eventos mais representativos da identidade do personagem em questão, e que a tomada de tais eventos como representativos da vida de Maria parte de um certo acordo – muito provavelmente feito de forma não intencional - entre os agentes que pautam a sua identidade pública.

Quadro 1: textos constantes na *Revista* e atribuídos à Maria Aragão

Título atribuído ao texto	Tipo de texto
De nada valeu a repressão	Depoimento
Clero reage ao comunismo	Depoimento
Entra para o PCB com toda a garra	Depoimento
Muitas prisões não intimidam quem acredita na vitória da revolução	Depoimento
Mulher comum, que ama filhos, netos e vida	Depoimento
Da medicina ao comunismo	Entrevista
Romper com a direção do PC era uma questão de honra	Depoimento
A questão fundamental é o caráter socialista da revolução	Depoimento
Diretas, sem ilusões, em manifesto de 84	Manifesto

Fonte: Produzido pelo autor a partir de informações contidas em Salgado (1988)

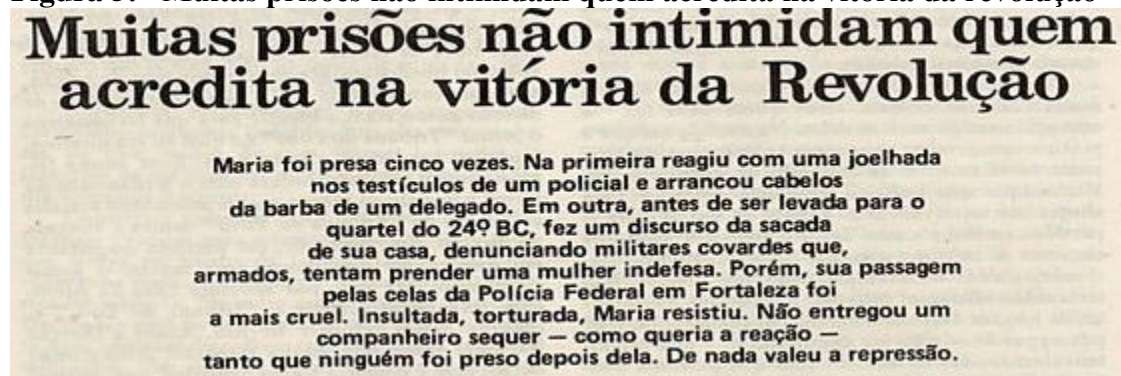
O primeiro texto da *Revista* tem o título “De nada valeu a repressão”, e traz um depoimento de Maria sobre uma de suas viagens para o interior do Maranhão, em 1945, em que padres locais incitaram os moradores a apedrejá-la. O depoimento é precedido por um texto não assinado - mas que podemos presumir que é de autoria de seu editor, Aldionor Salgado - onde o episódio narrado é apresentado como “o exemplo de que quando a convicção política é reta e, sobretudo, revolucionária, não há pedras que a destrua”. Nesta introdução, o evento narrado é colocado também como um exemplo que demonstra que “as perseguições a Maria não se limitaram às prisões e torturas” promovidas pelo Estado, pois vieram também do “clero”, e como uma demonstração do “ódio da classe dominante a Maria”. De forma aparentemente deslocada, nesta introdução consta ainda uma referência ao reconhecimento de Maria por “seu povo” e à sua “extraordinariedade”. Conforme o texto: “Maria viveu e vive de bem com a vida. Ama seu povo e sabe que a recíproca é verdadeira. Maria é invencível. A prova disso é a superação dos obstáculos que enfrentou”.

Outro texto constante na revista intitula-se “Clero reage ao comunismo”. Tal qual o anterior, este também é precedido por uma pequena introdução não assinada. O texto apresenta rapidamente o crescimento eleitoral do PCB em 1945/46, em âmbito nacional, e a repressão policial e criminalização do comunismo por parte da Igreja Católica de então. Já o depoimento de Maria Aragão, versa sobre uma outra viagem feita para o interior do Maranhão (cidade de Pedreiras), em 1946, em que o padre local havia espalhado pela cidade que ela seria a “besta-fera”, a “comedora de criancinhas” e proibiu

que os moradores se consultassem com ela. Após tudo isto, porém, Maria relata que parte da população ficou curiosa para conhecer o “monstro” de que o padre havia falado, indo procurá-la na casa em que ela estava hospedada (que, segundo ela, era a casa de um “companheiro do partido”). Com isto, Maria teve a oportunidade de conversar com muitos moradores sobre os problemas da cidade, as injustiças que sofriam, sobre o comunismo e pôde consultar muitos deles.

Em outra seção, são narradas, cronologicamente, as 5 prisões de Maria. Ela traz o título “Muitas prisões não intimidam quem acredita na vitória da revolução” e, ao invés de um pequeno texto com informações contextuais, entre o título e o depoimento de Maria há um resumo da sua reação a cada prisão, concluindo, por fim, que “de nada valeu a repressão”. Esta é a maior matéria da *Revista*, ocupando três páginas.

Figura 5: “Muitas prisões não intimidam quem acredita na vitória da revolução”



Fonte: Salgado (1988, p. 8)

Assim, podemos perceber que, na narrativa construída na *Revista*, há uma valorização da “resistência” à repressão, onde parece subjazer uma percepção de que sofrer com a perseguição do “clero” e/ou da polícia seria a comprovação de estar seguindo no caminho certo. E, sendo esta perseguição materializada em eventos sucessivos e temporalmente distantes uns dos outros (a primeira prisão foi em 1951, a última em 1977), isto comprovaria, também, a coragem, a perseverança e, além disso tudo, o fracasso da repressão que, apesar do longo esforço, não conseguiu parar esta “mulher incansável”.

O relato intitulado “Entra para o PCB com toda a garra” também traz uma introdução com uma rápida “contextualização”: além de situar a data – abril de 1945 –, destaca o crescimento do PCB, a conquista da legalidade mediante manifestações populares, a popularidade de Prestes e dois “grandiosos” comícios em que este discursou (no Rio de Janeiro, no estádio de São Januário e em São Paulo, no estádio do Pacaembu).

O depoimento de Maria demonstra a leitura que ela própria faz de sua vida, que é dividida em três “momentos” distintos. O primeiro se encerra com a sua adesão ao PCB, no ano de 1945, momento em que, para utilizar as suas próprias palavras, seu “rumo ficou claro”. Com a “conversão” ao comunismo, a partir das já examinadas “aparições apoteóticas” de Prestes, ela sai da condição de “alienada”, sem contato com partidos políticos e, após esta data, torna-se comunista, mas uma comunista “agitadora” e “sem a formação política adequada” - o que dá sentido, em sua narrativa, às muitas autocríticas à sua atuação política neste período. Este é também o período em que ela retorna ao Maranhão para “reorganizar” o Partido. Por fim, o relato refere-se à passagem do segundo para o terceiro momento de sua vida, cujo marco é a viagem feita para a URSS, no início da década de 1960, para um curso de formação política. Lá, enfim, ela teria adquirido a “formação” necessária, deixando de ser apenas uma comunista “agitadora” e passado a trabalhar com “educação”. Desta forma, ela passa, em um primeiro momento, da condição de “alienada” para a condição de “agitadora nata”; e, posteriormente, da condição de “agitadora nata” para a de alguém que se dedicava a um “trabalho mais sério e consequente”, que privilegiava a “educação”/formação política (ARAGÃO, *apud*, ALDIONOR, 1988).

Em outra seção de depoimento, intitulada “Mulher comum, que ama filhos, netos e a vida”, além do relato de Maria, há três fotos dela com familiares e pequenas intervenções do editor, no decorrer do texto, para fazer a ligação entre trechos e adicionar informações relevantes para a coerência da narrativa, conforme selecionada e exposta. Neste relato, Maria apresenta seus avós, pais, irmãos, filhos e netos. Menciona os sacrifícios e fome na infância, seu itinerário escolar e o casamento com o jornalista Alfredo Galvão, em 1947.

A inclusão de um tópico como este em uma revista destinada a falar da vida de uma mulher não se dá à toa, mas decorre da influência de como a memória e identidade feminina vêm sendo historicamente construída, ou seja, como parte do mundo privado/familiar (apesar das significativas mudanças nas últimas décadas, que inclusive permitiram que alguém como Maria Aragão ocupasse tal posição de visibilidade e prestígio).

Observando este trecho, também podemos perceber de forma mais explícita o que Delfine Dulong (1994), referindo-se às homenagens feitas a políticos na ocasião de suas mortes, chamou de “humanidade da grandeza” (*l’humanité de la grandeur*): a junção do ordinário, do “mundano” - exposto aqui principalmente por conta de suas relações

familiares, do amor aos parentes, etc. - com o singular/extraordinário - visto principalmente nos demais depoimentos trazendo seus feitos “heróicos”.

A *Revista* também traz uma entrevista feita por um jornalista (Walter Rodrigues) e publicada primeiramente no jornal *Folha de São Luís*, em setembro de 1979, intitulada “Da medicina ao comunismo”. Na entrevista, que ocupa duas páginas da *Revista*, é abordada a escolha por fazer medicina e as dificuldades vividas durante o curso no Rio de Janeiro. Tal qual nos depoimentos dados a Antonio Francisco (1992) e Moreira Neto (2015), a escolha pela medicina é colocada como uma forma de combater a fome/miséria e os relatos sobre a sua experiência durante o curso enfatizam a fome que ela passou – primeiramente na infância, depois enquanto estudante de medicina – e outras dificuldades enfrentadas, como a fome e a necessidade de trabalhar muito. A entrevista termina com Maria mencionando ter recebido um convite, no Rio de Janeiro e já depois de formada, para participar de um comício.

Em seguida à essa entrevista vem o depoimento intitulado “Romper com a direção do PC era uma questão de honra”, também precedido por um texto não assinado e que tem como foco um resumo do depoimento seguinte. O texto traz a avaliação de que, desde 1980, deixou de ser possível permanecer no PCB, pois o Partido, que se orientava de forma equivocada há décadas, tinha uma direção traidora e se negava a fazer autocrítica, tal qual Prestes fez com a publicação da Carta aos Comunistas. Justificava-se, assim, o rompimento com o PCB. Após expor os motivos que a levaram, assim como Prestes, a essa ruptura, menciona ter prontamente começado a articular um grupo alinhado com as posições de Prestes – a chamada “corrente prestista”.

O último depoimento constante na revista é intitulado “A questão fundamental é o caráter socialista da revolução”, o qual, sem um texto introdutório, apresenta o que seria a “corrente prestista” e explicita que, apesar do rompimento com o PCB, mantinha-se respeito e admiração pelo período em que o partido esteve “comprometido com as classes trabalhadoras” e pelos “companheiros que tombaram na luta”. Como demonstração deste respeito e admiração, Maria cita “um homem que sintetiza, por sua seriedade e coragem, a imagem de um velho lutador e esse homem é Gregório Bezerra” (ARAGÃO, *apud*, SALGADO, 1988, p. 15), passando então a descrevê-lo, com ênfase para o seu sofrimento decorrente da repressão na Ditadura militar e para a relação mantida entre eles dois.

Por último, além das homenagens, há um “manifesto” escrito por Maria, intitulado “Diretas, sem ilusões, em manifesto de 84”. Neste documento, Maria inicia reivindicando “a autoridade que me conferem quase 40 anos de lutas” e se apresentando como comunista

e filiada à “corrente revolucionária defendida por Luiz Carlos Prestes”. Defende as “Eleições Diretas Já”, colocando o Colégio Eleitoral como uma “traição”, defendendo o seu boicote e criticando todos os candidatos que participaram do pleito, com ênfase para a chapa de Tancredo e Sarney (ARAGÃO, apud, ALDIONOR, 1988, p. 17).

Como já mencionado, além destas “matérias” com depoimentos atribuídos à Maria, há também textos escritos em homenagem à aniversariante. O primeiro destes cinco textos é de autoria de Luiz Carlos Prestes, e é o único a vir na terceira página da revista, ao lado do “editorial” escrito por Aldionor Salgado.

Quadro 2: Homenagens constantes da revista *Maria Aragão* – 78 anos de vida 43 de luta

Nome do autor	Caracterização social do autor	Título da matéria	Como Maria é caracterizada
Aldionor Salgado	Jornalista; Vereador de São Luís (1983-1988); Integrante da “corrente prestista”, posteriormente do PT e depois PDT.	Aos leitores	“líder comunista revolucionária”; “mulher meiga e valente”;
Luiz Carlos Prestes	Ex-senador e Secretário Geral do PCB (ver nota 37).	Aos meus amigos e companheiros do Maranhão	“Nossa querida Maria Aragão”; “a revolucionária exemplar”; “a personificação da dedicação ao seu povo, capaz de todos os sacrifícios”;
José Louzeiro	Jornalista e escritor maranhense.	--	“pessoa especial, que tanto nos orgulha”; “transcende seus próprios limites e torna-se, cotidianamente, a guerreira imbatível das causas alheias, das causas sociais profundas”; “militante comunista desde mocinha”; “permanentemente jovem”; “humildade”; “franqueza”; “crença de que um dia inauguraremos um regime humanizado”
Florestan Fernandes	Sociólogo; Professor da	Maria, saudações	“querida Maria Aragão”; “figura exemplar de médica

Deputado Constituinte – PT	Universidade São Paulo; Deputado Federal Constituinte (1987-88); Deputado Federal (1987-1994).		humanitária de militante devotada a luta pelo povo, pela democracia e pelo socialismo”; “jornalista crítica e exigente”; “marco de referência política e de grandes esperanças históricas”
Raul Ximenes Galvão	Trabalhou como químico industrial; Assessor da Assembleia Legislativa de São Paulo; Assessor do Ministério do Planejamento para assuntos ambientais.	--	“Maria é uma instituição e as instituições não envelhecem”; “companheira de lutas”;
Roberto Kenard	Jornalista e escritor maranhense.	--	“sempre agira rompendo padrões e preconceitos”; “Para Maria o que importa é a vida e o futuro das pessoas”; “Maria não é só maranhense, brasileira. Maria é o mundo. Com ela tenho certeza que a luta continua”;

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações contidas em Salgado (1988)

O título do texto, “Aos meus amigos e companheiros do Maranhão”, já demonstra a intenção de seu autor, Prestes, de não se dirigir apenas a Maria Aragão, mas a um público mais amplo. Além da demonstração de admiração e intimidade com Maria, Prestes a caracteriza como “a revolucionária exemplar”, “a personificação da dedicação a seu povo, capaz de todos os sacrifícios” e como alguém que “já aprendeu com a vida e pode por isso ensinar os mais jovens” (PRESTES, apud, ALDIONOR, 1988, p. 3). Prestes coloca ainda que a profissão de médica “abraçada” por ela serviu como uma alavanca para que viesse a conhecer os “sofrimentos de seu povo” (principalmente crianças e mulheres) e, referindo-se implicitamente ao marxismo, afirma que o exercício da medicina contribuiu para que Maria viesse a dar um “rumo também científico à sua luta”. Vale ressaltar, também, a percepção de Prestes, manifesta neste documento, de que as

comemorações do aniversário de Maria são eventos políticos. Em suas palavras: “Que as comemorações dos 78 anos de Maria possam contribuir, como ela mesmo tanto há de desejar, para elevar o nível de consciência político e ideológica do povo trabalhador (...)” (PRESTES, apud, ALDIONOR, 1988, p. 3).

A homenagem seguinte é de José Louzeiro. Assina esta homenagem apenas com seu nome, a data e o local (03/02/1988, Rio de Janeiro)¹⁴⁷. Ele caracteriza Maria como “uma pessoa especial”, que “transcende seus próprios limites e torna-se, cotidianamente, a guerreira imbatível das causas alheias”. Também a caracteriza como “militante comunista desde mocinha” e ressalta que ela “conheceu a prisão, as humilhações e, principalmente, a discriminação da sociedade”, adicionando que este “sofrimento conservou-a jovem” e que ela se destaca pela “humildade”, “franqueza” e “crença de que um dia inauguraremos um regime humanizado” (LOUZEIRO, apud, ALDIONOR, 1988, p. 19).

Na homenagem escrita por Florestan Fernandes, Maria é caracterizada como “figura exemplar de médica humanitária, de militante devotada à luta pelo povo, pela democracia e pelo socialismo, de jornalista crítica e exigente” (FERNANDES, apud, ALDIONOR, 1988, p. 19). Destaca-se, assim, que a “extraordinariedade” de Maria está no êxito entre os três ofícios a que se dedicou: medicina, militância e jornalismo, bem como na relação estabelecida por sua atuação nestes três âmbitos. Assim, tal qual na homenagem feita por Prestes, destaca-se, aqui, a condição de médica e a relação entre a medicina e a atuação política, em que o exercício de um impulsiona o outro. A homenagem de Florestan, porém, destaca uma característica que nem sempre aparece: a de “jornalista crítica e exigente”. Com isso, Florestan referia-se à atuação de Maria em jornais partidários, a qual ocorria desde a década de 1950, com o jornal *Tribuna do Povo*, e permaneceu após sua extinção, no início da década de 1960. Após esse período, Maria passa a ser responsável pela circulação, no Maranhão, do jornal vinculado ao PCB, *Voz Operária*. Posteriormente, na década de 1980, Maria passa a ser uma das responsáveis pelo jornal *O Popular Democrático*, ligado à “corrente prestista” (AZEVEDO, 2016).

¹⁴⁷ José Louzeiro nasceu no Maranhão e iniciou na capital deste estado a sua carreira como jornalista, indo posteriormente para o Rio de Janeiro. Em 1988, além do trabalho de jornalista, já havia publicado livros de literatura e escrito roteiros para filmes, além de ter sido, na década de 1960, um dos criadores do Sindicato dos Escritores. Desde dezembro de 1987 ocupa a cadeira 25 da Academia Maranhense de Letras. Informações retiradas de: <http://www.louzeiro.com.br/index.html> e <http://www.academiamaranhense.org.br/jose-de-jesus-louzeiro/>

Porém, não é só na excepcionalidade da atuação e êxito em distintos âmbitos que se encontram os motivos atribuídos para a importância da homenageada, mas também no fato de que ela “se eleva acima de todos como um marco de referências políticas e de grandes esperanças históricas” (FERNANDES, *apud*, ALDIONOR, 1988, p. 19). Explicita-se, assim, uma característica muito presente em homenagens: ao mesmo tempo em que se coloca o herói como um exemplo a ser seguido, acentua-se a sua distinção face às pessoas ordinárias/convencionais.

Florestan Fernandes foi um intelectual consagrado nacionalmente, trabalhou como professor da Universidade de São Paulo (USP) e contribuiu com o Partido dos Trabalhadores (PT) desde a sua fundação, filiando-se ao partido em 1986, ano que também foi eleito deputado federal constituinte. Assina a homenagem como “Florestan Fernandes – Deputado Federal Constituinte – PT”.

A homenagem seguinte é de Raul Ximenes Galvão, que na ocasião era assessor do Ministério do Planejamento para assuntos ambientais¹⁴⁸ e já havia militado anteriormente com Maria Aragão, em São Luís, no chamado “Comitê de Defesa da Ilha”¹⁴⁹. Assina o texto apenas com seu nome, data e local (Brasília, fevereiro de 1988).

De forma a ressaltar a “longevidade” da homenageada, Raul menciona que “Maria é uma instituição e instituições não envelhecem”, e a compara com o “processo histórico que se dá no constante enfrentamento a acomodações, consensos e regressões. Enfim, conflitos com os detentores do poder na sociedade de classes”. A percepção do aniversário de Maria como um evento político e o destaque para a sua atuação em diversos âmbitos se mostra aqui, também, quando o homenageador ressalta que “o aniversário de Maria tem a grande função de fazer-nos recordar que a tivemos como companheira de lutas, por mais um ano. Conflitando, curando, vivendo, cantando, ensinando e nos ajudando no ideal de todos nós” (GALVÃO, *apud*, ALDIONOR, 1988, p. 19).

A última das cinco homenagens presentes na revista é de Roberto Kenard, que assina o texto apenas com seu nome, local e data de escritura (Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 1988). Em sua página pessoal na rede social Facebook, Kenard se apresenta como poeta, jornalista e autor de quatro livros. Kenard inicia mencionando uma entrevista feita por ele com Maria em 1985, para ser publicada em um jornal local, em que Maria afirmou que só fazia as coisas apaixonadamente, e que isso o fez mudar a sua percepção do que era ser comunista. Diz ele que, com isto, “Maria rompia (...) com mais um padrão:

¹⁴⁸ http://www.cienciamao.usp.br/dados/rec/_aquestaoambientalnobrasil_1.arquivo.pdf

¹⁴⁹ <https://ecosdaslutas.blogspot.com.br/2009/03/nascimento-o-poeta-da-hora-presente.html>

o de que comunista deve ser um sujeito cinzento, fechado, severo, feito só de ferro”. E finaliza afirmando que “Maria não é só maranhense, brasileira. Maria é o mundo. Com ela tenho certeza que a luta continua” (KENARD, *apud*, ALDIONOR, 1988, p. 19).

Tal qual os trechos com depoimentos de Maria, as homenagens aqui reunidas também foram decorrentes de certas escolhas. Todos os homenageadores se caracterizam por possuir algum tipo de militância política e atuação intelectual, sendo que a metade deles tinha também reconhecimento em âmbito nacional e três deles já haviam participado, ou participavam no momento, de cargos políticos eletivos. Os critérios para estas escolhas, porém, não estavam apenas na exigência de reconhecimento político e intelectual, mas priorizavam aquelas que, por conta da distância (inclusive geográfica), mais provavelmente poderiam ser interpretadas como “desinteressadas” e, por isso, eram mais eficazes na consagração, e variavam também de acordo com as posições e conflitos políticos dos editores. Destaca-se, como exemplos, as ausências de Haroldo Saboia, que em 1988 exercia um mandato de Deputado Federal Constituinte pelo PMDB, e a de Simone Macieira, filha de Maria Aragão, e que exercia, em 1988, um mandato de vereadora de São Luís, pelo PCB. Nenhum dos dois consta entre os homenageadores.

6.2. Elogios fúnebres

Como já demonstrado na introdução deste trabalho, a morte de agentes políticos costuma gerar uma série de “elogios fúnebres” com significativo potencial analítico em relação às disputas pela construção da identidade pública destes agentes e das disputas pela imposição de princípios de visão/divisão do mundo. Com Maria Aragão não foi diferente - à sua morte sucedeu uma série de homenagens em vários jornais impressos, em rádios e televisivos, veiculados no Maranhão¹⁵⁰.

A amplitude de mobilizações na imprensa e divulgações de homenagens após sua morte foi destacada por Araújo (2015) e Azevedo (2016). Este último menciona ainda que Maria Aragão foi alvo, no fim de sua vida e após a morte, de um fenômeno que ele chamou de “cortejo dos poderosos”, referindo-se ao fato de ela ter sido frequentemente homenageada por pessoas que ela havia antes combatido politicamente e que ocupavam altos cargos na política estadual. A afirmação de Azevedo baseia-se em homenagens

¹⁵⁰ Para não prejudicar a fluidez do texto, optei por dispor os quadros 3, 4 e 5, contendo os títulos das matérias veiculadas nos dois dias seguinte à morte de Maria, pelo jornal O Estado do Maranhão, O Imparcial e Jornal Pequeno, bem como as formas como Maria é caracterizada em tais matérias, no apêndice 3.

divulgadas em jornais e em entrevistas feitas por ele, como a de Freitas Diniz (ex-deputado federal pelo Maranhão, participante do chamado “autênticos do MDB”), em que ele afirma que “muita gente que passou a lhe jogar confete, ela [Maria Aragão] teria mandado para o paredão se tivesse chegado ao poder” (entrevista com Freitas Diniz, *apud*, AZEVEDO, 2016).

Vale frisar, porém, que o que importa neste momento é menos asseverar quais “homenageadores” estavam ou não de fato ao lado de Maria nos momentos anteriores de sua vida, e sim a constatação de que tais homenagens vinham por diversos meios e por agentes com posições político e ideológicas distintas – tal qual, como demonstrou Azevedo (2016), aconteceu com outras figuras públicas, como Luiz Carlos Prestes e Antônio Carlos Magalhães.

A partir do estudo de Dulong (1994), mencionamos na introdução que a quantidade de discursos e a tendência a estes virem de pessoas ocupando postos mais altos costuma aumentar de acordo com a posição do defunto na hierarquia política. A análise dos elogios fúnebres de Maria Aragão causa, portanto, um certo estranhamento: se Maria nunca ocupou postos políticos de relevo na hierarquia política e/ou cultural, o que explica o fato de ela ter sido alvo de tais homenagens (que foram desde dirigentes sindicais ao prefeito da capital e governador do estado)?

A resposta a essa pergunta deve ser feita à luz de, pelo menos, dois fatores. A notoriedade acumulada por ela gradualmente, desde a década de 1950, por conta de sua atuação política e exercício da medicina, paralelamente à construção de um amplo leque de relações pessoais, particularmente visíveis nas comemorações de seus aniversários e nos chamados “bocas-livres”, que eram grandes almoços realizados em sua casa nas quintas feiras, a partir de meados da década de 1970, em que compareciam diversas pessoas com inserções nos meios político e cultural maranhense.

Em segundo lugar, e que talvez seja o fator mais relevante, deve-se levar em conta questões contextuais do período pós-ditatorial brasileiro. Como já mencionado nos capítulos 4 e 5, com o término de ditaduras, as novas elites políticas costumam se empenhar em construir uma memória que apaga certos aspectos e acentua outros. Homenagear Maria Aragão significava, neste momento, colocar-se como opositor de um regime – e, em especial, de certas práticas, como a tortura – que, neste momento, praticamente todos diziam não apoiar. É parte do esforço de construção de uma memória oficial (visto que sancionada pelo Estado) e coletiva em que o apoio e os responsáveis pela manutenção da ditadura são sempre os outros – os militares. Corroborar-se, assim, a

leitura memorialística hegemônica sobre o período ditatorial brasileiro, em que, tal qual demonstrou Aarão Reis Filho (2014), encontra-se lugar para todos na “resistência” ao regime que passa a ser amplamente demonizado.

Entre os que homenagearam Maria Aragão quando de sua morte, destaca-se Edson Lobão, então governador do estado do Maranhão, eleito pelo partido governista (Partido da Frente Liberal - PFL) e, antes disso, em 1978, Deputado Federal pela ARENA, partido de apoio dos militares, do qual era constante defensor através das matérias jornalísticas que publicava. Referindo-se a esta homenagem, Azevedo (2016) traz um depoimento de Wagner Cabral, que atualmente é historiador e professor da UFMA e anteriormente fizera parte do mesmo grupo político de Maria (a “corrente prestista”), em que ele afirma que “as palavras endereçadas a Maria são para dar a entender que tudo que ela passou na ditadura foi coisa dos militares, quando a gente sabe que civis como ele [Lobão] foram cúmplices de tudo” (CABRAL, *apud*, AZEVEDO, 2016, p. 35).

Compreende-se, assim, a grande quantidade de homenagens e o fato de ela ter advindo de agentes com posições tão diferentes na hierarquia política estadual, inclusive dos mais altos escalões, além do fato destas advirem de agentes com posições políticas bastante distintas. A divulgação destas homenagens, porém, tanto na quantidade quanto no conteúdo, se deu de forma desigual, variando a depender do empreendimento jornalístico, como se pode ver a partir da análise de tais documentos veiculados em três dos principais jornais do Maranhão: O Estado do Maranhão (EM), O Imparcial (OI) e o Jornal Pequeno (JP).

Esta diferença se pode ver, por exemplo, na divulgação das “notas oficiais” advindas de instituições. Esta diferença, porém, se dá não só em relação à divulgação ou não de certas notas, mas no destaque e na quantidade de matérias sobre a homenageada, além de diferenças entre a forma de caracterizar a vida da homenageada e o seu “legado”.

A prefeitura de São Luís publicou um decreto instituindo três dias de luto oficial em São Luís e um convite para as cerimônias do funeral de Maria, que ocorreram na Assembleia Legislativa do Estado. Houve também a divulgação de Nota Oficial pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), da qual Maria era tesoureira, a divulgação de Nota Oficial do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Nota Oficial do Conselho Regional de Medicina do Maranhão e uma nota assinada pelo presidente do Sindicato dos Empregados em Empreendimentos Bancários. O jornal OI divulgou 5 destas 6 notas, o JP 4 e o EM apenas duas.

Ainda sobre as “notas oficiais”, pode-se destacar, a título de exemplo, duas delas. A “Nota de pesar” da Central Única dos Trabalhadores (CUT), divulgada no dia 24 de julho de 1991, trazia que “O maranhão perdeu a expressão maior do comunismo no estado”, caracterizando Maria como “uma lutadora contra todas as formas de repressão e exploração da classe trabalhadora”, como “um símbolo da luta pela liberdade e justiça social” e “exemplo de coragem, perseverança e otimismo”. A tentativa de vincular a imagem da entidade com a de Maria – e, assim, ganhar dividendos simbólicos - vem textualmente, com a afirmação de que: “a Central Única dos Trabalhadores tem muito a ver com Maria”, que “nunca mediu esforços para viabilizar a CENTRAL”. Já o Conselho Regional de Medicina do Maranhão (CRM-MA), em “nota oficial” divulgada na mesma data, “decreta luto oficial por três dias e externa o seu pesar pelo falecimento da DRA. MARIA JOSÉ ARAGÃO, médica e líder política (...) que sempre mereceu por parte deste Conselho de Medicina respeito e admiração pelo posicionamento sério, laborioso e persistente (...)”.

O jornal EM traz em sua primeira página do dia 24 de julho de 1991 uma foto de Maria sendo homenageada no desfile da escola de samba “Favela do Samba”, caracterizando-a na legenda da foto como “a médica e líder comunista Maria Aragão”, além de uma chamada com o título “coração mata aos 83 anos a líder Maria Aragão”¹⁵¹ e um texto em que ela era novamente caracterizada como “médica e líder comunista”, com uma rápida descrição das circunstância de sua morte e colocando que a sua morte “encerra um ciclo da militância comunista no Brasil”. Além desta caracterização da falecida, o texto traz falas de José Sarney, apresentado como ex-presidente e senador, afirmando o já dito, que a morte de Maria “encerra um ciclo do socialismo romântico”; traz também a fala do então governador Edison Lobão, afirmando que Maria “colocou-se na vanguarda das lutas sociais que empolgaram várias gerações”; e a fala do então prefeito de São Luís, Jackson Lago, afirmando que Maria era “símbolo de coragem para transformar esta sociedade injusta”.

As páginas 7 e 8 do jornal neste dia foram inteiramente dedicadas a matérias envolvendo Maria Aragão, além de duas notas oficiais divulgadas em outras páginas e uma charge, divulgada na página dois, em que Maria aparece com asas, como se fosse um anjo, segurando em uma mão e uma foice e na outro um martelo, em alusão ao símbolo internacional do comunismo. A página 7 foi toda tomada por uma entrevista feita pelo

¹⁵¹ Aliás, como destacado por Araújo (2015), o jornal errou a idade de Maria, que morreu aos 81 anos. O mesmo erro também se encontra em O Imparcial.

jornalista Roberto Kenard, intitulada “Com a bandeja na mão, legalidade é farsa”, e a página seguinte com três matérias distintas. A primeira, com o título “Maria Aragão morre em SL aos 83 anos”, dentre outras coisas, traz informações biográficas e sobre suas posições políticas; relata homenagens recebidas no velório e anteriormente, além da menção de que “a luta de Maria em defesa das liberdades individuais e igualdade social era reconhecida até mesmo pelos seus adversários” e que “a sua luta pelo socialismo durou praticamente toda a sua vida”. Na parte direita da página 8, consta uma matéria intitulada “4 momentos de Maria”, trazendo uma foto dela com Luiz Carlos Prestes, tirada em meados da década de 1970; uma foto dela sendo homenageada, em 1989, pela escola de samba Favela do Samba; uma foto dela ao lado do então presidente da Assembleia Legislativa, Ivar Saldanha, recebendo a medalha Manoel Bequimão; e, por fim, uma foto dela ao lado do então prefeito Jackson Lago, recebendo uma homenagem da prefeitura de São Luís. A maior parte desta página, porém, é dedicada a uma matéria divulgando falas de 21 pessoas, sob o título “Personalidades destacam luta de Maria pela defesa da vida humana”. A matéria reuniu 21 falas, de pessoas em várias posições, que iam desde familiares, a artistas, políticos, militantes vinculados ao movimento estudantil universitário e ex-governadores do Maranhão e um ex-presidente do Brasil (José Sarney). Dentre as falas, três são destacadas com fotos e ocupando o lugar central da matéria: a do então governador do Maranhão, Edison Lobão, a de Simone Macieira, filha de Maria e que, no período, exercia um mandato de vereadora de São Luís pelo PCB, e a de José Sarney, cuja foto ocupa um espaço ainda maior que as demais, que caracteriza Maria como “uma mulher que dedicou toda a sua vida a um ideal” e que, “além de política, foi uma médica dedicada aos pobres, ao ser humano”, afirma novamente que “com ela se encerrou um ciclo do socialismo romântico no país” e diz ainda que “podíamos não concordar muito com o que ela pregava, mas sempre nos respeitávamos”.

Percebe-se, aqui, que sua vida é caracterizada, ora como tendo sido marcada pela dedicação/doação aos pobres e pela “defesa da vida humana”, ora como marcada pela dedicação a um ideal que, apesar de não palpável, mereceria respeito; destacam que ela foi sempre de esquerda e que teve o reconhecimento de todos, apesar das divergências políticas; é realçado, também, a sua condição concomitantemente de médica e militante comunista e a caracterização de sua morte como “o fim de um ciclo”.

O jornal OI traz em sua primeira página do dia 24 de julho de 1991 uma foto do velório de Maria, cuja legenda destacava a participação, na cerimônia, de “militantes de todos os partidos”, e uma chamada com o título “Morre Maria Aragão, símbolo da

liberdade”. No texto, ela é caracterizada como “médica Maria Aragão”, “militante histórica do Partido Comunista Brasileiro” e da “militância de esquerda no Maranhão”. O texto traz ainda uma rápida descrição das circunstâncias da morte e manifestações do prefeito de São Luís e do Governador do Maranhão: “O prefeito Jackson Lago, considerando o trabalho de Maria Aragão como médica e como militante das lutas democráticas, decretou luto oficial por três dias. O governador Edison Lobão esteve na Assembleia Legislativa onde o corpo está sendo velado”. A primeira página traz, ainda, o decreto de luto oficial da prefeitura e convite, também da prefeitura, para as cerimônias do funeral na Assembleia Legislativa.

Na segunda página do jornal, há uma matéria que ocupa em média um sexto do espaço, intitulada “Morre Maria Aragão, a última liderança prestista do Brasil”. A matéria inicia relatando as circunstâncias da sua morte, a caracteriza como “médica comunista” e “a guerreira”, além de afirmar que “sua morte enlutou o meio político e social maranhense”. Há também, na matéria, uma rápida descrição do velório, destacando a presença e falas da filha e vereadora Simone Macieira e do governador Edison Lobão – as falas transcritas foram praticamente idênticas às veiculadas no jornal EM.

Há ainda uma página inteira dedicada à Maria, contendo duas reportagens. A maior delas intitula-se “Maria Aragão e o seu eterno namoro com a classe trabalhadora” e, ao lado, tem-se um pequeno texto, em letras um pouco menores que as do título, com os dizeres:

Respeito. Acima de tudo, era isso que inspirava Maria José Aragão pelo seu passado de lutas em favor da classe operária e dos menos favorecidos. Exerceu a medicina como poucos. Era uma abnegada. Pelas prisões que passou, sempre manteve a dignidade. Não temia as botas. Não temia o sofrimento. Nos cárceres da ditadura, gritou pela liberdade.

A matéria traz informações biográficas, seguindo o roteiro já apresentado pela revista *Maria Aragão – 78 anos de vida 43 de luta*, e inclusive repetindo vários trechos lá veiculados. Abaixo, uma outra matéria, com o título “A revolucionária Maria Aragão, um mito”, caracterizando-a como “militante comunista ortodoxa maranhense”, “mulher de grande vigor”; sua vida é descrita como “marcada por lutas, sacrifícios, principalmente nos momentos em que o Brasil passou por regimes ditatoriais” e afirma-se que “quando deixavam, exercia com muita dignidade a medicina”, complementando que sua clientela preferencial eram os pobres. O texto afirma ainda que: “Durante a Ditadura Militar, era considerada *persona-non-grata* tendo em vista a sua *natureza democrática, de liberdade*” (grifos meus).

Já no JP, diferentemente dos outros dois jornais, divulgou-se na primeira página do dia 24 de julho de 1991 apenas uma pequena foto do rosto de Maria, no canto superior direito e, ao lado da foto, em destaque, a frase “Morre Maria Aragão – perde o Maranhão sua grande líder comunista”. Em página mais à frente, o jornal veiculou, uma embaixo da outra, a nota escrita pelo PDT, o decreto da prefeitura e o convite, também da prefeitura, para as cerimônias do funeral de Maria. E, na página 6, uma matéria, pequena se a compararmos com as outras, com o título “Morre a líder Maria Aragão”, onde coloca-se que ela “dedicou toda a sua vida” a “lutar contra os diversos sistemas políticos implantados no país, desde o coronelismo à ditadura militar, que ela combateu até mesmo com sacrifícios pessoais” e que ela “mesmo já se encontrando em idade bastante avançada (...) podia ser vista em quase todas as manifestações populares”. Ela é caracterizada como “médica e líder comunista”, “uma das principais cabeças pensantes da oposição nesse Estado”, “líder de tantas gerações de políticos de esquerda e verdadeiros democratas”, “uma destas lideranças do mundo político que conseguiram se manter coerentes com sua pregação”, “tinha um jeito todo especial de mulher, de mãe, de líder” e como alguém que “jamais se curvou, que lutou sempre”.

Perceber, por exemplo, que o jornal de propriedade da família de José Sarney (EM), a quem Maria várias vezes criticou e declarou combater, deu mais espaço para matérias sobre a morte de Maria do que o jornal identificado e autoidentificado como “antisarneysista”, como o JP, causa certo estranhamento. Este estranhamento nos mostra que não se deve entender como natural que agentes – incluindo aí os empreendimentos jornalísticos – mais identificados com as posições declaradas de Maria se empenhem mais em homenageá-la, “conservar sua memória” ou coisas parecidas. Isto porque Maria Aragão, com o estabelecimento de relativo consenso dentre os agentes políticos de que ela é/foi alguém “importante”, que merece ser homenageada e ter sua história contada e recontada, passa a ser um patrimônio simbólico em disputa, tanto pela sua definição (como se pode ver nas diferentes formas de caracterizá-la) quanto por sua apropriação (como se pode ver nas tentativas de estabelecimento de proximidade e vínculo).

Além do mais, estas tentativas de definir e apropriar-se de seu legado passam a ser, também, formas de expor posições assumidas nas disputas políticas regionais e as visões de mundo que fundamentam tais posições. É neste sentido que deve ser compreendida a caracterização, por parte do jornal EM, da morte de Maria Aragão como o “fim de um clíco”, enquanto os demais jornais – e em especial a *Revista* – davam ênfase para a continuidade da luta e eternização do morto/homenageado através de seus

ensinamentos/memórias¹⁵². Maria Aragão se transforma, assim, em uma das “categorias ativadas como critérios de aproximação e de estabelecimento de clivagens, mediante as quais as lutas faccionais que atravessam o espaço de luta política no plano estadual definem-se e redefinem-se” (GRILL, 2012, p. 194).

Destacam-se, assim, três características que diferenciam a “cobertura” da morte de Maria no jornal EM. Primeiramente, o maior peso de depoimentos de “celebridades”; em segundo lugar, a caracterização da vida de Maria como “o fim de um ciclo”; e, por fim, um espaço bem maior dedicado às homenagens fúnebres.

As homenagens veiculadas nos jornais - tenham elas aparecido sob a forma de notas, textos assinados ou não assinados – se pautaram, em sua maior parte, pela reafirmação constante do “reconhecimento” de Maria Aragão dos diversos agentes que participam do meio político e cultural maranhense. Em especial no EM e no OI, dá-se bastante ênfase para o fato deste reconhecimento advir “até dos seus adversários”.

Diferentemente do que se poderia pensar à primeira vista, agentes identificados como adversários políticos de Maria Aragão esforçaram-se bastante para que ela fosse lembrada. Se as homenagens a um agente político, quando em vida, servem de fato para contribuir com o aumento de seu reconhecimento/notoriedade, quando a homenagem é dirigida a um morto, ela serve prioritariamente a quem o homenageia – e isto se dá, em especial, no caso dos “adversários”.

Outra característica bastante comum nestas homenagens foi a ênfase para a caracterização de Maria como sendo não só militante comunista, mas também médica que praticava uma medicina voltada para “o povo”, para “os mais carentes”, o que vinha geralmente atrelado a caracterização de Maria como “uma abnegada”, como alguém que não quis enriquecer por conta da opção de dedicar sua vida para um outro fim. Além da dispensa em usufruir do conforto material, a sua vida era constantemente contada de forma a destacar o sacrifício e a coragem – pela fome que enfrentou em várias circunstâncias, pelas privações enfrentadas para se formar em medicina, por conta das prisões que sofreu em decorrência de lutar por seus ideais, dentre outros.

Há, também, três outros fatores recorrentes em tais elogios. A caracterização de Maria como um “símbolo” e/ou um “exemplo a ser seguido”. O destaque para a longevidade da atuação política – ou seja, da “dedicação à causa” -, o que pode ser visto

¹⁵² Em Souza e Ciccarone (2014) pode-se ver uma análise, a partir de uma perspectiva teórica relativamente distinta, de como os “mártires da terra” (líderes de movimentos sociais mortos em conflitos fundiários) são apropriados e reapropriados no sentido de fortalecer as estratégias de resistência dos grupos.

em parte bastante significativa das matérias, que destacam que ela permanecia “na luta”, apesar da idade avançada. E, ao lado destas e das outras características que a colocam como um ser excepcional, o destaque para elementos de sua vida privada, como o “amor pelos filhos”, dentre outros, formando assim a junção do singular com o ordinário, naquilo que Dulong (1994) chamou de “humanidade da grandeza”.

A análise dos elogios fúnebres veiculadas em jornais poderia ser levada adiante, com a descrição dos documentos que vieram à tona no período posterior, chegando até os dias atuais. Mais de duas décadas depois, não é raro que jornais noticiem o aniversário da morte de Maria, divulgando atividades realizadas em sua homenagem e interpretações sobre a sua vida. No dia 25 de julho de 1991, como se pode ver no quadro em anexo, os três jornais voltaram a noticiar eventos envolvendo a morte de Maria, e aumentou a quantidade de matérias assinadas por pessoas “ilustres”, que de alguma forma se utilizavam da ocasião não só para homenagear a falecida, mas para expor sua visão de mundo e tomar posição quanto às disputas políticas regionais. Nos dias seguintes também voltaram à tona matérias sobre ela, geralmente com o mesmo teor: aliando elogios à falecida com relatos de experiências envolvendo o homenageador e a homenageada.

6.3. O “legado” em disputa: espelho, espelho meu, quem é mais Maria Aragão do que eu?

6.3.1. A razão deste livro, por Antônio Francisco

Tal qual Antônio Francisco, Euclides Moreira também investiu no registro de depoimentos autobiográficos de Maria Aragão. Moreira, porém, os registrou em vídeos, divulgando-os em certas ocasiões, como no velório de Maria¹⁵³. Ambos dão justificativas semelhantes, mas relativamente distintas da de Maria, para a importância da publicação de suas memórias. Os dois ressaltam as qualidades de “mulher extraordinária”, de “coragem”, “integridade”, “coerência”, dentre outros qualificativos que a colocam numa posição distinta das “pessoas comuns” e expõem, também, a intenção de tomá-la como exemplo e de que o depoimento/vida de Maria sirva como ensinamento para as futuras gerações, além de ambos ressaltarem o compartilhamento dos mesmos “ideais”. Assim, colocam a produção e divulgação deste material como parte de um empreendimento de

¹⁵³ Entrevista feita pelo autor com Euclides Moreira, 2016.

pesquisa e divulgação da vida de Maria, empreendimento este que teria como fim a “perpetuação de sua memória” e “ensinamentos” (o mesmo vale, como visto anteriormente, para a *Revista* publicada em 1988).

Antônio Francisco objetivava produzir uma biografia que tomaria como parte do material pesquisado o depoimento de Maria Aragão, mas coloca que tal empreendimento foi interrompido pela morte de Maria. Nas suas palavras:

Achei, entretanto, que não poderia desperdiçar o valioso material que já possuía (cerca de quinze horas de gravação) e decidi organizá-lo para publicação, de modo que pudesse servir de ponto de partida para um estudo mais sistemático da vida dessa extraordinária mulher e, além disso, possibilitar às novas gerações que dela tomem conhecimento (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 12).

Também é digno de destaque que, nos dois casos, as pessoas que lá estavam conduzindo as entrevistas o fizeram, não na condição estrita de jornalista ou editor de um futuro livro, mas na condição de “amigo” e militante, sendo que em nenhum dos casos o motivo explícito das entrevistas era a sua publicação integral em forma de livro.

Antônio Francisco é maranhense. Ainda durante na adolescência mudou-se para o Rio de Janeiro e, posteriormente, para Brasília. Ele menciona, na introdução do livro, ter participado “das lutas estudantis da década de 50 e da efervescência, àquela época, dos grêmios estudantis e literários” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p 9). Foi militante do PCB durante a segunda metade da década de 1950, até o 1964, quando se desligou do partido – fato que, faz questão de enfatizar, não alterou a sua condição de “marxista e socialista”. Diz ele que apesar da distância em relação ao Maranhão, sempre acompanhava as “lutas políticas” que aconteciam no estado, o que o levava “naturalmente” a querer conhecer Maria Aragão. Em suas palavras:

O meu engajamento político levava-me naturalmente a procurar saber tudo a respeito de Maria Aragão, que enfrentando toda sorte de preconceito, afrontava a reação e o clero, lutando contra o vitorinismo e depois contra a oligarquia Sarney e a ditadura militar (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 10).

Francisco menciona ainda, na mesma introdução, intitulada “A razão deste livro”, algo importante para a compreensão da relação travada entre ele e Maria e dos motivos pelos quais se empenhou no registro e publicação de tais memórias. Diz que: “o traço mais importante de minha amizade com Maria Aragão veio do fato de que conheci *a legenda* antes de qualquer aproximação com *a pessoa* que a gerou” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 9, grifos meus).

O seu primeiro contato direto com “a pessoa” Maria Aragão se deu durante o período ditatorial, por intermédio de um casal de amigos que tinham em comum, que o levou até “suas famosas bocas-livres”, e a partir deste momento se constituiu uma relação de “verdadeira amizade” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 11).

Os depoimentos que possibilitaram a produção do livro foram gravados entre agosto de 1990 e janeiro de 1991, sendo o livro publicado em 1992, período no qual Antônio Francisco participou da administração municipal de São Luís, conduzida pelo então prefeito Jackson Lago. Antônio Francisco descreve a sua participação na administração municipal de São Luís como sendo “a oportunidade de eu me reencontrar com minhas raízes e ao mesmo tempo contribuir (...) com uma gestão que sem dúvida ficará na história de nossa terra” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 10).

O livro produzido por Antônio Francisco é intitulado *A razão de uma vida (Depoimentos colhidos por Antônio Francisco)*, e dividido em 28 capítulos, além da introdução, escrita pelo “entrevistador” e intitulada *A razão deste livro*, e um apêndice, intitulado *Maria e eu*, escrito pelo Professor Euclides Barbosa Moreira Neto e também reproduzido na parte final do livro *Maria por Maria*, publicado em 2015 pelo próprio Moreira Neto.

A primeira referência encontrada nos “agradecimentos” refere-se ao “prefeito Jackson Lago” (destacada em caixa alta e negrito), por ele “haver consagrado à MARIA ARAGÃO a mais bela Praça que construiu em sua Administração”, e “por haver criado o SIOM, permitindo a edição de obras que divulguem a cultura maranhense”. Logo após este agradecimento, seguem vários nomes de pessoas que militaram de forma mais ou menos próxima à Maria e de pessoas que cooperaram de forma mais técnica com a elaboração do livro.

Percebe-se, assim, um vínculo estreito entre o engajamento político de Antônio Francisco e de outras pessoas mencionadas nos agradecimentos (como o então deputado federal Haroldo Sabóia), ações da Prefeitura de São Luís (como a construção da mencionada praça e do SIOM) e as condições de emergência destas memórias, tanto na forma de um depoimento registrado em áudio por um “amigo” de Maria que teve seu “retorno” para São Luís possibilitado pelo convite para integrar a administração municipal da cidade, quanto na sua posterior publicação em livro por uma editora destinada a “divulgar a cultura maranhense”.

Pode-se notar, também, a percepção, por parte de Antônio Francisco, de uma separação entre o que ele denomina de “a legenda” e “a pessoa que a gerou”, sendo que

a aproximação com “a legenda” seria algo natural/inevitável para aqueles que acompanhavam as “lutas políticas” no Maranhão – o que não se daria, da mesma forma, em relação à aproximação à “pessoa”, trunfo este reservado a um grupo relativamente mais seleto. Desta forma, vincular-se a Maria Aragão aparece como sendo o mesmo que vincular-se à luta contra o “vitorinismo”, “a oligarquia Sarney”/”sarneysismo” e a “ditadura militar”¹⁵⁴.

Sendo este um depoimento transcrito após a morte da homenageada, percebe-se também, aqui, não somente a intenção declarada de que a obra publicada sirva de “ensinamento” aos “jovens”, mas também a construção, menos explícita, de um indivíduo que legitimamente carrega seus “valores”, “princípios” e “ideais”. Em suas próprias palavras: “nem a morte separa os amigos, o desaparecido continua vivendo naquele que sobrevive” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 11).

6.3.2 – *Maria e eu*, por Euclides Moreira

Como já mencionado, o livro “A razão de um vida”, contendo os depoimentos de Maria Aragão colhidos por Antônio Francisco, trouxe, além dos depoimentos da entrevistada, uma introdução, escrita pelo organizador, e um “apêndice”, escrito por Euclides Moreira, intitulado “Maria e eu”¹⁵⁵.

Na introdução deste apêndice, Euclides é apresentado como aquele que “produziu vídeos sobre a vida de Maria Aragão e foi responsável pela homenagem que a ‘Favela do Samba’ lhe prestou no carnaval de 1989” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 223). Assim como Antônio Francisco, Euclides também é maranhense. Nasceu em 1957, graduou-se em comunicação social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e trabalha como professor da mesma universidade, vinculado ao curso de Comunicação Social. Foi membro do Conselho Estadual de Cultura do Maranhão no período de 1991 a 1994, tendo ainda atuado como produtor cultural e cineasta¹⁵⁶. Dentre os eventos culturais produzidos por ele, constam shows artísticos destinados a angariar recursos para a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Euclides se filia no Partido Democrático Trabalhista

¹⁵⁴ Para uma análise de categorias como “sarneysismo”, dentre outras, como elementos de localização de agentes políticos e leitura das disputas políticas regionais, ver o já citado trabalho de Grill (2012b).

¹⁵⁵ Para evitar a repetição de MOREIRA NETO, apud, ANTONIO FRANCISCO, 1992, as referências a este apêndice serão doravante feitas como MOREIRA NETO, 1992.

¹⁵⁶ Tais informações foram retiradas da orelha do livro *Maria* por Maria (MOREIRA NETO, 2015) e não se pretendem um levantamento exaustivo dos cargos e títulos ocupados por Euclides – o mesmo servindo para Antônio Francisco.

(PDT) juntamente com Maria Aragão, Haroldo Sabóia e “correligionários seus” (MOREIRA NETO, 1992, p. 233), no ano de 1990 – portanto, posteriormente ao registro do depoimento autobiográfico, que aconteceu em 1988.

Diz Euclides, na introdução do livro *Maria por Maria*, organizado por ele, referindo-se ao momento dos registros dos depoimentos em áudio e vídeo:

Naquela época, já conhecia Maria Aragão e a respeitava como um dos maiores exemplos de vida e luta, no Maranhão, por um mundo melhor. Também naquela época já havia colaborado diversas vezes nos trabalhos assumidos por Maria – na sua luta incansável de estar ao lado dos pequeninos, da classe operária, dos trabalhadores, das mulheres e cidadãos comuns de minha terra” (MOREIRA NETO, 2015, P. 19).

Percebe-se, assim, que tal qual Antônio Francisco, Euclides Moreira também já possuía relações com Maria Aragão, mesmo antes de realizar a entrevista que posteriormente resultou na publicação do livro. O empreendimento, portanto, não foi realizado com o intuito de “conhecer melhor” a entrevistada, mas por conhecê-la e querer divulgar a sua “luta incansável”. Luta esta, aliás, que Euclides menciona ter participado por diversas vezes.

O trecho também demonstra a percepção de Euclides segundo a qual Maria é tomada como um “exemplo de vida e luta” e identificada com “os pequeninos”, a “classe operária”, as “mulheres” e “cidadãos comuns de minha terra”. Acionando estes e outros termos semelhantes, Euclides constrói uma identificação entre ele e Maria, além de pautar a construção da identidade pública da homenageada.

Outro relato trazido por Euclides é importante para compreendermos a forma como é representada a relação entre os dois refere-se à uma ocasião em que ele produziu, em São Luís do Maranhão, o show de um artista reconhecido nacionalmente - Taiguara. Ele conta que este evento foi um “desastre de público” e diz ter ficado surpreso com o fracasso, pois a divulgação teria sido suficiente, além de ter sido, em suas palavras, “orientada no sentido de ‘conseguir recursos para as obras de Maria’ e a cidade sabia que ela tinha várias frentes de trabalho” (MOREIRA NETO, 1992, p. 229). Para explicar tal “fracasso”, Euclides se queixa do fato de que “Maria tinha grandes admiradores, mas poucos amigos”; diz que “até a CUT¹⁵⁷ não lhe deu o apoio esperado” (MOREIRA NETO, 1992, p. 229).

¹⁵⁷ Refere-se a Central Única dos Trabalhadores que, na ocasião, Maria era tesoureira.

Tal estratégia de integrar-se a um “grupo” e ao mesmo tempo distinguir-se dos demais fica ainda mais clara em outros trechos como, por exemplo, no seguinte:

Esse enredo baseado na vida de Maria foi um grande teste para eu ter certeza de que admiração não é a mesma coisa que amizade. Confesso que, particularmente, esperava da cidade e dos ‘amigos’ de Maria uma atitude mais acolhedora, ou mais comprometida com a produção do projeto carnavalesco (MOREIRA NETO, 1992, p. 299).

Percebe-se, no caso de Euclides Moreira, uma estratégia semelhante à operada por Antônio Francisco: situar-se dentro de um “grupo” mais amplo, dos “seguidores”/“admiradores” de Maria, mas, dentro deste grupo, diferenciar-se dos demais e colocar-se na posição privilegiada de intérprete, amigo ou herdeiro legítimo.

Considerações Finais

A presente análise buscou, a partir de materiais biográficos e autobiográficos produzidos entre 1988 e 1992 sobre a médica e comunista maranhense Maria Aragão, apreender as injunções e prescrições que agem sob o ato de escrever sobre si e sobre os outros, a relação destes atos com as disputas políticas mais abrangentes, relativas às tentativas de imposição de uma visão de mundo legítima, bem como a necessidade de contextualização e apreensão relacional dos eventos e personagens narrados. Tentamos demonstrar, com isto, que a maneira como Maria Aragão e os demais veem a sua vida não é algo natural ou óbvio, mas se relaciona com as trajetórias de cada um dos produtores de tais documentos, com as disputas travadas nos momentos em que os produziram e com o modo como estes orientam as suas ações no presente. Espera-se ter demonstrado, então, que a identidade e a memória são construídas e que, apesar de não poderem se deslocar por completo das posições objetivas e das disputas anteriormente travadas pelo agente em questão, a sua construção não obedece a critérios rígidos/solidificados, mas é algo plástico e em constante mutação.

Pode-se dizer que os relatos aqui analisados têm um duplo – e indissociável – potencial heurístico: servem como fonte/objeto para análise da construção da memória e identidade de Maria Aragão e também para construir dados para a análise dos processos sociais pelos quais ela passou (e também seus biógrafos) – como as disputas organizacionais no partido em que militou, as redes de relações pessoais em que se apoiou no decorrer de sua trajetória e os conflitos decorrentes de sua posição política, em especial com setores da igreja e com o aparelho repressivo do Estado.

Em especial quanto a este segundo ponto, encontramos certas dificuldades que, na medida do possível, tentamos amenizar mediante análise cuidadosa da forma como trabalha a memória e da relação entre entrevistador/homenageador e entrevistado/homenageado.

Em se tratando mais especificamente dos documentos sobre Maria Aragão que embasaram esta pesquisa e que foram produzidos a partir de entrevistas conduzidas por terceiros, deve-se destacar que a condição de entrevistador e pesquisador não coincidiram., o que nos levou a duas dificuldades: de um lado, informações relativas à condução das entrevistas, as perguntas, recortes, expressões faciais, exaltações ou hesitações (muitas vezes de difícil transcrição) não raras vezes foram propositalmente omitidas; de outro, os interesses do biógrafo, diferentemente do sociólogo que se propõe

analisar a construção da memória e identidade de um agente específico, tinham como interesse prioritário pautar/reafirmar uma determinada forma de ver a vida deste agente e der ler a história recente do estado.

Diferentemente do que costuma acontecer nas entrevistas conduzidas por um pesquisador acadêmico, há, nestes casos, maior familiaridade entre as partes, o que, por mais que diminua os efeitos da violência simbólica desta relação, leva a uma operação que, com as duas partes compartilhando praticamente dos mesmos pressupostos, tende à naturalização e dificulta a tarefa, própria do sociólogo, de objetivação (ver BOURDIEU, 2008). Deve-se, portanto, atentar para a relação entre a biografada e o biógrafo, bem como para os sentidos atribuídos à produção e publicação destes documentos, tanto por Maria quanto pelos demais, para compreendermos a ausência de certas informações que seriam importantes para a reconstrução de sua trajetória – como a caracterização dos demais dirigentes comunistas, quais cargos ela ocupou na estrutura partidária no decorrer do tempo em que militou no PCB, como ela se relacionava com os demais médicos, com os setores progressistas do clero, dentro outros.

Os documentos aqui analisados foram produzidos logo após o término da Ditadura Militar, em um contexto em que agentes identificados com a oposição à ditadura ganhavam mais posições de relevo no Estado – como se pode ver, no caso do Maranhão, nas sucessivas eleições de Haroldo Saboia para Deputado e de Jackson Lago, em 1988, para prefeito da capital do Maranhão. Assim, as homenagens à Maria, além de reforçar vínculos e identidades coletivas, serviam como uma forma a mais de pautar as disputas políticas no âmbito do simbólico, ou seja, como um instrumento a mais nas disputas pela imposição de uma visão de mundo legítima, com seus heróis e princípios de hierarquização correlatos.

Em especial a partir da redemocratização, percebeu-se o aumento da quantidade e variedade das homenagens feitas à Maria, bem como a intensificação do caráter público e político das mesmas, como se pode ver, por exemplo, em seus aniversários, que agregavam homenageadores com posições políticas e ideológicas distintas.

Paralelamente ao aumento das homenagens, percebe-se também o aumento da produção de documentos sobre ela – por ela própria e por terceiros -, que vinham, geralmente, como parte destas homenagens. Esta lógica é reforçada e explicitada pela justificativa que ela própria dá para a publicação de seus depoimentos autobiográficos, quando menciona que seu ânimo para prestar tais depoimentos advinha da insistência dos “jovens” e “amigos” que a admiravam/homenageavam.

Os documentos autobiográficos de Maria Aragão traçam dois eventos como significativos, que demarcam mudanças em sua vida, formando assim três distintos períodos. O primeiro, referente à infância, formação escolar e início da carreira profissional, em que ela discorre sobre as dificuldades enfrentadas – em especial, a fome - e que se encerra em 1945, com a filiação ao PCB/“partido desse homem”, como ela denominou, associando-o a Prestes; o segundo, referente ao momento em que a sua atuação partidária foi mais intensa e que ela se caracteriza como uma “agitadora nata” que, apesar de militante comunista, não possuía a “formação” adequada, se encerra com a viagem à URSS, em 1961-62; e o terceiro, iniciado após a volta da URSS e que se estende até o momento da produção dos relatos, em que ela se caracteriza como promotora de “um trabalho sério com educação” e não mais como “agitadora”.

Esta reconstrução memorialística está diretamente relacionada à identidade sustentada – afinal, é a identidade que possibilita estabelecer os significados para os eventos rememorados (CANDAU, 2009). Este fator é essencial para a compreensão do lugar central que “o problema da fome” tem na reconstituição da vida de Maria Aragão, que aparece, primeiramente, nos períodos iniciais de sua vida (notadamente, na infância e curso de medicina no Rio de Janeiro), reforçando a sua identificação com o que seria a condição do “povo” / “os oprimidos” e, também, na orientação das suas escolhas - desde o seu percurso escolar e profissional à posterior filiação ao PCB – tudo como objetivando “acabar com a fome”, formando assim uma trajetória aparentemente linear, orientada desde o início para um mesmo fim.

Percebeu-se, confirmando a tendência já mencionada por Lahire - que “as passagens aparentemente mais descritivas que tratam da infância são frequentemente momentos em que a autobiografia fala do que se é no momento da escritura” (LAHIRE, 2004, p. 44)¹⁵⁸ -, que as passagens em que Maria se pôs a descrever sua “origem” – família, infância e início do percurso escolar – foram as mais representativas do modo como ela via a si própria no momento do registro dos depoimentos. Explicita-se, assim, a percepção de sua identidade como uma essência, como algo que a acompanhava desde o início de sua vida. Assim, tanto a determinação, força de vontade, coragem, rebeldia e independência quanto o autoritarismo e a teimosia, seriam características presentes nela desde o nascimento e herdadas de seus ascendentes – em especial, a mãe. Já a “autossuficiência”, característica pela qual Maria menciona que foi muitas vezes

¹⁵⁸ “Los pasajes aparentemente más descriptivos que tratan de la infancia son frecuentemente momentos en los que la autobiografía habla de lo que se es en el momento de la escritura”.

criticada, aparece como decorrente, de um lado, destas características herdadas e, de outro, do fato de ela ter conseguido “vencer na vida” sem a ajuda de terceiros, o que vem não só explicar, mas autorizar a posse de tal característica. Desta forma, os atributos pejorativos atribuídos a ela, quando assumidos, são ressignificados e justificados.

Com isto observa-se, também, que características posteriormente valorizadas por ela – a identificação com o que seria “o povo”, por exemplo, era bastante valorizada nas fileiras do PCB – ganham, em sua reconstrução memorialística, um destaque especial, remetendo à infância e origem familiar, e que as caracterizações dela feitas por terceiros – mesmo as críticas pejorativas – repercutem na forma como ela vê a si própria, o que já deixa claro, mesmo quando partimos exclusivamente da análise de relatos autobiográficos, que a construção da identidade envolve vários agentes e é, portanto, “negociada”.

Este primeiro período se encerra em 1945, ano em que Maria se filia ao PCB e que é colocado por ela como o momento em que seu “rumo ficou claro”. Vale destacar, também, que não só Maria toma este ano como um marco: significativa parte das homenagens produzidas – como, por exemplo, a *Revista* já expõe no subtítulo – coloca este ano como o início da sua “luta” (com o qualificativo da luta variando a depender de quem presta a homenagem).

Neste mesmo ano, após concluir o curso de medicina, ela se muda do Rio de Janeiro de volta para o Maranhão, com o propósito de “reorganizar” o partido. Assim, ela entra na política já formada em medicina, o que lhe confere a condição de intelectual e melhores condições materiais, e posteriormente passa a conjugar o exercício da medicina e a atuação política, sendo que a distinção entre os dois fica, muitas vezes, apagada. A própria Maria faz questão de diferenciar o seu trabalho do que seria o de um “médico comum”, identificando-se como “médica comunista”.

Foi também durante este período que se mostrou de forma mais clara a constituição, por Maria, de uma rede de relações pessoais ampla e diversificada, mantida e intensificada posteriormente. De especial importância foi o curso de medicina no Rio de Janeiro, em que ela teve contato com vários filhos da elite maranhense. Tais redes de relações pessoais, como demonstrado, foram mobilizadas nas disputas organizacionais do partido, no exercício e êxito da carreira médica, na amenização do peso da repressão e nas disputas políticas mais amplas.

Ela retorna ao estado, assim, já contando com uma série de trunfos e recursos que lhe facilitariam ocupar posições dirigentes no partido e, posteriormente, posições de destaque no meio político e cultural maranhense.

Após a estadia na URSS, em 1961-62, inicia-se o terceiro e último período, que vai até o momento da produção dos relatos. Conforme sua narrativa, a dificuldade em compreender o léxico marxista (a falta de “formação”) é enfim superada; e, conseqüentemente, supera-se também o “trabalho inconsequente” e de “agitação”, dando início à fase em que ela se dedica a um “trabalho sério com educação”.

Desta forma, a crítica feita por Maria à postura de alguns militantes do PCB nas décadas de 1940-1950, acusando-os de não terem se preocupado com a formação teórica dos novos integrantes do partido, vem, primeiramente, justificar as causas da sua dificuldade com a “formação”; em segundo lugar, responsabilizar seus adversários políticos quanto a erros cometidos (ou, pelo menos, dividir a responsabilidade com eles) e, por fim, juntamente à ênfase dada por ela ao “trabalho sério com educação”, reafirmar o objetivo declarado do grupo ao qual participava (a “corrente prestista”), de formar “quadros” a partir da adequada formação marxista-leninista. Nessa leitura retrospectiva de sua própria vida, Maria aponta que já percebera esta necessidade de dar ênfase para a “educação” / “formação” desde 20 anos antes do seu rompimento com o PCB, em 1981. A atuação política do momento da produção das narrativas, portanto, aparece como uma continuação do que já havia sido iniciado a partir da sua viagem à URSS.

Este terceiro período também é marcado pela acentuação dos conflitos partidários, que já vinham desde antes, e que se intensificam após o golpe civil-militar de 1964; e, paralelamente, pelo seu maior investimento de tempo no exercício da medicina, aliando seu trabalho enquanto médica à nova perspectiva de “educadora”.

Sobre a relação entre Maria e o aparelho repressivo durante o período ditatorial, chama a atenção, por exemplo, o fato de que, mesmo ela sendo amplamente reconhecida como comunista e o contexto ser de intensa repressão e perseguição aos comunistas, ela tenha se exposto publicamente em diversas atividades e estabelecido vínculo empregatício formal com o estado, ocupando cargo de visibilidade. Isto nos levou a formular a hipótese da existência de certa “blindagem relativa”, que poderia ser explicada, sobretudo: pela mobilização de redes de relações pessoais, nem sempre acionadas diretamente por ela, pela diminuição significativa da atuação político-partidária e pela relativa distância do foco do aparelho repressivo no estado do Maranhão.

No que tange à intervenção de Maria na “batalha da memória” sobre a ditadura militar, a sua leitura não destoa muito da construção memorialística hegemônica: ela aponta atrocidades que sofreu (tortura), se coloca como parte da “resistência” e critica aqueles que optaram pela luta armada, ao mesmo tempo em que silencia sobre o apoio e consentimento de parte da sociedade ao regime imposto (tal qual é comum nos relatos produzidos em contextos pós-ditatoriais), abrindo exceção para José Sarney, que é apontado por ela, explicitamente, como defensor da ditadura.

Esta divisão em etapas e a sua caracterização é traçada em seus depoimentos autobiográficos publicados nos dois livros aqui trabalhados e na *Revista*, é reforçada pelos editores (com os recortes, divisões, destaques e títulos) e é reiterada, de forma mais ou menos explícita, no conjunto dos documentos produzidos sobre ela e aqui analisados. Maria Aragão, assim, reiterando uma tendência já apontada por Bourdieu (2006), se alça como “ideóloga de sua própria vida” e encontra, para isso, a cumplicidade dos demais.

Percebe-se, assim, que Maria possuía uma certa autonomia em pautar o que era dito sobre ela e o que seria dito no futuro. Tinha a oportunidade de escolher quem seriam seus entrevistadores, de dar ênfase a certos aspectos de sua vida e de silenciar sobre aquilo que ela não via como digno de ser lembrado. Percebeu-se, por exemplo, o silenciamento de certas homenagens – notadamente, as mais ligadas ao âmbito da medicina e que envolviam agentes políticos com os quais ela não queria ser identificada no momento, privilegiando homenagens identificadas com “o povo”, como a da escola de samba “Favela do Samba”, em 1989. Assim, os seus relatos autobiográficos – cujas produções, vale lembrar, envolviam várias pessoas - conseguiram estabelecer os eixos da construção de sua identidade pública, com as tomadas de posição sobre ela ficando mais ou menos distantes de tais eixos.

Em se tratando mais especificamente dos documentos sobre Maria produzidos por terceiros, percebeu-se, ecoando os eixos estabelecidos nos seus depoimentos autobiográficos, a consonância de muitas das características atribuídas a ela com características consagradas como próprias aos comunistas - “ao lado do heroísmo, da abnegação e devoção à causa, ser comunista era também ser clandestino, ser perseguido pela polícia, enfim, ser tratado pela ‘burguesia’ como um bandido” (PANDOLFI, 1995, p. 79). Mais duas questões recorrentes – dentre outras - foram o seu vínculo a Prestes e a percepção de que o respeito/reconhecimento adquirido advinha até mesmo das pessoas que discordava politicamente – ambas ressaltadas não só nos elogios fúnebres, mas também por ela própria.

A crença na vida de Maria como tendo sido guiada por uma “doação” a uma “causa” é muito visível nas homenagens prestadas e também nos relatos dela própria. A crença nesta “doação originária” (HÉLIAS, 1979) se mostra já desde o título da *Revista Maria Aragão – 78 anos de vida 43 de luta*, que destaca a longevidade da “luta”, e perpassa pelos elogios fúnebres, veiculados nos jornais, e também nos depoimentos posteriores sobre ela. Partindo de uma percepção teleológica, coloca-se a sua dedicação à “luta” desde um determinado início (que é o momento em que ela se filia ao PCB e inicia o seu vínculo com Prestes) e o seu desenvolvimento. Apesar das exceções – como as matérias veiculadas no EM, baseadas na caracterização de José Sarney da morte de Maria como o “fim de um ciclo” –, o desenvolvimento desta “luta” geralmente aparece como sendo interminável, visto que não se esgotaria com a morte da homenageada, o que possibilita e enseja a apropriação e disputa, por diversos agentes, do que seria a sua herança.

Como mulher que ocupou espaços tradicionalmente ocupados por homens, a estruturação da memória e identidade pública de Maria não se restringe a eventos da vida familiar (tal qual é mais comum em memórias femininas) e tampouco se restringe a eventos convencionados como da ordem da política. Isto pode ser visto, por exemplo, pelo fato de, em certos momentos, ela realçar eventos da vida familiar (o casamento, afazeres domésticos ou a adoção dos filhos, por exemplo) e, em outros momentos, ela fazê-lo com eventos mais propriamente do universo da política (a cisão PCB/PCdoB ou disputas eleitorais, por exemplo). Da mesma forma, documentos como a *Revista* ou certos elogios fúnebres destacam aspectos da sua vida familiar ao lado de eventos mais especificamente políticos. Além disto, deve-se destacar, também, que foram raras as mulheres que vieram a público, pelos meios aqui analisados, para falar sobre Maria Aragão. Ela própria, que intervém neste espaço, o faz mediada por terceiros, que conduziram entrevistas e organizaram a exposição dos relatos. Isto faz parte das tentativas de construção do espaço público – e da política – como um espaço hegemonicamente masculino (PERROT, 1989; FACINA e SOIHET, 2004), além de demonstrar que Maria, apesar de ser uma exceção, não escapou por completo às convenções historicamente exigidas relativas aos espaços e papel que a mulher deveria ocupar.

Mesmo com estas atribuições não sendo unanimidade, Maria foi muitas vezes identificada como mártir da luta contra a ditadura, em defesa da cultura popular, da luta feminista, da luta dos negros, dos operários, da luta contra o câncer, etc. Tentei demonstrar como o reconhecimento da identificação de Maria com uma/s desta/s

“bandeiras”, bem como a forma como se lê a sua vida e o passado recente, não tem nada de natural, de espontâneo ou inevitável, mas varia com contextos específicos e depende de processos sociais que envolvem uma série de agentes em conflito. Visto que a ciência “oferece àquele que a exerce e que a ela se submete uma probabilidade de saber o que diz e o que faz (...), de destruir tudo o que existe de necessidade nas coisas sociais e no pensamento do social” (BOURDIEU, 2011a, p. 105), espero que a compreensão de como lidamos com nosso passado e nossos “heróis” sirva para que possamos conhecer melhor o terreno onde pisamos e, conseqüentemente, movimentarmo-nos com uma maior liberdade.

Referências:

ABREU, A. ALAN, C. Verbete: Luiz Carlos Prestes. In.: ABREU, A. BELOCH, I. LATTMAN-WELTAN, F. & LAMARÃO, S. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30**. 2º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ACSERALD, H. **Sinais de fumaça na cidade: uma sociologia da clandestinidade na luta contra a ditadura no Brasil**. 1 Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

ALMEIDA, A. W. B. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALVES, M. H. M. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANTONIO FRANCISCO. **A razão de uma vida** (Depoimentos de Maria Aragão colhidos por Antonio Francisco). SIOM. São Luís, 1992.

ARANTES, P. 1964, o ano que não terminou. In.: Edson Teles e Vladimir Safatle (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ARAÚJO, E. **Não deixe o samba morrer: um estudo histórico e etnográfico sobre o carnaval de São Luís e a escola Favela do Samba**. São Luís: Edições UFMA/PREXAE/DAC, 2001.

ARAÚJO, M. A. P. **Maria Aragão: uma mulher e suas paixões em busca de uma sociedade igualitária**. São Luís, EDUFMA, 2014.

ARAÚJO, M. A. P. Maria Aragão: uma mulher e suas paixões em busca de uma sociedade igualitária. São Luís, EDUFMA, 2014. Resenha de SILVA, M. F. e BORGES, A. S. Maria Aragão e suas muitas faces. **Revista Interdisciplinar de Cultura e Sociedade (RICS)**, vol. 2, 2016.

AZEVEDO, E. Maria Aragão: da agitação e propaganda à educação popular. In.: COSTA, YURI. GALVES, CHECHE (orgs.). **Maranhão: ensaios de biografia e história**. São Luís: Café e Lápiis; Editora UEMA, 2011.

AZEVEDO, E. **Uma subversiva no fio da história**. Vias de Fato. São Luís, 2016.

BARBATO, S. CAIXETA, J. E. Histórias de vida, identidade e memória: uma proposta metodológica. In: **Estudos de identidade: entre saberes e práticas** (orgs. Liliana Cabral Bastos e Luis Paulo da M. Lopes). Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BEZERRA, G. **Memórias** / Gregório Bezerra [apresentação Anita Leocádia Prestes]. São Paulo: Boitempo, 2011.

BORGES, A. S. **PT Maranhão 1980-1992: origens, organização e governos municipais**. São Luís: EDUFMA, 2008.

BOURDIEU, P. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**, 15º Ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011b.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. & AMADO, J. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro. FGV, 2006.

BOURDIEU, P. A linguagem autorizada – as condições sociais da eficácia do discurso ritual. In.: **A Economia das Trocas Linguísticas**: o que falar quer dizer; prefácio Sérgio Miceli. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996c.

BOURDIEU, P. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**, 15ª Ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011c.

BOURDIEU, P. Compreender. In: **A miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 5ª Ed., pags. 693-732, 1997.

BOURDIEU, P. E economia dos bens simbólicos. In.: **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996b.

BOURDIEU, P. Le morte saisit le vif. As relações entre a história reificada e incorporada. In: BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**, 15ª Ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011a.

BOURDIEU, P. Por uma ciência das obras. In.: **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996a.

BOURDIEU, Pierre. **Lições da aula**. São Paulo: Ática, 1988.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014

BURAWOY, M. Por uma sociologia pública. In.: **Por uma sociologia pública**. BRAGA, R. BURAWOY, M. (Orgs.), São Paulo, Alameda, 2009.

BUZAR, B. B. **O vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965**. São Luís: Lithograf – Indústria Gráfica e Editora LTDA, 1998.

CANDAU, J. Antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradução e identidade. **Revista memória em rede**, Pelotas, v.11, n. 1, jan/jul, 2009.

CASTRO, J. P. M. Ritos da memória: trajetórias e experiências sobre a Ditadura Militar. **Mana**, 20(1), págs 7-38, 2014.

COLLOVALD, A. Identité(s) Stratégique(s). *Actes de la Recherche en sciences Sociales*, Paris, n. 73, p. 29-40. 1988. Disponível em: http://www.persee.fr/articleAsPDF/arss_0335-5322_1988_num_73_1_2418/article_arss_0335-5322_1988_num_73_1_2418.pdf.

CORADINI, O. L. Grandes Famílias e Elite ‘profissional’ na medicina no Brasil. **Manguinhos**. Vol III (3). 1997

CORADINI, O. L. Panteões, iconoclastas e as Ciências Sociais. In: ELMIR, C. P.; JÚNIOR, S. & SILVA JR., A. L. (orgs.). **Mitos & heróis**: construção de imaginários. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

COSTA, I. C. G. **Uma rede prestista**: diversos fios dos “filhos” da *Carta aos Comunistas* no PDT. Nº9, ano 7, Perseu Abramo, 2013.

COSTA, W. C. A raposa e o canguru: crises políticas e estratégias periféricas no Maranhão (1945-1970). In: _____. **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís: UFMA. 2004

COUTINHO, A. Verbete: Gregório Bezerra. In.: ABREU, A. BELOCH, I. LATTMAN-WELTAN, F. & LAMARÃO, S. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30**. 2º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001

D'ARAÚJO, M. C. SOARES, A. D. CASTRO, C. **Os Anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão** / introdução e organização Maria Celina D'Araújo, Glaucio Ary Dillon Soares, Celso Castro. – Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DIAS, S. LEMOS, R. Verbete: José Sarney. In.: ABREU, A. BELOCH, I. LATTMAN-WELTAN, F. & LAMARÃO, S. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30**. 2º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

DULONG, D. Mourir en politique: le discours des éloges funèbres. **Revue Française de Science Politique**, Paris, v. 44, n. 4, p. 629-646, 1994. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_1994_num_44_4_396232 Acesso em: 20.set.2015.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 1970.

EDNÍLSO, C. ALAN, C. Verbete: Haroldo Sabóia. In.: ABREU, A. BELOCH, I. LATTMAN-WELTAN, F. & LAMARÃO, S. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30**. 2º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001

ELIAS, N. **Envolvimento e Alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999.

FACINA, A. SOIHET, R. Gênero e memória: algumas reflexões. **Revista Gênero**, Niterói, v. 5, p. 9-19, 2004.

FARIA, L. C. **Oliveira Vianna. De Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 – Niterói: o autor, os livros, a obra**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

FELIPPE, W. (Org). **Teoria e organização do partido**: coletânea de textos de Lênin, Trotsky e Moreno. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sunderman, 2006.

FERREIRA JUNIOR, J. GOMES, C. R. P. Regime autoritário e as formas de resistência do jornalista maranhense Bandeira Tribuzzi. In.: Anais do **III Encontro Nordeste de História da Mídia**, Maranhão, 2014.

FERREIRA, J. *Novos Rumos*: jornal do Partido Comunista Brasileiro. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 19, n.02, p. 205-224, 2013a.

FERREIRA, J. O Partido Comunista Brasileiro e o governo João Goulart. *Revista Brasileira de História*, Vol. 33, nº 66. P. 113-134, 2013b.

FICO, C. **Além do golpe: a tomada de poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

FICO, C. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2014.

GORENDER, J. O ciclo do PCB: 1922-1980. In.: **História e perspectivas da esquerda**. Org. Alexandre Fortes. São Paulo/Chapecó: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

GRILL, I. G. “Ismos”, “ícones” e intérpretes: as lógicas das “etiquetagens” na política de dois estados brasileiros (MA e RS). **Rev. Sociologia e Política**, Curitiba, v. 20, n 43, p. 193-220, 2012b.

GRILL, I. G. Memórias de políticos brasileiros: produção escrita, gestão de imagens e teorizações nativas do jogo político. **Política & Sociedade**, v. 11(21), p. 11-40, 2012a.

GROPPO, B. Amnésia, repressões, mitos: como se conta o passado após uma ditadura. In: ZHACHARIADHES, G. C. (Org.). **1964: 50 anos depois – a ditadura em debate**. Aracaju: EDISE, 2015b.

GROPPO, B. Biografias e autobiografias como fontes para a história do comunismo. Os trabalhos de biografia coletiva após a abertura dos arquivos do Comintern. **Revista Contemporânea**. Dossiê Nuestra América. Ano 2, nº 2, 2012.

GROPPO, B. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. In.: QUADRAT, S. V. e ROLLEMBERG, D. (Orgs.). **História e memória das ditaduras de século XX**. Volume I. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015a.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HÉLIAS, Y. 1979. Pour une sémiologie politique des monuments aux morts. **Revue Française de Science Politique**, Paris, v. 29, n. 4-5, p.739-759, 1979. Disponível em: http://www.persee.fr/articleAsPDF/rfsp_00352950_1979_num_29_4_418646/article_rfsp_0035-2950_1979_num_29_4_418646.pdf. Acesso em: 20.set.2015.

JEWSIEWICKI, B. Atualidade do passado e legitimação do presente: um exercício de antropologia histórica da memória (a propósito do exemplo da revolta operária de junho de 1965, em Pozan, Polônia). **Mana**. 16(2): 327-350, 2010.

JOFFILY, M. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In.: **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Orgs.: Daniel Aarão Reis filho, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

KINZO, M. D. G. **Oposição e autoritarismo – gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

KOMPARATO, B. K. Memória e silêncio: a espoliação das lembranças. **Lua Nova**, São Paulo, 92, págs. 145-176, 2014.

LAHIRE, B. Sociología y autobiografía. **Revista de Antropología Social**, 13, págs. 37-47, 2004.

- LAHIRE, B. Utilidad: entre sociologia experimental y sociologia social. In.: (Org.) **Para qué sirve la sociologia?** Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2006.
- LEVI, G. Usos da biografia. In: FERREIRA, M. & AMADO, J. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro. FGV, 2006
- MARTINS FILHO, J. R. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militares e militares. **Texto preparado para o congresso da Associação de Estudos Latino-americanos**, Dallas, Texas, março de 2003.
- MICHEL, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Tradução de Arthur Chaudon. Brasília, Editora Universidade de Brasília. 1982.
- MORAES, M. L. Q. O que é possível lembrar? **Cadernos Pagu** (40), págs. 141-167, 2013.
- MOREIRA NETO, E. **Maria por Maria ou a Saga da Besta-Fera nos Porões do Cárcere e da Ditadura**. São Luís, Engenho, 2015. <http://www.secti.ma.gov.br/files/2015/12/Maria-por-Maria-Com-Capa.pdf>
- NAPOLITANO, M. **1964: História do regime militar brasileiro**. 1. Ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015a.
- NAPOLITANO, M. Os historiadores na “batalha da memória”: resistência e transição democrática no Brasil. In.: **História e memória das ditaduras de século XX**. Volume I. QUADRAT, S. V. e ROLLEMBERG, D. (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015b.
- NEVEU, É. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2006.
- NORA, P. Entre memória e história – a problemática dos lugares. **Proj. História**. São Paulo, (10), dez. 1993.
- NUNES, P. P. **Medicina, poder e produção intelectual: uma análise sociológica da medicina no Maranhão**. São Luís: EDUFMA; PROCIN (CS), 2000.
- PANDOLFI, D. C. **Camaradas e companheiros: memória e história do PCB**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.
- PASSERON, J.-C. História e Sociologia – identidade social e identidade lógica de uma disciplina. In: PASSERON, J.-C.. **O Raciocínio Sociológico**. Petrópolis, Vozes, 1995.
- PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil, entre o povo e a nação**. São Paulo, Ática, 1990.
- PENEBIANCO, A. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**; Tradução Danise Agostinetti. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PERROT, M. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V.9, nº18, págs. 09-19, 1989.
- POLLAK, M. La gestion de l'indicible. In: **Actes de la recherche en Science Sociales**. Vol. 62-63. Juin, 1986. http://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1986_num_62_1_2315
- POLLAK, M. Memória e Identidade. In.: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. In.: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M. & AMADO, J. (Orgs.) **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro. FGV, 2005, p. 103-137.

PRESTES, A. L. **Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990)**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PRESTES, Luiz Carlos. Carta aos comunistas. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. Disponível em: <<http://www.ilcp.org.br>>. Acesso em: 18/06/2016

REIS FILHO, D. A. Ditadura no Brasil: uma incômoda e contraditória memória. In.: **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS FILHO, D. A. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, Vol. 23, Nº 45, 2010.

REIS FILHO, D. A. **Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos**. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

REIS FILHO, D. A. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In. **Versões e ficções – o sequestro da história**. REIS FILHO, D. A (Org.). São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

RIDENTI, M. Posfácio. In.: **O fantasma da revolução brasileira**. 2.ed. rev. e ampliada. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RODRIGUES, L. M. PCB: Dirigentes e organização. In: FAUSTO, B. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Vol. 10. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1978.

ROLLEMBERG, D. “O Imortal Bem Amado. A chegada de Dias Gomes à Academia Brasileira de Letras.” In.: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula. (Orgs.). **1968: 40 anos depois: história e memória**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

ROLLEMBERG, D. Esquecimento das memórias. In.: MARTINS FILHO, J. R. (Org.). **O Golpe de 1964 e o Regime Militar**. São Carlos: EdUFSCAR, 2006.

SALES, J. R. O Partido Comunista do Brasil e a crise do socialismo real. **Revista Brasileira de História**, vol. 28, Nº 56, 2008.

SALES, J. R. Partido Comunista do Brasil – definições ideológicas e trajetória política. In.: RIDENTI, M. AARÃO REIS, D. (Orgs.). **História do Marxismo no Brasil – Partidos e movimentos após os anos 1960**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SALGADO, A. **Maria Aragão – 78 anos de vida, 43 de luta** (publicação em homenagem ao seu aniversário de 78 anos). São Luís, Maranhão, 10 de fevereiro de 1988.

SANTANA, M. A. **Homens Partidos – comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo. Editora Boitempo. 2001.

SANTANA, M. A. Trabalhadores, sindicatos e regime militar no Brasil. In.: **Ditadura: o que resta da transição**. Org.: Milton Pinheiro. São Paulo: Boitempo, 2014.

SANTANA, M. A.; ANTUNES, R. O PCB, os Trabalhadores e o Sindicalismo na História Recente do Brasil. In.: **História do marxismo no Brasil**/ orgs.: Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SANTOS, M. da C. **Chão de minha utopia** / Manoel da Conceição Santos; Paula Elise Ferreira Soares, Wilkie Buzatti Antunes, orgs. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SEGATTO, J. A.; SANTOS, R. A Valorização da Política na Trajetória Pecebista dos anos 1950 a 1991. In.: **História do marxismo no Brasil**/ orgs.: Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SIGAL, S. Intelectuais, cultura e política na Argentina. **Revista Pós Ciências Sociais**, V. 09, nº17, 2012, p. 51-66.

SILVA, M. **Atuação política e produção escrita de jornalistas no Parlamento brasileiro/ Marcelo Fontenelle e Silva**. 2014. Monografia de conclusão de curso (graduação em Ciências Sociais) – UFMA, São Luís, 2014.

SOUZA, E. R. d; CICCARONE, C. A fabricação de mártires-encantados e suas apropriações por coletivos rurais e indígenas. **RBCS**, Vol. 29, nº85, 2014.

STARLING, H. Silêncios da ditadura. **Revista Maracanan**. Nº 12, 2015.

TEIXEIRA, C. Que porra, Maria! In.: **94 anos de Maria Aragão e 4 do IMA** (edição comemorativa), 2005.

TELES, E. SAFATLE, V (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

Verbete: Antônio Jorge Dino. In.: ABREU, A. BELOCH, I. LATTMAN-WELTAN, F. & LAMARÃO, S. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30**. 2º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

Verbete: Pedro Neiva de Santana. In.: ABREU, A. BELOCH, I. LATTMAN-WELTAN, F. & LAMARÃO, S. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30**. 2º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In.: **Grandes Cientistas Sociais**, 2º Edição, São Paulo: Ática, 1982.

WEBER, M. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011.

WEBER, Max. Sociologia da Imprensa: um programa de pesquisa. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol. II, nº 1, 1º sem. 2005.

Outras fontes:

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. DOPS, Dossiê 55.

Jornal Tribuna do Povo, 1954.

Jornal O Estado do Maranhão, 24 e 25 de junho de 1991.

Jornal O Imparcial, 24 e 25 de junho de 1991.

Jornal Pequeno, 24 e 25 de junho de 1991.

Entrevistas:

Nome	Data	Aspectos da posição político-social	Duração
Euclides Moreira Neto	16/05/2016	Professor da UFMA vinculado ao curso de Comunicação Social; produtor cultural; cineasta; filiou-se ao PDT na mesma ocasião que Maria; responsável pelo registro de um dos depoimentos autobiográficos de Maria e a sua posterior publicação em livro;	46:54
Haroldo Saboia	24/05/2016	Militou na Ala Vermelha do PCdoB, na clandestinidade; forma-se em economia, na França; é eleito Deputado Estadual em 1982; eleito Deputado Federal em todos os pleitos entre 1987 e 1999;	48:15
Simone Macieira	16/06/2016	Filha de Maria Aragão; formada em Biblioteconomia pela UFMA; ex-vereadora pelo PCB;	2:15:54
Wagner Baldez		Ex-militante do PCB e ex-integrante da “corrente prestista”;	1:55:27

Washington Luiz	8/06/2016	Militou no PCdoB, na clandestinidade; graduado em História; atualmente é Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.	58:23
------------------------	-----------	---	-------

APÊNDICE 1 - Cronologia dos eventos familiares, tomadas de posição no âmbito da política, da medicina, e homenagens recebidas

Outras homenagens após a década de 1990¹⁶⁰:

2001 – Criação do Instituto Maria Aragão;

2004 – Homenagem com a inauguração da praça e memorial Maria Aragão.

2005 – Publicação da revista intitulada *95 anos de Maria Aragão e 4 do IMA*;

2006 – A Câmara Municipal de São Luís, por iniciativa do Movimento de Mulheres do PDT, institui a “Medalha Maria Aragão”

2008 – Peça teatral *A Besta-Fera: biografia cênica de Maria Aragão*;

2010 – Comemoração do centenário de Maria Aragão com descerramento de placas em homenagem à Maria Aragão (uma no Hospital Andenora Belo e outra no Posto de Saúde no Anil), além de shows.

2010 – Homenagem da Assembleia Legislativa do Estado pela passagem do Dia Internacional da Mulher;

2012 - A prefeitura de São Luís publica um livro “Memorial dos patronos das escolas da rede municipal de ensino de São Luís”, onde consta o nome de Maria Aragão como um dos “vultos” homenageados. Porém, não há a informação de qual a data em que a escola recebeu a denominação Maria Aragão.

Fontes: produzido a partir de Araújo (2015); Antônio Francisco (1992), Euclides Moreira Neto (2015); Memorial Maria Aragão; entrevistas.

¹⁶⁰ Não se pretende aqui fazer um levantamento exaustivo das homenagens póstumas a Maria Aragão, mas apenas indicar que estes permaneceram – e até se intensificaram – no período seguinte à sua morte.

APÊNDICE 2: Caracterização dos Irmãos (do mais velho para o mais novo)

Nome do irmão	Escolaridade	Profissão	Onde morou	Caracterização feita por Maria	Comentário
Década	Eixo familiar	Eixo da política	Eixo do magistério e medicina	Eixo das homenagens	Demais eventos importantes
1910	1910 – Nascimento de Maria Aragão				
1920			1926 - Formase professora normalista pelo Liceu Maranhense;		
1930	193? – engravida e é obrigada a abortar em decorrência de uma enfermidade.		1935 – Ingresso na faculdade de medicina da Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro);		
			193? – trabalha como enfermeira no Hospital Artur Bernardes;		
	1942 – Nascimento da filha Clarice;		1942 – Formase em Medicina;		
1940	1944 – Morte da filha Clarice;	1945 – Filiação ao PCB no Rio de Janeiro;	1942 – Trabalha como pediatra em General Câmara, no Rio Grande do Sul;		
	1947 – Casamento com o jornalista Alfredo Galvão;	1945 (agosto) – Retorno ao Maranhão para “reorganizar” o Partido;			
	1947 – Adoção da primeira filha (Sônia)		1944 – Especialização em Clínica Geral e Ginecologia, no Hospital Miguel Couto		

		(Rio de Janeiro);	
	195? – Adoção da segunda filha (Simone);		1951 – Primeira prisão (durante a “greve de 51”, Maria é presa sob acusação de ser responsável por incêndios)
1950	1957 – Separa-se de Alfredo Galvão;	1951 – “Greve de 51”.	
	1958 – Adoção do terceiro filho (Sebastião)		
		1961 (julho) – Viagem para a URSS; retorno em setembro de 1962;	1963 – Início do trabalho no Centro de Saúde do Anil (por serviços prestados)
1960			1964 – Segunda prisão em abril, em decorrência do Golpe de 1964; presa novamente em novembro do mesmo ano;
		1970 – Nomeada pelo Governo do Estado como médica lotada no Centro de Saúde do João Paulo (e, posteriormente, do Anil);	1970 – Posse pública, na presença de ‘autoridades’, da direção do Posto de Saúde do Anil
1970		1970 – A convite da prefeitura de São Luís, assume o cargo de Diretora do Posto de Saúde do Anil;	1970 (início da década) – iniciam-se os “boca- livre”;
			1973 (10 de fevereiro, data de seu aniversário) – Homenagem na União de Moradores do Anil, por ocasião da posse da nova diretoria.
			1973 – Presa, levada para Fortaleza, torturada (7 meses de prisão);
			1977 – Mais sete meses de prisão;

1980		1973 – Sai da prisão e é lotada como médica do Hospital Aldenora Bello;	1977 ou 78 - Homenagem na prisão
		1974 – Curso de aprimoramento em Colposcopia, no Rio de Janeiro (UFRJ) e viagem para a França para dar continuidade aos estudos;	
	1980 – “Carta aos Comunistas”, de Luíz Carlos Prestes;	1981 – Aposentadoria compulsória do serviço público estadual;	1980 – Comemoração do aniversário ¹⁵⁹ de 70 anos em sua casa, com a presença de mais de 100 pessoas;
	1981 - Desfiliação do PCB	1985 – Criação do Clube do Embrião;	
	1982 – Fundação do Grupo de Mulheres 8 de Março;	1987, 27 de novembro – toma posse como primeira presidente da Associação Brasileira de Mulheres Médicas – secção do Maranhão;	1988 – Comemoração do aniversário de 78 anos, no Sírío Libanês, com revista editada em sua homenagem;
	1984 – Participa da fundação da CUT no estado		1988 – Toma posse na Academia Maranhense de Medicina
	1984 – Participa da	1987 – Participação em: associação das Médicas do	1988 – Jackson empossado prefeito de São Luís

¹⁵⁹ As homenagens por ocasião de seu aniversário foram em uma quantidade maior e de modo mais diversificado – como se pode ver, por exemplo, em documento da DOPS mencionando a comemoração de seu aniversário em 1982, com a presença, segundo o documento, de cerca de 150 pessoas. As que aparecem neste quadro são as colocadas pela própria Maria Aragão em seus relatos autobiográficos, logo, são as consideradas por ela como mais importantes/marcantes.

1990	campanha “Diretas Já”	Maranhão; Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia; Sociedade Brasileira de Patologia Cervical Uterina e Colposcopia;	1989 – Desfile da escola de Samba Favela do Samba em homenagem a Maria Aragão;
	1984 – Participa do lançamento da Campanha Nacional pela Reforma Agrária;		
	1984 – Participa do IV Encontro Nacional de Palafitados e Favelados do Brasil, ocorrido em São Luís;	1989 – Nomeação para trabalhar no Posto de Saúde do Sacavém;	
	1987 – Participa da manifestação “Diretas Já” na Praça da Sé, em São Paulo;		
	1987 – eleita tesoureira da CUT		
	1990 (março) – Filiação ao PDT		1990, fevereiro – homenagens ao aniversário espalhadas pela cidade. Maria cita: festas feitas pela escola de samba Favela do Samba;
	1991 – Reeleita tesoureira da CUT		1990, marco – morte de Prestes; 1991, 23 de julho – morte de Maria Aragão
			show no Teatro Praia Grande; serenata na descida da Praça Gonçalves dias (local em que havam

colocado uma
placa com seu
nome e onde
posteriormente
se construiu a
Praça Maria
Aragão); ficada
uma placa de
bronze na
avenida Beira
Mar com os
dizeres “À
Maria Aragão
pelos seus 80
anos”.

1990, 21 de
junho – Recebe
a Medalha
Manoel
Bequimão,
entregue pelo
Presidente da
Assembleia
Legislativa do
Maranhão, Ivar
Saldanha;

1991 (7 de
maio) – Show
organizado por
Euclides –
“Maria Maria,
a luta continua
viva”

1991, junho –
dois shows
seguidos,
organizados
por Euclides
Moreira, com
os mesmos
objetivos do
anterior. Maria
estava
hospitalizada.

...

Benedito	Estudou mecânica, mas não chegou a exercer a profissão		São Luís – São Paulo – São Luís – São Paulo	“homenzarrão, bonitão, um riso muito bonito” (p. 23)	Morreu em São Paulo, depois de casado. Não teve filhos
José Maria	Estudou para ser alfaiate, mas não chegou a exercer a profissão.	Sargento do primeiro Grupo de Obuses; depois de expulso do exército, trabalhou como funcionário em Fábrica de Cerveja, no Rio de Janeiro; posteriormente, se mudou para a Argentina, onde trabalhou como garçom.	São Luís – Rio de Janeiro – Argentina – outros países (morou no RJ junto com Maria no período em que ela foi fazer medicina)	Leitor assíduo; “o mais inteligente dos nossos irmãos”; “bom poeta”; “era também altão, bonito e com um espírito de aventura tremendo” (p. 23).	Se envolveu em uma confusão envolvendo um amigo comunista e um oficial do exército e, por isso, teve que sair do Brasil. Quando ele morre, a bordo de um navio americano, fez-se uma homenagem a ele (parece que a homenagem foi no Rio de Janeiro) e ele teve sua morte narrada no jornal O Imparcial. Foi condecorado pelo exército por ato de heroísmo.
Maria Aragão					
Jonas	Estudou em uma oficina de marcenaria, mas não chegou a exercer a profissão.	Foi servir na Marinha e desertou		Carinhoso em casa e brigão na rua (p. 27).	Depois de desertar da Marinha, a família ficou sem notícias dele.

Emídio	Estudou em uma oficina de sapataria, mas não chegou a exercer a profissão.	Trabalhou em uma fábrica militar de material contra gases no período da guerra.	São Luís - Rio de Janeiro ¹⁶¹		
Cristina	Fez o curso Normal em São Luís e o curso de Enfermagem no Rio de Janeiro.	Trabalhou na penitenciária de Bangu.	São Luís - Rio de Janeiro	“Extremamente vaidosa, namorava um cara chamado Irineu, bonito, um pedaço de homem e gostava de andar muitíssimo bem vestida” (p. 30).	Casou-se com um homem que viajava muito para Buenos Aires e sempre levava roupas novas para a mulher. Maria usa Cristina como comparação: do seu lado, a sua “pobreza maranhense”, do lado de Cristina, vários símbolos de riqueza (ver p. 30).
João	Formou-se em medicina, radiologista; Segundo Maria, “um radiologista muito conceituado”	Durante a graduação em medicina, trabalhou em uma empresa de seguros de vida; Médico radiologista.	São Luís, depois foi para o Rio de Janeiro a convite de Maria.	“irmão mais moço, é a segunda inteligência da família” (p. 31); “estupidamente bem humorado, inteligente, culto, bom poeta. Tem livros de poesia” (p. 32).	Publicou livros de poesia. Maria cita dois: “O Feitiço das Águas de Nilópolis” e “O tempo que me resta”

Fonte: produzido a partir do depoimento de Maria Aragão dado a Antônio Francisco (1992)

APÊNDICE 3 - Quadros com homenagens fúnebres jornalísticas

¹⁶¹ No Rio de Janeiro, moraram juntos em dois quartos contíguos: Maria Aragão, Cristina, Emídio e João (ver p. 28-29 do Antonio Francisco, 1992).

Quadro 3 - homenagens fúnebres em O Estado do Maranhão

Data	Jornal	Quem escreveu a homenagem	Título da matéria	Como Maria é caracteriza
24 de julho de 1991	O Estado do Maranhão, página 1	Honório Moreira (jornalista)	Coração mata aos 83 anos a líder Maria Aragão	“Médica e líder comunista”; “83 anos”; “Amiga do maior comunista da história, Luiz Carlos Prestes”.
24 de julho de 1991	O Estado do Maranhão, página 2	Cabral	Sem título	Charge contendo uma imagem de Maria Aragão com asas (como um anjo), segurando em uma mão uma foice e na outra o martelo (símbolo do comunismo)
24 de julho de 1991	O Estado do Maranhão, página 4	Prefeitura de São Luís – gabinete do prefeito – Jackson Lago	Decreto nº ... de 23 de julho de 1991	“Doutora Maria José Aragão, médica da Secretaria de Saúde do Município”
24 de julho de 1991	O Estado do Maranhão, p. 5	Central Única dos Trabalhadores (CUT)	Nota de Pesar – Maria Aragão (1908-1991)	“Expressão maior do comunismo no Estado”; “lutadora contra todas as formas de repressão e exploração da classe trabalhadora”; “símbolo da luta pela liberdade e justiça social”; “exemplo de coragem, perseverança e otimismo”.
24 de julho de 1991	O Estado do Maranhão, p. 8	Entrevista com Roberto Kenard	“Com a bandeja na mão, legalidade é farsa”	“médica e líder comunista”; “líder comunista dissidente do PCB”; “40 anos dedicados à militância comunista”
24 de julho de 1991	O Estado do Maranhão, p. 9	Não assinada	“Maria Aragão morre em SL aos 83 anos”	“líder comunista”; “A médica deixa três filhos: Simone Macieira, vereadora pelo PCB de São Luís, Sônia Almeida e Sebastião Silva (...). Passou boa parte de sua vida morando na Rua de Santana, onde realiza consultas médicas aos menos desfavorecidos e promovia reuniões políticas”;
24 de julho	O Estado do	Não assinada	“4 momentos de Maria”	

de 1991	Maranhão, p. 9			
24 de julho de 1991	O Estado do Maranhão, p. 9	A matéria é o registro de várias falas	Personalidades destacam luta de Maria pela defesa da vida humana	Cada fala transcrita é uma caracterização relativamente distinta
25 de julho de 1991	O Estado do Maranhão, p. 1	Não assinada	“Ato político em S. Luís marca adeus a Maria”	“médica e líder comunista Maria Aragão”
25 de julho de 1991	O Estado do Maranhão, p. 7	Não assinada	“Multidão promove ato político na despedida de Maria Aragão”	“médica e líder revolucionária”; “líder carismática, Maria Aragão tinha a capacidade de tocar as pessoas, independente de posições ideológicas”; “expressão maior do comunismo no Maranhão”;

Fonte: O Estado do Maranhão

Quadro 4 - homenagens fúnebres em O Imparcial

Data	Jornal	Quem escreveu	Título da matéria	Como Maria é caracterizada
24 de julho de 1991	O Imparcial, p. 1	Não assinado		“integrante histórica do Partido Comunista Brasileiro e da militância de esquerda do maranhão”; “a médica Maria Aragão”;
24 de julho de 1991	O Imparcial, p. 1	Jackson Lago – prefeito de São Luís	Convite	“Dra. Maria José Aragão”; “companheira e valorosa líder política”;
24 de julho de 1991	O Imparcial, p. 1	Jackson Lago – prefeito de São Luís	Decreto nº de 23 de julho de 1991	Igual ao decreto divulgado em “O Estado do Maranhão”
24 de julho	O Imparcial, p. 3	CUT	Nota de Pesar – Maria	Igual à divulgada em “O Estado do Maranhão”

de 1991			Aragão (1908-1991)	
24 de julho de 1991	O Imparcial, p. 2	PDT – Secretário Geral, José Policarpio	Nota oficial	“valorosa companheira de partido e das lutas populares. Doutora Maria José Aragão, exemplo indiscutível de coerência e bravura reconhecida pelos seus destacados méritos profissionais e políticos”
24 de julho de 1991	O Imparcial, p. 2	Não assinado	“Morre Maria Aragão, a última liderança prestista do Brasil”	“última liderança prestista do Brasil”; “médica comunista”; “a guerreira”; Consta também uma fala de Simone Macieira caracterizando Maria como “uma revolucionária, uma mensageira da paz e da justiça social”; e uma fala do Gov. Edison Lobão caracterizando Maria como “o símbolo da rebeldia do povo maranhense” e como “uma mulher destemida que se notabilizou pela defesa de suas ideias. Como médica dedicou-se aos mais humildes e como política colocou-se na vanguarda das lutas sociais”;
24 de julho de 1991	O Imparcial, p. 9	Não assinada	“Maria Aragão e o seu eterno namoro com a classe trabalhadora”	“passado de lutas em favor da classe operária e dos menos favorecidos. Exerceu a medicina como poucos. Era uma abnegada. Pelas prisões que passou, sempre manteve a dignidade”.
24 de julho de 1991	O Imparcial, p. 9	Não assinado	“A revolucionária Maria Aragão, um mito”	“Médica Maria Aragão”; “Seguidora fiel de Luís Carlos Prestes”; “militante comunista ortodoxa maranhense”; “mulher de grande vigor”; “educadora”; “exercia com muita dignidade a medicina. Preferencialmente atendia os pobres”; “natureza democrática, de liberdade”; “a mulher que ensinou a muitos a arte da luta pelos seus direitos”;
25 de julho de 1991	O Imparcial, p. 1	Não assinado	“Duas mil pessoas acompanham Maria na última jornada”	“Médica Maria José Aragão”; “militante pela liberdade”;

25 de julho de 1991	O Imparcial, p. 3	Não assinado	“Ora, pílulas”	
25 de julho de 1991	O Imparcial, p. 4	Jockson Launé – assessor do Deputado Domingos Dutra	“O exemplo de Maria”	“Uma das mais importantes militantes de esquerda que já se conheceu em todos os tempos”; “Respeitada por todos e reconhecidamente a principal esteio da luta comunista no Brasil, depois de Carlos Prestes, a médica Maria Aragão tornou-se um símbolo das lutas encampadas pela população carente”; “líder comunista”; “Dona de uma sobriedade incontestável a Mulher que por várias vezes mereceu homenagens (...)”; “mulher amada por todos e respeitada por suas convicções em todos os setores da sociedade maranhense”.
25 de julho de 1991	O Imparcial, p. 5	Conselho Regional de Medicina do Maranhão – a Diretoria	Nota oficial	“médica e líder política”; dotada de um “posicionamento sério, laborioso e persistente ao longo de sua vida”;
25 de julho de 1991	O Imparcial, p. 7	Não assinado	“Amigos dão último adeus a Maria”	“Médica e líder comunista”; “símbolo da liberdade contra a exploração, mulher que realmente lutou a favor de uma sociedade igualitária”;
25 de julho de 1991	O Imparcial, p. 7	Walter Rodrigues	“Comunista com voto de pobreza”	“ ‘Mulher, negra, nordestina, comunista e médica’. Assim se autodefiniu Maria Aragão, numa de suas últimas entrevistas”.
25 de julho de 1991	O Imparcial, Caderno Impar	Maria Inês Saboya	“Lição de vida”	“Mulher de fibra e médica humanista, a comunista Maria Aragão”;

Fonte: O Imparcial

Quadro 5 - homenagens fúnebres jornalísticas em Jornal Pequeno

Data	Jornal e página	Quem escreveu	Título da matéria	Como Maria é caracterizada
24 de julho de 1991	Jornal pequeno, p. 1	-	“Morre Maria Aragão – perde o Maranhão sua grande líder comunista”	“grande líder comunista” (não há texto)
24 de julho de 1991	Jornal pequeno, p. 5	Partido Democrático Trabalhista (PDT) – José Policarpo Costa Neto, Secretário Geral do PDT	Nota Oficial – Partido Democrático Trabalhista	-
24 de julho de 1991	Jornal pequeno, p. 5	Prefeitura de São Luís – Jackson Lago	Decreto nº de 23 de julho de 1991	-
24 de julho de 1991	Jornal pequeno, p. 5	Prefeitura de São Luís – Jackson Lago	Convite	-
24 de julho de 1991	Jornal Pequeno, p. 6	Não assinado	“Morre a líder Maria Aragão”	“Médica e líder comunista”; “uma das principais cabeças pensantes da oposição nesse Estado”; “líder de tantas gerações de políticos de esquerda e verdadeiros democratas”; “Maria Aragão é uma destas lideranças do mundo político que conseguiram se manter coerentes com sua pregação”; “tinha um jeito todo especial de mulher, de mãe, de líder”;
25 de julho	Não houve referência			

de 1991	a Maria na primeira página do dia 25, por parte do Jornal Pequeno			
25 de julho de 1991	Jornal Pequeno, p. 5	Maria do Carmo Silva Chagas	Tributo a Maria José Aragão	“não deixaste de seguir as pegadas do Senhor já que a tua luta assim como a de Jesus Cristo era sempre no sentido de fazer sobreviver a justiça social”; “jornada gloriosa como médica humana e amiga”;
25 de julho de 1991	Jornal Pequeno, p. 5	Petrônio Alves, presidente do Sindicato dos empregados em Empreendimentos Bancários do Maranhão (SEEB-MA)	Sindicato dos empregados em Empreendimentos Bancários do Maranhão	“Dra Maria Aragão, exemplo elevado da luta em prol de uma sociedade mais justa e igualitária”

Fonte: Jornal Pequeno

ANEXO 1: Letra do samba-enredo da Favela do Samba, de 1989¹⁶²

Título do samba: "A peleja contra os dragões da maldade: o sonho de Maria Aragão"

Autores: Escrete e José Raimundo Gonçalves

Nas flores do jardim de margaridas
Maria-esperança nasceu
quebrando os espinhos da vida
menina-Maria cresceu
oh! que noite escura!
de um Natal sem lampião
e os pastores da noite anunciaram
a esperança de nova geração

E lá vou eu meu amor
marmitando o coração
de quem me dá o que comer
por querer
boca livre também sonha
com o direito de viver

Vai! candoreira do ideal
segue o sonho socialista
na luta do bem e contra o mal
vai brilhar todas as noites
vai luzir contra os açotres
de uma nova inquisição
de bufões fantasiados
saltimbancos coroados
trapezistas de plantão

Deixa a banda, deixa a banda
deixa a banda general
que essa banda é do meu povo
e o meu povo é carnaval!

¹⁶² Retirado de Araújo (2001).